

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS

CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (UFPI): HISTÓRIA E MEMÓRIA

**TERESINA - PI
2010**

FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS

CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (UFPI): HISTÓRIA E MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro

**TERESINA – PI
2010**

C198c Campos, Francisca das Chagas Lopes.

Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): história e memória. / Francisca das Chagas Lopes Campos. Teresina: 2010.
280 fls.

Dissertação (Mestrado em Educação) UFPI.

1. Universidade Federal do Piauí – História e Memória. 2.Campus Ministro Reis Velloso (Parnaíba). I. Título

C.D.D. – 378.81

FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS

CAMPUS MINIOSTRO REIS VELLOSO (CMRV): HISTÓRIA E MEMÓRIA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Piauí, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Educação.

Dissertação de Mestrado aprovada em: 18/06/10

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro
Universidade Federal do Piauí
Orientadora

Prof. Dr. Antonio Carlos Ferreira Pinheiro
Universidade Federal da Paraíba
Examinador Externo

Prof. Dr. Luís Carlos Sales
Universidade Federal do Piauí
Examinador Interno

À minha família, em especial meus netos, Ruben Gabriel e Caio Benjamin, embora este trabalho não compense a minha ausência nos seus primeiros anos e meses de vida, respectivamente sirva de mostra que não foi por omissão. Amo a todos.

AGRADECIMENTOS

Ao terminar um trabalho como este, são muitas as pessoas a quem temos de agradecer, porque em torno de quem o produz de alguma forma, elas estão envolvidas; entretanto, creio que, sem os cuidados particulares de Deus e da Mãe do Belo Amor, eu hoje não estaria aqui contando esta história; foram eles quem me guiaram os passos e me animaram a cada instante.

Aos meus pais Francisco Florindo Lopes e Ana Lopes de Oliveira (in memoriam); Ele, homem de poucas letras, mas de sabedoria imensurável, foi capaz de na velhice abdicar do conforto do torrão natal para procurar outras plagas, a fim de buscar o alimento do saber à sua prole.

À minha mãe pelos momentos de angústia e solidão, distanciamento de familiares e aturado firme a falta de recursos econômico-financeiros em consequência do projeto de seu parceiro de vir para a cidade grande educar os filhos, muito obrigada.

Ao meu esposo, Inácio de Loiola de Oliveira Campos, meu amor, por seu companheirismo e colaboração, especialmente durante esta fase do mestrado: ouvindo-me, quando não queria ouvir, mas mesmo assim foi capaz de ler e me incentivar, principalmente nas horas, que pareciam intermináveis, muito obrigada.

Aos meus filhos: Leila Bianca, Vanessa Karene e Loiola Júnior, amores meus, apesar de sentirem a minha falta, mas compreenderam a minha necessidade incansável de saber.

Ao meu genro Carlos Augusto Coutinho Maia pela solidariedade e colaboração.

À minha nora Marcelina Pimentel pelo incentivo, obrigada.

Aos meus irmãos Alvani, Oscar, Onias (in memoriam), Messias, Milton, Alzir e Socorro pelo apoio, pela torcida e por não me cobrarem presença; por compreenderem o meu distanciamento, muito obrigada.

Ao meu cunhado Josmar Vieira da Silva pela colaboração nas incansáveis viagens a Parnaíba em busca de fontes para a construção desta obra, muito obrigada.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Maria do Amparo Borges Ferro, que com o seu saber, experiência e orientação firmes conduziram-me nas trilhas e construção deste trabalho.

Aos Professores Doutores Luís Carlos Sales e Maria da Glória Soares Barbosa Lima pelas leituras e orientações no processo de Qualificação, muito obrigada.

À Professora Doutora Bárbara Maria Macêdo Mendes por participar dessa Banca, muito obrigada.

Aos cidadãos parnaibanos, sujeitos desta pesquisa: Adilson Farias de Castro, Antônio Alexandre Duarte, Francisco de Assis da Rocha Carvalho, Israel José Nunes Correia, José Duarte Baluz, José Néelson de Carvalho Pires, Lauro Andrade Correia, Maria Dilma Pontes Brito, Mariano Bento Soares, Renato Soares dos Santos Júnior; em Teresina: Alzir Lopes Vieira, Antônio de Pádua Emérito (in-memoriam), Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina e Ronaldo Pinto Marques; à Coordenadora do Curso de Biologia do CMRV, Ivanilza Moreira de Andrade; aos alunos Glóris Maria, Marcos Antônio, Tércia Maria Morais dos Santos e Valdelânia Brito, que me permitiram ouvir as suas memórias, recordações e impressões, sem as quais seria impossível elaborar os nexos desta narrativa sobre o CMRV/UFPI, muito obrigada.

Aos funcionários dos departamentos da UFPI, Campus da Ininga, aos funcionários do Museu Histórico do Piauí (Casa Anísio Brito) e da Biblioteca Cromwell de Carvalho, muito obrigada.

Ao funcionário do CMRV/UFPI, da Associação Comercial de Parnaíba, da Federação das Indústrias do Piauí, e demais pessoas que, prontamente me atenderam e me acolheram em Parnaíba, a cada viagem realizada.

Agradeço em particular ao Senhor “Louro”, sempre me atualizando com novas fontes históricas literárias; ao Cosme, colaborador do Instituto Histórico e Geográfico da Parnaíba pelo zelo despendido à preservação dos mananciais históricos de Parnaíba.

À Prefeitura Municipal de Teresina, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) pela liberação de tempo (parcial) que foi apoio para a concretização deste curso de Mestrado, muito obrigada.

Ao corpo docente do PPGEd da UFPI pelo acolhimento e profissionalismo que nos dispensaram desde o nosso primeiro encontro, aos Professores Doutores: Antônia Edna Brito, Bárbara Maria Macêdo Mendes, Antônio de Pádua, José Augusto Carvalho Sobrinho, Ana Valéria, e em especial à Professora Doutora Carmen Lúcia Cabral, foi um prazer tê-la conhecido.

Aos colegas das 13^a, 14^a, 15^a e 17^a turmas de Mestrado da UFPI e, especialmente, aos 26 companheiros da 16^a turma, obrigada pelos incentivos, pelas novas amizades, pela troca de experiências e pelos nossos encontros, poderia ser outra turma, mas a nossa é especial, muito obrigada.

RESUMO

Este trabalho dissertativo tem por finalidade apresentar os resultados da pesquisa do tipo histórico e qualitativo, realizada com o objetivo principal de resgatar a história e memória do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), instalado em Parnaíba – Piauí, reconstituindo fatos relevantes sobre essa IES ocorridos no período de 1968 até 2008, envolvendo, ainda, neste corte temporal os acontecimentos peculiares da criação, implantação e desenvolvimento desse Campus, que logo se tornou vitrine de expansão da UFPI. Inicialmente o trabalho apresenta um breve histórico sobre o ensino superior, a partir da origem da instituição Universidade, para que se compreenda com maior clareza o começo das políticas sociais no campo da educação, e para se entender mais facilmente as dificuldades iniciais dos projetos para implantação do ensino superior no Brasil, que persistem acontecendo, como transpareceram as dificuldades sofridas quando da concretização do primeiro Curso Superior de Administração do Piauí, em Parnaíba, embrião do Campus Ministro Reis Velloso. Os dados para reconstituir a história e a memória do CMRV/UFPI, em Parnaíba-PI, foram obtidos através de questionários semiestruturados e outras fontes selecionadas de informações sobre os caminhos percorridos com as ações que delinearão o projeto de criação do segmento ensino superior, na cidade de Parnaíba, passando pela criação do Curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração do Piauí (revendo sua implantação e posterior integralização/incorporação pela UFPI, quando esta foi criada em 1971), e ingressando logo no contexto socioeconômico e educacional de Parnaíba, provocando o processo de criação, construção e funcionamento do CMRV, concluindo com a expansão do ensino superior (até o ano de 2008), quando o CMRV passou por um processo de desenvolvimento amplamente contextualizado no projeto de atualização e expansão da universidade brasileira, correspondendo à adesão da UFPI ao referido projeto. Este é um trabalho historiográfico de caráter exploratório, com fundamentação teórico-metodológica na Nova História Cultural, embasada nos conceitos de Le Gogg, Peter Burke, Maurice Halbwachs, Certeau e outros, além da variedade de produções de autores da historiografia educacional brasileira, incluindo autores piauienses sobre o assunto pertinente, especialmente sobre a história da educação do Piauí. Juntamente com as fontes bibliográficas foram, também, utilizadas fontes documentais e iconográficas, oficiais e não oficiais localizadas em arquivos públicos e acervos particulares, bem como os depoimentos orais de indivíduos idôneos registrando a história e a memória da implantação do CMRV em Parnaíba como uma resultante dos esforços e conquistas da sociedade parnaibana, representada pelos intelectuais e comerciantes ali radicados, que lutaram para implantar o Ensino Superior na cidade, embora desacreditados pela maioria da sociedade. Contudo, hoje o pensamento majoritário é que o projeto CMRV é considerado pequeno para as necessidades de Parnaíba, de modo que já anseiam transformar o projeto CMRV no projeto Universidade Federal do Delta.

Palavras-chaves: Universidade. CMRV. Ensino Superior.

ABSTRACT

This work essay aims to present the results of a historical research, made with the main objective of rescuing the history and memory of Minister Reis Velloso Campus (CMRV), Federal University of Piauí (UFPI), installed in Parnaíba - Piauí, reconstructing important facts about this institution occurred during the period from 1968 to 2008, involving in addition, peculiar events to the creation, development and deployment of this Campus, which soon became a showcase for expansion of UFPI. Initially the paper presents a brief history of higher education, from the institution's home university, in order to understand more clearly the beginning of social policies in education and to understand more easily the initial difficulties of the projects for deployment higher education in Brazil, which persist happening, as made clear the difficulties faced when implementing the first university course on Administration in Piauí, in Parnaíba, embryo of Minister Reis Velloso Campus. Data to reconstruct the history and memory of CMRV / UFPI in Parnaíba-PI were obtained through semi structured questionnaires and other selected sources of information about the paths traveled with the actions that shaped the project of creating the higher education sector in Parnaíba city, through the creation of the Course of Business Administration School of Administration in Piauí (reviewing its introduction and later paying / incorporation UFPI, when it was created in 1971), and soon entering in the context of socioeconomic and educational of Parnaíba, causing the process of creating, building and operation of CMRV, concluding with the expansion of higher education (to year 2008), when the CMRV went through a development process broadly contextualized in the project of upgrading and expansion of Brazilian university, representing UFPI at this project. This is a historiography work with exploratory direction, theoretical and methodological based in New Cultural History, based on the concept of Le Gog, Peter Burke, Maurice Halbwachs, Certeau and others, besides the variety of productions by authors from Brazilian education historiography, including authors from Piauí state on pertinent subject, especially about the history of education from Piauí. With the literature sources were also used documentary and iconographic sources, official and unofficial located in public archives and private collections, as well as oral testimony from individuals suitable recording history and memory in the deployment of CMRV in Parnaíba as a result of efforts and achievements of the parnaibana society, represented by intellectuals and traders settled there, who struggled to implement the Higher Education in the city, but disparaged by most of society. However, today the majority thought is that the CMRV project is considered small for Parnaíba needs, so now eager to turn the CMRV project in University of Delta project.

Key - words: University. CRMV. Higher Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES E IMAGENS

Capítulo I

Figura 01	Lauro Andrade Correia	43
Figura 02	Petrônio Portela Nunes	48
Figura 03	Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	49
Figura 04	Alberto Tavares Silva	50
Figura 05	Ronaldo Pinto Marques	51
Figura 06	Hélcio Ulhôa Saraiva	52
Figura 07	Mariano Bento Soares Maria	59
Figura 08	Maria Dilma Pontes Brito.....	60
Figura 09	Certidão	61
Figura 10	Ata da solenidade de Constituição da UFPI	62
Figura 11	José Alexandre Caldas Rodrigues	66
Figura 12	José Néelson de Carvalho Pires	67
Figura 13	Francisco das Chagas Caldas Rodrigues com alunos, década de 1960	68
Figura 14	Israel José Nunes Correia – Professor, ex-Diretor do CMRV, sujeito desta pesquisa.....	69
Figura 15	Adilson Farias de Castro, Professor do CMRV, sujeito desta pesquisa	72
Figura 16	Cândido Almeida Athayde	73
Figura 17	Placa do Lions Clube, parceiro na criação do Ensino Superior em Parnaíba	74
Figura 18	Estatuto da FEP.....	83
Figura 19	Primeiras instalações do Grupo Escolar Miranda Osório.....	85
Figura 20	Miranda Osório – abrigo do Ginásio Parnaibano.....	87
Figura 21	Fachada do Colégio São Luis Gonzaga.....	88
Figura 22	Casa de Poncion Rodrigues – Biblioteca e Secretaria da FAPI/FAUFP.....	89
Figura 23	Antônio Alexandre Duarte, sujeito desta pesquisa.....	90
Figura 24	Sala de Aula onde funcionou a primeira turma da FAPI.....	92
Figura 25	Alunos do curso de Análise Econômica.....	100
Figura 26	José Duarte Baluz, Professor – atual Diretor do CMRV.....	103
Figura 27	Móveis adquiridos por doação do IBEU.....	105

Capítulo II

Figura 28	Fachada do CMRV – Primeiro Bloco	106
Figura 29	Placa de inauguração do Primeiro Bloco do CMRV.....	107
Figura 30	Fachada central do CMRV/UFPI.....	108
Figura 31	João Paulo dos Reis Velloso.....	109
Figura 32	Antônio de Pádua Emérito, Professor Aposentado da UFPI/Ininga –	
Figura 33	Hélcio Ulhôa Saraiva, ex-Reitor da UFPI.....	111
Figura 34	José Camillo da Silveira Filho, Reitor Pró – Tempore (1974-1983).....	116
Figura 35	Praia “Pedra do Sal” – Parnaíba-PI.....	117
Figura 36	Cópia das fls 01 e 02 da Escritura Pública do Terreno do CMRV.....	131
Figura 37	Retrato do Castelo d’Água.....	132
Figura 38	Primeiro Plano Diretor do CMRV(1973).....	133

Figura 39	Canteiro de Obras do CMRV/UFPI – Primeiro Bloco	134
Figura 40	Placa de inauguração da Biblioteca Setorial Cândido Athayde.....	135
Figura 41	Retrato de Renato de Castro Santos Júnior.....	137
Figura 42	Sala de Estudo da biblioteca Setorial Cândido Athayde	143
Figura 43	Solenidade de descerramento da placa em homenagem a Reis	
Figura 44	Ministro Reis Velloso recebendo Álbum de fotografias do CMRV.....	144

Capítulo III

Figura 45	Galeria dos 16 Professores Fundadores.....	152
Figura 46	Estrutura qualitativa e quantitativa da composição do Corpo Docente fundadores do CMRV.....	154
Figura 47/		
48	Alunos residentes na Casa Universitária do CMRV.....	198
Figura 49	Cantina do CMRV.....	200
Figura 50	Fluxograma do Curso de Ciências Contábeis.....	203

Capítulo IV

Figura 51	Placa de adesão da UFPI/CMRV ao REUNI.....	216
Figura 52	Francisco de Assis da Rocha Carvalho, sujeito desta pesquisa.....	217
Figura 53	Placa da Visita do Presidente da República Luis Inácio Lula da Silva.....	218
Figura 54	Diretores da FAPI/FAUFPI (1968-2010).....	236
Figura 55	Professora Ivanilza Andrade, coordenadora do Curso de Biologia.....	238
Figura 56	Plano Diretor atual do CMRV.....	239
Figura 57	Construção do Restaurante Universitário do CMRV.....	240
Figura 58	Bloco onde estão instalados os Laboratórios dos cursos do CMRV.....	241
Figura 59	Bloco em construção de salas de aula.....	241
Figura 60	Portão de acesso ao CMRV.....	242
Figura 61	Auditório do CMRV antes da reforma.....	243
Figura 62	Fachada da Quadra Poliesportiva antes da demolição.....	244
Figura 63	Tércia Santos, aluna do curso de Pedagogia, período especial.....	245
Figura 64	Glóris Maria, aluna do curso de Pedagogia, período especial.....	246

LISTA DE QUADROS E GRÁFICOS

Capítulo II

Quadro 01	Quantitativo de Matrículas por tipo de Estabelecimento de Ensino, em Parnaíba.....	118
Quadro 02	Terreno onde estão instalados os Blocos do CMRV.....	130

Capítulo III

Quadro 03	Fundadores/Corpo Docente aceitos pelo CFE/ (1969).....	153
Quadro 04	Primeira Proposta Curricular do Curso de Administração de Empresas (1969-1972) distribuído por semestre.....	165
Quadro 05	Proposta Curricular do Curso de Administração - Primeiro Período/73.....	171
Quadro 06	Proposta Curricular do Curso de Administração - Segundo Período/73.....	171
Quadro 07	Estrutura do Currículo Pleno, em vigor, a partir do 2º Semestre/1973.....	172
Quadro 08	Demonstrativo das disciplinas/áreas de aplicação/formação dos professores.....	180
Quadro 09	Currículo de Disciplinas do Curso de Administração de Empresas, CMRV-1983/4.....	180
Quadro 10	Currículo do Curso de Administração após 1984.....	182
Quadro 11	Distribuição dos Créditos da Matriz Curricular do Curso de Administração reformulada em 1997, conforme a Resolução nº. 02/1993.....	184
Quadro 12	Cursos de Curta Duração realizados no CMRV/UFPI período 1975/77....	186
Quadro 13	Professores da UFPI/Teresina que ministraram aulas no Curso de Curta Duração Período (1975 a 1977).....	187
Quadro 14	Estrutura organizacional do CMRV a partir de 1992.....	194
Quadro 15	Professores do Curso de Ciências Contábeis.....	204
Quadro 16	Professores do Curso de Ciências Econômicas.....	205
Quadro 17	Transcrição da primeira Proposta Curricular do curso de Pedagogia do CMRV até 1996.....	209
Quadro 18	Professores do Curso de Pedagogia do CMRV dezembro/2008.....	212
Quadro 19	Composição do Conselho Diretor da FUFPI e participação de representante da FEP.....	214

Capítulo IV

Quadro 20	Estrutura Orgânica do CMRV.....	223
Quadro 21	Relação dos Docentes do Curso de Biologia do CMRV/UFPI.....	228
Quadro 22	Relação dos Docentes do Curso de Bioquímica do CMRV/UFPI.....	229
Quadro 23	Relação dos Docentes do Curso de Engenharia de Pesca do CMRV/UFPI.....	
Quadro 24	Relação dos Docentes do Curso de Fisioterapia do CMRV/UFPI.....	229
Quadro 25	Relação dos Docentes do Curso de Matemática do CMRV/UFPI.....	230

Quadro 26	Relação dos Docentes do Curso de Psicologia do CMRV/UFPI.....	230
Quadro 27	Relação dos Docentes do Curso de Turismo do CMRV/UFPI.....	230
Quadro 28	Configuração qualitativa do quadro atual de Professores do CMRV/UFPI/2009.....	231
Quadro 29	Configuração qualitativa do quadro atual dos funcionários técnicos administrativos do CMRV/UFPI/2009.....	232
Quadro 30	Ingressante via vestibular, por curso, na UFPI/PARNAÍBA.....	233
Quadro 31	Ingressante Geral da UFPI e o aproveitamento do CMRV.....	234
Quadro 32	Lista de Diretores e Reitores CMRV/UFPI e respectivo período de gestão.....	235
Quadro 33	Cronologia de acontecimentos que marcaram a trajetória da UFPI/CMRV.....	236

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CMRV – Campus Ministro “Reis Velloso”
UFPI – Universidade Federal do Piauí
FAPI – Faculdade de Administração do Piauí
FEP – Fundação Educacional da Parnaíba
IES – Instituição de Ensino Superior
NHC – Nova História Cultural
ABE – Associação Brasileira de Educação
CNE – Conselho Nacional de Educação
UNE – União Nacional dos Estudantes
MEC – Ministério de Educação e Cultura
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UNB – Universidade de Brasília
AAUU – Assessoria para Assuntos de Arquitetura e Urbanismo
CEPLAN-UNB – Centro de Planejamento Oscar Niemeyer
FAUFPI – Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí
FUFPI – Fundação Universidade Federal do Piauí
SPEC – Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural
FAFI – Faculdade Católica de Filosofia
EUA – Estados Unidos da América
CNI – Confederação Nacional da Indústria
CFE – Conselho Federal da Educação
FIESPI – Federação das Indústrias do Estado do Piauí
UFES – Universidade Federal do Espírito Santo
FNI – Federação Nacional das Indústrias
FGV – Fundação Getúlio Vargas
UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
IBEU – Instituto de Língua Inglesa, Brasil – Estados Unidos
GT – Grupo de Trabalho
DIPRO – Diretorias de Projetos e Obras
ACP – Associação Comercial da Parnaíba
ABTA – Associação Brasileira de Técnicas de Administração
EMBRATUR – Empresa Brasileira de Turismo
MINIPLAN – Ministério do Planejamento
CCE – Centro de Ciências da Educação
PPGED – Programa de Pós Graduação em Educação
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
CF – Constituição Federal
SUDENE- -Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste
CCHL – Centro de Ciências Humanas e Letras
DOU – Diário Oficial da União
ICGE – Primeiro Ciclo Geral de Estudos
FACE – Faculdade de Administração do Estado do Ceará
CGE – Ciclo Geral de estudos
EMC – Educação Moral e Cívica
CEB – Curso de Estudos Brasileiros
SEDUC – Secretaria de Educação do Piauí

COPEVE – Comissão Permanente de Vestibular
CETENE – Centro de Estudos Técnicos do Nordeste
CENAFOR – Centro de Aperfeiçoamento de Pessoal e Formação Profissional
IEL-PI – Instituto Evaldo Lodi
CEA – Coordenadoria de Estágio e Acompanhamentos
FDELTA – Fundação Delta do Rio Parnaíba
REUNI – Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
EPAD – Comissão Permanente da Avaliação Docente
CCF – Centro de Cultura Francesa
EJAAC – Empresa Júnior de Administração, Assessoria e Consultoria
EACPM – Escola de Aplicação do Curso de Pedagogia-Magistério
EMC – Escritório Modelo de Contabilidade
NPEE – Núcleo de Pesquisa e Estudos Econômicos
PASSEC – Projeto Assessoria e Consultoria Júnior
Prof. – Professor
Prof.^a – Professora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - REFAZENDO CAMINHOS	35
1.1 O Ensino Superior e a origem da instituição universidade no Brasil.....	35
1.2 O Ensino Superior em Parnaíba e a criação da UFPI.....	46
CAPÍTULO 2 - A CRIAÇÃO DO CMRV – HISTÓRIA E MEMÓRIA	107
2.1 O Início, o Processo de Construção e Consolidação do CMRV/UFPI.....	102
2.2 Parnaíba: De entreposto a Cidade Universitária.....	112
2.3 Liberação de Recursos e Construção.....	123
2.4 A Constituição da Biblioteca da FAPI/CMRV/UFPI.....	128
CAPÍTULO 3 – PROFESSORES: SITUAÇÃO FUNCIONAL E AÇÃO PARTICIPATIVA DA CONGREGAÇÃO	138
3.1 Os primeiros professores do CMRV/UFPI	138
3.2 Proposta curricular do CMRV.....	154
3.3 Outras atividades executadas pela FAUFPI, no CMRV.....	175
3.3.1 Criação e ampliação de cursos no CMRV.....	179
3.3.2 A Estruturação do Estágio Supervisionado.....	180
3.4 Estrutura Organizacional do CMRV.....	185
3.5 Equiparação do CMRV à categoria de Centro e a participação no Conselho Diretor da UFPI.....	202
CAPÍTULO 4 – CMRV NO SÉCULO XXI E O PROCESSO EXPANSIONISTA DA UFPI	204
4.1 Passos iniciais do processo expansionista do CMRV.....	204
4.2 A criação de Novos Cursos e as expectativas de futuro dos parnaibanos.....	207
4.3 A estrutura do CMRV.....	211
4.4 O Projeto CMRV tem um paralelo.....	216
4.5 O Capital Humano atual, do CMRV.....	217
4.6 Número de ingressantes via Vestibular, por curso, na UFPI/CMRV.....	222
4.7 Cronograma de Gestão (Diretor e Reitor).....	224
4.8 Fatos relevantes da História e Memória da UFPI/CMRV.....	225
4.9 Outras informações relevantes da História e Memória do CMRV/UFPI.....	226
CONSIDERAÇÕES FINAIS	233
REFERÊNCIAS	251
APÊNDICES	260
ANEXOS	267



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa específica do tipo histórico/qualitativa desenvolvida com o objetivo geral de resgatar dados e fatos para reconstituir a história e memória do Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), da Universidade Federal do Piauí (UFPI), instalado na cidade piauiense de Parnaíba, e, em particular, guarda a pretensão de poder vir a ser inserido no contexto de um projeto amplo denominado “Memória da UFPI – vários olhares”, vinculado ao Centro de Ciências da Educação/Programa de Pós-Graduação em Educação.

Em termos gerais, esta dissertação sobre o Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e Memória é uma exposição historiográfica sobre os acontecimentos mais relevantes e pitorescos da criação, implantação e desenvolvimento desse Campus, que logo se tornou vitrine da expansão da UFPI. De propósito, a narração inicia com um breve histórico sobre o ensino superior, a partir da origem da Instituição Universidade no Brasil, para que se compreenda com maior clareza o começo das políticas sociais no campo da educação, e para se entender mais facilmente as dificuldades iniciais dos projetos de implantação do ensino superior no Brasil, como assim transpareceram nas dificuldades sofridas quando da concretização do primeiro Curso Superior de Administração do Piauí, em Parnaíba, que nasceu com a primeira Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), cuja iniciativa empreendedora foi mantida pela Fundação Educacional de Parnaíba (FEP), que contribuiu, com muita determinação, para a instalação do CMRV, cujo processo decisório de constituição e funcionamento marcou de modo especial a história da cidade de Parnaíba, com a afirmação da Faculdade de Administração do Piauí como fator de transformação da cultura e base de aplicação da competência do povo piauiense, culminando com a criação do CMRV, que se efetivou sob a vontade coletiva de intelectuais e empresários radicados em Parnaíba, cuja força, talvez, tenha sido mais forte que a vontade político-partidária do Estado, na contemporaneidade.

A princípio este trabalho/estudo representou um desafio, mas, também, proporcionou momentos de prazer, que se somaram aos possibilitados pela minha inserção como aluna do curso de Mestrado na UFPI, pois, a partir dessa inclusão, pude descobrir e enveredar pelos caminhos ecléticos (públicos e privados), que deram sentido a esta história, pois somente a história dá sentido, para os caminhos trilhados pelas memórias. Fazer-me aluna do Curso de Mestrado da UFPI transcendeu mais cedo as expectativas de qualquer realização pessoal,

porque me possibilitou mais motivação para penetrar no mundo instigante da pesquisa oral e, através dela, ampliar as fontes e reconstituir a História e Memória do CMRV, para realizar com segurança a proposta do trabalho objetivado na pesquisa.

O exercício de resgatar a História e Memória do CMRV, sem pertencer à categoria de Historiador e conhecendo apenas as disciplinas da Pedagogia e da Administração, é, sem sombra de dúvida, uma pretensão que, a priori, causa certo temor. Mas, um razoável quantitativo de medo é até bom, porque aumenta nas perspectivas uma contrapartida de coragem e crescem as possibilidades de avançar contra os obstáculos, pois do medo nasce a coragem de seguir em frente e não parar, enquanto não for necessário. Este estado natural de tensão fez-se útil: permitiu perceber e melhor conhecer um passado histórico, não um passado qualquer, mas, sim, um passado de parte importante da história da educação do povo do Piauí, que ao ser trazido à tona, certamente, reconstitui memórias das situações realmente vividas e, também, aquelas apenas testemunhadas e que as contingências da vida trazem dificuldades para rememorar, ou não permitam que todos os fatos históricos facilmente se esclareçam ou possam ser relembrados com todos os detalhes. Porém, apesar dos obstáculos e desafios, essas fontes primárias e primitivas estão envolvidas pelos atributos do desejo consciente que, talvez, somente os indivíduos determinados pela própria vontade de conhecer e, com suas forças de persistência, são capazes de transformar vontades em desejos, desejos em necessidades e necessidades em satisfações.

As dificuldades que, para um historiador, talvez sejam pequenas, para os outros parecem homéricas. Na elaboração deste trabalho de pesquisa, a primeira dificuldade a considerar foram os 330 km de distância que separam o local do objeto de estudo, (CMRV), Parnaíba, do local (Teresina) onde são desenvolvidas ordinariamente as rotinas profissionais e obrigações sociais da pesquisadora. Desse modo, esta pesquisadora optou por se tornar uma viajante e, como um “andarilho”, aportou em Parnaíba, local do “Velho Entreposto”, lugar para onde vieram os primeiros viajantes que, ao se estabelecerem, fizeram dessa pequena Vila uma digna representante do Estado do Piauí no cenário econômico do Brasil, através do comércio exportador para outras províncias brasileiras e até para o estrangeiro (Portugal).

No momento de viajante “andarilho”, procedeu-se reconhecimentos, recolhendo lembranças, driblando e vencendo seu oposto companheiro, o esquecimento, para depois, com lembranças nítidas (memórias), narrar as partes dessa história (sem ser historiadora), sem deixar de exercer outras distintas ocupações profissionais, vivendo como Professora a arte do ensino/aprendizagem, sem abandonar a convivência familiar. Contudo, para dar sentido a esta

história que somente à história dá sentido (LOPES; GALVÃO, 2001), antes foi necessário, como enfatizado, a preparação no Curso de Mestrado da UFPI. Este curso possibilitou descobrir instrumentos e novos argumentos para trabalhar na pesquisa e, por ela, efetivar o objetivo geral de reconstituir a História e Memória do CMRV, através das impressões orais e escritas de sujeitos que vivenciaram os acontecimentos relacionados ao mesmo, nesse espaço histórico compreendendo o período de 1968 a 2008, e, por fim, reunindo as condições técnicas, escrevê-los.

O “Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e Memória” é um tema instigante, pela oportunidade de ressignificar o passado dessa Instituição de Ensino Superior (IES), através de sujeitos que vivenciaram e hoje ajudam no processo de reconstituição desta história pelas vias das lembranças antes não contadas ou não registradas pelas fontes oficiais, que segundo Burke (2000), talvez por considerar as lembranças (memórias) menos valiosas ou esta forma de abordagem não contemplar os modelos tradicionais de construção histórica. Sob esse ponto de vista, este trabalho de pesquisa, para reconstituir o passado do CMRV, é também uma oportunidade aberta aos sujeitos envolvidos direta ou indiretamente nesta trajetória histórica, para darem seus testemunhos e impressões e trazerem à tona fatos até agora silenciados ao longo da história da educação desenvolvida no Piauí.

Reconstituir a história e a memória do Campus Ministro Reis Velloso, da UFPI, reflete o interesse desta pesquisadora em dar, com este trabalho, colaboração efetiva para a continuidade do projeto que tem na essência do seu conteúdo construir e organizar um estoque de fontes (documentos/monumentos), que deverão perpetuar a UFPI, com todo seu conglomerado, pelo valor histórico que esta instituição efetivamente representa.

Com respaldo, pois, à significância desta pesquisa para a UFPI, de maneira específica pretende-se: (1) resgatar a trajetória histórica dos fatos que fundamentaram a criação do CMRV, através dos caminhos inicialmente percorridos com as primeiras ações que delinearam o projeto de criação do Ensino Superior em Parnaíba; (2) descrever o contexto sociopolítico-econômico e educacional de Parnaíba, envolvendo a UFPI, e (3) descrever o processo contínuo de criação, construção e funcionamento do CMRV.

Destaca-se neste trabalho, como fato histórico relevante que, após a criação, em Parnaíba da Universidade Federal do Piauí com a Federalização da Faculdade de Administração do Piauí, foi logo em seguida autorizado o processo para edificação da estrutura física do CMRV, ainda no transcurso do ano de 1971. E já a partir do segundo semestre de 1975, o Curso de Administração de Empresas passou a, efetivamente, funcionar

nas dependências do CMRV. E no ano seguinte, novos cursos foram instalados nesse Campus; precisamente os cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Econômicas. O crescimento nesse período inicial do CMRV também contempla a criação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia/Magistério, em 1984, a fim de qualificar e atender a expressiva demanda de professores, que atuavam na formação pedagógica do ensino médio, no Piauí, sem a habilitação e qualificação exigidas para esse segmento. Com essa providência passou a ser ofertada uma melhor qualidade de professores profissionais para o ensino fundamental.

O CMRV foi criado concomitante à criação do Campus da Ininga, em Teresina (depois renomeado Campus Ministro Petrônio Portella), entretanto muitas perguntas causam estranhamento e foram elas que propiciaram os “vários olhares” desta pesquisa a assumirem direcionamentos próprios, isto é, visualizaram o trabalho de pesquisa nos conceitos básicos do referencial teórico-metodológico, a fim de que se conduzisse com segurança os encontros com os sujeitos da pesquisa, não deixando de lado a revisão de literatura e o testemunho silencioso das fotografias, que para Le Goff (2005) refletem um documento/monumento à medida que se compõem como produto material produzido por certa sociedade em um determinado contexto, e representa um símbolo que perpetua sua memória coletiva. Nesta pesquisa, as fotografias funcionaram como apoio ao texto escrito e, também, significado implícito nas descrições de memórias. Mauad (2004) concorda com Le Goff (2005) quanto ao sentido de que todo documento é monumento, diz que a fotografia informa e, à medida que o faz, “ela conforma determinada visão de mundo” (2004, p.22).

Assim, investiu-se em leituras da literatura pertinente, buscando autores locais, nacionais e internacionais, que escrevem sobre o estado da arte concernente. Então, neste trabalho se reflete acerca da história da educação brasileira, desde a sua origem pelas mãos dos jesuítas, seguindo os encaminhamentos para a instituição da universidade brasileira, considerando, sem dúvida, a luta para a sua criação nesse lado do mundo. E, no Piauí, especialmente na cidade de Parnaíba.

Este trabalho, também, não poderia eximir-se de estudos/pesquisas sobre a História das Instituições Escolares, a Nova História Cultural, a História Oral, e sobre a Memória. Tudo isso para se obter conhecimentos que embasassem satisfatoriamente a pesquisa em foco.

Desse modo, com o intento de conhecer mais de perto o objeto da pesquisa e para fundamentar e responder as questões suscitadas, as buscas de conhecimentos se iniciaram na cidade de Parnaíba, onde foram realizadas visitas de exploração literária junto ao Instituto

Histórico e Geográfico de Parnaíba, à Associação Parnaibana de Letras, à Câmara Municipal, à Federação das Indústrias e à Biblioteca Municipal de Parnaíba, cujos órgãos municiaram muito material teórico para a pesquisa sobre a história da cidade. Esse primeiro momento da pesquisa foi concluído garimpando-se informações nos arquivos do próprio CMRV/UFPI, onde foram acessadas cópias de alguns relatórios de atividades, planos de ação, livros de Atas da Congregação, Regimento Interno e álbuns de fotografias de eventos realizados na própria instituição. Esse acervo de informações foi ampliado, com o material obtido em alguns departamentos da UFPI em Teresina, onde foram obtidas cópias de plantas do Plano Diretor, da Escritura do Imóvel, (terreno onde estão encravados os edifícios que integram o CMRV); memorandos, pareceres e portarias, que sempre se referem à construção do CMRV, satisfazendo ao interesse dessa pesquisa.

Ao prosseguir com a tarefa de coleta de dados escritos, paralelamente deu-se início à realização das entrevistas semiestruturadas, aplicadas de modo individual. Lakatos (1996) ensina que este tipo de entrevista oferece subsídios ao pesquisador para fazer perguntas abertas e fechadas; e dessa forma o entrevistado dialoga, contando suas experiências no contexto do tema investigado. A autora sugere, ainda, pelo menos dois motivos para se utilizar entrevistas semiestruturadas nas pesquisas: primeiro, que delas se abstrai um melhor resultado do interesse de estudo; segundo, porque estimula e deixa mais à vontade os entrevistados, uma vez que muitas pessoas não “gostam” de dar respostas por escrito.

Na continuidade da pesquisa relativa à História e Memória do CMRV, buscou-se ouvir, principalmente, sujeitos que vivenciaram o processo de constituição e/ou que ainda vivenciam fatos do cotidiano do CMRV, e, por fim, aqueles que, como simples membros da cidade de Parnaíba, testemunharam acontecimentos e, através de seus relatos, puderam corroborar com o trabalho e dar significado à retrospectiva histórica da vida do CMRV, no período delimitado, para resultar nesta narrativa. Dentre esses sujeitos foram selecionados os que se configuraram mais parceiros na criação do CMRV, como os ex-professores (que foram voluntários), os professores em exercício; funcionários ativos e ex-funcionários; alunos e ex-alunos; e demais cidadãos do Piauí que participaram de alguma forma na criação, implantação e funcionamento do CMRV, objeto deste trabalho.

As informações necessárias foram prontamente atendidas e, à medida que as entrevistas foram realizadas e os sujeitos foram relatando as suas vivências pessoais trazidas pela memória individual, foi-se constituindo a memória de grupos que vivenciaram situações ou construções coletivas. Assim, à medida que as sessões de entrevistas se sucediam, novos

sujeitos eram indicados pelos entrevistados com possibilidades de colaborarem com o fornecimento de dados para a construção dos nexos desta pesquisa.

Foram entrevistados 2 ex-diretores e 1 diretor atual; 1 coordenador de curso; 4 professores, 1 ex-professor; 4 alunos e 3 ex-alunos; 1 Arquiteto e 1 professor da UFPI/Teresina (aposentados); e 1 um ex-funcionário, num total de 19 entrevistados que, através de suas memórias forneceram informações satisfatórias e importantíssimas para a construção da análise, e conclusões das buscas acerca do objeto estudado.

De posse das respostas às questões formuladas, o passo subsequente foi transformar as informações e dados obtidos, em um texto narrativo que afirmasse o conteúdo e a intenção da proposta inicial: de reconstituição da História e Memória do CMRV, da UFPI e trazer à tona a história real dessa instituição, pautada na história narrada na “cor local”, pelos que vivenciaram e vivenciam o cotidiano do ensino superior no Norte do Piauí e que, ao seu modo, representam a “cor local” dessa história que, na maioria das vezes, não é conhecida pela história oficial.

Então, para crescer com mais significados o presente trabalho, garimpou-se, também, em outras fontes oficiais, documentos históricos sobre o CMRV, encontrados nos Arquivo Público “Casa Anísio Brito” e Biblioteca da Universidade Federal – Campus Petrônio Portela – em Teresina, e em alguns departamentos específicos da UFPI, onde também foram encontrados documentos originais valiosos. No CMRV, várias informações foram obtidas sobre o que contavam as fotografias reveladas ao longo da vida do Campus. Para aumentar o acervo de informações pictóricas, foram fotografadas fachadas de prédios, salas e móveis de vários espaços de trabalho que rememoram fatos da história do CMRV, bem como fotocópias das atas de reuniões, memorandos, plantas e projetos; relação de formandos, placas de homenagens e de eventos que marcaram importâncias e que registram em linguagem simbólica esses acontecimentos diretamente relacionados com a realidade da história que este trabalho se propõe contar.

Embora não pertença diretamente ao CMRV, a pesquisadora se sente agora muito ligada a esta IES e incluída como um dos membros partícipes da sua história, dada a forma como neste tempo presente ficou familiarizada, intimamente, com a vida dessa instituição, e, feliz como os outros estudiosos, sente-se particularmente gratificada pela possibilidade de desenvolver a pesquisa, também, através da história oral, a qual aproxima o pesquisador(a) dos personagens envolvidos na história real, através de testemunhas e seus respectivos relatos das lembranças individuais que (re)contam a trajetória de vivências coletivas dos

empreendedores do ensino superior em Parnaíba e a própria participação da sociedade comunitária parnaibana.

Para construção dos nexos desta história, também se optou pelos subsídios da História Regional e da Historiografia do Ensino Superior, de tal forma que possibilitasse evidenciar informações do passado, que possam garantir no presente uma visão mais científica do Campus Ministro Reis Velloso, assim como de suas reais finalidades: para garantir à sociedade uma prestação de serviço de qualidade nos aspectos do ensino, pesquisa e extensão da cultura, de maneira que a juventude encontre nessa Instituição de Ensino Superior (IES) a oportunidade garantida em lei, que lhes dê suporte, a fim de exercer seus direitos plenos de exercício de cidadania.

O embasamento teórico para desenvolver este trabalho, despertou o interesse para o seguinte questionamento:

Que fatos principais determinaram a criação do CMRV?

Como se deu a trajetória do CMRV, desde a sua criação até o ano de 2008?

Como foi o funcionamento do CMRV no início de sua criação, considerando as precárias condições, tanto nos aspectos de professores qualificados como em condições logísticas de funcionamento?

Como foram superadas estas precárias condições?

Quais os fatos mais importantes na trajetória histórica do CMRV?

Que problemas ou dificuldades surgiram e merecem grande atenção no início da criação do CMRV?

Como ocorreu a adaptação dos docentes dos primeiros cursos superiores, sabendo que os mesmos não possuíam formação para o magistério superior?

Como se deu a contratação dos docentes responsáveis pelas disciplinas a serem ministradas no CMRV?

Considerando os esforços e interesses de empresários e intelectuais parnaibanos na luta para a criação do Ensino Superior, e o que de mais relevante aconteceu ou contribuiu para a criação do CMRV, em Parnaíba?

Que pessoas mais se destacaram nesse movimento (luta), para implantação do Ensino Superior em Parnaíba?

Algum município da Região Norte do Piauí tomou parte nesse movimento da criação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba?

Que outras informações podem rememorar o movimento (luta) da criação do Ensino Superior em Parnaíba, até culminar com a implantação do CMRV?

Para todas estas perguntas busca-se dar uma resposta dentro da contextualização do trabalho. E, quanto aos princípios teóricos metodológicos, ao longo do trabalho se apresentam reflexões acerca de quatro pontos: (1) fundamentação dos princípios teóricos e metodológicos que norteiam a pesquisa; (2) segurança nos procedimentos pelos quais obtivemos os dados fundamentais para a reconstituição do objeto deste estudo; (3) flexibilidade no plano de análise que deu suporte ao processo e escrituração da pesquisa e (4) apresentação dos sujeitos que colaboraram na investigação.

Para uma construção mais segura desta pesquisa histórica, diretamente vinculada à historiografia da educação brasileira, da história das instituições e do ensino superior, este trabalho também realiza uma passagem pelas vias da pesquisa bibliográfica, através das produções clássicas que dão suporte ao tema em questão, a fim de obter uma melhor compreensão sobre a Nova História Cultural, Instituição Escolar, História Oral, História e Memória, Educação Brasileira, e, em particular e especialmente, sobre a realidade do CMRV/UFPI nesse contexto de cultura.

As leituras pertinentes e as visitas programadas conduziram ao conhecimento e às assertivas das pesquisas atuais realizadas no contexto da História da Educação do Brasil, aprendendo-se que há uma tendência voltada para a utilização da Nova História Cultural, pela possibilidade que ela dá para se utilizar novas fontes, as quais, por um determinado tempo, foram relegadas. E, graças à visão da história como a história do homem em sociedade, ocorrida após a revolução dos annales, foi possível também ouvir e dar voz às pessoas comuns e, assim, saber como vivenciaram fatos e acontecimento da sociedade em um determinado tempo e lugar. Então, partindo desse princípio, as lembranças trazidas das memórias de alguns sujeitos foram captadas e detalhadas, para narrar a reconstituição da História e a Memória do CMRV/UFPI.

As leituras de atas e relatórios técnicos proporcionaram saber sobre a vida da instituição, mas foram os livros os instrumentos mais instigantes e os elementos mais indicadores da história do ensino superior em Parnaíba que, somados aos relatos de memórias dos sujeitos partícipes dessa história, despertaram o desejo de saber tudo ou quase tudo sobre o CMRV. Embora os trabalhos, até então, publicados estão ligados mais especificamente ou apenas a estudos sobre os Cursos ofertados no CMRV, cuja maioria refere-se à formação de Professor, este presente trabalho sobre a reconstituição global da História e Memória do

CMRV passa a ser mais abrangente e mais aberto, ao tempo em que se insere a vida dessa instituição no “novo olhar” da sociedade. Constitui-se, também, em um trabalho pioneiro, extraído de fontes de informações empíricas e históricas originais. Segundo Lopes; Galvão (2001), fontes originais são matérias-primas básicas que o historiador encontra disponível ou procura, e quando as encontram utilizam-nas para fazer pesquisa. Portanto, as fontes são necessárias e indispensáveis para o historiador reconstruir o passado.

É pela utilização das fontes que o historiador constrói/reconstrói a história fazendo a composição dos pedaços do passado que vão se interligando, dando forma e possibilitando que o homem construa/reconstrua a história dos homens, das mulheres, das sociedades, enfim, das vivências e convivências dos povos nos contextos sociais de cada época. Estas historiadoras mostram que:

[...] as fontes estão aí, disponíveis, abundantes ou parcas, eloqüentes ou silenciosas, muitas ou poucas, mas vemos pelos trabalhos que são realizados, que existem. Mas estão também indisponíveis porque, inicialmente, é preciso que aquele que se propõe ao trabalho vá atrás delas e só faça isso se tiver um problema ou no mínimo, um tema (LOPES; GALVÃO, 2001, p. 78).

Assim, a forma de lidar com um problema ou um tema é que dá vazão ao manancial, porque algo somente se transforma em fonte dependendo do trabalho que se pretende realizar. Todavia, mesmo quando as circunstâncias parecem favoráveis, o passado resiste e nunca se dá a conhecer em sua completude, ainda que o pesquisador utilize de todo rigor metodológico; isso porque o passado, pelo seu próprio caráter, é e “permanece fluido e fugidio”, dificultando assim a composição dos pedaços que se pretende construir (LOPES; GALVÃO, 2001).

A Nova História Cultural tem se preocupado por toda “historiografia que se volta para o estudo da dimensão cultural de uma determinada sociedade historicamente localizada” (BARROS, 2004, p.56). Desse modo, os pressupostos teóricos e metodológicos desta pesquisa perseguem esta direção. Ainda sobre o assunto, Burke (2005), ao tecer considerações acerca da Nova História Cultural, revela a importância de se ouvir opinião das pessoas comuns, para saber sobre suas experiências referentes à mudança social. Seguindo esta base teórica, exponho neste trabalho as reflexões do Senhor Francisco de Assis Rocha Carvalho, servidor do CMRV, há 31 anos ocupante do cargo de Servente da Limpeza e, quando indagado sobre o tema CMRV, ele baixou a cabeça, como que lutando contra o esquecimento,

para lembrar uma forma de estruturar as suas memórias, e quando levantou a cabeça, olhando ao longe disse: “[...] às vezes fico até pensando... Será que eu estou na Universidade onde eu comecei?” As mudanças advindas parecem impressioná-lo. Mas é a própria cidade que está a construir e reconstruir sua história.

Desta maneira, cita-se nesta dissertação a mudança social ocorrida na cidade de Parnaíba, com a criação do CMRV, e que nas palavras do Professor José Néilson de Carvalho Pires, ao ser perguntado sobre a repercussão da inserção do CMRV naquela cidade, ele deu o seguinte ponto de vista: “Foi fenomenal, foi espetacular!” (JOSÉ NÉILSON, ENTREVISTA, 2009). Com esta perspectiva, é relevante o leque de possibilidade no campo dos documentos e das fontes que se pode articular com a Nova História Cultural (BURKE, 2002).

Os alicerces teóricos desta construção literária têm como fundamentos básicos as referências de autores que discorrem acerca da Nova História Cultural e sobre a História das Instituições, História da Educação no Brasil e do Ensino Superior, respectivamente. Entre os que trabalham com o tema em discussão, consultamos Barros (2004), Burke (2002, 2005), Bloch (2001), Chartier (1990), Le Goff (2005), Lopes; Galvão (2001), Durkheim (1995), Lopes (2005), Magalhães (1998, 1999, 2004), Petitat (1994), Saviani (2005), Halbwachs (1990) e Souza (2004), Azevedo (1976), Hilsdorf (2005), Ferro (1996, 2000, 2005), Cunha (1984), Fávero (1977), Cardoso (2005), Nascimento (2007).

Quanto aos procedimentos técnicos desta investigação científica, foram realizados levantamentos e utilização de fontes¹ especialmente documentos² escritos oficiais (atas, leis, decretos, pareceres, relatórios, etc.) que notificaram cada movimento das etapas realizadas. E, também, recursos não oficiais que tratam sobre o assunto, através de entrevistas semiestruturadas (as quais foram gravadas e/ou escritas conforme a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa), propostas curriculares, históricos escolares, etc. Enfim, as fontes foram todas as possíveis, garantidas pelas plausíveis originalidades, e pelas raízes da história oral de agentes que viveram e ainda vivem o cotidiano do CMRV, desde a criação, iniciada com a federalização, implantação/incorporação da Faculdade de Administração de Empresas do Piauí, pela UFPI.

¹ As fontes, segundo Saviani, elas não são a origem do fenômeno histórico. Considerando para efeito de estudo, elas estão na base, no ponto de partida, no plano do conhecimento do objeto histórico estudado e são inesgotáveis.

² Documentos são os registros históricos deixados pelas civilizações que contam a sua trajetória, os artefatos, documentos, testemunhos, monumentos (LOMBARDI, 2004, p.156).

Por conseguinte, após levantamento bibliográfico e maior familiaridade com o CMRV, procedeu-se a seleção, classificação e análise dos documentos oficiais que, para a concretização deste trabalho, foram utilizadas fontes primárias, através de exame criterioso de: Atas, Certidão, Decretos, Escrituras Públicas, Jornais, Leis, etc. Com referência às fontes secundárias, foram encontradas em livros, dissertações, monografias, artigos, etc. Para Vasconcelos (2002, p.210), “fontes primárias são aquelas que ainda não receberam tratamento analítico; as outras são as que, cuja captação e sistematização, passaram pelo crivo de alguma elaboração teórico-analítico”.

Procurou-se também, pelos meios mais propícios, as fontes documentais, materiais, aquelas que, segundo Gil (2002), ainda não recebeu os tratamentos de análises, ou que podem passar por nova revisão, de acordo com os objetivos do pesquisador. Entretanto, muitas vezes ocorrem dificuldades para se encontrar as fontes escritas e, quando encontradas, além de poucas, elas estão em péssimo estado de conservação, talvez porque, infelizmente, ainda carecemos de desenvolver na maioria de nós o senso de valor para a preservação de documentos históricos, tanto os impressos como os de esculturas. Penso que o incentivo na intensificação de leituras e da feitura de pesquisas históricas seja uma possibilidade maior para desenvolvermos, em nós todos, o espírito de preservação das fontes, ainda tão carente.

Esta experiência de se deparar com as dificuldades sobre as fontes documentais, nas condições aqui relatadas, são experiências vividas e relatadas, também, pelos pesquisadores Buffa; Nosella, (2000), Magalhães (2004), entre outros, que vivenciaram a pesquisa em instituições escolares. Esses pesquisadores relataram as precárias condições de “armazenamentos” em que se encontram grande parte dos documentos de pesquisa escolar. Por minha parte, no decurso desta pesquisa, além das péssimas condições de arquivamento dos documentos encontrados, muitos deles não se encontravam no esperado local de origem, provocando gargalos e desvios no andamento da pesquisa, fato que dificultou sobremaneira o trabalho de consulta.

O recorte espacial histórico e geográfico adotado para este estudo foi o município de Parnaíba-PI, no período de 1968 até 2008, envolvendo, portanto, o início do processo de criação do primeiro Curso Superior de Administração de Empresas, da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI) mantida pela Fundação Educacional da Parnaíba (FEP), até a FAPI ser federalizada pela UFPI, no ano de 1969, e que foi, posteriormente integrada/incorporada, em 1-3-1971, por esta mesma IES. A partir desse mesmo ano foi instituído o CMRV, primeiro Campus da UFPI fora do contexto de Teresina, o qual, desde a

sua criação, vem prestando bons serviços nos segmentos da educação, promovendo pesquisa e extensão do ensino à sociedade parnaibana, à população piauiense e ao Brasil como um todo, assim fazendo cumprir as metas e a missão de sua mantenedora, a UFPI.

Para constituir este trabalho documental sobre o CMRV, além das fontes documentais já citadas, recorreu-se, também, à História Oral; pois entre as muitas possibilidades que ela oferece ao pesquisador (a), uma delas é considerar as lembranças de vida dos indivíduos, os quais, ao focalizarem suas memórias, lutando contra o esquecimento, para trazer à tona as suas lembranças pessoais, reelaboram também uma visão mais concreta da dinâmica de funcionamento das várias etapas da trajetória do grupo social a que pertencem.

Meihy (1996) conceitua História Oral como um conjunto de procedimentos que inicia com a criação de um projeto, prosseguindo com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas, com planejamento de roteiro de gravações e transcrições, com conferência do depoimento. Depoimentos que devem conter autorização dos depoentes, para narração e para arquivamento. E foi por meio dos procedimentos metodológicos da História Oral, que se pode ouvir e registrar relatos a respeito de fatos ainda não contados em outro documento e que, neste estudo específico, pôde corroborar com a completude da história e da memória do objeto desta pesquisa, o Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e Memória.

Esta dissertação está apresentada em quatro Capítulos, nos quais o tema “Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e Memória” é tratado com a merecida desenvoltura, e, além de narrar os resultados da pesquisa realizada: sobre como surgiu, como se desenvolveu e como atua o CMRV/UFPI, em Parnaíba, também recorda a História e Memória do Ensino Superior, onde o Piauí se tornou personagem de grande importância nesse cenário de desenvolvimento cultural no Brasil. O Capítulo 1 – REFAZENDO CAMINHOS – recorda como a instituição Universidade firmou sua raiz no Brasil e cresceu abrindo novas instituições, gerando progressos com a “criação da UFPI e o ensino superior em Parnaíba”. O Capítulo II – CRIAÇÃO DO CMRV: História e Memória – narra detalhes esclarecedores sobre “o início do projeto, os processos de constituição e a obra” deste IES, que transformou a cidade de “Parnaíba – de Entrepasto a Cidade Universitária”. O Capítulo III – PROFESSORES: Situação Funcional e Ação Participativa da Congregação – aborda as dificuldades iniciais da estruturação do Quadro de Docentes dessa IES, o papel associativo da Congregação em torno da formação e do enquadramento dos Professores do CMRV e a

preocupação com a Proposta Curricular dessa IES. O Capítulo IV – CMRV NO SÉCULO XXI E O PROGRESSO EXPANSIONISTA DA UFPI – encerra este trabalho, sem nenhuma pretensão de exaurir o assunto, até porque a História e Memória são conceitos dinâmicos e de conteúdos vastos, que, certamente, instigam “novos olhares” para as passagens do progresso humano.

E, por fim, as Considerações Finais, deixando claro que, parte das conclusões e deduções, mesmo as subjetivas cogitam um ponto de vista pessoal.



CAPÍTULO 1
REFAZENDO CAMINHOS

CAPÍTULO I

REFAZENDO CAMINHOS

1.1 O ensino superior e a origem da Instituição Universidade no Brasil

A origem da instituição chamada universidade data quase novecentos anos. Nasceu na França, quando os ensinamentos que se realizavam, no interior dos mosteiros, já não correspondiam mais às necessidades da sociedade, à época. Provavelmente os novos conhecimentos que ocorriam ao redor dos muros, e os enclausuramentos vividos, fizeram os mosteiros perderem o seu significado, no contexto da formação intelectual, uma vez que não vislumbravam os passos dos comerciantes, estradeiros que cambiavam mercadorias, ou seja, os mosteiros pouco se preocupavam com a preparação do homem para o mercado de trabalho. Segundo Petitat (1994), a finalidade-mor dos mosteiros era a oração e por isso o que se passava lá fora pouco importava. Então, a universidade do ensino surgiu para atender as reivindicações de novo paradigma: promover um novo projeto da formação humana.

Sobre a universidade brasileira, conhece-se pelo menos duas tentativas frustradas para a sua criação: A primeira foi suplantada pela resistência, tanto política colonialista portuguesa, quanto pela elite brasileira, porque não encontravam justificativas para a criação de uma universidade no Brasil, uma vez que a elite podia encaminhar-se, ou os seus descendentes, até à Europa (Portugal e França) e lá se manter para prosseguir seus estudos. Mas, por outro lado, ao colonizador não interessava esse investimento, porque a sua pretensão era exploratória e não emancipatória (FÁVERO, 1977). A segunda tentativa ressalta-se nos registros históricos da Conjuração Mineira, movimento ocorrido por volta do final do século XVIII. As referências que tratam sobre este fato estão registradas nos documentos constituintes de parte dos Autos de Devassa da Inconfidência Mineira, dentre os quais se encontra a carta datada de 28 de maio de 1789, de Domingos de Abreu Vieira, a qual evidencia a vontade de São João Del Rei tornar-se Capital da República e Minas Gerais, desejando desmembrar-se, tornar-se-ia República Independente, e nessa posição fundaria uma Universidade em Vila Rica (FÁVERO, 1997). A forma encontrada pela Metrópole, para

manter o controle sobre a Colônia, foi impedindo todas as iniciativas de criação de uma universidade no Brasil, como lembra Fávero:

Todos os esforços da criação de Universidade ou mesmo de escolas superiores no período colonial e monárquico [...] foram malogrados, o que denota todos os esforços de criação da Universidade, ou mesmo escolas, uma política de controle a toda iniciativa que possibilitasse uma independência cultural da Colônia. Em matéria de ensino, todas as diretrizes emanadas da sede da Corte eram feitas como se visasse estabelecer a rotina; paralisar as iniciativas, mesmo à distância (FÁVERO, 1977, p.20).

Contudo, para a minoria, que dispunha de condições econômico-financeiras e podia custear estudos em Portugal, a Universidade de Coimbra foi um lugar que, além de oferecer conhecimentos, influenciou positivamente na formação da elite política e cultural brasileira, pois a cada iniciativa de criação tolhida, surgiam, em contrapartida, aspirações contínuas e latentes, na expectativa de novas oportunidades. Mesmo assim o colonizador português não encontrou motivos que justificassem criar instituições de ensino superior no Brasil, onde havia tomado posse, como colônia, na metade do século XVI. Esse pensamento, inibidor do desenvolvimento da formação cultural da elite brasileira, permaneceu por aproximadamente mais dois séculos, pois, somente no início do século XIX é que foram criados alguns cursos superiores, de forma isolada, ao contrário, portanto, do que acontecia nas colônias espanholas, que desfrutavam de certa liberdade, possibilitando ao colonizador espanhol a fundação de universidades, que favoreceu o desenvolvimento científico em algumas regiões da América Latina. São exemplos dessa liberdade, as universidades do México e do Peru, onde foram desenvolvidas intensas atividades intelectuais.

No entanto, não se pode negar a influência da Universidade de Coimbra na formação cultural independente que posteriormente se desenvolveu no Brasil. Portugal desde o século XVI havia confiado à Companhia de Jesus³ a responsabilidade sobre a instrução e a catequese dos povos conquistados, com o intuito de unificar a cultura portuguesa em todas as suas possessões. Até a própria Universidade de Coimbra estava sob o controle da Companhia Jesuítica. À época, tornou-se habitual os filhos da elite colonial formada de portugueses,

³ Ordem religiosa fundada em 1534 por Inácio de Loyola ou Loiola (nascido Íñigo López), aprovada oficialmente pelo Papa Paulo III. Os membros são conhecidos como jesuítas, cujo objetivo principal era controlar, por meio da educação, a disseminação do ideário protestante uma ordem religiosa católica romana, que teve grande importância na Reforma Católica. Atualmente a Companhia de Jesus é a maior ordem religiosa católica no mundo.

nascidos no Brasil, deslocarem-se para Portugal a fim de prosseguirem com seus estudos, porque, tanto no Brasil quanto na metrópole portuguesa, o ensino estava sob a orientação da Ordem Jesuítica de Inácio de Loyola, e essa por sua vez, no Brasil, encarregava-se de incutir a fé católica aos nativos, organizando-os em aldeamentos; orientava a formação do clero em seminários teológicos e, também, era encarregada de guardar e orientar os filhos da elite dominante, em colégios reais, onde ofereciam educação nos modelos medievais latinos com elementos gregos. Portanto, para ampliar-se culturalmente e poder frequentar a Universidade de Coimbra, os membros da elite, radicados na colônia brasileira, teriam de dirigir-se para Portugal.

A administração da colônia brasileira, com a chegada das missões jesuíticas, entre os anos de 1549 e 1553⁴, apresentou em termos de ação sistemática uma organização de controle do crescimento humanístico do ensino, visto que os jesuítas “foram responsáveis pela instrução e catequese na Colônia e tentaram estruturar, de algum modo, uma Universidade” (AZEVEDO, 1976, p.10). Todavia não receberam apoio suficiente para levar em frente o empreendimento.

O ensino jesuítico ofertado na Colônia geralmente contemplava os Cursos de Letras e artes. Segundo Fávero (1977, p.18), “era um ensino médio de tipo clássico, [...] um curso intermediário entre os estudos de humanidades e os cursos superiores”. Após a sua terminalidade em filosofia e ciências havia a divisão, para a possibilidade de atender a dois caminhos: o eclesiástico ou o das ciências (ligada às leis e medicina, principalmente). Aqueles que procuravam o primeiro caminho encontrariam resposta no colégio da Bahia, ou nos seminários maiores, ou na Faculdade de Teologia, na cidade de Coimbra em Portugal. Para os que buscavam o outro caminho das ciências, como não havia possibilidade de satisfação na Colônia, a alternativa era a Universidade de Coimbra se quisesse as leis, e a de Montpellier, na França, caso o interesse fosse pela Medicina (AZEVEDO, 1976).

A situação mais evidente, porém, era que as alternativas, para dar prosseguimento aos estudos, somente contemplavam a minoria abastada, detentora de poder político e econômico na colônia. E, além dessa condição selecionadora, ainda havia a má vontade dos representantes da Coroa portuguesa na elite brasileira, somando-se às divergências de opinião no interior da própria Companhia de Jesus, onde se encontravam posições contrárias à concessão de títulos acadêmicos no Colégio da Bahia (FÁVERO, 1977).

⁴ As quais foram enviadas a conselho de Diogo Gouveia, por D. João III, a quem preocupava a colonização do Brasil; e, apesar da espantosa atividade missionária, política e educadora, desses missionários, os quais se apresentavam subordinados, sediam inteiramente às exigências da Igreja.

Consoante Fávero (1977), no ano de 1583, o Padre Miguel Garcia, receoso de que os cursos oferecidos no Colégio da Bahia (criados pelos jesuítas, em torno de 1550) fossem transformados em universitário, elaborou um relatório para o governo metropolitano, externando preocupações como a seguinte, na qual disse: “com o darem-se neste colégio graus em letras, parecem que querem meter rassaibos de Universidade” (LEITE, 1938, p.38 *apud* FÁVERO, 1977, p.19).

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em consequência do Bloqueio Continental⁵, a Corte portuguesa, para se estabelecer na Colônia, de antemão, necessitava de um aparato logístico operacional qualificado, para apoiar a organização burocrática dos serviços públicos e, também, para preenchimento de vagas nas funções práticas de execução imediata. Contudo, mesmo considerando a necessidade contingencial da Corte, não aconteceu a criação da esperada Universidade no Brasil. Instituíram-se algumas Escolas Superiores de caráter profissionalizante, prático e imediatista. Porque naquele momento, considerando-se que o objetivo era, especialmente, a formação de oficiais e engenheiros civis e militares, para cuidar da defesa da Colônia, que neste contexto transformara-se em sede do Governo português, e não havia despertado interesse de suprir o Brasil de Ensino Superior.

Embora Dom João VI, ao aportar na Bahia, tenha recebido de empresários baianos solicitação para que autorizasse a criação de uma Universidade no Brasil, o Príncipe Regente não se sentiu sensibilizado e, contrariando ao pedido, mas, talvez, agindo politicamente, criou em Salvador os Cursos de Anatomia, Obstetrícia e de Cirurgia, este último criado através de Carta Régia de 18 de fevereiro de 1808. Em dezembro de 1815, esta escola passa a ser chamada Academia Médico-Cirúrgica e, pelo Decreto de 3-10-1832, transformada em Faculdade de Medicina da Bahia.

Então, Dom João VI, concluindo sua viagem, ao chegar à cidade do Rio de Janeiro, criou uma Escola de Cirurgia, as Academias Militares, a Escola de Belas Artes, o Museu Nacional, a Biblioteca Nacional e o Jardim Botânico (FÁVERO, 1977). Tudo parece indicar que a atitude do Príncipe Regente estava vinculada à organização do aparato administrativo da sede do Governo estabelecido doravante nas terras brasileiras.

Com a instalação da Corte no Brasil, desencadeou-se o desenvolvimento da vida urbana em algumas cidades, implicando em necessidade cada vez maior de organizar a máquina administrativa. Deste movimento, a alternativa encontrada pelo governo e que soube

⁵ Bloqueio Continental, decisão tomada por Napoleão Bonaparte, Imperador da França, em 1806, fechando o Continente europeu à Inglaterra.

muito bem aproveitar a oportunidade foi de instalar no campo educacional cursos que contemplassem a necessidade imediata: o preparo de pessoal mais diversificado, para suprir os quadros burocráticos e emergenciais de defesa da Corte. Entretanto, por todo o período do reinado de D. João VI, e, posteriormente, durante o período imperial, muito foi discutido acerca da necessidade de criar universidade no Brasil. Mais tarde, com a Constituição de 1824, a discussão do público veio à tona, mas o Ensino Superior continuou restrito às faculdades isoladas, visando somente formar corpos técnicos para atender à demanda da corte.

Depois, então, em 1854 foi criada a Faculdade de Direito de São Paulo, tendo por base a transformação do antigo curso de Ciências Jurídicas e Sociais, criado em 1827. Acompanhando a mesma metodologia foi criada a Faculdade de Direito do Recife, como também a da cidade de Olinda, Pernambuco, que passou a chamar-se Faculdade de Direito, em 1854, e, posteriormente transferida para a cidade do Recife.

A literatura pertinente ao Ensino Superior no Brasil, segundo Cunha (1980), conta que no final do século XIX existiam 24 estabelecimentos deste nível e 10.000 estudantes matriculados. Como comparativo de crescimento do ensino superior, no Brasil, pode ser tomado o fato de que em 1879 existiam apenas seis estabelecimentos civis de ensino superior, mas nenhuma universidade.

A Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro foi iniciada, parte a parte, com atos de Dom João VI: a de Anatomia em 1808; a de Medicina Clínica Teórica e Prática e Princípios Elementares de Matéria Médica e Farmacêutica, em 1813. Esta se transformaria em Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1832. Por seu lado, a Escola Politécnica do Rio de Janeiro originou-se da Academia Militar, criada em 1810, e transformada em 1832 em Academia Militar. Em 1842 foi transformada na Escola Militar e, em 1858, na Escola Central, a qual passa a ser destinada ao ensino de Engenharia Civil. Por fim, no ano de 1874 passa a ser chamada de Escola Politécnica. No Estado de Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, a Escola de Minas foi criada em novembro de 1875 e instalada em 1876. Todavia, de acordo com a pesquisa de Fávero (1977), sobre a universidade brasileira, a Escola de Minas tem como uma de suas características, desde o início de sua criação, o ensino adaptado às condições do meio ambiente.

Em 1888 ocorreu a extinção da escravatura e com ela a mão-de-obra escrava foi substituída pela assalariada (mal assalariada). Neste contexto, ocorreu o esvaziamento do campo, a diminuição das atividades agrícolas e, em algumas cidades, um acentuado aumento populacional, principalmente nas cidades mais desenvolvidas (HILSDORF, 2003). Ressalta-

se que a primeira Constituição Republicana (promulgada em 24 de fevereiro de 1891), ainda seguindo a tradição imperial, desde o Ato Adicional de 1834, continuou atribuindo aos Estados a responsabilidade pela organização do ensino geral, enquanto o ensino superior ficava a cargo do Governo Federal.

Como no Brasil a atividade da indústria, devido a sua própria complexidade, requerer maiores saberes do que os até então ofertados pelo governo brasileiro, este país, no início da república, para se adequar às necessidades impostas pelas práticas modernas, sentiu que seria necessário trilhar pelos caminhos da educação. No entanto, a sociedade brasileira, que tinha suas origens na monarquia, e que mudara de regime de forma abrupta “[...] tinha dificuldades em funcionar organizadamente na nova realidade de alternância de poder” (FERRO, 1996, p. 36).

A iniciativa do Governo Central de tirar de si e atribuir aos Estados, a responsabilidade pela organização do ensino em geral, deixou para as gestões estaduais atribuições que lhes oneravam os cofres, sem contar que, muitas das vezes, os interesses econômicos parecerem sobrepor aos educacionais, em muitos Estados, inclusive no Piauí; situação que se tornara um empecilho à tentativa de mudança. Alguns desses Estados (entre eles o Piauí) apresentavam predisposição à atividade agropastoril, e apenas uma pequena parte da população, mais abastada, detentora de poder político e econômico-financeiro, podia encaminhar seus filhos para prosseguirem estudos em centros urbanos mais evoluídos. Enquanto isto, a maioria da população continuava analfabeta, vivendo à margem dos tempos modernos (BRITO, 1996).

Todavia, a primeira Constituição Republicana, em 1891, abriu a possibilidade de expansão do ensino superior para os Estados e para a iniciativa privada, pois, pela Nova Carta, a descentralização do poder permitia que os Estados criassem seus próprios estabelecimentos. Contudo, mesmo com a Constituição Republicana abrindo precedentes para a iniciativa privada e delegasse poder aos Estados, estes na maioria das vezes não possuíam recursos para manutenção dos empreendimentos, como era o caso do Piauí. Muitos desses Estados não haviam estabelecido ainda os níveis de ensino que garantisse demanda suficiente para, de fato, reivindicar a criação de um Curso Superior. Outro fator que chamava a atenção era a acomodação na política econômica, que não considerava a educação como fator de desenvolvimento, e, com parte significativa da sociedade acatando essa prerrogativa como fato “natural”, os governantes, naturalmente não viram por que se dedicar, para a criação de um empreendimento de tamanho investimento, como o ensino superior. Entretanto, apesar das

dificuldades presentes, aqueles membros da sociedade que queriam a criação de Universidade brasileira, continuavam no embate. Assim, em 1892, Pedro Américo, Deputado pelo Estado da Paraíba, propôs a criação de três universidades: uma na capital da República, Rio de Janeiro, outra em São Paulo e a terceira no Norte do país. A título de sugestão, a do Norte poderia ser nos Estados da Bahia, Pernambuco ou no Estado do Pará. Em 1895, Paulino de Sousa Júnior e Evaristo Ramos apresentam um novo plano: criar uma universidade no Rio de Janeiro. Este plano não chegou, inclusive, a receber parecer da Comissão de Instrução Pública.

Em 1903, o Ministro Seabra convocou o professor Azevedo Sodré e conferiu-lhe a incumbência de elaborar um projeto sobre a criação de universidades. No documento constavam quatro sugestões para a criação de universidades, respectivamente, nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador e Recife. A do Rio de Janeiro seria criada com a incorporação dos cinco cursos superiores já existentes: os cursos de Medicina, Jurisprudência, letras e Ciências Físicas e Ciências Naturais. Nos outros Estados seriam criadas a partir das escolas superiores existentes. O projeto de Sodré, embora não tenha sido aprovado, foi debatido, tanto pela Comissão de Instrução Pública como pelos representantes das congregações e pelos diretores de algumas faculdades, a convite do Governo (FÁVERO, 1977).

Sousa Campos (1940), citado por Fávero (1977), escreveu que, mesmo sem êxito, os esforços para criar Universidades continuaram. Assim, em 1908, o deputado Érico Coelho propõe a criação de cinco universidades: Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Pernambuco. Com o trabalho político do Deputado Coelho, Minas Gerais participou do mercado de opções, abrindo o leque de sugestões para criação de Universidades em outros Estados, e esse fato estimulou várias reformas no sistema de ensino do Brasil.

Nesse contexto, a Reforma Carlos Maximiliano⁶, no ano de 1915, surgiu entre outras reformas e algumas proposições políticas, com a finalidade de reoficializar o ensino no Brasil, e tomou forma legal através do Art. 6º do Decreto 11.530 de 18-3-1915, mas que, na visão de Fávero (1977), ocorreu de forma superficial, sendo o Decreto especificamente editado para aplicação no Estado do Rio de Janeiro, Capital da República, inclusive outorgando ao

⁶ Reforma Carlos Maximiliano reorganizou o ensino secundário e superior. Manteve o Conselho Superior de Ensino, promoveu alterações nos currículos das Faculdades Federais de Direito em Pernambuco, e de São Paulo e Medicina na Bahia. No Rio de Janeiro, incluiu Odontologia, Farmácia e Escola Politécnica e, ainda, Engenharia Civil, Mecânica e Eletricidade e Industrial.

Governo Federal poderes para a criação da Universidade, ao seu critério, e na medida em que considerasse oportuno, reuniria as Escolas Politécnicas e de Medicina do Rio de Janeiro, incorporando a elas uma das Faculdades livres de Direito, dispensando-a de taxas de fiscalização e dando-lhe gratuitamente edifício para funcionar (FÁVERO, 1977). Talvez a condição política de instituir, especialmente, a Universidade do Rio de Janeiro, fosse o fato de aquela cidade, à época, acomodar a Capital da República Brasileira. Mas, por outro lado, o Art. 6º da citada Lei, também, abriu precedente para que outros Estados da federação instituíssem suas universidades, seguindo o mesmo padrão de procedimento.

A criação da Universidade do Rio de Janeiro, esquecendo-se os critérios adotados para sua constituição, teve seu mérito como obra impulsionadora do ensino superior no Brasil, pois, a partir dela, abriram-se possibilidades para criação de outras Universidades no país.

Embora as possibilidades tenham surgido com o advento do Decreto 11.530/1915, somente em 1920, por ocasião das festividades dos “Cem Anos da Independência do Brasil”, é que, amparada no Decreto nº. 14.343, do Presidente Epitácio Pessoa, referendado pelo Ministro Alfredo Pinto, foi criada a primeira Universidade Brasileira, através do agrupamento de algumas faculdades profissionais estabelecidas na Capital Federal, Rio de Janeiro. Entretanto, a decisão governamental foi motivada pelo fato de que, no protocolo de homenagem ao rei belga Alberto I, que visitaria o Brasil nas festividades comemorativas dos Cem anos de Independência, estava incluído um título de Doutor Honoris Causa, para esse visitante ilustre, título especialmente proferido por instituição universitária. A oportunidade para a criação da primeira universidade brasileira surgiu nesses moldes. Na realidade, depois do fato consumado, a Universidade passou a ter existência apenas nominal (FÁVERO, 1977).

Em 1925, sob a presidência de Arthur Bernardes, o Governo Federal acatou a Reforma João Luiz Alves (o então Ministro da Justiça e Negócios Interiores), que também foi chamada Reforma Rocha Vaz, apresentada mediante o Decreto nº 16.782-A de 13-1-1925, defendendo a conservação da Universidade do Rio de Janeiro, no modelo estabelecido através do Decreto 11.782-A. Neste mesmo Decreto, o Artigo 260 autorizava a criação de outras universidades, seguindo o mesmo padrão, mas determinava quais os Estados que deveriam gozar desse direito. Foram os Estados de São Paulo, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Entretanto, além de ser no padrão da do Rio de Janeiro, cada entidade criada deveria possuir patrimônio em edifícios e instalações, com orçamentos que não poderiam ser inferiores a Três Contos de Réis (moeda da época). (FÁVERO, 1997). Nesse contexto político, o acordo para a instalação de Universidades dependeria de acertos entre os governos

estaduais: se estes concordassem em disponibilizar o patrimônio, em títulos de dívida pública, cuja renda seria destinada ao custeio das diferentes faculdades, e dispensassem a subvenção da União para os estabelecimentos superiores existentes, não oficiais (FÁVERO, 1977).

Ainda na década de 1920 ocorreram fatos de destaque em prol de repensar o Ensino Superior no Brasil: foram a realização de dois congressos e dois inquéritos de ensino superior brasileiro, ambos solicitados pelo governo federal. O primeiro Congresso foi realizado em 1922, na cidade do Rio de Janeiro. Nesse evento trataram sobre assuntos relativos ao ensino secundário e superior do país que, à época, apresentava um surto de melhora. O segundo realizou-se em 1927, e o objetivo foi provocar discussão e apresentar sugestões para a formulação da Universidade do Rio de Janeiro e, também, rever os cursos jurídicos existentes até aquele momento. De acordo com Lourenço Filho, citado por Fávero (1977), esta atitude refletiu a tomada de consciência da necessidade de se adequar os cursos existentes às exigências do mundo moderno, possibilitando ao Brasil, assim, acompanhar os acontecimentos nos outros países.

Quanto aos inquéritos, esses foram realizados em dois momentos. O primeiro em 1926, patrocinado pelo governo do Estado de São Paulo, e o segundo, pela Associação Brasileira de Educação (ABE), em 1928. Nesses inquéritos, as principais questões levantadas foram: a urgente necessidade de criação de universidades em diferentes pontos do país, (mas que seu conteúdo descrevesse preocupação com a transmissão de conhecimentos, com a pesquisa e com a formação profissional, para atender a necessidade do meio que carecia de um corpo docente atuante, tanto no ensino secundário quanto no superior); a integração das universidades que fossem criadas com os institutos de pesquisa existentes no país; a instituição de regime de tempo integral para o trabalho universitário; e a autonomia universitária como exigência acadêmica e administrativa.

Pela citação de Fávero (1977, p.30), Fernando de Azevedo, coordenador dos inquéritos, na obra *Educação na Encruzilhada* escreve sobre o documento, dizendo que a Universidade do Rio de Janeiro existiu somente no papel, para demonstração de poder cultural, e é da seguinte maneira que Azevedo (1960) se expressa:

[...] existia na época, a Universidade do Rio de Janeiro, mas só no papel. Ela foi criada pelo Presidente Epitácio Pessoa para numa demonstração de 'status' cultural, receber o Rei Alberto da Bélgica. Mas o rei foi embora, passou poucos dias aqui, e a "Universidade" do Rio foi fechada: já tinha cumprido seu papel (FÁVERO, 1977, p.30).

E assim a perspectiva de uma universidade voltou ao patamar dos planos, projetos e discussões em diversas sessões da Assembléia, e em função destes aspectos, o Ensino Superior permaneceu limitado às faculdades isoladas, oferecido em estabelecimentos públicos independentes, por mais de um século, até a exposição da Reforma de Carlos Maximiliano, que, aprovada, promoveu poderes ao Governo para agrupar as faculdades (FÁVERO, 1977).

O evento tratado por Azevedo refletiu a oportunidade surgida em torno da segunda década do século XX, durante os festejos dos Cem Anos da Independência do Brasil. Nesse período, houve também, mudança nas atividades produtivas com ênfase na industrialização. Contudo, a maioria da mão-de-obra existente era formada de pessoas oriundas da zona rural, analfabetas, condição que não correspondia à necessidade do mercado. Além do mais, as atividades produtivas, até então, não exigiam mais do que conhecimentos elementares sobre leitura, escrita de palavras e cálculo, sendo assim, a modernidade encontrou o país com dificuldades de se adequar à nova ordem, como abaixo observa Ferro (1996, p.35):

[...] com a crescente urbanização e modernização, crescia a necessidade de pessoas alfabetizadas, porque as técnicas elementares de leitura, escrita e cálculo, tornavam-se fatores importantes e necessários para a adaptação ao meio social e ao desempenho de determinadas atividades fundamentais na modernidade.

Quando Francisco Campos assumiu a pasta do Ministério da Educação e Saúde Pública, em 1930, elaborou decreto que contemplava três níveis de ensino: secundário, comercial e superior. Quanto ao ensino superior, o projeto de reforma foi dividido em três decretos, todos assinados na mesma data, 11-4-1931 e publicados no Diário Oficial do dia 15-4-1931. O primeiro Decreto de nº. 19.850, criou o Conselho Nacional de Educação (CNE) e definiu as suas funções. O segundo Decreto, de nº. 19.851, norteou sobre a organização da universidade brasileira e, o terceiro Decreto, de nº. 19.852, definiu sobre a reorganização da universidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2000).

Apesar das dificuldades, a partir de 1931, o Estado brasileiro dá início à construção da ideia de Universidade e esta começa a projetar-se (FÁVERO, 1977).

Sobre a Reforma de Ensino Superior, Ribeiro (2000) diz que, foi somente nessa década que se pode dizer que efetivamente ocorreu reforma de ensino no Brasil:

Pelos Decretos nº. 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931, é empreendida a reforma do Ensino Superior [...] Esta reforma se reveste de importância por ter adotado como regra de organização o sistema universitário [...]. Através da criação da reitoria, com a função de coordenar, administrativamente, as faculdades. Exigia, ainda, a incorporação de pelo menos três institutos de Ensino Superior – Direito, Medicina e Engenharia – ou em lugar de um desses, a faculdade de Ciências e Letras (RIBEIRO, 2000, p.107).

Em 1933 foi feito um levantamento estatístico para saber acerca das condições em que se encontrava o ensino superior em todo o país. O resultado desse levantamento revelou que 64,45% das instituições existentes eram privadas, e o quadro denunciado não foi alterado até a década de 1960. Desse modo, a demanda não absorvida pelos Estados abriu espaço para a iniciativa privada. Contudo, o Estado do Piauí constituía uma exceção neste quadro, uma vez que o poder aquisitivo da sua população não oferecia atrativos para investimentos privados na área do ensino. Pensou-se, então, em conquistar o beneplácito e a vontade política do Governo Federal, para beneficiar o Piauí com uma Universidade Federal, pensamento que se transformou em bandeira defendida por grande parte de intelectuais do Estado do Piauí.

1.2 O ensino superior em Parnaíba e a criação da UFPI

Em Teresina, Capital do Piauí, em torno da década de 1920, alguns intelectuais, representantes da sociedade piauiense iniciaram discussões em favor da criação de uma universidade no Piauí. O desejo foi tomando corpo, embora se sabendo que, talvez, o máximo que se poderia conseguir na época, como na verdade se conseguiu, a duras penas, foi a instalação do Curso de Direito, o primeiro Curso Superior do Piauí, instalado na capital, Teresina, enquanto nos Estados da Região Sudeste as reivindicações surgiam com muita frequência e, em geral, eram garantidas as suas reivindicações para criar universidades.

Passos (2003), no propósito de pesquisar sobre esse desejo piauiense, registrou considerações feitas pelo Professor José Camillo da Silveira Filho, (ex-Reitor da UFPI), sobre conteúdos de Atas da Faculdade de Direito, nos quais constam que os intelectuais da cidade, ao se reunirem para discutir a criação da Faculdade de Direito em Teresina, “aventaram a possibilidade de uma Universidade para o Piauí. Mas foram apenas cogitações, ‘sonhos’”, escreveu a autora, para usar a expressão de Camilo Filho (PASSOS, 2003, p.39). Do mesmo

modo, essa pesquisadora cita o Prof. José Pires Gayoso de Almendra Freitas, Secretário de Governo do Estado na década de 1970 e posteriormente Presidente do Conselho Estadual da Educação, reforçando a informação de Camilo Filho, dizendo:

O interesse pela Universidade vem de muito mais distante. Inicia-se na criação da Faculdade de Direito do Piauí no ano de 1931, pois o Piauí partia para o ensino superior e com isso começou a pensar em Universidade. O grupo que começou a organizar a Faculdade de Direito pensava numa universidade, embora, não atuasse muito nesse sentido porque, naquele tempo, não era possível, infelizmente, por causa do isolamento cultural; o Piauí sofria de isolamento, não só geográfico, não só político, mas também cultural (PASSOS, 2003, p.39).

De fato, sabe-se pelos registros da história do ensino superior no Brasil que, nesse período, tanto o Rio de Janeiro quanto São Paulo já haviam instituídos suas universidades. E que a Região Nordeste esteve isolada, não somente em relação à educação, mas em muitos outros aspectos, considerando a Universidade “esquecida”. O Piauí neste contexto, ainda em relação aos demais Estados nordestinos, parece que, além dos aspectos mencionados por Gayoso, suas lideranças, em particular as do final do século XIX e início do século XX, não perceberam as vantagens de investimentos em educação, com uma política de coesão que corrigisse esse isolamento secular. Desse modo, é possível se entender que a UFPI estrategicamente foi criada a partir da vontade de parte seleta da sociedade piauiense; representada pelos esforços de intelectuais, de políticos e comerciantes radicados nas duas cidades mais importantes do Estado: Teresina e Parnaíba. Ocorre, porém, que nessa luta, as ações desenvolvidas não chegaram a envolver segmentos populares, e tampouco se buscou a mobilização do conjunto dos estudantes desse nível de ensino, fenômeno que se restringiu às manifestações casuais, através de canais instituídos na capital.



FIGURA 01: Retrato de Lauro Andrade Correia
Fonte: Arquivo do CMRV/UFPI

De acordo com Lauro Andrade Correia (ENTREVISTA, 2009), um dos sujeitos desta pesquisa, as discussões realizadas em Parnaíba sobre o tema “ensino superior”, que ocorriam entre os membros das entidades e agremiações, que também agiam como divulgadores dos enunciados das pautas dessas discussões, como, por exemplo, o Lyons Club de Parnaíba, composto à época por quarenta associados, pertencentes a vários segmentos da sociedade parnaibana, e cujos membros, depois de cada reunião, saíam com a incumbência de divulgarem suas ideias em estabelecimentos de trabalho dos quais eram proprietários, ou nas escolas, juntando-se aos professores que, além de envolverem os alunos, os filhos e parentes, estes “entusiastas idealistas” funcionavam como canais humanos de divulgação dos assuntos para a criação da Universidade.

Em Teresina, esse idealismo era representado pelas lideranças institucionais com posicionamento destacado na área da cultura, e entre essas, cita-se a Faculdade Católica de Filosofia, sob a égide de Dom Avelar Brandão Vilela (Bispo e organizador dessa Faculdade). Também o grupo representante da Faculdade de Odontologia, tendo à frente o Prof. Oscar Olímpio Cavalcante, e a Faculdade de Direito do Piauí, na liderança do Prof. Robert Wall de Carvalho, que no ato de instalação da UFPI foi investido no cargo de Reitor pró-tempore. O certo é que a luta partiu da vontade dessa parte da sociedade organizada, embora, talvez, inspirada por interesses pessoais, mas que resultou em uma vontade coletiva de lutar pela evolução da educação e do ensino, permeada de boas intenções, ajustadas com antecedência.

Vale ressaltar que, em meados da década de 1960, a sociedade brasileira bradava pelo aumento de vagas nas universidades, em consequência da quantidade de excedente às vagas, em relação aos aprovados dos vestibulares. Nesse clima, os estudantes brasileiros representados pela União Nacional dos Estudantes (UNE), juntamente com pais de alunos, foram às ruas exigindo reforma universitária, a qual refletisse na ampliação da participação estudantil na gestão dos estabelecimentos de ensino superior e mais vagas nas universidades, tendo em vista o número de excedentes dos alunos (FÁVERO, 1977).

No Piauí, também, os estudantes reuniram-se portando bandeira de luta representada pela União Estadual dos Estudantes. A sociedade, como já foi dito, engajou: intelectuais, empresários e políticos; enfim, grupos uniram-se, partidos opostos coligaram-se focados no mesmo propósito. E assim como os estudantes de outros Estados e do Distrito Federal, os daqui, por onde passavam recebiam apoio da sociedade cidadã e dos professores, especialmente. Esses esforços surtiram o efeito desejado: a criação da Universidade Federal do Piauí. Mesmo assim as ações dos alunos piauienses não foram noticiadas, como mereciam, nos canais para essa disposição no Estado (PASSOS, 2003).

Genuíno Sales, ex-aluno do Colégio “São Luís Gonzaga”, de Parnaíba, em 1965, época em que estudava Direito em Fortaleza-CE, refletindo sobre as condições da mocidade piauiense em relação ao contexto nacional, escreve para o Almanaque da Parnaíba⁷ e discutiu a falta que fazia uma universidade no Estado do Piauí, à época, principalmente considerando que, naquela década de 1960, o governo Federal estava abrindo espaço para a expansão universitária. E fez um apelo dirigindo-se à sociedade e às autoridades político-governamentais, através do referido almanaque, onde solicitava que eles se solidarizassem com aqueles que buscavam as melhorias das condições de vida da mocidade piauiense, que, ao concluir o curso secundário, tinham apenas dois caminhos a seguir: ou fazia as faculdades que existiam na época, Odontologia, Direito e Filosofia, ou cursavam as escolas de ensino técnico profissional existente: a Escola de Enfermagem⁸, a Escola Industrial de Teresina⁹ e a

⁷ Almanaque da Parnaíba – periódico - primeiro exemplar editado em 1924. Destacados intelectuais da Parnaíba e do Piauí escrevem sobre conteúdos variados: contos, poesias, histórias, informes sobre a cidade de Parnaíba e sobre o Estado.

⁸ O ensino de auxiliar de enfermagem foi instituído no Piauí em 1958 - Escola Maria Antoinette Blanchot. Em 10-08-1966 foi aprovada a Lei nº. 2.745, que instituiu a Fundação de Ensino Superior do Piauí e dispôs sobre as Faculdades de Serviço Social e de Enfermagem, integrada à fundação. O primeiro vestibular do Curso de Enfermagem ocorreu em 1973, e o de Serviço Social em 1976.

⁹ ((1942-1965) – formação de operários conservando o ensino propedêutico do antigo ginásio. (1965-1967) Ginásio Industrial, o termo federal entrou na composição do nome das escolas da Rede o que permitiu a instituição fundar cursos técnicos industriais; (1967-1998) promoção da Escola Técnica Federal do Piauí

Escola Técnica de Comércio. Esta última de natureza privada. Fora essas alternativas na Capital, deveriam dirigir-se para outros centros urbanos, que possuíam escolas de nível superior e proporcionavam a oportunidade de escolher a carreira profissional pretendida. À época, uma formação na área da Saúde ou Administração, por exemplo, no Piauí seria impossível essa realização. Genuíno Sales ao fazer seu apelo, o fez com propriedade de causa, pois representava o típico estudante piauiense, que muito jovem teve de deixar o aconchego familiar, em busca do saber técnico e científico capaz de superar as leiguices e os improvisos. Trajetória que iniciou muito cedo, pois quase menino, abandonou a sua cidade natal, Piripiri-PI, seguindo para Parnaíba em busca de novos saberes.

Entretanto, deslocando-se para outros centros culturais em busca da alternativa de sua escolha, o estudante piauiense era surpreendido com muitos obstáculos, destacando-se o financeiro, que entre outros parecia ser o mais difícil, pois mesmo os jovens oriundos de famílias mais abastadas encontravam dificuldades em custear os estudos em outros Estados. Os mais pobres, então, terminavam por se contentar com o curso secundário e mergulhavam direto no mercado de trabalho, dizendo “adeus” ao sonho de possuir um diploma de curso superior. Para um jovem de outro Estado brasileiro ou de outra Nação, o que representava ser uma realidade natural, fazer um curso superior, para um estudante piauiense tornava-se uma conquista de luta desigual que, na maioria das vezes, eram vencidos apenas pelo desânimo.

Sales (1965) acreditava que muitos desses entraves poderiam ser superados se existisse uma Universidade, porque com ela o Estado do Piauí haveria de, em curto prazo, adquirir uma diversificação de mão-de-obra para garantir maior qualidade nas pautas de produção com mais eficácia nos resultados da econômica, e criar novos modelos de eficiência na prestação de serviços. A Universidade possibilitaria a formação de técnicos com conhecimentos superiores nos vários setores da cultura, e sem ela a leiguice continuaria imperando no seio do Estado, conseqüentemente, desenvolvendo ações de improviso, e medidas de descrédito no desenvolvimento dos trabalhos. Relativo a esse assunto, Sales reflete:

[...] Consideramos a Universidade do Piauí um problema que há muito deveria ter tocado de perto a sensibilidade administrativa dos nossos dignos e honrados representantes lá no Congresso Nacional. Parnaíba, por exemplo, merece uma escola de Ciências Econômicas. Há, todavia, os que negam ao nosso Estado a possibilidade da criação da Universidade. Não concebemos em que argumentos se estribam os que assim pensam. A não ser que consagram o princípio infundado de que os Estados já

nasçam grandes e que, os hoje subdesenvolvidos sejam condenados a permanecer sob a opacidade administrativa de uma geração (GENUINO SALES, 1965. p.165).

Uma Universidade com sua amplitude de poder criar em um só lugar muitas possibilidades de ensino/aprendizagem, entre elas a de formar técnicos em vários setores da cultura, para que impossibilitem a improvisação nas atividades do Estado e nas instituições, enfim, na própria administração geral. À época, a prática de importação de técnicos era comum e, assim, tornava-se quase impossível a concretização de ideais próprios de progresso e desenvolvimento do Estado. Então, estabelecendo-se uma universidade no Piauí, teria, certamente, conforme reflete Sales (1965), o esteio sólido para a construção intelectual do Estado, que representaria, em termo geral, uma contribuição a mais para a cultura nacional. Sales (1965) diz ainda que, na verdade, o Estado do Piauí não é tão pequeno e nem tão pobre. “Pequeno é, todavia, o conhecimento que temos dele, e pobre a nossa visão de resolvermos os seus principais problemas” (p.165). A esse respeito ainda acrescenta:

A criação da Universidade do Piauí é uma necessidade. E, mais do que nunca devemos agora pensar na sua instituição. Para tal é indispensável uma visão sadia, associada a uma mentalidade construtora e bem atualizada. Precisamos para isso, legitimar a nossa representação no Congresso, com homens de envergadura moral, homens que saibam construir e edificar o pobre edifício de nossa cultura (p.166).

Na reflexão de Sales (1965), fica explícita a vontade dos parnaibanos de estabelecer um curso superior na cidade de Parnaíba, o Curso de Ciências Econômicas, que devido a problemas de natureza política não foi criado. Mais tarde, no entanto, criou-se o Curso de Administração de Empresas, da Faculdade de Administração do Piauí, o qual foi parte integrante e necessária ao processo para a criação da UFPI, e destacou-se como o primeiro curso a funcionar no CMRV.

A luta pela Universidade Federal do Piauí, no olhar de Santana (1963), foi uma luta de pessoas de um segmento específico da sociedade piauiense, que ele denomina de “sociedade politizada” do Estado. Parecendo que, na década de 1960, fosse apenas a “sociedade politizada” que enfrentasse as questões em Prol da Universidade. Pode-se entender perfeitamente o fato porque as camadas populares, em primeiro lugar, à época, não tinham acesso, na maior das vezes, às vagas das faculdades. Como refletiu Sales (1965), pouco ou

quase nenhum indivíduo pertencente a camada popular conseguia fazer faculdades. Por conseguinte, aqueles que compunham a família da representação piauiense em Prol da Universidade, pertenciam à elite local, faziam parte desse ciclo de amizades ou eram ligados às famílias dos professores das Faculdades, de membros de governos ou integrantes do poder judiciário, assumiram, preferencialmente, as vagas dos cursos existentes.

Neste contexto de movimentação para a criação da Universidade do Piauí surgiu à figura de Petrônio Portela Nunes, que investido no cargo de Governador (período 1962-1966), promulgou a Lei nº 2.567, de 10-1-1964, que autorizava sob a forma de Fundação a Universidade Estadual do Piauí (UESPI). Segundo Passos (2003), a intenção de Petrônio Portella foi estratégia encontrada para no futuro se criar uma Universidade Federal no Estado, seguindo os encaminhamentos de outros governadores, que, respaldados na Lei nº 1.523 de 1951 criaram Universidades Estaduais, e em benefício dos respectivos Estados, em seguida, o Governo Federal as federalizou. Desse modo, amparados no dispositivo da Lei Federal 1.523/51, em um período de nove anos, 75% das Universidades Estaduais foram federalizadas. Por sua vez, Petrônio Portella, em janeiro de 1964, aprova a Lei Estadual 2.567/64 e publica no Diário Oficial do Estado (11-1-1964). Todavia, a vontade do Governador não foi suficiente para concretização desse pleito e a solicitação não saiu do papel. Talvez, a iniciativa ansiosa do Governador tenha complicado ao invés de facilitar, porque a posição política do Governador não foi bem compreendida pelos dirigentes do MEC (PASSOS, 2003). Considerando o regime político implantado à época, as ações políticas do Governador Petrônio Portella certamente eram muito combatidas porque incomodavam o pensamento dos controladores do poder, no governo vigente.



FIGURA 02: Retrato de Petrônio Portella Nunes

Fonte: PORTALAZ

<<http://www.portalaz.com.br/imagens/geral>>

Acesso em: 01 mar. 2010

Neste contexto, parece que interesses políticos aqui se sobrepuseram aos interesses do Estado (mais uma vez!). Sem contar que o Golpe Militar, acontecimento ocorrido nesse mesmo ano, veio sacrificar todo o ideal avançado da criação da UESPI. Além do mais, com o Golpe Militar ocorreu a dissolução do Comitê Pró-Universidade, cujo silêncio opressivo permaneceu até maio de 1965, quando bradou o poder dominante pela dissolução dos Diretórios das Entidades Estudantis, juntamente com prisão de várias lideranças. Talvez em função desses fatos, a população atingida passou da lamentação para a reação.

Na sessão do dia 15 de maio de 1989, no Senado Federal, o Senador Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Ex-Governador do Estado do Piauí, solicitou aparte ao Senador Mauro Benevides, quando este Senador discursava sobre a greve dos docentes universitários, à época. Atendido de pronto, mostrando-se solidário ao movimento, Chagas Rodrigues disse que sempre esteve presente às causas da universidade brasileira e à categoria de professor. Reforça a solidariedade e relembra que, ao tempo que foi Deputado Federal e Petrônio Portella era Senador, fez parte da comissão Mista de Deputados e Senadores, e, na pasta, apreciou o projeto do Governo que criou a Universidade Federal do Piauí (UFPI). Parte do seu discurso é rememorada, conforme segue:

Eu fui relator e o nobre Senador Petrônio Portella, de saudosa memória, foi o Presidente. Quando Castello Branco enviara o projeto da Carta Constitucional de 1967, eu apresentei uma emenda, na Comissão Central, criando pelo menos uma universidade federal em cada estado da Federação. [...] Na Comissão Mista, [...] tive a oportunidade de dar meu parecer favorável e de incluir, entre os estabelecimentos de Ensino Superior, a Escola de Administração, com sede em Parnaíba. De modo que sempre me preocupei com a UFPI [...] (DISCURSO, RODRIGUES, 1989).



FIGURA 03: Retrato de Francisco das Chagas Caldas Rodrigues

Fonte: PORTALAZ

<<http://www.portalaz.com.br/imagens/geral>>

Acesso em: 01 mar. 2010.

Foi bem lembrada a atenção para a Escola de Administração, porque, no ato de criação da Universidade Federal do Piauí, esta escola foi à quinta necessária para a composição da Instituição Federal do Piauí. Vale ressaltar que Chagas Rodrigues, parnaibano, governou o Piauí no período de 1959 a 1962, foi Deputado Federal e também Senador. Antes de ter o seu mandato cassado, em 1968, Chagas Rodrigues foi uma das vozes a intervir para que fosse incluída entre os estabelecimentos de ensino superior na Universidade Federal do Piauí, a Escola de Administração do Piauí, com sede em Parnaíba. No seu governo foram criadas as primeiras escolas públicas de Ensino Superior no Estado; a escola de Enfermagem e a de Serviço Social, pelas leis estaduais nº 2.016 e 2.017 de 25-11-1960, e em 1966 estas escolas foram incorporadas à Fundação de Ensino Superior do Piauí, pela Lei, também, estadual nº 2.745 de 10-8-1966.

Quando da constituição da Universidade foi nomeado Reitor Pró Tempore o Diretor da Faculdade de Direito, Professor Robert Wall de Carvalho, que assinou o Ato de União das Faculdades incorporadas no ato da criação da UFPI, as quais entraram nessa constituição com seus bens móveis e imóveis, mas continuaram funcionando independentes, nos respectivos locais de estabelecimento; isto até a época da gestão do Ex-Governador Alberto Silva que, juntamente com o Prefeito Joel Ribeiro, executou os processos de desapropriação e adquiriram o terreno e construíram o Campus da Ininga, (mais tarde denominado Campus Ministro Petrônio Portella) para, finalmente, centralizar todas as faculdades em um mesmo local.

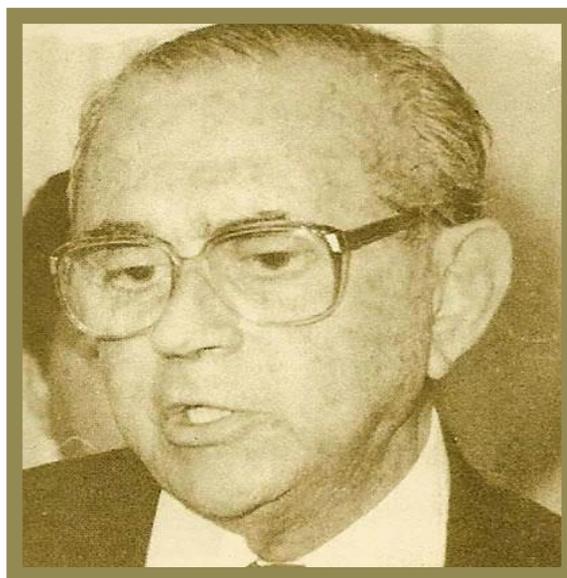


FIGURA 04: Retrato de Alberto Tavares Silva

Fonte: PORTALAZ

[HTTP://www.portalaz.com.br/imagens/geral](http://www.portalaz.com.br/imagens/geral)

Acesso em: 01 mar. 2010

Ronaldo Pinto Marques, sujeito desta pesquisa, Arquiteto, componente da equipe oriunda da Universidade de Brasília (UNB), designada para instalar a UFPI, recorda que nesse período o Brasil vivia sob o Regime Militar e o Governador do Piauí, assim como o Prefeito de Teresina, (como todos os outros prefeitos daquele período) foram indicados pelo Governo Federal. O Sr. Joel Ribeiro comungava politicamente com Alberto Silva o mesmo regime de gestão pública.



FIGURA 05: Retrato de Ronaldo Pinto Marques, Arquiteto, parte da equipe procedente da UNB, sujeito desta pesquisa.

Fonte: Arquivo particular da Pesquisadora

No início da década de 1970, após a constituição da UFPI chegou a Teresina uma equipe de quatro professores, procedentes da UNB, com a finalidade de implantar a recém-criada Universidade do Piauí. A equipe era formada pelo Sociólogo, Professor Doutor Hécio Ulhôa Saraiva, na função de Reitor e três Arquitetos: Lourival Machado Resende, Ronaldo Pinto Marques e Vasco de Melo. Essa equipe foi também responsável pela elaboração do primeiro Plano Piloto do CMRV.



FIGURA 06: Retrato tirado no ato de pronunciamento de Hécio Ulhôa Saraiva, já investido no cargo de Reitor da UFPI, o segundo da esquerda para a direita. 1971.

Fonte: Arquivo do CMRV/UFPI.

Ronaldo Marques (2009) relembra em depoimento que, quando a equipe procedente de Brasília, da qual ele fazia parte, chegou a Teresina, as condições político-sociais eram muito difíceis. Ele atribui que a vinda da equipe da UNB foi resultado das condições presentes à época, formada de divergências entre os grupos locais detentores de poder. O certo é que o processo da instalação da UFPI foi entregue à UNB. Para Ronaldo Marques, consoante as suas lembranças, falar daquele período sobre a construção dos prédios, das instalações do CMRV, remonta falar da criação da UFPI. Tanto que, quando foi entrevistado, iniciou suas reminiscências falando de um período anterior à criação do Campus da Ininga, em Teresina. E buscou na memória lembranças de quando a Universidade estava constituindo-se, até abranger o CMRV. Conforme relatou em entrevista (2009), como segue:

Existiam cinco faculdades no Piauí. Uma que pertencia à Cúria, a FAFI, a Faculdade de Odontologia, que era particular, (esta fazia pena, muito pequena, hoje existem clínicas aqui em Teresina muito mais aparelhadas do que ela, à época). A Faculdade de Direito, federalizada, a Faculdade de Medicina Estadual e a outra recém criada, em Parnaíba, pela Federação das Indústrias, a Faculdade de Administração de Empresas (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

Consoante a informação de Ronaldo Marques (2009), a UFPI estava sendo criada sob mesmo padrão que as outras universidades brasileiras, e revive, como através de memória fotográfica, fatos que contam lembranças de quarenta anos passados, e analisa os acontecimentos que, segundo seu ponto de vista, resultavam, na maioria das vezes, em acordos políticos. E até pergunta: “Já não é mais assim?” E continua:

No governo de Helvídio Nunes (governador biônico, do Piauí¹⁰) constatou-se a necessidade de se criar uma Universidade no Piauí. Mas, imagine o que era a política no Piauí naquela época [...] A UFPI foi criada através de Lei, em 1968 e, a sua instalação se deu no começo do ano de 1971. Após a instituição da UFPI foi criada a Assessoria para Assuntos de Arquitetura e Urbanismo (AAUU), formada por técnicos da UNB. Essa assessoria era composta por três arquitetos professores, um sênior, Vasco de Melo e dois juniores, Lourival Resende e eu. Contávamos com o apoio técnico do CEPLAN-UNB. Essa assessoria tinha a finalidade de executar o Plano-Piloto da UFPI e fazer adaptações provisórias nas unidades isoladas de Ensino Superior que compunham a integração da UFPI e do prédio onde funcionou o Seminário de Teresina, que foi alugado pela FUFPI para abrigar provisoriamente a administração da UFPI (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

¹⁰ Dá-se o nome de biônico ao cargo cujo titular foi escolhido mediante a ausência de sufrágio universal e cujo critério para preenchimento, em regra, advinha da conveniência das autoridades de Brasília no período da Ditadura Militar e que perdurou ao longo das décadas de 1960, 1970 e 1980

Não se deve tratar de fatos históricos de modo isolado, porque esses ocorrem em um contexto social dinâmico, e, sendo assim é necessário que se procure entender as situações reais em que se sucedem os acontecimentos, para que suas verdades não se dispersem nas memórias. Então, enquanto em Teresina a equipe da UNB iniciava um fato novo com os procedimentos para a instalação do Campus da Ininga, em Parnaíba, novos fatos abriam os encaminhamentos em torno de, pelo menos, manter as condições mínimas necessárias para a existência da recém Faculdade Federalizada (FAPI-FAUFPI), forçando o grupo-tarefa trabalhar assoberbado para que o curso fosse reconhecido pelo MEC. A meta estratégica, a partir de então, foi lutar para a construção de instalações próprias, que abrigasse a Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí (FAUFPI) e acolhesse a Faculdade integralizada, visto que até aquele momento estava subdividida, funcionando em dois endereços: as salas de aula alojadas na Rua Capitão Claro, S/N e a Secretaria e Biblioteca na Rua Duque de Caxias, nº 786.

São evidentes que aquelas não eram as condições das mais funcionais para a Faculdade mostrar solidez patrimonial, dar acomodação para as atividades do seu corpo docente e discente e, principalmente, passar credibilidade de imagem como empreendimento contínuo, perante os membros da sociedade, como rememora o Professor Mariano Bento Soares, ex-servidor, ex-aluno da terceira turma de Ciências Contábeis e agora Professor aposentado do CMRV - “ninguém acreditava no sucesso dessa empreitada de curso superior em Parnaíba. Eram muitas dificuldades [...]” (SOARES, ENTREVISTA, 2009) – E os próprios empreendedores desse projeto confessavam saber que, como estavam lidando com um processo de reconhecimento da Faculdade junto ao poder público do Ministério da Educação, certamente, a existência de um prédio próprio, que acomodasse todos os espaços de trabalho da Faculdade, teria repercussão frente ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), e este órgão avaliador/controlador poderia até abrandar suas exigências, no ato da aprovação das formalidades burocráticas de reconhecimento da funcionalidade da requerente.



FIGURA 07: Retrato do Profº Mariano Bento Soares, ex-funcionário, ex-aluno, professor aposentado do CMRV e sujeito desta pesquisa.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Mas, voltando para as reminiscências de Ronaldo Marques (2009), Arquiteto da Equipe da UNB, tem-se que, Alberto Silva ao assumir a pasta de Governador e observando as questões das políticas internas minadas com influências de grupos com interesses contrariados, (mas provavelmente, disposto a tratar a situação diplomaticamente), resolveu viajar a Brasília, acompanhado do Senador Petrônio Portella, para buscar apoio e fazer solicitações políticas no âmbito federal.

Ao Ministério da Educação, (naquele tempo era o MEC), solicitaram que indicassem uma equipe de fora para montar a Universidade, não que aqui, à época, não existissem pessoas competentes, mas devido às condições políticas, que não eram favoráveis. Eles acreditavam que se fosse entregue (a condução desse processo) para uma equipe de fora a responsabilidade pela montagem, apaziguar-se-iam as desavenças ocasionadas por políticas locais (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

As dificuldades iniciais no contexto das políticas sociais, no campo da Educação e dos Projetos de Implantação do Ensino Superior em Parnaíba, também constituíam problemas em Teresina. Porém, em Parnaíba eram maiores as barreiras criadas por aqueles que se manifestavam contra a proposta do grupo pioneiro interessado em implantar o ensino superior na cidade. A Professora Maria Dilma Pontes Brito, ex-aluna e hoje Professora do Curso de

Administração do CMRV, graduada em 1975, acredita que entre as maiores dificuldades enfrentadas no início da criação do CMRV destaca-se a “falta de credibilidade de todos, inclusive dos próprios parnaibanos, em relação ao Curso criado” (ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 08: Retrato da Profª Maria Dilma Pontes Brito, ex-aluna, professora do CMRV, sujeito desta pesquisa.

Fonte: Acervo particular da Professora cedido para a pesquisadora.

Concordando com a Professora Dilma Brito, o Professor Lauro Correia, um dos primeiros idealizadores desse projeto de ensino em Parnaíba, recorda certo episódio no qual um político parnaibano chegou a questionar assim: - “Para que um curso superior, em Parnaíba”? Particularmente, Lauro Correia atribui essa questão a querelas políticas partidárias, por divergências de pensamentos individuais nas disputas de opiniões, uma vez que esse político, no início das primeiras discussões para a criação de um curso de Ensino Superior para a cidade, defendia ideologias políticas contrárias às do grupo que estava à frente e já iniciando a luta em prol da criação do Campus, ampliando o projeto do ensino superior. De acordo com Lauro Correia, o Dr. Alberto Silva, por não defender os mesmos propósitos partidários e políticos, não “via” motivos para ser totalmente solidário com a intenção, quanto mais investir no projeto oriundo de partido político adversário.

Nesse clima de disputas paralelas de poder político, então, surgiu em Teresina a possibilidade positiva de criação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), e que para sua consolidação, conforme as normas do MEC, necessitaria de uma Quinta Faculdade, e prevaleceu, sob argumentos fortes de defesa dos parnaibanos, a opção pela Faculdade de Administração do Piauí – FAPI, em Parnaíba

A Universidade Federal do Piauí (UFPI) foi criada em 1º de março de 1971, pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI), em conformidade com os termos de autorização da Lei nº. 5.528, de 12 de novembro de 1968, publicada no Diário da União nº. 203 em 18-6-1969, e no Diário Oficial do Estado do Piauí nº. 209, em 22-12-1969.

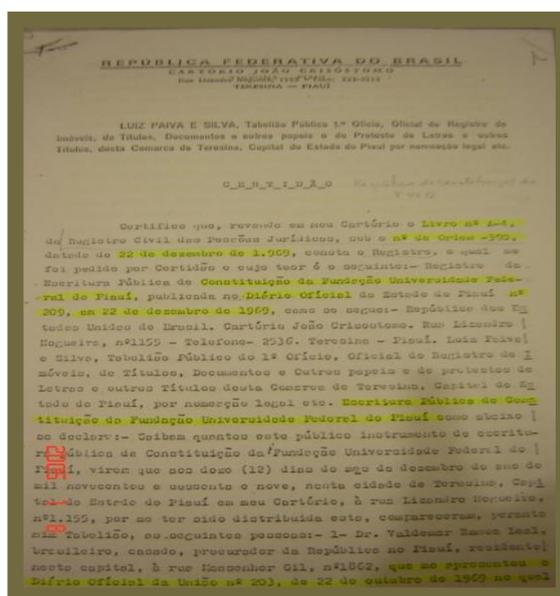


FIGURA 09: Cópia da Certidão de constituição da UFPI, 1971

Fonte: Cópia cedida pela Secretaria do Conselho da UFPI - Teresina

A FUFPI, mantenedora da UFPI, foi constituída em 22-12-1969, segundo registro público no livro A-4, sob número de ordem 390, do Cartório do Primeiro Ofício “João Crisóstomo”, em Teresina-PI (Cf. CERTIDÃO). O evento de instalação ocorreu às dezenove horas, no salão de festas da Sociedade Civil “Clube dos Diários”, na Rua Álvaro Mendes, Centro, na capital do Estado do Piauí, em solenidade pública presidida pelo Governador do Estado, João Clímaco d’Almeida. Para a prática desse ato o Prof. Robert Wall de Carvalho, Diretor da Faculdade de Direito do Piauí foi investido das funções de Reitor pró-tempore da

referida universidade, de acordo com o Decreto Federal nº 68.127 de 28 de janeiro de 1971. Estiveram presentes à solenidade os Senadores Petrônio Portella Nunes, como Presidente eleito do Congresso Nacional, além de altas autoridades civis, militares e eclesiásticas, e de representações populares de todas as classes sociais da cidade, conforme consta nos registros da Ata de Instituição da Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI).

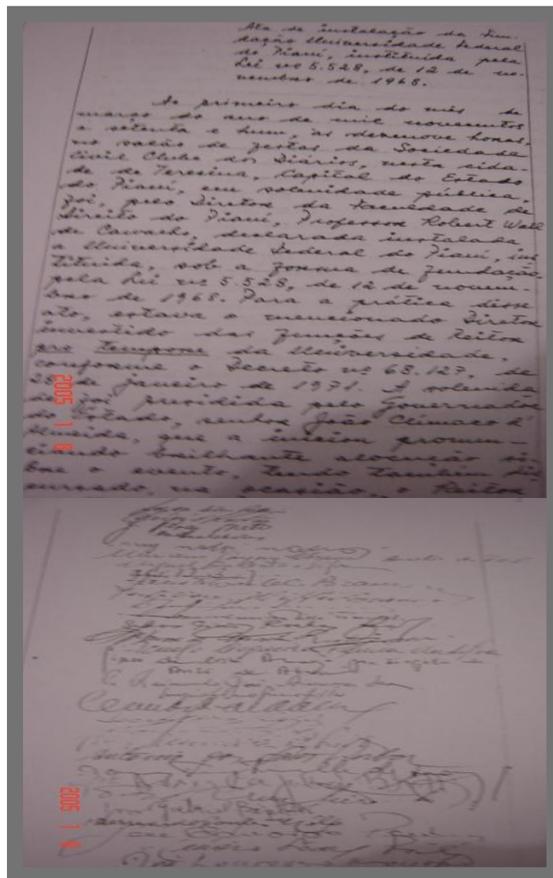


FIGURA 10: Cópia da Ata da solenidade pública de Instituição da FUFPI, 1971.

Fonte: Cópia cedida pela Secretaria do Conselho da UFPI-Teresina.

De acordo com a Lei nº. 5.528, de 12 de novembro de 1968, a UFPI seria regida por Estatuto, aprovado pelo Decreto Executivo nº. 64.969 de 11 de agosto de 1969. Com sede em Teresina e com patrimônio constituído dos bens pertencentes aos estabelecimentos que passaram a integrá-la, bem como das dotações, subvenções e auxílios que lhe venham a ser feito ou concedidos por pessoas físicas ou jurídicas. O patrimônio da Fundação foi constituído

inicialmente dos “bens móveis e imóveis que na data do Decreto lei nº. 656, de 27 de junho de 1969 integrava o patrimônio das faculdades que compuseram a Fundação”. (Cf. CERTIDÃO).

Pode-se afirmar que a UFPI, entidade de direito público, originou-se a partir da vontade coletiva de parte da sociedade piauiense e se concretizou com a aplicação da mesma condição da criação das universidades nos outros Estados, ou seja, pela apropriação e reunião das faculdades e cursos isolados, existentes no Piauí. Assim surgiu a UFPI, pela junção das Faculdades de Direito, de Odontologia, de Filosofia, de Medicina, sediadas em Teresina, e da Faculdade de Administração do Piauí, com sede em Parnaíba, também incluindo os cursos de Bacharelados em Geografia, História e Licenciatura em Letras e as Licenciaturas de Física e Matemática.

Itamar Brito ao tratar sobre a instituição da Universidade Federal do Piauí escreve do seguinte forma:

Aprovados pelo Parecer nº. 446/69 do Conselho Federal da Educação os Estatutos da Universidade Federal do Piauí, foi a mesma solenidade institucionalizada em 12.12.69, com base no Decreto Federal nº. 64.969, de 11-8-69 e Lei 5.528 de 12-11-68;

Só mais tarde, porém, no dia 1-3-1971, seria a Universidade definitivamente instalada em memorável solenidade realizada no Clube dos Diários e presidida pelo Governador João Clímaco d’Almeida, sendo a aula inaugural proferida pelo Senador Petrônio Portella Nunes;

Era o coroamento de um trabalho intensivo que se desenvolveu durante toda a década de 1960 e no qual se inclui, entre outras iniciativas:

- a instituição da Fundação Educacional Faculdade de Odontologia do Piauí, objeto da Lei Estadual nº 2.669, de 20-8-65;
- a instituição da Fundação do Ensino Superior do Piauí, pela Lei 2.775, de 15-12-65;
- a instituição de Grupos de Trabalhos para a criação e o funcionamento da Faculdade de Medicina do Piauí, pelo Decreto 681 de 3-2-66;
- o estabelecimento dos Estatutos da Fundação de Ensino Superior do Piauí pelo Decreto de 10-3-67;
- a constituição de órgão de direção da Fundação de Ensino Superior do Piauí pelo Decreto 766, de 3-7-66;
- institucionalização e vinculação à Fundação de Ensino Superior do Piauí, da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis e da Faculdade de Engenharia do Piauí, de acordo com o Decreto 1.222 de 10-1-71;

- encampação da Faculdade de Odontologia do Piauí pela Lei Delegada nº 7, de 4-2-69 (BRITO, 1996, p.156-157).

Pelas datas dos atos constitutivos, a UFPI é uma instituição jovem e, como os jovens do tempo moderno, vem rompendo paradigmas, expandindo-se, seguindo os caminhos da modernidade, com seu plano de interiorização do ensino superior no Estado, literalmente fazendo caminhos novos para os novos desbravadores, e reorientando os antigos empreendedores do Piauí, na rota das suas conquistas, como vem procedendo a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir da década de 1960-70; e hoje, trinta e oito anos depois, a UFPI ainda se comporta com a mesma força jovem que a originou – e quer espaços, para serem ocupados com resultados de novos esforços, caracterizados na qualidade do ensino para o trabalho produtivo e com muita dedicação ao que continua propondo realizar.

Na sua conquista de espaços, a UFPI, nos primeiros atos de expansão, criou em Parnaíba o Campus Ministro Reis Velloso – CMRV, paulatinamente, compartilhando uma necessidade socioeconômica e cultural do Piauí, no contexto do desenvolvimento da cidade de Parnaíba, no Norte do Estado, cujos resultados objetivados foram logo reconhecidos pelos comerciantes e pelos intelectuais daquela cidade.

A trajetória histórica desse Campus, propriamente, inicia no final da década de 1960, com o nascimento da FUFPI, que criou a UFPI que, posteriormente promoveu a federalização/incorporação e integralização da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), em Parnaíba, sendo esta instituição o lócus do primeiro Curso Superior de Administração de Empresas, no Piauí, e esta, por sua vez, despendeu todos os esforços necessários e estimulou a construção do Campus que homenageou o Ministro Reis Velloso, fazendo justiça à contribuição desse cidadão natural de Parnaíba, para a concretização desse projeto, nessa cidade.

Historicamente, porém, a primeira experiência de Ensino Superior em Parnaíba remonta ao interstício de 1949 a 1964, sob a iniciativa da Igreja Católica, desta feita pela ação partilhada da Congregação Franciscana, de origem lombarda, com a sociedade parnaibana, e, nesse contexto, a Ordem dos “Franciscanos Capuchinhos”, atendendo solicitação dos parnaibanos, instalou naquele lugar cursos de formação em Teologia e em Filosofia, a fim de promover instrução acadêmica para “os jovens vocacionados”, uma vez que, para o noviciado, as condições, à época, apresentavam-se difíceis, em consequência do período entre guerras.

(NASCIMENTO, 2008). Este autor afirma que sua investigação o levou ao conhecimento de que a Ordem Franciscana prestou relevantes serviços para a formação humana, especialmente no que se refere às práticas discursivas e de comportamento social a quem buscasse a sua pedagogia. Contudo, após o ano de 1964, os Cursos de Teologia e de Filosofia foram transferidos para a cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, conforme entendimento da Ordem (NASCIMENTO, 2008).

Parnaíba, mesmo diante desta primeira experiência de Ensino Superior parece que, no imaginário de parte da sociedade local, essa experiência não contava, talvez pelas expectativas de parte da própria sociedade que pressupunha que a formação de seus filhos em curso superior viesse dar a eles uma formação completa (profissional), a qual possibilitasse as suas inserções no mercado de trabalho, fato que, certamente, não era a finalidade dos cursos mantidos pela Ordem.

Com uma retroação propositada no espaço temporal desta pesquisa que traz à tona a UFPI (CMRV), e focando diretamente a cidade de Parnaíba, com a sua História real e Memória viva nas lembranças dos seus cidadãos, servidores e de seus mantenedores, deve-se voltar até ao final da década de 1950 e início de 1960, quando as primeiras ações das lideranças parnaibanas, representadas pelos intelectuais e comerciantes, iniciavam com vigor, as discussões em prol da implantação de um Curso Superior na cidade. O momento político era apropriado, porque no quadriênio 1959/1962, os cargos majoritários no Governo do Estado do Piauí e no município de Parnaíba eram ocupados, respectivamente, por dois parnaibanos: Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, Governador do Piauí, e José Alexandre Caldas Rodrigues, Prefeito de Parnaíba. Oportunidade aproveitada pela elite da Parnaíba, que a utilizou para organizar o que estava faltando para sua ascensão, principalmente em termo de educação, e com os benefícios políticos obtidos pôde reivindicar com garantias de sucesso a meta tão almejada: implantar o nível Superior de Ensino na Parnaíba. Com essa meta alcançada, o povo guardou na memória os triunfos dessa vitória.



FIGURA 11: Retrato de José Alexandre Caldas Rodrigues, prefeito de Parnaíba (1959/1962).

Fonte: PORTALAZ

<<http://www.portalaz.com.br/imagens/geral>>

Acesso em: 01 mar. 2010.

Le Goff (2005) demonstra o valor da memória como elemento essencial da identidade individual e coletiva. Lembra o francês que, caso a memória permaneça concentrada apenas nas mãos de um pequeno número de pessoas, a história e memória tendem a desaparecer. Então, para que nunca aconteça com a história do CMRV o mesmo que ocorreu com a cultura etrusca, que, segundo esse autor, “os Etruscos perderam, ao que parece, a consciência do seu passado, ou seja, de si mesmo” (2005, p.470), é que se está realizando a reconstituição da história e memória do CMRV, para que os piauienses tornem presente esta história cultural, na História Geral da Educação. Le Goff (2005) lembra que a cultura etrusca somente ficou conhecida através dos gregos e romanos.

Uma memória viva sobre as muitas ocorrências pitorescas da história do Ensino Superior na cidade de Parnaíba encontra-se na pessoa do Professor José Nelson de Carvalho Pires, sujeito dessa pesquisa, destacado como um dos agentes importantes no desenvolvimento do Ensino em Parnaíba; e das suas reminiscências, quando entrevistado, lembrou o seguinte:

Quando o Zé Alexandre assumiu como Prefeito, e eu como Secretário de Educação, ele me disse o seguinte: (recordando) [...] “Antigamente havia bolsa de estudo. A prefeitura destinava determinada verba para bolsas, mas era um negócio muito restrito”. Então ele (o Prefeito) falou: - ‘Dê preferência aos alunos mais pobres’ -. E eu, então, fui recebendo os nomes das pessoas para matricular. Mas, quando Parnaíba tomou conhecimento, ‘choveu’ de pedidos. Um dia chegou o prefeito. Eu mostrei a relação e disse que a verba não dava para pagar as bolsas, mas que eu já tinha a solução. ‘Nós vamos criar um ginásio estadual’. – ‘Como é possível?’ Falou o prefeito. – Respondi-lhe, -‘É possível. Não tem em Teresina? Fale com seu irmão. Nós vamos estadualizar o ginásio Parnaibano’ – O Ginásio Parnaibano foi criado em 1927 e pertencia à Sociedade Civil, e em 1961 foi encampado pelo Governo Estadual, passando a se chamar Colégio Estadual ‘Lima Rebelo’ (ENTREVISTA, 2009).

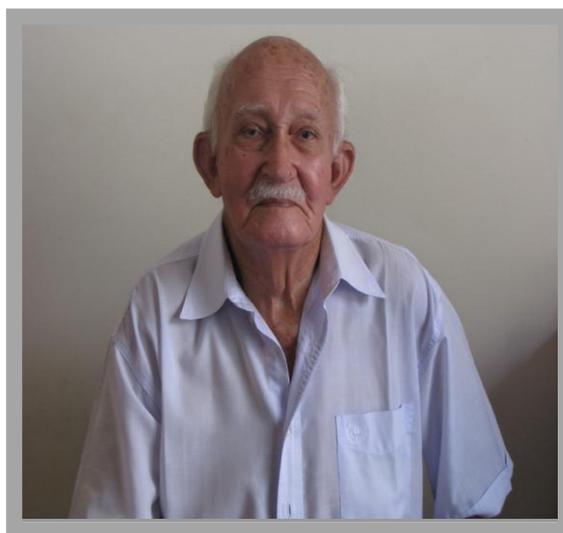


FIGURA 12: Retrato de José Néelson de Carvalho Pires, professor aposentado do CMRV, sujeito desta pesquisa.

Fonte: Acervo da Pesquisadora.

Parnaíba, então, era um “lugar” onde as carências eram reconhecidas e logo combatidas. Para Certeau, (2002) um lugar admite muitos relatos de espaço. Assim, Parnaíba pode ser considerada um lugar, um bom lugar de narrativas, pois admite muitos relatos de espaços, vistos de modo diferente por causa dos sujeitos e dos acontecimentos, em decorrência das iniciativas e do tempo vivido pelos próprios sujeitos, que nos dão a conhecer através dos seus relatos. Todavia, os relatos de espaço não são o lugar, mas pontos de vista acerca dele. São: o “lugar praticado”, conforme ensina-nos Certeau (2002).

O Professor Lauro Correia, um dos mais conhecidos cidadãos de Parnaíba, entre os mais importantes colaboradores nesta pesquisa, rememora, que “as medidas tomadas, em parceria, pelos dois irmãos Caldas Rodrigues, (um na Capital, como governador, e o outro em

Parnaíba como Prefeito), eram o que estava faltando para que se concretizasse a vontade política de instalar um curso superior na cidade” (ENTREVISTA, 2009).

Assim, uma das ações mais relevantes realizadas por José Alexandre na Prefeitura de Parnaíba, foi reivindicar ao Governador do Piauí a estadualização do Ginásio Parnaibano e da Escola Normal. Logo em seguida, e muito convenientemente, o Governador autorizou a reestruturação dos citados prédios escolares e os transformou em Colégio Estadual ‘Lima Rebelo’ e Escola Normal “Francisco Correia”. Essas foram medidas de grande repercussão na cidade, pois, a partir de então, todos os passos iniciais estavam dados para poder reivindicar um curso superior para Parnaíba, porque existia demanda e estrutura predial, encontrava-se suficientemente boa para garantir a meta almejada.



FIGURA 13: Retrato de Chagas Rodrigues rodeado de alunos da Escola Normal Francisco Correia e do Colégio Lima Rebelo, década de 1960.

Fonte: PIRES, José Néilson de Carvalho. Por que Parnaíba cidade universitária. Parnaíba: (SIEART, 2009, p. 20).

Os relatos dos professores e demais pessoas que fazem a história de Parnaíba afirmam que, à época, existia uma pressão político-partidária muito grande em torno da idéia coletiva de cidadãos comuns de instalação de um curso superior na cidade, defendida com os discursos proferidos nas reuniões de entidades filantrópicas e que giravam nos estabelecimentos de ensino, no sentido de proporcionar aos jovens egressos do ensino médio, principalmente os menos afortunados financeiramente, a continuidade dos estudos, regularmente, onde mesmo as famílias mais abastadas atravessavam, também, dificuldades de

ordem financeira, porque os tempos áureos da produção primária de Parnaíba haviam passado períodos de decadência, e os negócios dos ricos empresários e comerciantes já não prosperavam como anteriormente.

As dificuldades econômicas, provavelmente, conduziram Parnaíba à construção de novas estratégias. Segundo a memória e a dedução analítica do Professor Israel José Nunes Correia – “a ênfase da decadência de Parnaíba ocorreu nos anos de 1960, em função das medidas tributárias constituídas pelo Governo Federal, que concentrou, através do Código Tributário, a arrecadação para as Capitais de todos os Estados da Federação, em detrimento das cidades do interior” (ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 14: Retrato de Israel Nunes Correia Professor e ex-Diretor do CMRV, sujeito desta pesquisa, 2009.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Israel Correia nos seus relatos também recorda, passando o entendimento de que, as medidas do Governo Federal tomadas na década anterior, (construção, principalmente de estradas rodoviárias, na década de 1950), dentro do Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek¹¹, provocaram o início do isolamento de Parnaíba, que deixou de ser o começo de

¹¹ Plano de Metas: No começo de seu governo, JK apresentou ao povo brasileiro o seu Plano de Metas, cujo lema era “cinquenta anos em cinco”. Pretendia desenvolver o país cinquenta anos em apenas cinco de governo. O plano consistia no investimento em áreas prioritárias para o desenvolvimento econômico, principalmente, infraestrutura (rodovias, hidrelétricas, aeroportos) e indústria, por meio da industrialização automobilística nacional, implantada especialmente na região sudeste, a construção de estradas de rodagem rasgando o país interior à dentro, em detrimento das ferrovias e à navegação fluvial, especialmente no rio Parnaíba.

linha comercial, como era anteriormente, pois Parnaíba representava “ponto de chegada e partida” de mercadorias no Piauí, as quais eram transportadas de barco e de trem para o interior do Estado e outras localidades do país. E, com as medidas federais de viabilização dos transportes rodoviários, sem contar que a intenção do projeto federal era ligar a maioria das capitais entre si, Parnaíba passou a ser o fim da linha, porque a Capital, Teresina, passou a assumir a concentração do fluxo comercial das cidades do interior do Piauí e, em função disso, passou também a ser a principal exportadora dos produtos dos piauienses, para as Capitais do Nordeste e para outros pontos do comércio nacional, recebendo, também, importações. Então, não era de admirar que os comerciantes abastados da cidade, naquele momento, investissem todos os seus esforços e recursos disponíveis, para que os procedimentos políticos e sociais fossem favoráveis para a criação de um curso superior em Parnaíba, porque a implantação de uma nova cultura poderia ser uma possibilidade para essa cidade retornar ao antigo posto de agente econômico, adequando-se ao novo contexto socioeconômico de crescimento, dentro do atual processo de desenvolvimento da Nação Brasileira.

De acordo com Jacob (2002), os representantes da elite do comércio de Parnaíba sempre trouxeram para si os problemas locais. Muitas vezes, a atitude de resolver esses problemas terminava por colocar em risco a vida da própria empresa. Talvez, apoiando a reflexão de Jacob (2002), Israel Correia, quando entrevistado no trabalho de campo desta pesquisa, apresentou o seguinte depoimento reflexivo: “[...] essa elite considerava-se devedora para com a sociedade; reconhecia-se como a única capaz de resolver suas questões cidadinas”. E acrescentou mais sobre essa velha elite que se dispunha a resgatar o débito que julgava “seu”, dizendo:

Curiosamente é a elite que vai resgatar o débito que ela tem. É o Empresariado local que vai resgatar o débito. Essa elite que construiu hospital e construiu abrigo de velhos, que lutou por uma série de coisas pioneiras nesse Estado, que, infelizmente, tendo lutado por tanta coisa pioneira, não tinha lutado pela educação como devia. Parnaíba não tinha Curso Superior, então, finalmente essa elite, que soube lutar por outras coisas, resolve lutar pela Educação Superior. E o capital humano que estava sendo formado poderia servir para as empresas e eles, empresários, fazerem a retomada. Os franqueados em Parnaíba são oriundos daquela primeira fase. (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Israel Correia (2009), à medida que re-constrói na memória as realizações da elite comerciante parnaibana, quando investia na criação da Faculdade na sua cidade, deixa claro

dois pontos: (1) Na década de 1970 o projeto era realizar o sonho de formar “doutores”. (2) Na década seguinte, 1980, (com Parnaíba recebendo a expansão da UFPI), foi cuidar para a qualidade do produto gerado pela Universidade, no CMRV. Isso porque, revivendo as expectativas daquela elite, quanto aos frutos que a sociedade ainda não tinha usufruído, entendeu que a elite empresarial da Cidade não se encontrava totalmente pronta para aceitar o novo, uma vez que resistira até em aceitar estagiários em suas empresas, e agora tentava redimir-se desse raciocínio equivocado.

Por uma abertura na visão mais abrangente no campo dinâmico da criação da Universidade em Parnaíba, constata-se que a velha elite parnaibana terminou agindo bem, conjuntamente, para a realização desse processo, e os casos isolados de liderança mais conscientes aconteciam ao mesmo tempo, somando resultados obtidos como um todo, fortalecendo a unidade, na vontade de solucionar essa questão, comunitariamente. Segundo Lauro de Andrade Correia,

A partir de 1959, o prefeito e as entidades associativas de Parnaíba começaram a discutir, para criar uma Universidade aqui em Parnaíba. – o Governo Municipal, a Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural (SPEC), o Rotary Clube, Lions, essas entidades reuniam-se para discutir essas idéias. A SPEC foi à primeira entidade a debater o assunto e de se movimentar no sentido do atendimento às aspirações da juventude. Então, se criou uma Faculdade de Ciências Econômicas, por Lei Municipal (ENTREVISTA, 2009).

Pelos relatos tirados da memória de Lauro Correia, esses manifestantes bem intencionados entenderam que a implantação do Ensino Superior em Parnaíba recolocaria esta cidade novamente na posição que perdera no contexto econômico do Piauí, após a década de 1940, considerando que, no momento em que a base da economia diminuiu com os baixos índices de produção, estrategicamente a cidade não estava preparada para mudar a política econômica garantindo suporte para produção de novas culturas. Faltava pessoal qualificado em Parnaíba, para aplicar os recursos emergidos da ciência e das novas tecnologias, nas defesas e nos ataques da competitividade advindas com as mudanças das novas propostas de atividades produtivas no Brasil.

Segundo enfatizou em entrevista (2009) o Professor Adilson Farias de Castro, um ponto sempre colocado nas pautas de discussões das pessoas “cabeças pensantes” de Parnaíba foi o fato de que o nível superior de ensino era precisamente o que faltava para fechar o ciclo cultural na cidade, uma vez que possuíam boas escolas, tanto de Ensino Fundamental como de

Ensino Médio. Na defesa desse pensamento destacaram-se os comerciantes, os industriais e os intelectuais, como relatou o Professor Adilson Castro: “[...] certamente aqueles que exerciam poder”. E concluiu dizendo: “[...] eram líderes da comunidade parnaibana; e esses homens investiram mais do que podiam para melhorar o nível intelectual de Parnaíba, para melhorar uma cidade tradicional e pioneira na parte da intelectualidade” (CASTRO, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 15: Retrato de Adilson Farias de Castro, Professor do CMRV, parceiro na criação e aluno da primeira turma de Administração de Empresas da FAPI/FAUFPI/CMRV, sujeito desta pesquisa.
Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

A Sociedade Parnaibana de Expansão Cultural (SPEC) destacou-se como a primeira associação a debater o assunto, nas reuniões ordinárias da entidade; e a primeira a se movimentar no sentido de atender as aspirações da juventude para obter conhecimentos acadêmicos e profissionais, principalmente os jovens mais carentes de recursos financeiros. Também, por exemplo, o Lions e o Rotary, formados pelos intelectuais, industriais e comerciantes, onde cada um desses associados funcionava como multiplicador e divulgador da ideia de buscar caminhos que direcionassem o desejo dessa parte importante da sociedade parnaibana: os jovens egressos do ensino médio, dotados de potencial, e ansiosos por preparação para o exercício das responsabilidades do trabalho profissional. A “bandeira de esperança” dos jovens era que o desejo e o objetivo desses grupos de intelectuais e empresários pioneiros no trabalho de implantarem o ensino superior em Parnaíba fossem

compreendidos e apoiados pelas outras categorias (profissionais em geral), como uma necessidade que a sociedade devia atender com prioridade.

Sobre essa ação comunitária o Professor Adilson Castro rememora com entusiasmo: “Eu fui aquele que batalhei, fiz inúmeros pronunciamentos, participei de roda de bebidas, ‘uísque’, restaurantes, acompanhando e fazendo junto com aqueles que lutavam para que se criasse um curso superior em Parnaíba” (ENTREVISTA, 2009). Por formas como esta, as ações naturalmente se tornavam coletivas, para a criação de um Curso Superior em Parnaíba, levadas pelo efeito multiplicador e divulgador do “boca a boca”, idéia disseminada por Cândido Athayde, para buscar caminhos que direcionassem o desejo coletivo de criação de um Curso Superior em Parnaíba.

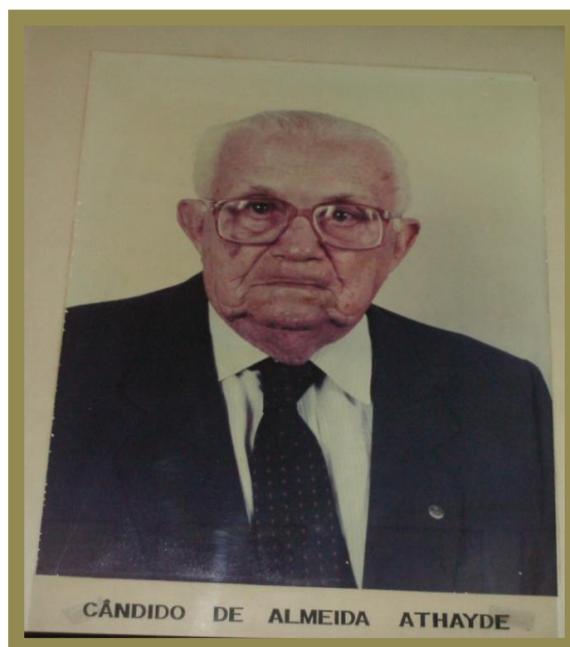


FIGURA 16: Retrato de Cândido Almeida Athayde, primeiro Presidente da FEP.

Fonte: Arquivo do CMRV/UFPI

Para Adilson Castro (2009), toda essa movimentação não teve envolvimento político-partidário, mas foi uma união de classes que se agruparam em prol da faculdade, representada pelas pessoas que individualmente apresentavam probidade e interesse progressista. Assim, Adilson Castro, quando entrevistado, se expressou: “Eu e o Dr. Lauro éramos dos 40 do grupo

do Lyons Clube que participamos desse movimento, foi um movimento das classes onde o maior destaque foi Dr. Cândido Athayde” (CASTRO, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 17: Placa do Lions Clube de Parnaíba, parceiro na criação do Ensino superior em Parnaíba 1959.

Fonte: Fotografia pertencente ao acervo particular da pesquisadora.

Então, sob a égide do discurso de que Parnaíba deveria oferecer ensino superior aos seus munícipes, especialmente, para aqueles mais desprovidos de recursos financeiros, os líderes do movimento pró-faculdade estavam buscando caminhos que conduzissem, na subjetividade do discurso, à objetividade que poderia reverter para interesses próprios. Mas, por mais que se pensasse na força dessa expressão, e se presumisse que, atrás do discurso de criar um curso superior para atender a juventude mais pobre de Parnaíba, poderia até estar implícita a vontade dos detentores de maior poder econômico, de adequar, prioritariamente, à satisfação pessoal de suas necessidades para ganho financeiro e, poder em curto prazo usar mão-de-obra qualificada barata e apropriada ao potencial socioeconômico da região de Parnaíba, visando, assim, garantir a produção e manter baixos os custos de despesas operacionais e de produtividade no orçamento para o progresso almejado.

Contudo, mesmo que se pudesse provar e sustentar a possível intenção sub-reptícia, passível de dubiedade de interpretação, o valor-benefício dos resultados obtidos para Parnaíba, na sequência histórica dos acontecimentos, foi imensurável e compensou, ou anulou qualquer mera suposição de desvios de intenção.

O certo é que havia o senso de oportunidade presente na sintonia entre os dirigentes do poder público e os cidadãos parceiros na luta Pró-Faculdade, e se encontrava no governo municipal o apoio necessário. Embora os recursos fossem poucos, o apoio político da Prefeitura já significava muito.

Lauro Correia narra que o governo municipal era um entusiasta, embora carente de recursos, e assim externa sua interpretação da situação municipal:

Não possuía recursos. Então, entusiasta e sem recursos, como poderia investir? E nós ali tentando. De onde poderia vir os recursos para serem aplicados na criação de um curso superior, mesmo ciente do efeito político-social e, principalmente, sabendo do possível retorno econômico, supondo que se envolvendo nessa parceria! Alocar recursos do Estado? (ENTREVISTA, 2009).

Das discussões frequentes, os empreendedores tiraram a conclusão que, para criarem uma Faculdade, deveriam antes constituir uma entidade mantenedora. Então foi criada, em Parnaíba, com a participação do Governo do Estado, a Fundação Educacional da Parnaíba (FEP), através da Lei 2.775 de 15-12-65 (BRITO, 1996, p.157). Esta fundação posteriormente daria abrigo ao primeiro Curso Superior da Parnaíba, o Curso de Administração de Empresas, base do CMRV.

Nesse período, isto é, de 1963 a 1967, o Piauí era governado pelo Dr. Petrônio Portella Nunes, e o Prefeito de Parnaíba era o Dr. Lauro Andrade Correia, e segundo este último, eles mantiveram uma boa relação de trabalho e, mais tarde, tornaram-se grandes amigos. Ressalta-se que Lauro Correia, além de político, foi um dos grandes idealizadores da implantação do Ensino Superior na Parnaíba. Há quem diga que sem o empenho e audácia política do Dr. Lauro Correia, dificilmente, à época, Parnaíba teria tamanho feito em seu histórico de crescimento cultural. Lauro Correia, tanto como titular como ex-presidente da SPEC apoiou todas as iniciativas para revisão do assunto sobre a criação da Faculdade. A primeira proposta concreta de Curso Superior para Parnaíba foi a criação de um Curso de Ciências Econômicas e, através de Lei Municipal, foi instituída, para abrigar o referido curso, a Faculdade de Ciências Econômicas, com publicação de editais nos jornais locais e no Diário Oficial do Estado, em Teresina. A expectativa era que a Faculdade fosse mantida conjuntamente com recursos federais e municipais.

Lauro Correia (2009) enfatiza o empenho de Chagas Rodrigues, como político que, no final da década de 1960, muito contribuiu para os encaminhamentos relativos à criação de um Curso Superior para Parnaíba, como também para a criação da própria UFPI, através de orientações e providências políticas necessárias, que deveriam ser tomadas para que o pleito fosse positivo. No entanto, o primeiro projeto para criação de um curso superior nas terras da Parnaíba foi frustrado, porque, enquanto a Faculdade parnaibana ainda estava no papel, em Teresina criava-se o Curso de Ciências Econômicas. Fato que influenciou negativamente e desmotivou os mentores do processo em Parnaíba, que entenderam a inviabilidade de coexistência, à época, dos dois cursos comuns, em duas cidades tão próximas.

Sobre a criação do curso de Ciências Econômicas em Teresina, o Jornal O Dia de 6-12-68, na “Coluna Universitária” dá a seguinte nota:

Veiculando novamente notícia alusiva à fundação de uma faculdade de Ciências Econômicas, notícia circulou há pouco tempo e, por razões alheias ao nosso conhecimento, nunca mais se ouviu falar no assunto. As dificuldades existentes prendiam-se à falta de prédio para a instalação. O Arcebispo – como sempre interessado no crescimento do Estado, sobretudo na educação – cede parte do Seminário Sagrado Coração de Jesus para a instalação, que não inclui no contexto na Universidade, funcionará como entidade particular (JORNAL O DIA, 1968).

Em Teresina, como em Parnaíba, foi relevante o papel da Igreja Católica no contexto do desenvolvimento da educação, como notificou o jornalista do jornal acima citado. Coincidência ou não, mas o fato é que nas duas cidades a Igreja Católica foi interveniente no processo de desenvolvimento e crescimento da educação; sem contar que foi, também, pelas mãos da Igreja Católica, através dos Capuchinhos, que Parnaíba teve a experiência Teológica e Filosófica implantadas na sua história cultural.

Em Parnaíba, por ocasião da criação da primeira faculdade, a Diocese cedeu parte de um colégio a fim de que a faculdade pudesse funcionar. Em Teresina, Dom Avelar Brandão Vilela, Arcebispo, também teve participação decisiva na história da educação da cidade, e, certamente, no Piauí inteiro, uma vez que se sabe que a criação e permanência continuada de uma faculdade como a Faculdade Católica de Filosofia (FAFI), por exemplo, é um serviço que transcende as fronteiras de Teresina. À época, além de ceder parte do Seminário de Teresina para a instalação da Faculdade de Ciências Econômicas, a Arquidiocese,

representada por Dom Avelar, foi uma das primeiras que firmou parceria com a FUFPI, para a criação da UFPI.

Entretanto, os atores parnaibanos, ao tomarem conhecimento da criação antecipada do curso de Ciências Econômicas na Capital, sentiram-se malogrados, como narra Lauro Correia, trazendo do passado as lembranças, nas quais demonstra com gestos, expressões e voz alta, o estado de perplexidades vivido, à época, pelo grupo.

Fomos notificados sobre a ideia da criação de uma Faculdade de Ciências Econômicas na capital, Teresina. Criaram lá uma Faculdade de Ciências Econômicas antes, antecipadamente. E, nós aqui pensando em criar um curso de Economia, vivenciamos uma situação frustrante. Insistir em criar uma Faculdade de Ciências Econômicas ficou fora de propósito (ENTREVISTA, 2009).

Em Teresina foi criada, então, uma faculdade de Ciências Econômicas. Nas cidades de Fortaleza (CE) e de São Luís (MA) existiam em pleno funcionamento as suas faculdades de Ciências Econômicas. Com o estabelecimento dessa faculdade na Capital, os idealizadores do curso para Parnaíba entenderam que, insistir no projeto, certamente, implicaria em maiores dificuldades para implantação desse curso, à época (LAURO CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Apesar do desestímulo, os parnaibanos não se acomodaram. Logo voltaram à luta, retomando as negociações. O desânimo foi passageiro. A ideia foi procurar outro curso que se adequasse à natureza e predisposição da cidade. As pesquisas conduziram para um curso novo que chamou a atenção dos interessados: o curso de Administração de Empresa, que se constituiu no primeiro Curso Superior Comunitário da cidade de Parnaíba, e, posteriormente, federalizado pela UFPI, estruturou-se, tomou forma e, gradativamente, reuniu as condições para que, em curto espaço de tempo, viesse a ser o embrião do CMRV. A implantação do curso foi resultado da saga desses visionários que, a partir do “sonho coletivo” de criar uma Faculdade, acreditaram na possibilidade de construir um modo novo de fixar os seus munícipes à terra natal, e, também, atender aos anseios de sucesso das classes empresariais, melhorando a qualidade de vida da cidade como um todo.

A representação das entidades culturais, filantrópicas e empresarias reiniciaram as atividades Pró-Ensino Superior para a cidade de Parnaíba. Nas reuniões das entidades e das agremiações, os líderes do movimento continuaram as discussões sobre os assuntos que giravam em torno das necessidades do ensino superior para a cidade, enfatizando, em particular, a melhoria na qualidade da mão-de-obra existente. E, discutindo e analisando, iam

tentando identificar que curso mais se identificava com a natureza e predisposição do mercado de trabalho.

Nesse ínterim veio o Golpe de 1964 e provocou uma desaceleração nos movimentos de criação de novos cursos superiores no Brasil, embora os mentores continuassem mantendo o propósito, aguardando oportunidade, que surgiu em 1968, período marcado por manifestações de mudanças no mundo todo, especialmente nas áreas setoriais dos direitos sociais, em países como França, EUA e a América do Sul - Argentina e Brasil.

Essas manifestações repercutiram na sociedade brasileira em geral, através dos movimentos sociais de ação política, movimentos de base da Igreja Católica e os movimentos estudantis, através da UNE, que reivindicavam maior participação na gestão universitária e mais vagas nas universidades brasileiras, haja vista a quantidade de aprovados excedentes nos vestibulares das universidades do país, fato que favoreceu a oportunidade esperada para a retomada das negociações políticas, pró-criação de Faculdades. Neste contexto, o grupo de Parnaíba retoma as transações Pró-Faculdade. Lembrando que, em Teresina, nesse mesmo período, o grupo que articulava a criação da UFPI aproveitou também a oportunidade.

Embora as ações adotadas pareçam de natureza político-partidária, Adilson Castro, (2009) afirma que não houve envolvimento político dessa natureza, nesse pleito:

No meu ponto de vista, para a criação da Faculdade não houve um envolvimento político, mas de cidadãos de Parnaíba, porque eles exerciam poder. Esses cidadãos, que investiram na luta para a criação do Ensino Superior, aqui exerciam força muito maior; porque estavam junto com a Confederação Nacional da Indústria, essa que deu apoio financeiro [...] Ela preparava, ela exercia o poder. Foi ela que deu força. A nossa força maior vinha dela. Foi a FNI que financiou o Curso de Análise Econômica, mandando e financiando a vinda do Professor Manoel Orlando Ferreira, que vinha encaminhado por João Paulo dos Reis Velloso, tendo como baluarte em Parnaíba, Cândido Athayde (ENTREVISTA, 2009).

Uma contribuição considerável veio com a importância política que João Paulo dos Reis Velloso tinha no Governo Federal, mesmo antes que ocupasse a pasta de Ministro do Planejamento, pois, já como Conselheiro do Conselho Federal da Educação (CFE) representava muito bem, na área federal, os interesses da cidade de Parnaíba e do Piauí (LAURO CORREIA, 2009). Por seu lado, Cândido Athayde construiu um valioso círculo (político) de amigos, que ao tempo certo soube muito bem utilizar em favor do objetivo por ele traçado, junto com seus companheiros. Parece que o que não ocorreu de fato foi o

envolvimento maior de políticos partidários locais, uma vez que, mesmo aqueles que poderiam influenciar politicamente, não consideravam importante um Curso Superior na cidade (LAURO CORREIA, 2009).

Com a retomada das negociações, a idéia era procurar um curso naturalmente compatível com o primitivismo e predisposição da população ativa da cidade; e assim, Lauro Correia relata:

Então começamos a pensar em um novo curso, um curso novo que estava se instalando no Brasil, um dos mais novos do país, o Curso de Administração de Empresas. Ele prendeu a atenção de todos, especialmente porque esta cidade sempre foi centro comercial, uma praça comercial, uma praça industrial e, um curso de Administração de Empresas nota-se a preferência. Há Administração Pública. Mas, preferencialmente, para atender os anseios das classes empresariais, como tal ganhou corpo a idéia do curso ser o de Administração e para tal nós paramos (ENTREVISTA, 2009).

Enquanto Lauro Correia (2009) relata que a preferência pelo curso de Administração ocorreu para atender os anseios das classes empresariais, Lopes (1998), concordando, enfatiza que em Parnaíba a luta para a concretização da instalação do curso de Administração estava atrelada aos interesses da facção industrial da cidade. Mesmo assim, se presume que, enquanto aquela elite se empenhava em prol da criação da faculdade, existiam ainda muitos membros nesses segmentos sociais, que não compartilhavam a mesma expectativa. Para uns, ou muitos desses, as primeiras expectativas para a criação do Ensino Superior eram mínimas. Sobre isso o Professor Israel Correia questiona e responde:

O que era a Faculdade de Administração? Era a oportunidade de um resgate de um sonho. Que sonho? Um sonho frustrado de não ter um curso superior em Parnaíba. Então você tinha toda uma geração frustrada. Uma não! Duas gerações, porque só tinham chegado até a “União Caxeiral”; só tinham feito o Científico [...] A primeira grande expectativa, a primeira necessidade foi atendida [...] Eram pessoas que queriam ser “doutores”. Naquele tempo se queria uma formatura, [...] Toda uma geração foi resgatada (ENTREVISTA, 2009).

Na verdade, as circunstâncias de se fazer um filho “doutor” refletia no Piauí como uma tomada de decisão extrema, e muitas das vezes a maioria da população piauiense calava-se, não porque não ousasse transformar este sonho em realidade, de ter um filho “doutor”, mas porque, muitas vezes, a baixa autoestima sobressaía-se através do falso entendimento de que somente os “ricos” teriam essa possibilidade de conquistar carreira profissional. Além do

que, como já enfatizado nessa narrativa, os custos operacionais de manutenção de um filho para ser “doutor” faziam com que o mais forte dos piauienses se transformasse socialmente em um fraco, sem perder de vista a ocasião de separar entes jovens, tão jovens, dos laços afetivos familiares, afora as dificuldades de manutenção das necessidades pessoais em outras terras. (FERRO, 1994).

Israel Correia, quase que falando para si próprio, pensa como Ferro: “as famílias não tinham dinheiro para mandar esses meninos para estudar fora; o mais que podia era colocar na Caixeiral” (ENTREVISTA, 2009).

Algumas vezes é interessante voltar ao passado e proceder a uma avaliação dos fatos ocorridos, como exemplifica o caso de Israel Correia: o retorno ao seu passado promoveu o reconhecimento de dificuldades vividas por seus pares, talvez ainda não apreciadas com clareza; até porque ele, em sua juventude, não acalentou o “sonho” de ser “doutor”, pois, para ele, Israel Correia, possuir um curso superior era um fato natural.

Quando os alimentadores da idéia decidiram-se pela opção do Curso Administração de Empresa, para implantar o Ensino Superior em Parnaíba, a etapa seguinte foi encontrar orientação e subsídios para a constituição dessa Faculdade. A busca de apoio para a constituição da faculdade começou imediatamente.

A escassez de todo tipo de recurso (financeiros, materiais e humanos) era crítica no Piauí. Na Capital, Teresina, ainda se buscava, com extremos esforços, instrumentos para a criação da primeira Universidade do Estado, a UFPI. Então, nessa fase, os indivíduos da cúpula da Educação em Teresina não podiam ajudar muito no que estava sendo desenvolvido em Parnaíba. Lauro Correia (2009) relembra:

Em Fortaleza, nesse período, já estava surgindo o curso de Administração. Em Pernambuco, Recife, surgiu, e em Salvador, Bahia. Nas três cidades recebi apoio. Buscamos roteiros, subsídios, não na capital do Estado, porque à época lá não existia o curso de Administração; nem a Universidade tinha sido criada. Estávamos no ano de 1968, para o ano de 1969, e a nossa universidade, como todos nós sabemos, estava em efervescência, em providências de sua criação. Como tal Fortaleza, Recife e Salvador foram às três grandes capitais nas quais os parnaibanos, à época, buscaram a colaboração, a ajuda, os ensinamentos para orientar na melhor condução dos negócios para a criação. Agora, vejamos minha amiga (Tina) como é que se fez naquelas todas, das três recomendações: mantivemos relações de amizade, usei parentesco. O certo é que tive acesso a estas três escolas de Ensino Superior. Mas, o Ceará forneceu-nos mais orientações, dados, informações; deu integral apoio para a embrionária Faculdade de Administração da Parnaíba. Fui para Recife, Salvador, mas o apoio, nesse sentido, era mais certo lá na Universidade Estadual do Ceará. Lá eu fiz amizade que conservei através dos anos, uma profunda amizade; essa amizade tinha franquia para entrar nos departamentos, pedir informações. Nos departamentos, fui levado, e me apresentaram dizendo: Este é Lauro Correia, meu amigo, do Piauí, colabore no que ele precisar [...] (ENTREVISTA, 2009).

Lauro Correia, com suas recordações, traduz um passado vivo, no presente, cujas memórias, conforme Halbwachs (1994) representam construções sociais trazidas, à tona, pelos indivíduos, uma vez que são os grupos que determinam o que é inesquecível e ser lembrado. Nesse estudo, Lauro Correia, representando os grupos com desenvoltura, conta com entusiasmo:

Em Recife foi outra coisa extraordinária! Lá, na escola de Administração, eu encontrei um rapaz que, por coincidência, era irmão do Gilson, um funcionário da Receita Federal, aqui de Parnaíba. Seu irmão era presidente do Diretório Acadêmico e ele ficou meu ‘chapa’, era das minhas relações de amizade (sorrir). Rapaz, amigo do diretor e tal... Assim, tudo lá eu conquistei na Faculdade de Administração de Recife; tudo lá eu conquistei. Em Salvador, (eu tenho uns parentes que moram lá, da parte da minha esposa. Nós somos meios baianos), moramos lá e isso me facilitou. Eu fiquei “expert” em fazer esses pedidos (risos) de projetos, para fazer funcionar, e projeto para reconhecer (LAURO CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

As ações de trabalho de criação de uma Faculdade, para serem realizadas, devem ser apresentadas em projetos. Lauro Correia que, como Secretário da Fundação Educacional da Parnaíba (FEP), havia assumido, inicialmente, a responsabilidade de elaborar o projeto de criação do Primeiro Curso Superior de Parnaíba. Após a Faculdade ser federalizada, e já na gestão do Prof. Camilo Filho, à época, Reitor “Pró-Tempore”, ele, Lauro Correia, presidiu o grupo-tarefa, formado juntamente com as servidoras Maria do Socorro de Castro Melo, Roselane Maria Caldas Lopes e Lia Raquel do Rego Monteiro, responsável pela preparação do projeto de reconhecimento do Curso de Administração de Empresas mantido pela UFPI. O documento que constituiu o citado grupo tarefa tem o seguinte teor:

ATO DA REITORIA Nº 125/74

O Professor José Camillo da Silveira Filho, nomeado Reitor “Pró-Tempore” da Universidade Federal do Piauí, através da Portaria nº 125BSB, de 12-03-74, do Exmº Sr. Ministro da Educação e Cultura, no uso de suas atribuições, RESOLVE: 1. Constituir Grupo Tarefa composto do Prof. LAURO ANDRADE CORREIA e das servidoras MARIA DO SOCORRO DE CASTRO MELO, ROSELANE MARIA LOPES E LIA RACHEL DO REGO MONTEIRO, para sob a presidência do primeiro, preparar projeto de reconhecimento do Curso de Administração de Empresas mantido pela Universidade Federal do Piauí. O presente Grupo Tarefa ficará vinculado ao Sr. Pró-Reitor de Ensino e Pesquisa. Teresina, 9 de abril de 1974. José Camillo da Silveira Filho-Reitor.

Todos os envolvidos sabiam que para criar um curso não dependia apenas de se confeccionar projetos para emissão de pareceres. Era necessária a existência de uma entidade Mantenedora, então, urgia-se a criação de uma Fundação que mantivesse a Faculdade. Sobre essa Fundação o Prof. Israel Correia manifesta o seguinte: “O fato é que, para fundar a faculdade, os cabeças, fundaram a famosa FEP, que você já deve ter tido notícias dela. Essa fundação até onde me é dado a conhecer, como ela era do Dr. Cândido, (hoje ela deve estar com o Dr. Moraes e Sousa), funcionava lá no prédio da FIESPI” (CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

A Fundação Educacional da Parnaíba (FEP) foi criada e seus congregados eram integrantes da Prefeitura Municipal, da Federação das Indústrias e outras entidades públicas ou pessoas físicas. Através de seus representantes a fundação pôde assumir como entidade Mantenedora da nascente Faculdade, cuja Diretoria foi composta por quatro membros: presidente – Cândido Almeida Athayde; vice – presidente – José Pinheiro Machado; secretário – Lauro Andrade Correia e tesoureiro – Monsenhor Antônio Monteiro Sampaio. Uma Diretoria que representava os quatro eixos de sustentação do movimento econômico e cultural da cidade: Cândido Athayde, médico, presidente da Federação das Indústrias; José Pinheiro Machado, advogado, empresário, presidente do Instituto Brasil-EUA, Lauro Andrade Correia, Engenheiro, Advogado e Administrador (atuando na gestão de grande indústria) e, Monsenhor Antônio Monteiro Sampaio, representante da Diocese local. Identificava-se dessa forma uma equipe estrategicamente montada, cujas possibilidades de realizarem trabalho em conjunto, e nesse sentido se articulavam, sincronicamente.

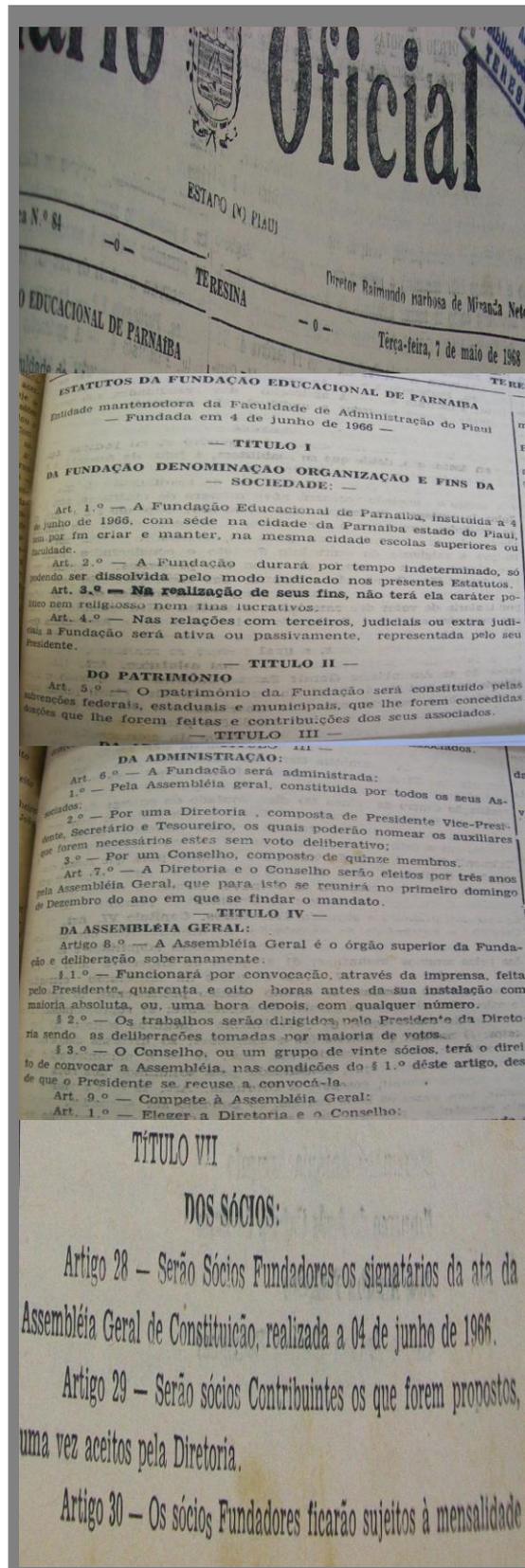


FIGURA 18: Cópia do Estatuto da criação da Fundação Educacional da Parnaíba, 1966, Diário Oficial do Piauí.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Outra grande dificuldade inicial foi que, para criar a primeira Faculdade de Administração da Parnaíba, que também seria a primeira do Piauí, a FEP não dispunha de recursos econômico-financeiros para manutenção da Faculdade, e, desse modo, a ideia foi urgentemente buscar ajuda na própria comunidade; cujo apoio, a princípio, seria servir o endereço de remetente para encaminhar os projetos ao Conselho Federal da Educação (CFE) e Ministério da Educação e Cultura (MEC), ou seja, apresentar um imóvel para ser transformado em espaço escolar, onde deveriam instalar-se as salas de aulas e onde se estabeleceriam e funcionaria, inclusive, a parte administrativa da Faculdade, dando-lhe vida escolar. Assim, para a Faculdade funcionar, foi solicitado apropriação do prédio público localizado na Avenida Presidente Vargas, onde funcionara o Grupo Escolar “Miranda Osório”, e onde também abrigou o Ginásio “Parnaibano”, mas o Governo estadual não atendeu as reivindicações, e, assim relembra Lauro Correia (2009):

Não nos apoiou com o prédio. Queríamos porque era imponente, representaria bem a nossa primeira Escola de Nível Superior. Lá, à época, funcionava uma escola de Ensino Fundamental, onde hoje funciona uma faculdade de Direito. Mas o governo do Estado não se sensibilizou. Considerava desnecessária uma faculdade em Parnaíba, não concordava com a direção da FEP. Este foi um obstáculo político, político partidário, e que não poderia sobrepor aos interesses maiores da cidade, mas infelizmente ocorreu, o governo não foi sensível, não quis ajudar (ENTREVISTA, 2009).

A viva expectativa do grupo à frente do projeto pró-faculdade era constituir o espaço escolar da faculdade no prédio que simbolizava, no passado, todo esplendor que o Grupo Escolar “Miranda Osório” representou nas primeiras décadas da República, no auge da prosperidade da cidade de Parnaíba.

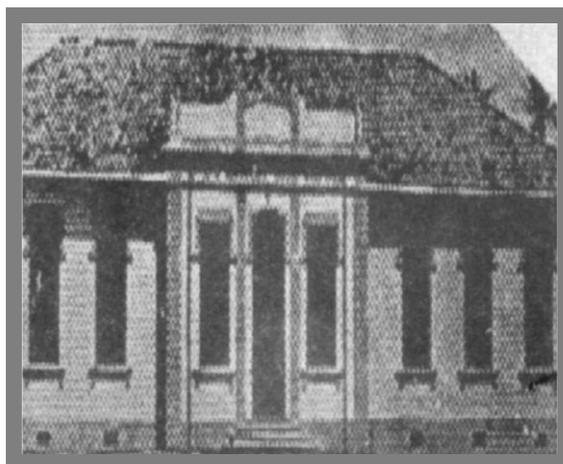


FIGURA 19: Retrato do Miranda Osório, Primeiro Grupo Escolar de Parnaíba.

Fonte: Cópia de I. Mendes 2007.

Benacostta (2005) chama a atenção enfatizando que a construção de edifícios exclusivos, para abrigar os grupos escolares, tornou-se uma prática e preocupação dos administradores dos Estados, que se utilizavam dos espaços públicos urbanos, para a edificação de escolas, com destaque urbanístico. No caso particular do Grupo Escolar “Miranda Osório” ter sido escolhido para abrigar a primeira faculdade de Parnaíba, era que ele, além de ter sido o primeiro Grupo Escolar na cidade, representava ainda muita importância para aqueles pioneiros que, hoje representantes da FEP, no passado áureo haviam estudado naquele Grupo Escolar ou conviveram na sua trajetória histórica.

No início do período republicano era sem tamanho a importância simbólica atribuída à edificação de um Grupo Escolar. Contudo, a figura de Prédio Escolar, como edificação com estrutura planejada e com o objetivo especificamente educativo, somente veio a ser apreciada em Parnaíba em 1922, através da criação do Grupo Escolar “Miranda Osório”, que ocorreu na gestão do Intendente José Narciso da Rocha Filho, que, pautado na Lei nº 527 de 6-7-1909, solicitou ao Governador, à época, João Luís Ferreira, e conseguiu, conforme o Decreto nº 784 de 17-3-1922, a autorização para a construção que iniciou em janeiro de 1921 e cuja conclusão ocorreu em 15 de junho de 1922. Contudo, “mesmo esta escola tendo sido instalada em junho [...] foi inaugurada solenemente em 7 de setembro de 1927” (LOPES, 2007, p. 13).

Por aquela época, mesmo que existissem escolas públicas primárias, criadas através das leis estaduais, eram poucas. Estas escolas primárias funcionavam geralmente em precárias condições, e era comum ter escolas primárias funcionando, ainda mais precariamente, nas

residências dos próprios professores, pagos pelo Tesouro Público; ou em casas alugadas específicas para esta finalidade escolar.

Sobre as escolas primárias em Parnaíba, o número delas nas primeiras décadas do século XX foi considerável, refletindo o posicionamento do panorama socioeconômico e político da cidade. Além do Grupo Escolar “Miranda Osório”, outras instituições formais emergiram como: a Escola “União Caixeiral” (1918) (ensino comercial profissionalizante); o Ginásio “Parnaibano” e a Escola Normal (1917), e o Instituto “São Luís Gonzaga” (1937), entre outros. Entretanto, somente uma minoria dos jovens pobres as frequentavam. Benedito Jonas Correia escreveu sobre as escolas o seguinte, no Almanaque da Parnaíba, no ano de 1945:

[...] Estas gozavam da preferência dos pais que podiam pagar o ensino para os seus filhos; funcionavam quase que sempre superlotados e nelas o ensino não se restringia à alfabetização de crianças. Seguindo orientação mais ampla, visava habilitar seus alunos a qualquer profissão e aos exames parcelados nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário (p.174).

O prédio do “Miranda Osório” não passou despercebido pelos idealizadores da primeira Faculdade de Administração do Piauí, e, agora, a Diretoria da FEP queria instalar o primeiro curso superior da cidade, exatamente no local do seu primeiro grupo escolar.



FIGURA 20 – Retrato do Miranda Osório, abrigo do Ginásio Parnaibano, preferência para abrigo da FAPI.

Fonte: Acervo da Pesquisadora.

Assim, como não houve negociação com o Estado, quanto à cessão do prédio para o estabelecimento da Faculdade, o próximo passo foi recorrer à Diocese, através do Exmo. Revmº Bispo, Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, intermediado pelo Mons. Antônio Sampaio, como recorda Lauro Correia:

Naquela época uma empreitada desta não era trabalho de uma pessoa só. Nós quatro trabalhamos. Mas eu ainda queria demonstrar aqui o trabalho do monsenhor Sampaio. Foi ele quem conseguiu o prédio. Eu fui o comandante da pasta dos projetos e Pinheiro Machado (Dr. José Pinheiro Machado) fez a doação de parte da biblioteca (ENTREVISTA, 2009).

A Diocese disponibilizou as salas necessárias, até então, suficientes, do Colégio “São Lus Gonzaga”, localizado na Avenida Capitão Claro, para serem utilizadas no turno da noite, por um prazo de dez anos, se assim necessitassem, para o funcionamento do curso da Faculdade de Administração do Piauí, em Parnaíba. Posteriormente, no ato da criação da UFPI, a Diocese renovou a doação das salas por mais dez anos, sem ônus.



FIGURA 21 – Retrato da Fachada do Ginásio São Luís Gonzaga, local de funcionamento das salas de aula e Biblioteca cedida pela Diocese de Parnaíba.

Fonte: Acervo da Pesquisadora

Mas as dificuldades ainda persistiam. Para a Secretaria não funcionar somente à noite, e por falta de cômodo no local cedido, foi preciso alugar um prédio para o funcionamento de parte da Secretaria da Faculdade, localizado na Rua Duque de Caxias.



FIGURA 22: Retrato da fachada do local de funcionamento da Secretaria e Biblioteca.

Fonte: Acervo da Pesquisadora.

A outra parte da Secretaria funcionava junto às salas de aula, no Colégio São Luís Gonzaga. Sobre essas dificuldades o Senhor Antônio Alexandre Duarte, ex-servidor aposentado do CMRV, dá o seguinte relato:

Tudo era muito difícil, nós sofremos muito aperto porque ninguém acreditava que a nossa faculdade fosse dar certo. O Dr. Cândido disse para eu dar expediente em dois lugares diferentes (imita a voz do Dr. Cândido) – ‘pega o Alexandre para ficar no lugar do seu Portela, um funcionário que fez besteira e foi posto para fora, e controle o expediente dele’. ‘Ele vai trabalhar meio expediente na mecanografia, na secretaria, na Rua Duque de Caxias e o segundo expediente, à noite, ele faz na (rua) Capitão Claro. Vai tomar de conta da escola no São Luis Gonzaga’. Era um expediente lá e outro cá. Eu saia com uma bolsa preta desse tamanho (faz o tamanho com as mãos) na garupa de uma bicicleta. Saia pedalando e a ‘negrada’ criticando! (ANTONIO DUARTE, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 23: Retrato de Antonio Alexandre Duarte servidor aposentado do CMRV, sujeito desta pesquisa.

Fonte: Acervo da pesquisadora.

Todas estas dificuldades foram sendo gradativamente corrigidas e superadas, conforme afirma Lauro Correia nos seus relatos, rememorando o período em que a Faculdade, pelas circunstâncias em que funcionava, adotava dois endereços:

Ficamos numa situação “*sui generis*”. Funcionava a Secretaria na Rua Duque de Caxias, onde funcionava o SAMDU, no prédio da antiga residência do Poncion Rodrigues (aluguel simbólico), nas proximidades do então Hotel Carneiro, e a outra parte no prédio do Ginásio São Luiz Gonzaga. Essa situação foi depois corrigida, mas assim aconteceu durante os primeiros anos da Faculdade de Administração (LAURO CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

O ano de 1968, de acordo com Cunha (1980), foi um período dos mais turbulentos, de instabilidades, mesmo assim, em Teresina lutava-se para a criação da UFPI; e, em Parnaíba, em torno do quarto trimestre, o movimento concentrava-se em torno de se conseguir em tempo hábil a documentação necessária, para que já se pudessem abrir as inscrições do primeiro Concurso Vestibular da faculdade de Parnaíba. O edital estava pronto, mas a documentação não estava liberada, não dispunham do parecer fornecido pelo MEC autorizando a realização do concurso.

Esse fato levou o grupo de mentores a pedir opinião ao Prof. José Olímpio de Melo, ao Dr. Manoel Paulo Nunes e, em especial, a colaboração do Prof. José Camilo da Silveira

Filho, pessoas, no conceito de Lauro Correia (2009), ilustres de Teresina e que considera seu dever ser-lhes justo, reconhecendo-lhes o apoio prestado, desde as primeiras consultas às tomadas de decisão da equipe de Parnaíba. Porém, esta equipe pressionada pela situação de dificuldades burocráticas teve concordância pela realização do vestibular, sem autorização, e assumiu as consequências, mesmo ouvindo o parecer dos consultados, unanimemente contrário à decisão, como assim relata Lauro Correia:

Eu vou registrar. Vou declarar, mas ninguém vai publicar em jornal, é uma contribuição para o trabalho da professora Tina (Tina sou eu, a mestranda). É o seguinte: Nós tínhamos publicado o edital da fundação da faculdade, mas o projeto, o pedido de autorização estava dependendo de votação, lá em Brasília. Eu moro nesta casa há trinta e cinco anos, eu morei doze anos perto da “União Caixeiral”, xis com a Caixeiral, casa alugada, então à noite, na véspera da realização do vestibular, o telefone tocou, era o Antonio Augusto dos Reis Veloso, irmão do João Paulo dos Reis Veloso. Ele falou (Antonio Augusto): - ‘Lauro, meu amigo, o Conselho (CFE) já votou o Parecer e aprovou, pode fazer o vestibular’. Na véspera! E diz: ‘ Nós havíamos consultado em Teresina ao Professor Camilo e ao Professor Paulo Nunes se poderíamos divulgar o Edital do Vestibular sem a autorização em mãos. A resposta foi que, se eu mandasse publicar, seria preso. Então, nós os quatro da diretoria da Fundação, tomamos a decisão mais audaciosa possível, e assumimos o risco: Divulgamos o Edital’. (ENTREVISTA, 2009).

A Faculdade de Administração do Piauí tomou corpo e vida própria; as aulas iniciaram no local cedido (Colégio São Luís Gonzaga, atual Colégio Diocesano), no período noturno. A Secretaria, entretanto, funcionava em outro endereço, na Rua Duque de Caxias, distante, porque os espaços cedidos pela Diocese não davam para ser acoplada à Secretaria no mesmo ambiente, por falta de sala, uma vez que a secretaria deveria funcionar também durante o dia e no local cedido, nesse horário funcionava a secretaria do colégio.



FIGURA 24: Retrato da Sala do Colégio São Luiz Gonzaga, cedida pela Diocese de Parnaíba para funcionar a primeira Turma de Administração e Empresas da FAPI.

Fonte: Acervo da Pesquisadora

Para uma Faculdade ser criada, como já foi dito, ela precisa de prédio e de um projeto de constituição do curso, e para funcionar tem que ter um “Projeto de Pedido de Autorização” ou “Projeto de Funcionamento”, junto ao MEC, para receber os pareceres e cumprirem-se algumas regras. Resume um trabalho dos mais importantes e é dividido em várias partes.

Segundo Correia (2009), quando se termina a execução de um documento desses, ele está volumoso, pois versa sobre vários aspectos, como, por exemplo, a avaliação completa sobre a capacidade da cidade, para saber se pode suprir os aumentos das necessidades urbanas básicas, com o aumento do contingente das pessoas, que se espera povoar a cidade, a partir da criação da Faculdade, conforme a demanda do curso. A sua opinião é de que, talvez, hoje ainda possam ser muitas as facilidades, isto é, a criação de uma faculdade pode ser aprovada sem maiores delongas, mas naquela época, na década de 1960, era muito demorado. Para organizar um curso ou fundamentar um pedido de funcionamento de uma faculdade, hoje, tem tecnologia facilitando a organização de dados, podendo apresentar em tempo real, por exemplo, a estrutura do ensino primário e do segundo grau, (ensino médio), de toda a cidade. Apresentar a demanda de candidatos aptos para o vestibular; a situação estrutural da cidade; a população; hospitais existentes; estabelecimentos comerciais; enfim avalia-se muito rápido o volume da cidade para saber se ela comporta ou não um curso superior, pois quase sempre já tem estatística aprovada sobre quase tudo que se precisa trabalhar. Afinal, quando outros cursos já estão em pleno funcionamento torna-se mais fácil a criação de novos cursos e a

organização dos processos. Mas o primeiro, realmente, dá uma sobrecarga de trabalho. (CORREIA, 2009).

Enquanto a equipe de Brasília estudava um projeto para a UFPI de Teresina, Parnaíba estava envolta em dificuldades com a: organização dos Projetos de Reconhecimento de Curso, criação e estabelecimento de Proposta Curricular, organização de Quadro de Professores, criação de Congregação, Regimento Interno, enfim, exigências para dar organicidade à nova ordem das coisas estabelecidas. Além disso, e para não perder a motivação, também focava propósitos de construir edificações, próprias para estabelecer a primeira faculdade e, certamente, visando ao longo prazo a criação de novos Cursos Superiores, para fomentar a economia da região Norte do Estado. Contudo, parece que essa preocupação não igualava às da equipe de piauienses, instalados em Teresina, responsável pela criação da UFPI. Vejamos, então, a continuação dos relatos do Arquiteto Ronaldo Pinto Marques:

Enquanto a cúpula teresinense buscava solução para uma definição de o quê fazer em Parnaíba, montava-se em Teresina toda a estrutura administrativa e acadêmica no Seminário, ali, na subida da ponte Juscelino Kubitschek, aquela da Avenida Frei Serafim. Acredito que em Parnaíba os professores da Faculdade de Administração, percebendo a indefinição, tenham-se sentido traídos por essa fusão que criou a UFPI (ENTREVISTA, 2009).

Diante do lento curso dos encaminhamentos conduzidos pela UFPI/Teresina, para resolver as necessidades educacionais de Parnaíba, a equipe gestora da FAUFPI resolveu tomar mais uma vez iniciativa, a fim de encontrar recursos para a construção do prédio próprio, para abrigar a faculdade. Conforme relatado em entrevista (2009) pelo Professor José Néelson de Carvalho Pires: “para solucionar esse problema... explorar as boas relações de amizade com o Ministro do Planejamento, Dr. João Paulo dos Reis Velloso era o que faltava, uma vez que essas relações favoreceriam, substancialmente, as oportunidades”. Confirmando os relatos do Professor José Néelson (2009), Ronaldo Marques (2009) recorda: “então, eles recorreram ao Ministro Reis Velloso. Foi ele, o Ministro, que liberou os recursos no valor de CR\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) para a construção dos Blocos”. Assim, enquanto a elite parnaibana cuidava para providenciar os recursos, necessários para a construção das instalações próprias,

[...] A cúpula da UFPI em Teresina ainda não havia decidido o que funcionaria em Parnaíba. Uns não queriam que no momento fosse criado lá nenhum curso; outros queriam transformar Parnaíba em uma Cidade Universitária. Por incrível que pareça até mesmo os de lá! (Parnaíba). A implantação da UFPI em Parnaíba veio, mas, com ela, os problemas vieram juntos, porque os recursos foram liberados no final do ano. Aí estava o problema, uma vez que para a implantação dever-se-ia utilizar os recursos dentro do exercício, e para tanto se deveriam apresentar projetos, os quais não estavam feitos (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

De acordo com fatos registrados no Livro de Ocorrência do CMRV, página 3, data de 11-10-1973, o Dr. João Paulo dos Reis Velloso, Ministro de Planejamento visitando a cidade de Parnaíba, como representante da Pasta, juntamente com outras autoridades das esferas Federal, Estaduais e Municipais, para participar de eventos de inaugurações e assinaturas de contratos com algumas entidades locais, cujos feitos objetivavam melhorar as condições da cidade e do Piauí, o Ministro, durante seu discurso de inauguração do espaço para uso do posto de trabalho do Campus Avançado da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), em Parnaíba, anunciou que “o Senhor Presidente havia autorizado, no dia anterior, a liberação de CR\$ 2 milhões de cruzeiros, para a imediata construção do Sub-Campus da UFPI, em Parnaíba”. Fato que vem corroborar com o ponto de vista que Ronaldo Marques (2009) acrescenta, dizendo que, devido à urgência,

[...] A primeira providência foi fazer a topografia do terreno, enquanto se concluíam os projetos, e ao mesmo tempo licitavam-se materiais para construção das edificações e se contratavam os serviços de terraplenagens, a perfuração de dois poços tubulares. Tudo tinha que ser feito rapidamente, para utilizar os recursos até o final do ano. Por isso se dizia que o ‘Ministro havia dado um presente de grego (RONALDO MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

Cada ação realizada, no que diz respeito à infra-estrutura do Sub-Campus da UFPI, em Parnaíba, ocorreu mediante monitoramento das estratégias, para viabilizar o alcance das metas estabelecidas, no curto prazo. Este aspecto do trabalho é bem lembrado pelo Prof^o. Mariano Bento Soares, que pede licença, e se expressa da seguinte maneira:

Professora, eu vou usar uma expressão que eu costumo usar com relação à história do CMRV, quando se fala da criação do campus. Aqui foi criado passando por cima de pau e pedra, foi passando por cima de normas, só para a senhora ter uma ideia. Mas o resultado é que tivemos bons frutos (ENTREVISTA, 2009).

Esse pensamento acerca do projeto de criação do Ensino Superior em Parnaíba é comum a todos os sujeitos que, de algum modo, estavam vinculados ao desenvolvimento desse processo de criação, seja como mentores, ou um dos que apenas vivenciou a situação ou, ainda, até aquele que se manifestou como simples cidadão, com seus pontos de vistas. Como já mencionamos: “tudo” poderia ser justificado para o bem maior que era o Ensino Superior na cidade.

Assim, parece que cada passo dado pelos líderes, a fim de concretizar as ações nessa tarefa, seguia, sobremaneira, um rigoroso planejamento estratégico, bem projetado. Talvez, nesse planejamento, tentaram entrever, a priori, quais os seus verdadeiros pontos fortes, e quais as ameaças que deviam ser eliminadas. Uma delas seria o excesso de burocracia na trajetória dos processos até chegar à mesa do Ministro de Planejamento, considerando que na maioria das vezes os interesses de maiores poderes políticos sobrepõem aos poderes menores.

Os pontos fortes considerados, portanto, residiam nas boas relações políticas, que a conjuntura do momento apresentava em nível de governo federal, sem dúvidas, era a presença do parnaíbano Reis Velloso, como Ministro do Planejamento. Além do que, representava uma excelente oportunidade o que essa função contingencial significava, e que no futuro próximo fez a diferença, tanto para a liberação de recursos financeiros para a construção do Campus da Ininga, como para a do CMRV. Sem contar que antes havia sido a sua interveniência que deu partida à criação do primeiro Curso Superior de Administração na cidade e do Piauí.

Então, parece que a primeira ação do plano, colocado em prática, foi deslocar um dos elementos chave, que poderia trabalhar a favor de eliminar as ameaças, presentes dentro da UFPI em Teresina. Desse modo, quem sabe não foi deslocar o Professor José Néilson da FAUFPI para o Campus da Ininga, considerando as boas relações interpessoais que ele mantinha com Reis Velloso? Foi Adilson Farias de Castro (2009) que fez esta pergunta e ele mesmo argumenta: “Isto é extraoficial: pode até ter sido sugerido por João Paulo, quem sabe... para ficar perto das ‘feras’, para ‘arrancar’ o que vier destinado para Parnaíba, senão eles esquecem“!

O fato é que, pela carência de professores qualificados na nascente Faculdade, em Parnaíba, não se justificaria tão facilmente transferir o Prof. José Nelson, a pedido, para Teresina. Além do mais, José Néilson tinha a vida estruturada na cidade de Parnaíba; então, como contar que a sua transferência foi realizada “a pedido”? Acerca desse assunto o próprio Prof. José Néilson deu sua versão, no seguinte depoimento: “em 1972, fui transferido para [...] Teresina, para [...] instalar o setor de Educação Física, visto que no Piauí, o único professor da

referida matéria, formado por uma Escola Superior de Educação Física, era eu” (ENTREVISTA, 2009) Coincidência, ou não, o fato é que depois de dois anos; utilizados para as negociações de liberação de recursos para a construção das edificações dos Campi da Ininga e CMRV, José Néilson retorna para Parnaíba onde permaneceu trabalhando no CMRV dando aulas de Educação Física e Estudos Brasileiros, até a sua aposentadoria.

Para a criação da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba, além de ser avaliada a capacidade logística da cidade, quanto a suportar uma faculdade, também, foi analisada a capacidade do corpo docente disponível. Para isso foi feito um levantamento, para saber quais as pessoas portadoras de Diploma de curso superior, na cidade de Parnaíba, que tinham condições, e queriam ser professor. Sobre como foi procedido esse levantamento, Lauro Correia (2009), sem forçar a memória, volta ao passado e lembra, assim... “Procuramos saber quais eram as pessoas que tinham condições e se queriam ser professores; ouvir cada um, saber qual a sua formação, cursos, cada detalhe, se queriam colaborar”.

Estes primeiros acontecimentos na história do CMRV, envolvendo os procedimentos iniciais da criação da FAPI, foram momentos que criaram um passado rico de memórias pitorescas, digno de ser repassado porque se referem ao crivo da História Oral, que guarda, também, as memórias das minorias, passando para a posteridade fatos históricos formados pelas ações diretas dos sujeitos comuns, que participaram dos eventos lembrados posteriormente, para a História que não morre.

Assim são tomadas as recordações, de memórias, do Sr. Antônio Alexandre Duarte, sobre os primeiros momentos da história da Faculdade de Administração do Piauí – FAPI. Este cidadão comum é um ex-empregado da Indústria e Comércio Rosápores S/A, tradicional empresa sediada em Parnaíba, da qual era Presidente o Dr. Cândido Almeida Athayde, que também se posicionava como um dos principais empreendedores no processo de implantação do Ensino Superior nessa cidade, e, através deste, o Sr. Antonio Duarte foi indicado e passou a ser servidor do CMRV, (primeiro como Serviços Gerais, mas aposentou-se como Bedel), e ele se considera agora tão responsável quanto foi o Dr. Cândido Athayde, como um dos idealizadores e colaborador eficaz da constituição da Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba.

Pollack (1989) adverte sobre a formidável memória das minorias, que graças à História Oral, elas puderam igualmente externar a sua visão de acontecimentos vividos em um contexto histórico. O Sr. Antônio Duarte, ao conceder as suas reminiscências, para compor

como parte nesta pesquisa, questionou-se, por que as suas próprias recordações não “contam tudo”. E atribui para si mesmo a resposta para essa questão: “o esquecimento”.

Para Pollack (1989), o esquecimento nada mais é senão a forma encontrada pela sociedade civil débil de resistir ao abuso de discursos oficiais. Mesmo assim, o Sr. Antônio Duarte apresentou uma particular firmeza em todas as suas falas. Ele se sente e se mostra orgulhoso, como parte responsável pelos acontecimentos anteriores e posteriormente à criação da FAPI e pela instalação no CMRV.

A trajetória de vida modesta do Sr. Antônio Duarte, junto ao CMRV, traduz a sua condição de colaborador ativo, que lançou todas as possibilidades individuais dos seus recursos humanos, para cooperar com a disposição e força da simplicidade do seu laconismo, para que os projetos da FAPI e do Campus viessem a ser executados com sucesso. Em nenhum momento de seu recordar o Sr. Antônio Duarte afasta-se da condição de sujeito partícipe do empreendimento para constituição da FAPI e do CMRV. E assim conta como vivenciou o início da FAPI:

Nós começamos com uma dificuldade maluca. O Dr. Cândido dizia “Alexandre vá entregar isso, essas correspondências, [...] vá entregar essas circulares para ver se eles concordam em cooperar”. Aí, eu saía entregando circular, entregando, entregando... Eu entreguei tanta circular que fiquei de perna fina (correspondências endereçadas para as pessoas que tinham curso superior, a mando do Dr. Cândido). Olhe, eu passei tanta circular, tanta circular convidando esse povo! Você me acredite: eu ia de porta em porta para ver se eles confirmavam (Faz o gesto na mão). Eu batia palmas e saía o dono da casa e dizia: “o que é que você quer?” (faz a entonação de irritação) E eu respondia. “Doutor, eu vim lhe fazer um convite, deixar essa circular”. Uns a liam logo ali e perguntavam: “Quanto é que vão pagar?” E eu: “Não, nós estamos querendo é a cooperação do Senhor”. – “Ora se eu vou dá cooperação!” (faz a entonação) “O senhor não vai?” “Olha, o que a direção oferece, é como ajuda, vinte cruzeiros para a gasolina”. De maneira que, quem tinha curso superior em Parnaíba eu visitei. Andei na casa de todos. Eu andei na casa de todo mundo que tinha curso superior. Eu bati na casa de todos... Viagens perdidas. O negócio não foi mole (ANTONIO DUARTE, ENTREVISTA, 2009).

A narrativa do Sr. Antônio Duarte exhibe a perspicácia de observador empírico, uma capacidade de envolvimento no trabalho de grupo, quando, embora não fazendo diretamente “parte” dele, sente-se integrado; enfim, mostra a competência de dar-se a ler episódios situacionais vividos comunitariamente, aquilo que Pollack (2009) conceituou como maneira de ler o mundo de determinadas coletividades, pelas características que o entrevistado é capaz de desenhar somente possível através da História Oral.

De acordo, ainda, com o Sr. Antonio Duarte (2009), o grupo de possíveis professores, formado pelos portadores com curso superior, que se dispusera a colaborar

naquele primeiro momento, foi constituído com muita insistência e luta, e suas informações conferem com as de José Néelson (2009), que afirmou serem poucos os que se interessaram a ajudar a Faculdade, pois a maioria não acreditava na possibilidade de sucesso do projeto. Eis o que menciono em seu relato:

Deixe que lhe diga com toda franqueza: sem o trabalho do Dr. Lauro e do Dr. Cândido dificilmente teria sido criada a faculdade, dificilmente, porque ninguém acreditava. Olhe bem, ele procurou saber em Parnaíba quem tinha diploma de curso superior; muitas pessoas foram convidadas por ele e pelo Dr. Cândido, mas elas não aceitaram. Diziam que não acreditavam esse negócio de criar faculdade, era conversa fiada, não acreditaram. Achavam que a faculdade não sairia do papel. Que era sonho. Muitos professores foram convidados, um a um, e não aceitaram, depois, se arrependeram porque a faculdade hoje se tornou realidade. Superou todas as expectativas e logo fomos federalizados e passamos a fazer parte da UFPI e, em seguida fomos construir o nosso próprio Campus, o CMRV. O Dr. Lauro convidava determinadas pessoas que tinham outros cursos superiores, uns aceitaram, outros não aceitaram e também se arrependeram (JOSÉ NÉLSON, ENTREVISTA, 2009)

Na conformidade da instrução do CFE, na FAPI deveria instituir-se um corpo docente mínimo para a funcionalidade do curso. Assim, após convite feito pelos representantes da FEP, chegaram a habilitar-se 18 profissionais e desses foram aprovados somente 16, que passaram a ser identificados como Professores Fundadores do Primeiro Curso Superior de Parnaíba. Esses, contudo, ainda necessitavam de capacitação profissional, para garantirem a classificação do curso com o nível de ensino superior. Desse modo, para compor o quadro de professores, de acordo com as exigências do CFE para implantar e funcionar um curso de ensino superior na cidade, foi conveniente, à época, as posições ocupadas por Cândido Athayde e Lauro Correia como dirigentes da Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIESPI), da qual Athayde era o Presidente, função politicamente estratégica, para o momento, e ainda mantinha boas relações pessoais de amizade com o Presidente da Federação Nacional das Indústrias (FNI), Dr. Thomas Pompeu de Sousa Brasil Neto.

Devido a esta aproximação pessoal e profissional com o Dr. Cândido Athayde, Dr. Pompeu intercambiou a vinda de um representante do CFE a Parnaíba, com o objetivo de dar apoio logístico para a criação do Curso Superior em andamento, aplicando os procedimentos de pesquisa de mercado, a fim de verificar qual o potencial da realidade econômica da região do Delta do Parnaíba. A partir do resultado dessa avaliação, resultaria, como resultou, qual curso superior seria mais adequado ao potencial e às necessidades do mercado parnaibano: sendo apontado o Curso de Ciências Econômicas.

Para esse fim, foi designado representante do CFE, Manoel Orlando Ferreira, Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRG) e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Ferreira, além de cumprir as metas estabelecidas pelo CFE, foi o responsável, valendo-se da sua experiência e competência na implantação de Cursos Superiores, pela realização do Curso de Especialização em Análise Econômica, em Parnaíba, promovido pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com a finalidade de capacitar os possíveis professores, uma vez que, o primeiro projeto para o Ensino Superior em Parnaíba estava direcionado, como já mencionamos, para um Curso de Ciências Econômicas, que não chegou a ser concretizado, dando lugar para a criação efetiva do Curso de Administração de Empresas, aprovado com unanimidade pelos intelectuais e comerciantes representantes da cidade.

Segundo Lauro Correia, alguns daqueles profissionais que a princípio desacreditavam na proposta de se criar um curso de Ensino Superior em Parnaíba vieram um pouco mais tarde, também, a fazer parte do quadro de professores que ministrariam aulas na primeira faculdade de Administração do Piauí, considerando que, à época, as atividades de negociação para a implantação desta Faculdade estavam quase que já totalmente deliberadas.

A capacitação foi necessária e proveitosa, para garantir aos prováveis professores a prática pedagógica, visto que nenhum dos profissionais consultados e que possuíam curso superior pertenciam ao segmento da educação, e tão pouco haviam exercido alguma prática de ensino. Pertenciam às áreas da Saúde, Humanas e Tecnológicas. Eram Médicos, Advogados, Teólogos e Engenheiros. Somente um era Administrador, Lauro Correia, mas não era Administrador de ofício, foi beneficiado pela Lei 4.769/65, que reconhecia como Administrador, por direito adquirido, aqueles não diplomados, mas que já exerciam as atividades próprias de Administrador, a um tempo de pelo menos cinco anos antes da vigência desta Lei. Sobre esta situação de se criar um curso sem, contudo, ter pelo menos o mínimo de profissionais da área ligada à área de atividade específica do curso criado, o Prof. Adilson Castro fez a seguinte narrativa.

[...] naquele tempo não havia Administrador em Parnaíba e parece que nem no Estado do Piauí. Tinha Economista. Economista tinha, por exemplo, o Dr. Lauro que é Administrador pelo benefício de uma Lei do Governo Federal. Nós tivemos fora o Dr. Lauro [...] O Lucimar Veiga de Almeida que trabalhava na Empresa “Pedro Machado S/A”, [...] (era registrado até no Conselho Regional de Administração). [...] E tinha ainda um terceiro, Cássio Carvalho, que foi Prefeito de Parnaíba. [...] Nesse primeiro momento, não se estava preocupado se o

corpo de professores tinha formação compatível para lecionar no curso; o que interessava era que Parnaíba tinha um Curso Superior, que primeiro deveria ter sido Economia e terminou sendo Administração, isto é o que interessava (ENTREVISTA, 2009).

Entretanto, nessa década, ocorreu a implantação de cursos de pós-graduação em algumas cidades brasileiras, mas parece que, pela origem e formação daqueles profissionais, não lhes interessavam cursos de licenciaturas e menos ainda conhecer as práticas pedagógicas. As forças das circunstâncias, entretanto, fizeram que alguns portadores de curso superior, em Parnaíba, talvez pelo incentivo de seus munícipes, ou talvez pela própria vontade de contribuir para a criação de um Curso Superior e assim escrever o seu nome na história da sua cidade, ou, pela oportunidade de exercer uma nova profissão remunerada, recompensadora, o certo é que os solicitados inscreveram-se e concluíram o curso de Análise Econômica com êxito.



FIGURA 25: Retrato de alunos do Curso de Análise Econômica.

Fonte: Acervo particular de Adilson Farias de Castro cedido para a Pesquisadora.

Esse Curso de Análise Econômica, promovido pela CNI, deveria ser a priori, um Curso de Pós-Graduação, aplicado em nível de Brasil. Como era bastante requisitado, Adilson Castro (2009) recorda de uma disputa entre os Estados do Piauí (Parnaíba) e Santa Catarina (Florianópolis), para receber esse curso. Entretanto, devido às boas relações entre Cândido Athayde e Tomaz Pompeu, Presidente da CNI, o Curso foi oferecido em Parnaíba, mas não em regime de pós-graduação, porque, parece que não confirmaram demanda suficiente. Adilson Castro recorda este fato da seguinte maneira:

Eu falei para você que foi feito um curso de Análise Econômica, entretanto, havia uma disputa entre Piauí (Parnaíba) e Santa Catarina (Florianópolis), com tendência para que o curso fosse funcionar em Florianópolis; cidade do Sul, onde o peso político era maior. Mas o Dr. Cândido, com o prestígio que ele tinha, junto à CNI, e sendo presidente da FIESPI, ganhou e trouxe para cá. Era um curso que seria em nível de Pós-Graduação, entretanto não tinha número de formados que aceitasse; inclusive eu, que fiz o curso, tinha só o 2º Grau. Apareceram aqui apenas dois advogados que aceitaram: Carlos Teixeira que depois foi ser professor na Faculdade de Administração e, sua esposa, Drª Ivanize, que era funcionária dos Correios (ADILSON CASTRO, ENTREVISTA, 2009).

Segundo informações colhidas durante esta pesquisa junto aos sujeitos consultados sobre a História e Memória do Campus Ministro Reis Veloso, todos eles foram unânimes em afirmar que, sem o “Dr. Lauro Correia dificilmente a Universidade teria chegado a Parnaíba” e, por conseguinte, o CMRV talvez ainda não tivesse sido criado. Lauro Correia um colaborador multifuncional, e um articulador das vozes ouvidas no processo da evolução da educação e implantação do ensino superior em Parnaíba tem um diferencial importante na contextualização da história oral do CRMV, porque participou em todos os momentos desse processo gestacional, isto é, desde as primeiras ideias e discussões para a construção do projeto para criação da primeira Faculdade, até a posição em que hoje se apresentam os cursos no CMRV, e fez isso juntamente com três outras figuras, personagens já falecidas, mas deixaram legados que os imortalizaram na história e memória do ensino em Parnaíba: Cândido de Almeida Athayde, José Pinheiro Machado e Monsenhor Antônio Monteiro Sampaio. Esses quatro personagens assumiram riscos sociais apostando em todas as possibilidades para verem Parnaíba retomando seu lugar original de destaque no desenvolvimento econômico do Estado, de modo seguro, pelas vias da educação (NÉLSON, ENTREVISTA, 2009).

Toda a organização dos eventos de constituição do ensino superior em Parnaíba foi entregue, praticamente, a Lauro Correia (à época Secretário da FEP) e, segundo o mesmo, “trabalhava às suas próprias custas”, sem ônus algum; o trabalho em si era realizado de madrugada, para não conflitar com o seu horário de trabalho remunerado, ocupado com obrigações contratuais profissionais. Posteriormente, quando foi feito o pedido de reconhecimento da Faculdade, esse, também, foi sob a sua responsabilidade. Duas etapas importantes para que a faculdade pudesse vir a funcionar, foram: a Autorização de Funcionamento e, quatro anos depois, o Pedido de Reconhecimento. Esta fase é bem lembrada por Lauro Correia, que narra empolgado: “Isso aí eu fazia de madrugada, expediente noturno, hora extra, sem ônus. Meu quarto expediente; eu trabalhava de manhã no comércio, à

tarde eu chegava à faculdade; as três ou quatro horas chegava à universidade. Saia às dez horas da noite, e até de madrugada eu fazia este trabalho” (ENTREVISTA, 2009).

Lauro Correia (2009) quando recorda seu esforço sobre-humano, na perspectiva de obter a Autorização e, posteriormente, o Reconhecimento do Curso Administração de Empresas, mostra-se livremente orgulhoso do dever cumprido. É de se supor, então, a dimensão da liberdade de pensamentos e do esforço coletivo empenhados em quebrar paradigmas em torno do objetivo comum, dissertado na pauta deste trabalho de pesquisa sobre a História e Memória do CMRV/UFPI. Le Goff (2005) ensina que a função da memória coletiva é promover a libertação do homem, e não a sua sujeição.

Além do procedimento de “capacitação dos professores”, para ministrar as aulas da futura faculdade de Administração do Piauí, atendendo a exigência do MEC, a necessária organização dos documentos básicos para a autorização oficial, cuja execução, inclusive a redação do texto do projeto de Solicitação de Funcionamento da faculdade, junto ao Ministério de Educação e Cultura (MEC), foi responsabilidade direta do Secretário da Fundação Educacional da Parnaíba (FAP), Lauro Correia.

Conforme a memória de Lauro Correia, neste momento de decisões foi providencial a presença do parnaibano João Paulo dos Reis Velloso, que gozava de trânsito livre no MEC, uma vez que exercia o cargo de Conselheiro do Conselho Federal da Educação (CFE) e na medida do possível utilizou da influência e o poder político que ostentava, para que agilizassem as providências necessárias à efetivação da Autorização de Funcionamento, em tempo hábil e preciso (CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Lauro Correia (2009) lembra que a equipe da FEP fez frente e utilizou todos os recursos possíveis para viabilizar a implantação do primeiro curso superior da Cidade. Diz, convictamente, que todas as vozes foram ouvidas e todas as situações possíveis foram vivenciadas, tanto às intelectuais como políticas foram solicitadas empenho e orientação, a fim de que se objetivasse o desejo de criação de um curso de ensino superior na cidade. E, assim traduz o empenho: “lutamos para que a nossa juventude visualizasse a faculdade como uma necessidade” (CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Os sujeitos de Parnaíba que contribuíram com informações dos fatos pesquisados deixaram evidentes que, embora todas as vozes tenham sido ouvidas durante o movimento que resultou na criação da Faculdade de Administração do Piauí e, posteriormente, na sua incorporação/federalização pela UFPI, esta atitude foi específica do comportamento de parnaibanos residentes na cidade ou fora dela, que, como Lauro Correia, alimentava o sonho

de ter em Parnaíba todos os segmentos da educação. Assim, o atual Diretor, Prof. José Duarte Baluz, mesmo que não tenha participado diretamente do movimento da criação da FAPI/FAUFPI, uma vez que à época residia em Brasília, disse que acompanhava, à distância, os acontecimentos do movimento e agora recorda: "foi fato específico de parnaibano, principalmente porque Parnaíba sempre foi um destaque na economia e na política" (BALUZ, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 26: Retrato de José Duarte Baluz, Professor do Curso de Ciências Econômicas e atual Diretor do CMRV (2008-2012).
Fonte: Acervo da pesquisadora.

Ao lado de Lauro Correia, políticos piauienses como o Ex-Ministro do Planejamento Reis Velloso, o Ex-Senador e à época Deputado Chagas Rodrigues, ambos parnaibanos, e o Ministro Petrônio Portella Nunes e os intelectuais Dr. Manoel Paulo Nunes, Professor Camilo da Silveira Filho e outros, todos foram solicitados e ouvidos, embora, talvez, nem sempre as orientações pudessem ser seguidas plenamente.

O aparato logístico para estruturação da FAPI foi conseguido na maior parte através de doações e trabalho voluntário. Encontrada a solução para a formação do quadro de docentes, os professores prepostos para ocupar a função foram capacitados. A autorização de funcionamento havia sido expedida, mas faltava, na verdade, o aparato logístico para completar o empreendimento. Por outro lado, a mantenedora, FEP, não dispunha de nenhum

recurso financeiro. Segundo Lauro Correia a Fundação foi constituída somente para acobertar o projeto da futura faculdade. Não possuía recursos.

A solução veio através do Vice-Presidente da entidade, Sr. José Pinheiro Machado, como Presidente do Instituto de Língua Inglesa, Brasil-EUA (IBEU), que na ocasião havia encerrado as suas atividades. O patrimônio dessa entidade, formado por carteiras, quadros-negros, armários, fichários, mesas, geladeira, ventiladores e uma biblioteca, que ainda não havia sido desfeita; eram materiais todos esses úteis e necessários para o funcionamento da Faculdade de Administração do Piauí, e que Pinheiro Machado conseguiu dos outros representantes do IBEU uma autorização da transferência desses bens, em forma de doação, e este lote de móveis e utensílios foi o que constituiu o Patrimônio Inicial da recém criada Faculdade de Administração do Piauí, com a finalidade de que ela pudesse iniciar logo o seu funcionamento.

Dessa forma, por doação, foi encontrada a solução referente à aquisição dos móveis, utensílios, equipamentos e a biblioteca, esta última uma exigência legal do MEC para que a faculdade pudesse funcionar. O Sr. Antonio Duarte, servidor da instituição, recorda muito bem desses objetos: “[...] junto com uns aparelhos velhos, já vencidos, a gente recebeu essa bagunçada toda [...], mas para nós naquela época era um luxo, para quem não tinha nada...” (ANÔNIO DUARTE, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 27: Retrato de móveis adquiridos por doação do IBEU: escrivaninha; 2 Estante.

Fonte: Acervo particular da Pesquisadora.

Do nada, literalmente, surgiu a força de vontade de Cândido Athayde e Lauro Correia liderando o grupo de intelectuais e a elite de comerciantes e industriais parnaibanos,

que se reuniu em uma só atitude todos os fatores, humanos e materiais, que constituíram a plataforma do ensino superior em Parnaíba e deram funcionalidade à Faculdade de Administração do Piauí, que possibilitou a criação da Universidade Federal do Piauí e esta levantou justificativas para a construção do Campus Ministro Reis Velloso – CMRV, cuja IES ajudou inserir a cidade de Parnaíba e o Estado do Piauí na perenidade da História e Memória da cultura brasileira.



CAPÍTULO II
A CRIAÇÃO DO CRMV/UFPI – história e
memória

CAPÍTULO 2

A CRIAÇÃO DO CRMV/UFPI – História e Memória



FIGURA 28: Retrato da fachada do primeiro Bloco construído do CRMV.

Fonte: Acervo particular da Pesquisadora.



FIGURA 29: Retrato da placa de inauguração do primeiro Bloco do CRMV.

Fonte: Acervo particular da Pesquisadora.

2.1 O início, o processo de construção e consolidação do CMRV/UFPI

O Campus Ministro Reis Velloso (CMRV), estabelecido na cidade de Parnaíba, teve como ponto de partida a incorporação/integralização/federalização da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), mantida pela Fundação Educacional da Parnaíba (FEP), cujo ato constitutivo foi oficializado na data (1-3-1971) da instalação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), em Parnaíba, pela Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) – (mediante a Lei nº. 5.528, de 12-11-1968). – Doravante a FAPI passou a ser denominada Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí (FAUFPI).

Com sede em Teresina, a UFPI se constituiu, estruturalmente, incorporando o patrimônio formado com os bens da FAPI, em Parnaíba e dos outros estabelecimentos de ensino superior em Teresina (Faculdades de Filosofia, Odontologia, Direito e Medicina), integralizados pelo processo de criação da Universidade Federal do Piauí, e pelas dotações orçamentárias e auxílios de subvenções, acrescidos das aquisições efetuadas, mais os bens que lhe vieram por doações, conforme prevê a Lei que a instituiu. Ressalta-se que o patrimônio da FAPI, no ato da integralização e incorporação pela UFPI, era composto apenas do valor jurídico do seu Registro de Autorização de Funcionamento, junto ao MEC, e dos bens móveis e utensílios, que havia acumulado através de doações ofertadas pela sociedade civil de Parnaíba.



FIGURA 30: Retrato da Fachada central do CMRV/UFPI.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Todavia, segundo Lauro Correia (ENTREVISTA, 2009), a partir de 11-10-1971 foi dado início à construção do Campus da UFPI em Parnaíba, o qual foi denominado Campus Ministro Reis Velloso – CMRV – em homenagem ao Dr. João Paulo dos Reis Velloso, pelos feitos de importância deste parnaibano no processo de interiorização da UFPI e no plano político para Parnaíba sediar o primeiro Curso de Administração de Empresas do Piauí. Para Lauro Correia, esta homenagem, portanto, foi um ato meritório e uma razão de justiça. A esse respeito, Passos (2003) relata que Reis Velloso foi o encarregado de dar os pareceres que autorizaram o funcionamento da FAPI e o de aprovação do Estatuto da UFPI, quando exercia o cargo de Conselheiro do Conselho Federal da Educação (CFE).

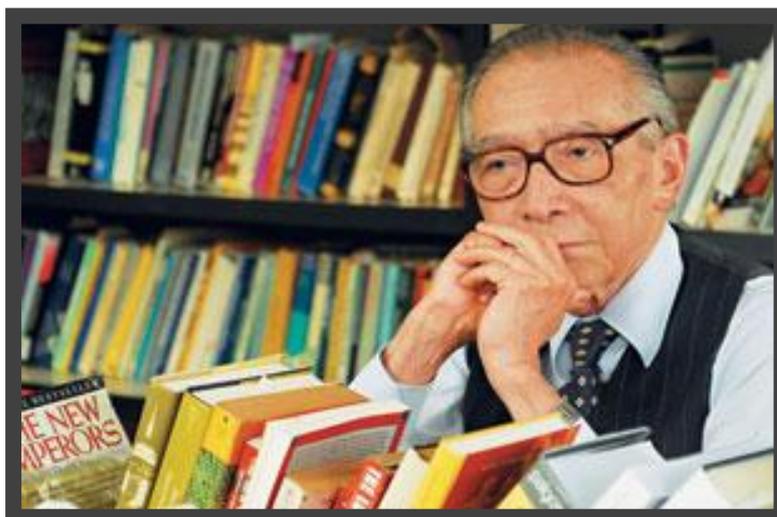


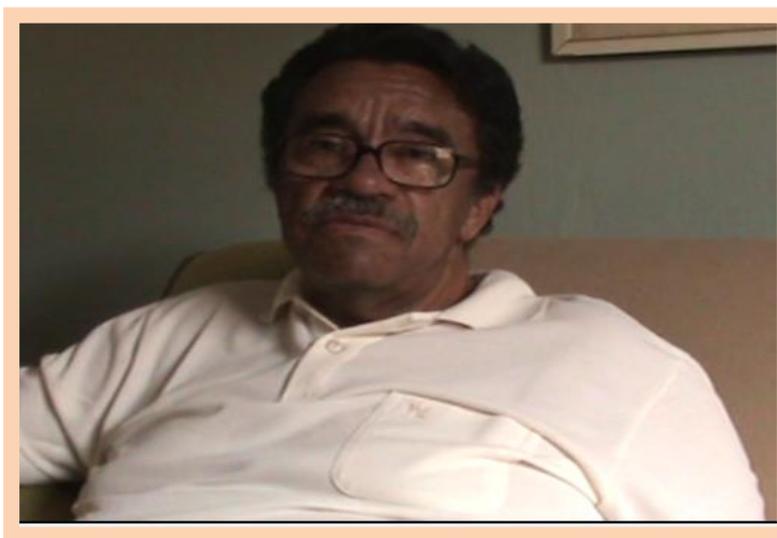
FIGURA 31: Retrato de João Paulo dos Reis Velloso

Fonte: REVISTA-PESQUISA. Disponível em:
<<http://revistapesquisa.fapesp.>>. Acesso em 01 mar. 2010.

Embora a FAPI somente tenha sido federalizada em 1971, os Concursos Vestibulares, para acesso à Faculdade de Administração do Piauí em Parnaíba, nos exercícios de 1969, 1970, 1971 e 1972 foram organizados e realizados por essa IES, sem transtornos. Mas por ato do Reitor da UFPI, à época, Professor Hércio Ulhôa Saraiva, a partir de 1973 esse concurso passou a ser realizado com provas unificadas pela UFPI, na Capital, Teresina. Decisão levada ao conhecimento de Parnaíba, por ocasião da 16ª Reunião da Congregação da FAUFPI, pelo próprio Reitor, na primeira visita oficial (dia 30-9-72) a esta IES.

A unificação do concurso vestibular na UFPI, em Teresina, alterou a rotina do CMRV, e o Professor Antônio de Pádua Emérito, professor aposentado da UFPI, em entrevista em Teresina, falou a esse respeito dando o seguinte depoimento:

Nós tínhamos aqui a Comissão Permanente de Vestibular (COPEVE). As provas... Como o Ensino do 2º Grau é nacional, coisa federativa, as provas eram elaboradas aqui, e a correção era feita em Brasília. Porque já era um número significativo de candidatos e nós não dispúnhamos de computadores. Então, empacotávamos as provas e o Presidente ia com uma comissão para Parnaíba e ficávamos no hotel, lá na praia. E a gente ia antes: fazíamos toda uma logística, sala, etc. Eles (em Parnaíba) recebiam somente a relação nominal dos alunos que passavam. A aplicação era in loco; a gente fazia isso sem problemas (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).



]

FIGURA 32: Retrato do Professor Antônio de Pádua Emérito, professor aposentado da UFPI/Ininga e sujeito desta pesquisa.
Fonte: Acervo da pesquisadora

Esse procedimento contemplava um dos itens de ofício do Grupo de Trabalho (GT), instituído pelo Governo Federal através do Decreto nº 62.937, de 2-7-1968, que deliberava ao GT, estudos, a fim de encontrar “soluções” para os problemas mais urgentes, como era o caso do quantitativo de excedentes de vestibulandos aprovados. Uma das sugestões do GT foi, conforme Fávero (1977, p. 66), a “[...] unificação do concurso vestibular, feito inicialmente, por grupos de cursos afins, depois abrangendo todos os cursos de uma Universidade e mais tarde de várias Universidades e estabelecimentos isolados, até alcançar uma dimensão regional”.



FIGURA 33: Retrato de Hécio Ulhôa Saraiva, ex-Reitor da UFPI, em pé. Entrevista coletiva sobre o Concurso Vestibular de 1973.

Fonte: JORNAL “O ESTADO”. Disponível no Arquivo Público do Piauí. 02. Set. 1972.

De acordo com as anotações registradas na Ata da Reunião (16^a), o Reitor Hécio Ulhôa, também, externou a sua expectativa quanto ao número de inscrições para aquele próximo concurso, no qual a UFPI esperava demanda de, possivelmente, 2.000 inscritos. Contudo, a quantidade de vagas oferecidas seria a mesma do ano anterior: 500 vagas. No Jornal de Teresina, “O Estado”, de 2-9-72, foi publicado comentário acerca do vestibular, conforme a transcrição abaixo:

A UFPI oferecerá 500 vagas nos exames vestibulares do próximo ano com 17 opções profissionais, das quais, 06 a serem implantadas, destacando o curso de Enfermagem. Os dados foram anunciados por Hécio Ulhôa Saraiva, Reitor da FUFPI, em solenidade realizada na Faculdade de Odontologia, em que foi inaugurar a Policlínica daquela unidade de Ensino Superior. Segundo o professor Hécio o quadro de oferta será o seguinte por área Saúde: Medicina – 50; Enfermagem – 20. Ciências da Natureza: Licenciatura em Física – 20; Licenciatura Plena em Matemática – 25; Licenciatura em Ciências do 1º Grau, em regime regular – 25; Licenciatura em Ciências do 1º Grau, em regime parcelado – 30; Licenciatura em Curta duração em Artes Industriais – 25. Humanidade e Letras: Administração – 30; Direito- 50; Técnico em Desenvolvimento – 25; Licenciatura em Curta Duração em Técnicas Comerciais – 25; Letras – 35; História – 20; Geografia – 20. Educação: Pedagogia em Curta Duração em Regime Regular – 30 e Pedagogia em Curta Duração em Regime Parcelado 30 (JORNAL O ESTADO, 1972).

Esse leque de ofertas de cursos, contemplando um significativo número de oportunidades e opções de estudos para o desenvolvimento profissional no Piauí, deu garantias para o CMRV aplicar o seu papel educador de formar pessoas para o trabalho, retratando a afirmativa de que o conhecimento é a base do progresso. O transcurso natural da história humana mostra que, os países que investiram na educação de seu povo conseguiram alcançar crescimento e desenvolvimento em curto espaço de tempo, ao contrário daqueles que, parecem, não atentaram ainda para esta percepção. Corroborando com este entendimento, Ferro (1982, p.62), afirma que “a importância da educação no processo de desenvolvimento começou a ser notada de forma mais intensa a partir do estabelecimento de correlações diretas entre o nível educacional e o estágio de desenvolvimento alcançado pelos povos”. E assim parece terem, também, pensado os intelectuais e os comerciantes, representantes do povo de Parnaíba, ao se conscientizarem da necessidade da educação para que a cidade se re-projetasse nos aspectos socioeconômico, político e cultural, e investiram na educação, para recolocar Parnaíba no seu lugar de destaque no processo de desenvolvimento do Estado do Piauí, lugar que ocupara até meados do século XX, antes da recessão da economia, advinda com as Guerras Mundiais e o aparecimento de novas tecnologias de produção, exigindo conjugação com novos conhecimentos e novas práticas de produtividade.

A criação do Campus Ministro Reis Velloso foi um dos resultados mais significativos do esforço do povo parnaibano para implantar o ensino superior no processo de buscar novos conhecimentos e práticas renovadas, que garantissem a recuperação econômica da sua cidade. A história do CMRV é uma história que relata, convictamente, a importância da contribuição da educação, como plataforma para o desenvolvimento de Parnaíba e do Piauí, nos seus aspectos gerais.

Refazer os caminhos da educação na cidade de Parnaíba até chegar à criação do Campus Ministro Reis Velloso, resgatando sua história e sua memória, é evidenciar os efeitos do trabalho promissor no campo da educação no Piauí, cuja trajetória está contida na expansão geral do Ensino Superior e na interiorização das universidades públicas no Brasil, trazendo para Parnaíba uma notada ampliação da rede de ensino, promovendo pessoas para o mercado de trabalho e uma mudança gradativa no perfil cultural da cidade.

Então, no período de outubro a dezembro de 1973, ocorreu a liberação inicial dos recursos federais para Parnaíba construir o Sub-Campus da UFPI e as ações que poderiam ser realizadas, para a concretude desse plano, apesar da exiguidade de tempo ideal para executá-lo, pois seriam decorridos apenas 90 dias, aproximadamente, para elaboração e execução do

projeto básico e realização das respectivas prestações de contas relativas aos recursos utilizados, sob pena de os valores não aplicados serem devolvidos à União. E uma particularidade sobre esse período inicial da construção do CMRV, foi o fato de que as verbas liberadas para o Campus da UFPI em Parnaíba, apesar da dotação específica, os valores eram destinados à FUFPI, em Teresina, que, também, estava desenvolvendo obras no Campus da Ininga (Petrônio Portela) e, paralelamente, projetos para o Campus Ministro Reis Velloso, em Parnaíba. Sobre o assunto, Lauro Correia deu o seguinte depoimento:

Ora, o terreno, então, foi comprado em duas etapas: primeiro de acordo com os recursos que o Ministro Reis Velloso propiciava, aí o que eu digo que ele foi o grande baluarte a favor do Campus, porque ele atendia verbas que vinham do Ministério para atender a UFPI e o Professor Camilo era mestre para acompanhar tudo isso, e vinham outras verbas para serem dotadas para fazer as construções aqui, e lá (LAURO CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

E uma discussão gerada em função da pressa para se executar o trabalho, que se tornou histórica no início da construção do CMRV, é recordada pelo Professor Mariano Bento Soares, que resume, conforme segue,

O arquiteto responsável pelo projeto do Campus, o Dr. Ronaldo Pinto, fez o projeto do Campus com a frente virada para esse lado (e mostra a Av. São Sebastião). E nós, o Dr. Lauro, queríamos que ele mudasse a frente do CMRV, para aquele lado (e mostra a lateral, Av. Pinheiro Machado) porque o vento vem de lá, daquele lado. Ele não estudou o terreno. Foi isso, e por conta disso o Dr. Lauro pegou briga séria com ele. Mas ele não desfez o projeto. E ainda hoje nós o acusamos por causa desse erro de cálculo (ENTREVISTA, 2009).

Entretanto, hoje, Ronaldo Marques (2009) afirma que, à época, mesmo que quisesse, não poderia refazer o projeto, que foi criado às pressas em Teresina, sem condições de tempo para antes realizar uma visita técnica a Parnaíba, ou seja, sem o reconhecimento da topografia completa do terreno e nem como visualizar fisicamente a localização das frentes das faces da construção projetada, porque dependia de curtíssimo tempo, para cumprir prazos restritos, para utilização da verba que foi liberada em outubro, vencendo em dezembro do laborioso ano de 1973. A pressão era do tipo “pegar ou largar”. Sem contar que, pelo seu ponto de vista, a “cúpula” de Teresina e também parte de Parnaíba, não compartilhavam dos mesmos ideais, para que o projeto do Campus se tornasse realidade, ou seja, havia a “torcida contra” a criação

da estrutura física do CMRV. Sobre isso, Ronaldo Marques (2009) explica da seguinte maneira o fato ocorrido:

O resultado final é que o projeto (e eu estou falando como co-autor), não é funcional. Tentou-se fazer o mais funcional possível, considerando que não se sabia nada do que ia funcionar: quantos departamentos, quantos professores, quais cursos existiriam, para quantos alunos. Porque a UFPI não se decidia o quê fazer lá. Nós nem conhecíamos o terreno, não sabíamos onde se localizava, fizemos sem conhecer, era tudo muito urgente e a nossa equipe local era muito pequena, pois era formada por dois arquitetos, um engenheiro e quatro desenhistas (ENTREVISTA, 2009).

As dificuldades para serem administradas em relação aos investimentos no projeto do Campus em Parnaíba, no que dizem respeito à execução das obras, eram muitas e todas dependiam de urgentes definições para as aplicações orçamentárias e prazos rígidos para prestação de contas junto ao Governo Federal (Ministério do Planejamento). E os cumprimentos desta formalidade é que garantiriam, certamente, a credibilidade no projeto para o CMRV. E além desses enfrentamentos, a direção desse Campus ainda tinha de administrar querelas políticas locais, com rivalidades sobre a necessidade ou não da obra da UFPI (CMRV), em Parnaíba.

Ronaldo Marques (2009) conta, ainda, que naquela ocasião o Diretor do CMRV, Lauro Correia, solicitou em nome da UFPI, ao Prefeito de Parnaíba, Elias Ximenes do Prado, (que comungava ideologia contrária ao pensamento político de Lauro Correia), que a Prefeitura fizesse os calçamentos das Avenidas São Sebastião, Lions Club e Marc Jacob, a fim de permitir melhor acesso ao Campus. A Prefeitura atendeu; entretanto, ao executar as obras, no ponto de vista de Ronaldo Marques [...].

[...] propositalmente, aterrou as ruas, tornando a área do Campus, que antes ficava em alguns trechos a quase 50 centímetros acima das carroçáveis. Com a execução do serviço pela Prefeitura, o terreno ficou aproximadamente 20 centímetros abaixo, fazendo com que as águas das chuvas invadissem o Campus (ENTREVISTA, 2009).

Fatos pitorescos foram também relatados pelo Prof. Mariano Soares, quando foi entrevistado, e falou das condições adversas para a sustentação do projeto de criação do Ensino Superior em Parnaíba. O Prof. Mariano Soares, além de lembrar sobre esse episódio característico de má-vontade política, disse o seguinte:

Quando nos viemos aqui para o Campus, não tinha nada; nem estrada. Somente funcionava até o Polivalente (Colégio). De lá para cá, a gente tinha que vir caminhando, andando mesmo. Não vinha carro para cá, o único veículo que circulava por aqui era Volkswagem, o Fusca. Se se quisesse vir de bicicleta, tinham que se secarem os pneus, por causa do volume de areia que existia em redor daqui. Só existia mato ao redor daqui, era só mato. E quando foi feita a terraplenagem a prefeitura deixou as ruas mais altas do que o terreno do Campus, então nas chuvas alagava tudo [...] (MARIANO SOARES, ENTREVISTA, 2009).

Mas, apesar das condições críticas, também questionadas pelo Prof. Mariano Soares, os resultados considerados de “bons frutos” surgiram: no dia 10-2-1974, um dia de domingo, foi lançada a “Pedra Fundamental” das futuras instalações do Sub-Campus da UFPI, o CMRV. Um fato marcante que contou com a presença do Magnífico Reitor Hécio Ulhôa Saraiva, o Senhor Governador do Estado do Piauí, Dr. Alberto Tavares e Silva, o Senhor Bispo Diocesano de Parnaíba, Dom Paulo Hipólito, outras autoridades e pessoas da comunidade parnaibana. Esta foi a última solenidade da UFPI representada por Hécio Ulhôa Saraiva, pois em 5-3-1974 este Reitor foi exonerado do seu cargo na UFPI.

Na análise de Ronaldo Marques (2009), “Ulhôa era um excelente administrador”. Foi Ulhôa quem estruturou a primeira parte da UFPI, a mais difícil, utilizando uma equipe que veio da UNB e não foi tão bem aceita pelas facções locais. Ronaldo Marques (2009) observou, porém, que “infelizmente, Ulhôa no final do seu mandato começou a envolver-se com a política local, e nós nos sentíamos ‘barrados no baile’. Ele começou a gostar de ser bajulado. Contudo, de uma maneira geral, a UFPI deve muito a ele”. (MARQUES, ENTREVISTA, 2009). E Ronaldo Marques (2009) continua, ainda, lembrando e refletindo: “Não acredito que houvesse alguém aqui capaz de executar o que ele executou, não por falta de competência, mas por causa da política local” (MARQUES, 2009).

Após o afastamento de Hécio Ulhôa da função de Reitor da UFPI, assumiu no seu lugar o Pró-Reitor, Prof. Mariano Gayoso Castelo Branco, que permaneceu somente 10 dias. Em 15-3-1974 foi designado pelo então Ministro da Educação e Cultura, Sr. Jarbas Gonçalves Passarinho, para Reitor Pró-Tempore, o Diretor do Centro de Ciências e Letras (CCHL), Prof. José Camilo da Silveira Filho. Do ponto de vista de Ronaldo Marques (2009), o Prof. Camilo Filho foi um excelente continuador do Reitor Hécio Saraiva. E para a equipe de Parnaíba, parece que não poderia ter acontecido desdobramento melhor, a indicação do Prof. Camilo Filho para a função mais elevada dentro da hierarquia da UFPI, pelo menos por dois motivos: primeiro, por ser conhecedor da estrutura organizacional da UFPI, uma vez que fez parte do seu quadro de pessoal desde a sua criação, e no qual assumiu várias funções burocráticas

administrativas, além da função de Professor; e o segundo motivo, talvez, fosse pela condição das boas relações políticas e amizade que detinha com a cúpula da Faculdade de Parnaíba. Camilo Filho, ao exercer a maior função dentro da IES no Piauí, decidiu profissionalmente benefícios para Parnaíba.

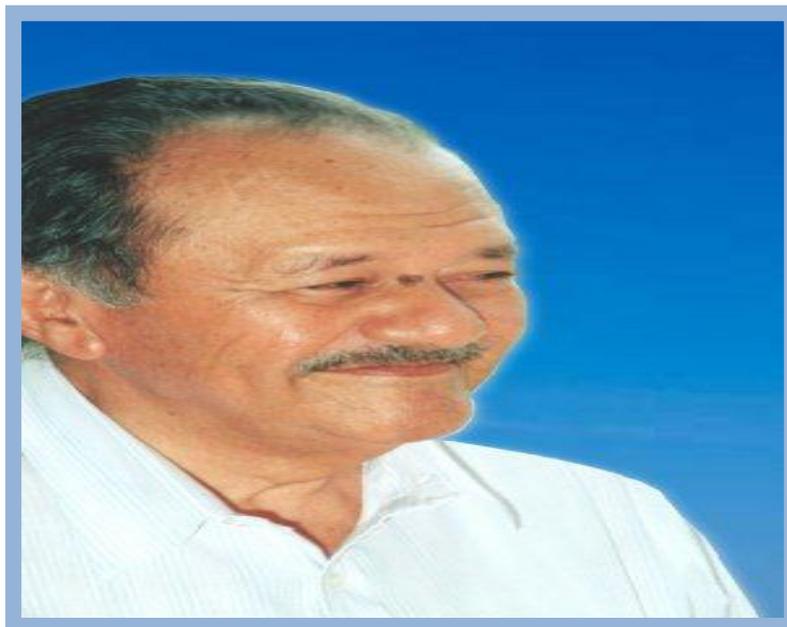


FIGURA 34: Retrato do Prof. José Camilo da Silveira Filho, Reitor Pró-Temporé, 1974 a 1983.

Fonte: INSTITUTO CAMILO FILHO. Disponível em: <http://www.icf.edu.br>. Acesso em: 01 mar. 2010.

2.2 Parnaíba: de entreposto a cidade universitária

Parnaíba, cidade sede do CMRV da UFPI, está localizada ao norte do Estado do Piauí, acerca de 330 quilômetros da capital Teresina, às margens do rio Igaracu, que é braço importante do rio Parnaíba que deu o nome à cidade, e às margens do rio Portinho, que completa a riqueza regional com recursos fluviais acessíveis, com muitos pontos de produção pesqueira, além das paisagens deslumbrantes que atraem muitos visitantes. Esta cidade possui um destaque geográfico privilegiado: fica a pouca distância do Delta do Parnaíba, o único a céu aberto das Américas, e possui uma faixa litorânea de 30 km, banhada pelo Oceano

Atlântico, com praias despovoadas e ostentando paisagens naturais de grande beleza, ainda pouco exploradas pela economia da modernidade, como, por exemplo, o turismo ecológico.



FIGURA 35: Retrato da Praia Pedra do Sal-Parnaíba-PI.

Fonte: Disponível em: <http://static.panoramio.com>. Acesso em: 01 mar. 2010.

O clima de Parnaíba, também, conta muita importância para a cidade. Segundo Mendes (2007), a temperatura de Parnaíba sofre alterações devido às características do clima tropical, sendo megatérmico e sub-úmido (seco e ventilado no verão e quente e úmido no inverno), considerando-se as principais estações inverno e verão.

A ênfase, considerada neste trabalho de pesquisa, sobre a reconstrução do passado histórico da luta para a criação do Ensino Superior em Parnaíba é uma maneira de trazer, pela via da história oral, o empenho coletivo dos comerciantes exportadores que, juntamente com os intelectuais radicados naquela cidade, focaram a educação como elemento básico do desenvolvimento humano e urbano, e, assim promoveram as primeiras escolas, até alcançarem o nível superior de ensino das Faculdades, tendo sido a Faculdade de Administração a primeira criada, comunitariamente, em Parnaíba e no Estado do Piauí, sendo, também, importante relevar que esta Faculdade foi a base para a criação do CMRV/UFPI.

Parnaíba, atualmente, começa a ser chamada pelos parnaibanos, “Cidade Universitária”, tendo em vista já possuir padrão de ensino e conforto urbano suficientes para receber este qualitativo. Para Le Goff, na cidade onde se [...] concentram a maior quantidade

de escolas, nas quais se realizam concentrações de criatividade e que testemunha uma jovem universidade, adquire poder e prestígio rapidamente (1998, p.25).

O cognome de “Cidade Universitária” para a cidade de Parnaíba hoje, é bem aceito pela população acadêmica, que contribui para a História do Ensino em Parnaíba se enraizar e afirmar-se, através das informações e dos trabalhos que dinamizaram e ainda dinamizam a vida cultural desta cidade como, por exemplo, o mapeamento, por tipo de estabelecimento de ensino em Parnaíba, no ano de 2007, levantado pelo Professor José Néelson de Carvalho Pires (aposentado da UFPI, no CMRV; que atuou, também, como político (ex-Vereador da Parnaíba e ex-Secretário de Educação do Município, no período de 1963/67), sempre dando prova do seu interesse pelo desenvolvimento da educação no Piauí.

Quadro 01: Quantitativo de Matrículas por Tipo de Estabelecimentos de Ensino, em Parnaíba-(2007).

TIPOS DE ESTABELECIMENTO	QUANTIDADES DE ESTABELECIMENTOS	NÚMERO DE MATRÍCULAS	NÍVEL DE ENSINO
Municipais	90	18.500	Fundamental
Estaduais	26	18.000	Médio
Privados	36	10.600	Fundamental e Médio
UFPI/CMRV	01	1.200	Superior
UESPI	01	1.400	Superior
FAP	01	1.300	Superior

Fonte: PIRES, José Néelson de Carvalho. **Simplicio Dias da Silva:** Resumo de sua vida e luta pela Independência do Piauí, ainda o seu grande amor. Sieart. Parnaíba: 2007. (p. 17-18).

Além de apresentar bom desempenho na área da educação, Parnaíba posiciona-se, hoje, como segundo Colégio Eleitoral do Piauí, com aproximadamente 150.000 mil habitantes. O Prof. José Néelson permite-se ficar saudosos ao relembrar o período dos idos de 1936, quando chegou, com 10 anos de idade, naquela cidade, para estudar e trabalhar (prática usual entre as famílias das cidades do interior). Veio procedente de Esperantina-PI, onde vivera dos quatro aos dez anos com seus familiares e foi, então, aluno do Mestre Felix, “um mestre-escola” muito conhecido, naquela região. As famílias de alguma posse de dinheiro encaminhavam muito cedo os filhos para estudar e, quando entravam no ensino secundário, os enviavam para internatos, pensionatos ou casas de parentes, na capital do Estado ou em cidades consideradas mais evoluídas.

Na obra “Por amor às cidades”, Le Goff (1998) reflete sobre a cidade da Idade Média e faz comparação entre aquela e as cidades atuais. A diferença, segundo o autor, está representada na troca dos muros que cercavam as antigas cidades, pelas linhas abertas da periferia que cerca, literalmente, a área urbanizada das cidades contemporâneas. Para Le Goff, a cidade exerce fascínio. No seu estudo, ele percorre os lugares através de quatro pontos: “cidade que permite diálogo e troca”; “lugar de cobiça”; “lugar de poder” e “lugar orgulho”. Então, pela reflexão de Le Goff, pode-se ousar dizer que é, realmente, o fascínio da cidade com seus atrativos, a força que exercia e continua exercendo sobre o homem, um motivo maior, que fosse (é) responsável, talvez, pelo desapego paterno aos seus entes, pois tão cedo eram os jovens encaminhados para estudarem nas “cidades grandes” (FERRO, 1996).

Segundo Pesavento (2007), a cidade representou no imaginário do homem, desde cedo, fascínio, reduto de uma nova sensibilidade. Pertencer a uma cidade implicou formas renovadas ao longo do tempo. Neste contexto, José Néilson (2009) lembra que, as famílias mais abastadas, que podiam arcar com maiores despesas, apesar da quebra dos laços afetivos mediante a separação da família de entes tão jovens, mandavam os filhos até para a Europa.

Entretanto, para estar na condição atual de prosperidade, Parnaíba atravessou momentos de apogeu e de decadências, talvez causados pela falta de um planejamento estratégico do governo central; ou pela falta de uma visão holística do processo político de estabelecimento como instituição-cidade, considerando, pois, que a administração pública nas cidades não se fazia diferente da organização das fazendas, isto é, faltavam planejamento e pessoal qualificado no Estado do Piauí (MENDES, 1995). Quem sabe faltasse especificamente um projeto de desenvolvimento geral de Estado.

Acostumada às intempéries contingenciais da política social, Parnaíba soube organizar-se ao longo dos anos, até se transformar, com a criação do CMRV, em um polo educacional promissor, possibilitando aos seus munícipes transcender as instabilidades econômicas e sociais, e, pelas vias da educação, retomar a condição de cidade forte, onde trabalhadores se transformam em amantes da boa cultura transformadora (CORREIA, 2009).

A preparação para o apogeu iniciou pela criação da Vila de São João da Parnaíba, através da Carta Régia de 19-6-1761. Este documento concedeu à “futura câmara municipal quatro léguas quadradas de terra para o seu patrimônio” (MENDES, 2007, p.17). Nestas condições, a Vila de São João da Parnaíba acolheu procedente do Rio Grande do Sul, o comerciante Domingos Dias da Silva, português rico, atraído pelo convite de seu primo, Paulo Diniz, comerciante, já estabelecido na Vila no ramo do comércio exportador de carnes secas,

charqueadas¹² Dias da Silva se estabeleceu na mesma atividade de negócio do seu primo, agregando à atividade o serviço de transporte marítimo de mercadoria, utilizando para isso uma frota de cinco navios de sua propriedade, dos quais três deles exportavam carne de boi diretamente para Portugal.

No comércio interno, no Brasil, abasteciam-se as Províncias do Pará, Ceará, Bahia, Minas Gerais. No Piauí, ainda não havia “mercado”, e a população vivia sob o regime de concentração nas grandes propriedades de terra, com mão-de-obra de escravos (MENDES, 1995). Neste contexto, o destaque do trabalho livre era a presença do vaqueiro, cuja forma de remuneração se dava através da quarta¹³. Desse modo, o Piauí inicia a atividade comercial, essencialmente exportadora, chegando ao final do século XVIII, tendo o porto da Vila de São João da Parnaíba como o seu primeiro centro comercial. Através do comércio de exportação, empreendido por Dias da Silva, o Piauí, representado por Parnaíba, iniciou a atividade exportadora impulsionando o progresso da região da Província.

Segundo Bonfim (1995), em torno do final do século XVIII, Parnaíba apresentava uma população de 2.368 habitantes, abaixo apenas de Oeiras, cuja população era de 3.615 habitantes. Possuía uma economia em ascensão, com uma pequena atividade industrial, a charqueada e o beneficiamento do couro. Pela sua posição estratégica, marítima, foi facilitada a condição do escoamento dos produtos pelo mar, certamente obtendo algum progresso.

Parnaíba em relação às demais vilas da Província apresentava-se diferente: tinha outros interesses alimentando seu progresso. Talvez a circulação e o contato de pessoas da Parnaíba com gente de outras Províncias - Ceará, Bahia, Pará e até com o Velho Mundo, Portugal - tenha contribuído para que a Vila construísse um universo urbano diferenciado, se comparado ao restante da Província, construindo “ideias progressistas, dentre elas a da separação do Brasil e Portugal” (ABREU; NUNES, 1995, p.94).

No final do século XVIII, Parnaíba mantinha a via de navegação marítima, mas já existia um entendimento empresarial de que o rio Parnaíba deveria ser o eixo da economia. Todavia, houve um revés nas intenções progressistas de Parnaíba, em consequência do declínio da atividade pecuária no Piauí que, segundo Silva Filho (1995, p.14), esse declínio poderá ter ocorrido em função “da grande quantidade de bois ociosos à espera de abates e o crescimento da concorrência dos Estados de Pernambuco e do Maranhão [...]”. Na opinião de Bonfim (1995), o declínio da pecuária foi, talvez, o mais importante motivo da transferência

¹² Charqueada: Estabelecimento onde se charqueia a carne expondo-a ao sol para secagem

¹³ Sistema de pagamento para o vaqueiro, que correspondia a uma cria em cada quatro novas cabeças de gado que se agregavam ao estoque inicial, adiantado pelo proprietário da fazenda.

da capital, Oeiras, para outro local do Piauí, pois, “à medida que a economia pecuária entra em declínio as elites oeirenses demonstram a incapacidade de criar alternativas para os destinos da Província” (BONFIM, 1995, p.47-48).

À frente de seu tempo, Parnaíba manteve a via de navegação marítima, sem deixar descuidar da importância da navegabilidade do rio Parnaíba, também como via de escoamento de suas riquezas naturais.

Parnaíba também demonstrou interesse nessa mudança da capital, pretendendo-a para si. Era um fato novo que certamente possibilitaria uma retomada estratégica do seu valor na economia da Província. Interesse também demonstrado pelos moradores da Vila do Poti, (onde se ergueu Teresina, posteriormente) e que efetivamente ganharam a Capital do Piauí, embora tenha acontecido, em 1812, a solicitação da Câmara de Parnaíba ao governo, para que a mudança da Capital fosse para a Vila da Parnaíba, e, como conta a história, não foi atendida (MENDES, 1995).

Assim, Parnaíba preocupava-se com o desenvolvimento, o progresso, na perspectiva econômico-financeira. Parece que neste “projeto” já se vislumbrava, neste primeiro momento, a educação, a ciência e as técnicas como molas propulsoras de aumento de riquezas. Dentro deste contexto, Lopes assim se manifestou: “uma das principais ideias que os comerciantes exportadores procuraram divulgar em seus discursos foi a de que, tendo o Piauí potencial para desenvolver-se, restava ao homem piauiense romper com os processos rotineiros e atrofiados, modificar as condições do meio e modernizar-se” (LOPES, 2005, p.62-63).

No fim do século XIX e início do XX, os comerciantes e empreendedores iniciam a luta pela criação e estabelecimento de escolas, a fim de impulsionar o desenvolvimento dos empreendimentos citadinos, principalmente depois da fundação da Associação Comercial de Parnaíba (ACP), em 14 de janeiro de 1917, quando aumentou a divulgação sobre o desenvolvimento do Piauí, que na percepção dos empreendedores de Parnaíba, somente uma alternativa teria este Estado para modificar os processos rotineiros e atrofiados de gestão: a abertura de estradas e investimentos na educação (LOPES, 2005).

No ano de 1918, um grupo de caixeiros viajantes da cidade, apoiados pela diretoria da Associação Comercial de Parnaíba (ACP) fundou, através de associação, uma escola para formar mão-de-obra especializada na área contábil e comercial, que se tornara exigências do mercado, nascendo assim a “União Caixeiral”. Segundo Lauro Correia (2009), os associados pagavam uma mensalidade, e para os outros membros da comunidade, fora do grupo de Caixeiros Viajantes, poderem estudar, era ofertada uma bolsa com desconto de 50% no valor

da mensalidade, mas o interessado deveria apresentar comprovante de que trabalhava efetivamente no comércio.

Na década de 1920, foram criadas escolas a fim de dar suporte à força econômica e produtiva, através das novas abordagens pedagógicas que possibilitassem, em Parnaíba, acompanharem o desenvolvimento e a modernização. Assim, criou-se o Grupo Escolar “Miranda Osório”, cuja “instrução se comparava a dos maiores Estados do Brasil e deveria servir de modelo para o desenvolvimento de Parnaíba”. (LOPES, 2005, p.74). Em seguida foram criados o “Ginásio Parnaibano” e a “Escola Normal”.

Uma memória muito importante da história da Parnaíba remonta ao advento da Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra nos finais do século XVIII e que alcançaria os Estados Unidos da América (EUA), no início do século XIX, provocando a abertura do oeste americano com a descoberta e início de exploração do petróleo e das jazidas de ouro daquele país, inspirando no Brasil a exploração das minas de metais e de pedras preciosas, que teriam sido descobertas ainda no período colonial. Nesse ínterim, a Revolução Industrial impulsionou a vinda de imigrantes franceses para o Brasil, e, em especial, destacamos dois: Moïse Marc Jacob e Lazard Jacob, que se estabeleceram em Parnaíba, envolvidos pela cultura que imperava na Europa, à época, e que via no Brasil uma opção de riqueza, senão tão viável quanto os EUA (MARC JACOB, 2006).

Ao se estabelecerem em Parnaíba Moïse e Lazard Jacob iniciaram um negócio também no ramo de exportação, como aqueles parentes na segunda metade do século XVIII., que exportavam produtos dessa região para os países europeus, e, entre os negócios principais tinha o couro do boi.

[...] ao couro de boi, [...] aos poucos foram sendo agregados produtos comprados ao longo do rio Parnaíba, transportados para a cidade de Parnaíba em barcas puxadas por rebocadores, [...] esses conjuntos de transportes chegaram a navegar pelo rio Parnaíba até acima de Santa Filomena e até mesmo por seu afluente o rio Balsas (MARC JACOB, 2006, p.289).

Ainda segundo Marc Jacob (2006), além do couro de boi, produto exportado, em diferentes épocas, pela “Casa Marc Jacob”, exportava-se uma variedade de outros produtos como: peles de carneiro e cabras, peles de animais silvestres, sementes oleaginosas (mamona, nozes de tucum, sementes de babaçu, caroço e fibra de algodão), bucho de peixe (pescada e

gurujuba), barbatana de tubarão, a cera de carnaúba, a cera de abelha, folhas de jaborandi, raiz da jalapa, fécula da mandioca e muitos outros produtos nativos primários.

Durante o período em que os navios europeus entravam no porto de Amarração, a população das vilas de Amarração e de Parnaíba, além de intercambiarem a cultura e a língua de outras nacionalidades, usavam produtos de luxo como o linho escocês, o perfume francês, o cimento em barricas, vindo da Bélgica, de onde, também, vinha o arame farpado e o preto recozido, este usado na construção de currais para o aprisionamento de peixes. O ferro e os instrumentos eram procedentes da Alemanha ou da Inglaterra. Instrumentos agrícolas: facões, enxadas etc., louças alemãs, francesas, inglesas, japonesas. As mulheres parnaibanas usavam sedas francesas, sombrinhas da moda e tudo quanto lhes era dado consumirem, conforme relata MARC JACOB (2006). É óbvio que este consumo era privilégio de uma pequena parte da população parnaibana, detentora de poder econômico.

O exercício mental de Marc Jacob ao escrever as suas lembranças, trazendo à tona a história da família Jacob, resgata um passado coletivo, o passado da Parnaíba. Marc Jacob descreve com orgulho que Parnaíba, embora desassistida pelos governos Estadual e Federal, teria, talvez, o defeito ou a virtude de resolver os seus próprios problemas. Foi assim quando o Comércio parnaibano abriu o canal do Guerindó, no seu ponto de vista “obra extraordinária”, para ser levada a termo por tão pequena cidade, “a um preço, que em valores de hoje, a cidade não suportaria pagar” (MARC JACOB, 2006).

A necessidade da construção do canal foi em razão do aumento do calado¹⁴. Com o aumento do calado dos navios o Comércio passou a utilizar o porto de Tutóia, no Maranhão, e para se chegar a esse porto, de forma mais acessível à embarcação, a alternativa foi a construção do Canal.

Lopes (2005) também refletiu acerca da “imagem” que a elite comerciante da Parnaíba tinha de si e dos outros sobre a questão de “ser desenvolvido”. Para a elite comerciante, o Governo Central não se dispunha a resolver os problemas que se acumulavam em diversos setores da administração do Estado. Então, cabia a ela, elite comerciante, investir na cidade, mesmo desfalcando o capital de giro das empresas, cuja finalidade seria o incremento de seus negócios, e que sem capital de segurança as empresas poderiam passar dificuldades financeiras futuras, diante da volatilidade e fluidez do mercado, como efetivamente, posteriormente aconteceu. Então, corroborando com o pensamento de

¹⁴ Calado: distância vertical entre a superfície da água em que as embarcações flutuam e a face inferior da quilha dos navios.

Marc Jacob, Lopes diz que, “com uma lista de significativas reivindicações e certo desencanto com a ação do Governo Estadual, os comerciantes exportadores consideravam que cabia a eles o papel central no processo de transformação da realidade piauiense” (2005, p. 63). E complementa suas reflexões, com base no pensamento de Madeira (1920), que, à época, clamava a atenção dos governos para que investissem no comércio, para que este pudesse realizar seu papel: a sua obra de progresso.

Certamente o apoio solicitado eram investimentos em educação e construção de estradas. Educação para qualificar a demanda e habilitá-las para assumir postos de trabalho, principalmente o gerenciamento. E as estradas, para facilitar o fluxo de mercadorias na distribuição de riquezas.

O caráter decidido do empresariado parnaibano, quando vislumbrava a concretização de algum empreendimento, não media consequências. Exemplo disso aconteceu quando foi construído o primeiro hospital de Parnaíba, a Santa Casa de Misericórdia; a aquisição e instalação da segunda Usina de Energia Elétrica e a aquisição da primeira Central Telefônica e sua ampliação. Segundo Marc Jacob (2006), todos estes investimentos foram realizados com os recursos dos empresários, porém, ao longo prazo ocasionou desfalque nos recursos financeiros do empresariado local, baixando o montante do Capital de Giro e conseqüentemente diminuindo o volume de investimentos privados, necessário para o progresso da cidade.

Consoante Marc Jacob (2007, p.295), esses investimentos de capital privado, no longo prazo, retirado do capital de giro das empresas, juntamente com a falta de entrosamento entre as “famílias de Parnaíba com as demais famílias do Estado do Piauí determinaram o isolamento político da cidade e o seu gradual empobrecimento, que a fez perder a condição de “Cidade Farol” do Desenvolvimento do Estado”.

Entre os mais notórios defensores do progresso de Parnaíba que a história dessa cidade manifesta e reconhece em muitos fatos relevantes é Lauro Correia, atualmente com 84 anos de idade; é um intelectual, professor, advogado, engenheiro, administrador, político e escritor com vários trabalhos publicados. Ele é partícipe da história da Parnaíba, atuando nos setores da política, do comércio/indústria e, em particular, na educação, onde contribuiu para a criação e implantação do Ensino Superior na cidade, que culminou com a criação do CMRV, da UFPI, em Parnaíba,

Lauro Correia (2009) relembra que a preparação da cidade para a criação do segmento Ensino Superior, data da criação do primeiro Curso Ginásial, na década de 1920.

No mesmo período foram criados o Ginásio Parnaíbano e a Escola Normal. Para a criação do primeiro, veio de São Paulo o educador Luís Galhanoni, pessoa experiente no ramo de criação de escolas, que posteriormente passou a residir em Parnaíba. O passo seguinte foi dado em 1959, com a estadualização do Ginásio Parnaíbano e da Escola Normal. O parnaibano Benedito Correia relata no Almanaque da Parnaíba, edição de 1945, edição comemorativa do Centenário da Cidade, que este Colégio Parnaíbano destinava-se aos filhos da população mais abastada, porém, quando, juntamente com a Escola Normal foram estadualizados, deu oportunidade à demanda dos menos favorecidos. Convenientemente estadualizados e reestruturados, o Governador, à época, Francisco das Chagas Caldas Rodrigues, transformou-os em Colégios e estas medidas somadas a outras correlatas, tiveram profundas repercussões na vida social e cultural do Estado do Piauí (CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Assim a cidade foi retomando o seu posicionamento e o passo seguinte foi, certamente, a criação do CMRV. Com este fato a cidade pôde dar condições de acesso ao conhecimento científico aberto a todos os níveis sociais e retomar, gradativamente, participação representativa no desenvolvimento econômico da região, de Parnaíba e do Estado do Piauí.

A concretização da integralização/federalização da Faculdade de Administração do Piauí pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), em março de 1971, também levou os parnaibanos a concentrarem esforços no sentido de conseguirem edificar um prédio próprio, que pudesse ser transformado em espaço escolar, para dar vida à FAUFPI, uma vez que, mesmo depois de federalizada, os espaços escolares dessa Faculdade localizavam-se em pontos diferentes, além de pertencerem a terceiros, sendo parte cedida e parte alugada (como já foi narrado pelos entrevistados, no decurso deste trabalho de pesquisa). Essa condição do espaço físico, por certo, dificultava a gestão do empreendimento da FAPI/FAUFPI, bem como a vida acadêmica do alunado e dos professores.

Então, obtendo-se melhores condições de instalações, certamente ofereceriam maior conforto às demandas e dessa forma, a iniciativa para solucionar os problemas foi buscar os recursos federais, para a instalação do CMRV. Por outro lado, definindo-se um espaço físico para instalar a Faculdade de Administração, também criaria condições de solicitação de novos cursos para a cidade. Sobre esta investida, o Professor Mariano Bento Soares comenta: “uma dificuldade que nós passamos foi falta de estrutura, com relação à falta de prédio, para funcionamento das aulas; mas, com a criação do CMRV, logo foram até criados mais dois cursos, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas [...]” (ENTREVISTA, 2009).

Pelo que recorda Lauro Correia (2009), os procedimentos para a instalação do CMRV iniciaram ainda em 1971. Entretanto Marques (2009) diz que esses procedimentos iniciaram a partir de 1973, mas a Placa comemorativa da inauguração do primeiro bloco consta que esta construção iniciou em 11-7-1974 e foi concluída em 11-8-1975. A divergência de datas entre os dois, provavelmente seja no sentido de que o relato do primeiro está baseado na questão da elaboração dos atos constitutivos e nos dias que se iniciaram as celebrações culturais e político-sociais, focadas no entusiasmo para investir esforços, na luta em prol de instituir e federalizar o primeiro curso superior de Administração do Piauí, na cidade, querendo “ver” o curso em instalações adequadas. Ronaldo Marques (2009), por seu lado, por exercer função técnica, considerando que ele foi um dos arquitetos que colocou no papel o projeto de criação do CMRV, no seu modo de olhar pode ser que considere, para a data de nascimento do CMRV, o dia da liberação da Equipe-Tarefa para a elaboração do Projeto, para o Plano Piloto do CMRV.

Certamente uma leve imprecisão na data de criação do CMRV não destoará a voz da memória na história do Ensino Superior em Parnaíba, pois, durante a sua trajetória histórica, Parnaíba parece que sempre garantiu espaço para grandes acontecimentos, nos quais personalidades dos segmentos das elites intelectual, empresarial ou político-governamental nacional, se faziam presentes com certa frequência, e, cada um a seu modo, contribuía para as decisões de progresso da comunidade, haja vista que homens notáveis visitaram a cidade em eventos importantes, na década de 1970, a convite dos representantes da FAUFPI, para proferir palestras em encontros acadêmicos ou para reuniões de Estado, e esses acontecimentos já premeditavam ou já criavam espaços políticos maiores para o desenvolvimento da Universidade Federal do Piauí em Parnaíba.

A ex-aluna da turma de 1975, do Curso de Administração, Alzir Lopes Vieira, recorda da repercussão que teve a vinda do Professor Armando Nogueira de Farias, Presidente, à época, da Associação Brasileira de Técnicas de Administração (ABTA), para proferir na UFPI (CMRV) palestra para os alunos do curso de Administração de Empresas. Lembra da importância que ele deu ao curso e do entusiasmo refletido no comportamento dos alunos. Nesse encontro, diz Alzir Vieira (2009) que, além dos alunos, estavam também presentes representantes da sociedade empresarial local; e, rememora que Nogueira falando para os alunos e empresários disse que,

As empresas do futuro precisam ter pelo menos quatro Administradores em sua equipe: um para atuar na área de Recursos Humanos, um no setor de Planejamento/Produção, um no setor Administrativo/Financeiro e, um no setor de Comercialização; pois, somente assim as empresas do futuro poderiam acompanhar os processos de atividades (ALZIR VIEIRA, ENTREVISTA, 2009).

Além de A. Nogueira, que esteve em Parnaíba por duas vezes (uma no ano de 1972 e a outra em 1975), recorda-se Alzir Vieira de alguns outros nomes, que podem ser destacados: Geraldo Aguiar, representante da SUDENE; Dirceu Mendes Arcoverde e Petrônio Portella Nunes, ex-governadores do Piauí e ex-senadores da República, e o próprio João Paulo dos Reis Velloso, intelectual de livre trânsito no cenário nacional brasileiro. Estas, entre outras importantes autoridades, também estiveram em Parnaíba na década de 1970, quando o CMRV estava em processo de constituição, conforme registros fixados em ATA DA CONGREGAÇÃO.

Corroborando com o exposto, tem-se a constatação em registros na Ata da Congregação que, no dia 11-10-73, estiveram em Parnaíba, para tratar de assuntos referentes ao desenvolvimento da cidade, os Ministros do Planejamento, Reis Velloso; Costa Cavalcante; do Interior e Aldo Vilas Boas; da Saúde; o Governador do Estado do Piauí, Dr. Alberto Tavares e Silva; o Reitor da UFPI, Professor Hélcio Ulhôa Saraiva e o Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Rubens Rasseli, que mantinha Posto Avançado do Projeto Rondon, em Parnaíba. Então, durante o encontro dessas autoridades ocorreram inaugurações, celebrações de convênios e contratos em prol de benefícios para Parnaíba e para o Estado do Piauí. Foi na oportunidade de um desses eventos, precisamente durante a inauguração do Campus Avançado da UFES, que o Ministro João Paulo dos Reis Velloso anunciou que o Presidente Garrastazu Médici havia autorizado, no dia anterior, 10-10-1973, a liberação do recurso financeiro no valor de CR\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros), para a imediata construção do SUBCAMPUS da UFPI, naquela cidade (ATA DA CONGREGAÇÃO).

De acordo com Israel Correia, o Ministro João Paulo dos Reis Velloso tinha visão de mercado muito aguçada. Por aquela época, Reis Velloso, como Ministro do Planejamento, estava movimentando Planos Nacionais de Desenvolvimento, onde um dos planos do Ministro era fazer de Parnaíba e da região Norte do Estado do Piauí, o terceiro Polo Turístico Nacional. Assim, conforme registro no Livro de Ocorrência da FAUFPI, ainda no dia 11-10-1973, Reis Velloso, falando aos empresários comerciantes, industriais e intelectuais de Parnaíba e demais convidados, durante a sessão solene organizada pela FAUFPI, realizada no

auditório da Associação Comercial de Parnaíba, disse que “Parnaíba e o Delta do Rio Parnaíba foram considerados, pela Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), como o Terceiro Polo Turístico do Nordeste. O primeiro, Fernando de Noronha (PE), o segundo Porto Seguro (BA) e o terceiro o Delta do Parnaíba (PI)” (LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1973-78).

Logo em seguida, no início do mês de novembro, o então Prefeito de Parnaíba, Elias Ximenes do Prado, após entendimento mantido com o Reitor na UFPI, Hércio Saraiva, baixou o Decreto Municipal, nº 16, que, além de declarar Utilidade Pública (Artigo 1º) previa a Desapropriação de um Terreno, para a construção do Sub-Campus da UFPI em Parnaíba. (Documento transcrito na folha nº 09 V, 10 e 11 do Livro de Ocorrência do CMRV).

Portanto, em janeiro de 1974 (14-01), foi assinada a Escritura Pública de Compra e Venda do primeiro quarteirão do terreno adquirido pela FUFPI, destinado para a construção do Campus da UFPI em Parnaíba, pelo Procurador do Senhor Reitor Hércio Ulhôa Saraiva, o Dr. José Camilo da Silveira Filho. E no mês subsequente, no dia 10-2-1974, com a presença do próprio Reitor da UFPI, Hércio Ulhôa Saraiva, do Governador do Estado do Piauí, Alberto Tavares e Silva, do Bispo Diocesano, Dom Paulo Hipólito de Sousa Libório, do Coordenador do Curso de Administração, Professor Lauro Andrade Correia e, entre outras autoridades, o Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Sr. Rubens Rasseli, além de numerosa presença de pessoas da comunidade parnaibana, foi lançada a Pedra Fundamental do Campus da UFPI em Parnaíba. Era um dia de domingo (CORREIA; ATA DA CONGREGAÇÃO, 2009).

Os encaminhamentos básicos principais, certamente, haviam sido dados, uma vez que dispunham do terreno e da verba para dar início à construção da infraestrutura do CMRV.

2.3 Liberações de recursos e construção

O lançamento da Pedra Fundamental para a construção do CMRV, pelo olhar do povo parnaibano, refletiu na concretização do “sonho” que por muitos anos sobreviveu no imaginário de parte da sociedade da Parnaíba. Assim, uma vez dada a largada para a construção das edificações, com os mentores vislumbrando o projeto real e percebendo seus sonhos serem transformados em realidade, foi logo dado início às novas fases dos trabalhos, analisando as possibilidades de criação de novos cursos e divisão de espaços físicos e

culturais oferecidos pelo CMRV, tendo como embrião: o curso de Administração de Empresa da Universidade Federal do Piauí, em Parnaíba.

Como não se deve tratar de fatos históricos de modo isolado, quando esses ocorrem em um contexto social dinâmico, e, sendo assim, é necessário buscar entender as situações onde se sucedem os acontecimentos. Então, em Parnaíba, os acontecimentos na década de 1970 giraram em torno de, pelo menos, manter as condições mínimas necessárias para a Faculdade, federalizada, justificar sua existência e viabilidade, forçando o grupo-tarefa trabalhar assoberbado para que o curso fosse reconhecido pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC), e a FAUFPI instalar-se no Campus, visto que, até aquele momento, funcionava subdividida em dois endereços: as salas de aula alojadas na Rua Capitão Claro, S/N e a Secretaria e Biblioteca na Rua Duque de Caxias, 768, no centro da cidade; e estas, realmente, não eram as condições das mais funcionais para o corpo docente e discente de uma Faculdade mostrar, especialmente, imagem e credibilidade de estabilidade perante os membros da sociedade.

O Prof. Mariano Soares (2009), como muitos outros, recorda: “Ninguém acreditava no sucesso dessa empreitada de curso superior em Parnaíba. Eram muitas dificuldades.” Entretanto, os empreendedores do projeto de instalar o Ensino Superior na cidade, estavam superando as dificuldades mais prementes, e já avançavam lidando com o processo de reconhecimento do Curso, certamente, porque acreditavam na Faculdade e na futura existência de um prédio próprio, que acomodasse em um só espaço os trabalhos desta Faculdade, e isso teria repercussão frente ao MEC e este órgão avaliador/controlador poderia até abrandar suas exigências, no ato da concretização das formalidades burocráticas de reconhecimento da funcionalidade da requerente.

Decerto que, para a construção de instalações próprias do Campus presumiam-se vultosas somas de recursos financeiros. Na época, Parnaíba apresentava como um seu diferencial as boas relações na esfera do governo federal, uma vez que contava com o parnaibano João Paulo dos Reis Velloso à frente do Ministério do Planejamento e gozava de prestígio político no Governo Militar. E, provavelmente, foi graças a esse bom trâmite político, que se obtiveram os recursos necessários e mais cedo a Faculdade de Administração do Piauí passou a funcionar no CMRV. Parnaíba contava, ainda, em nível Federal, com o apoio político de senadores como Petrônio Portella Nunes, líder da bancada piauiense, cujo peso político nos anos da ditadura era expressivo.

De acordo com um relatório da Diretoria de Projetos e Obras (DIPRO), da UFPI, e do teor da entrevista realizada com o Arquiteto Ronaldo Marques (2009), o Projeto para Implantação do CMRV foi efetivamente realizado em 1973, embora as ações burocráticas e articulações políticas tenham começado durante os dois anos iniciais desta década de 1970, conforme, também, constam registrados em Livro de Ocorrência do CMRV, e, ainda em Relatório da DIPRO está relatado que as primeiras etapas do financiamento para a construção do CMRV vieram diretamente do Ministério do Planejamento (MINIPLAN), e abrangeu as obras de infra-estrutura e de edificações, totalizando um investimento na ordem de CR\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros).

O terreno para a instalação da UFPI em Parnaíba, conforme entendimento entre a Reitoria e a Prefeitura, foi negociado no início de novembro de 1973, após o Prefeito de Parnaíba, Sr. Elias Ximenes do Prado, baixar em 8 de novembro de 1973, o Decreto Municipal de nº 16, que, além de declarar de utilidade pública, também prever a Desapropriação do Terreno, localizado entre as artérias da Av. São Sebastião, Av. Deputado Pinheiro Machado, Rua Dr. Sebastião Bastos e Rua Marc Jacob, cujas medidas constituíam uma área de 93.870 m², abrangendo cinco quarteirões, com as dimensões a seguir descritas:

Quadro 02: Terreno onde estão instalados os Blocos do CMRV

QUARTEIRÃO/M ²	LADO		FRENTE	FUNDO
	DIREITO	ESQUERDO		
Primeiro	180	57,50	57,50	180
Segundo	180	70,00	57,50	180
Terceiro	180	70,00	70,00	180
Quarto	180	132,00	132,00	180
Quinto	180	132,00	132,00	180

Fonte: Livro de Ocorrência p.11-13.

Em função da pressa requerida para elaborar e aprovar o Projeto de Construção do CMRV no espaço de tempo dos três últimos meses do exercício de 1973, as discussões foram breves, porém acirradas, sobre a aplicação total dos recursos financeiros liberados pelo Ministério do Planejamento. O Arquiteto Ronaldo Pinto Marques recordou assim: “esta celeuma toda fez com que fizéssemos um projeto completo, com infra-estrutura em um terreno praticamente desconhecido”. (ENTREVISTA, 2009). O projeto, então, foi feito em Teresina, no escritório da Diretoria de Projetos e Obras (DIPRO/UFPI), sem que a equipe

responsável conhecesse, sequer, o terreno onde seriam encravadas as edificações projetadas em regime de urgência. Como os prédios foram desenhados em Teresina, sem se conhecer o local em Parnaíba, o projeto ficou subordinado a uma única lógica: usar os recursos totais para que os mesmos não retornassem para o Ministério, frustrando o empreendimento (MARQUES, ENTREVISTA, 2009).

Sabe-se, também, que para a execução das obras do CMRV, o Conselho Diretor da FUFPI baixou a Resolução nº 39/73 e, pelo Processo CD 33/73 abriu, para construção do Sub-Campus da UFPI, em Parnaíba, Crédito Especial e autorizou a necessária Inversão Financeira para a aquisição do terreno.

Pelo Decreto Municipal n. 16/73 foi enquadrado, para fins de desapropriação, “o domínio útil relativo aos terrenos urbanos e benfeitorias, medindo 93.870 m², localizado no bairro São Benedito, na cidade de Parnaíba, de propriedade de Raimunda de Sales Basto (Carta de Aforamento nº. 2.347), Maria Amélia Basto, Maria Sales Basto (Certidão de Averbação nº. 574)” e outros (pessoas e documentos oficiais) relacionados no corpo da Ata da Congregação, da reunião realizada em 8-11-73, onde, também, está descrito os limites do mencionado terreno, que abrange a área de cinco quarteirões.

A Resolução nº 39/73, emitida em 27-11-73, foi lida na íntegra pelo Diretor da FAUFPI, Prof. Lauro Correia, na reunião da Congregação realizada em 27-12-73, dando a conhecer o repasse efetuado pela União (CR\$ 1.000.000,00), para execução do Projeto nº 2802.1800.1054, do CMRV, cujo valor, a Unidade Executora (Diretoria Administrativa da FUFPI) distribuiu em dois elementos orçamentários: O Primeiro, para obras, no valor de CR\$ 942.625,00 (novecentos e quarenta e dois mil, seiscentos e vinte e cinco cruzeiros), e segundo, referente a inversão financeira, no valor de CR\$ 57.375,00 (cinquenta e sete mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros); para a aquisição do imóvel de 22.950 m², a preço de desapropriação, ao custo de CR\$ 2,50 (dois cruzeiros e cinquenta centavos) o metro quadrado.

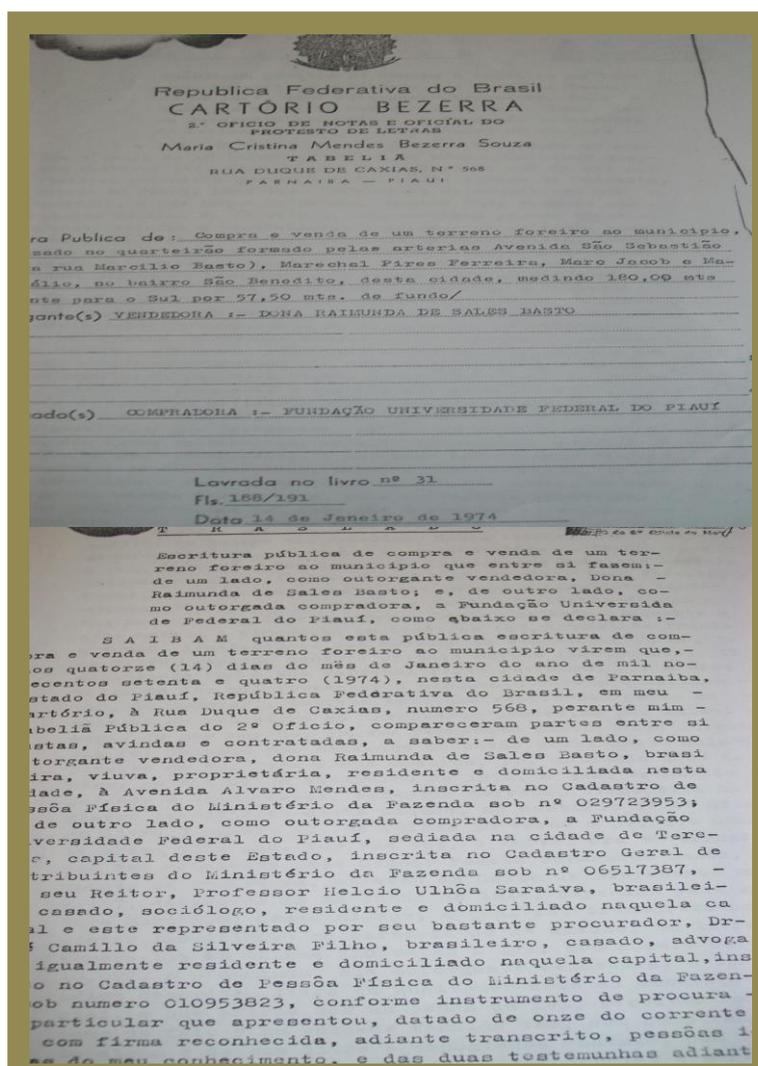


FIGURA 36: Cópia das fls. 01 e 02 da Escritura pública da compra do Terreno onde estão encravados as instalações do CMRV.
Fonte: Departamento de Patrimônio da UFPI.

Uma das obras iniciais entre as mais relevantes construída nessa primeira etapa foi uma caixa d'água (Castelo d'Água, como foi nominada), com capacidade de armazenagem para 100.000 litros.

Todavia, sobre a construção das edificações que formam o complexo dos espaços estruturais do CMRV existe a dúvida de pelo menos três informações, quanto às datas do início das obras. De conformidade com o relatório, titulado “Dados Básicos” do CMRV/UFPI, o início das obras ocorreu a partir de 11-10-1971. Nos registros da Ata de n° 30, da Congregação, datada de 6-8-1974, constam que, o Diretor da Faculdade, Prof. Lauro Correia comunicou naquela data o recebimento de autorização da UFPI para realizar tomada de Preços, para a construção dos prédios do Campus Universitário, e, por último, Ronaldo Marques está afirmando que as edificações tiveram início em 1973.



FIGURA 39: Retrato do Canteiro de Obras do CMRV/UFPI, construção do primeiro Bloco - salas de aula (1974).

Fonte: Arquivo do CMRV.

Mas, o importante foi que o canteiro de obras aberto para a construção da edificação das dependências físicas do CMRV impressionou a comunidade, pela sua grandeza e, especialmente, pelos efeitos sociais produzidos automaticamente, com a absorção de vários recursos econômicos que movimentaram a cidade de Parnaíba e regiões adjacentes, empregando mão-de-obra temporária de muitos profissionais, alavancando o comércio como um todo e mais especialmente os ativos da área de construção civil local, embora, também, tenham sido importados grandes lotes de materiais, provavelmente, por haver, ainda, escassez desses produtos materiais no comércio local.

2.4 A constituição da Biblioteca da FAPI/CMRV/UFPI



FIGURA 40: Retrato da Placa de inauguração da Biblioteca Setorial do CMRV, 1978.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Um dos fatos dessa fase inicial do CMRV mais memorizado pelos sujeitos desta pesquisa foi a criação e organização da Biblioteca. A existência deste órgão departamental no CMRV é produto de uma experiência peculiar ao lidar com o processo, que cresceu na importância de oferecer condições melhores para a estudiantada fazer pesquisas, além da intenção objetivada para atender uma das exigências indispensáveis do MEC, para reconhecer a Faculdade de Administração do Piauí, na qual se acolheria o primeiro Curso Superior de Administração de Empresas do Piauí e do próprio CMRV. A Biblioteca do CMRV era uma exigência óbvia e satisfazê-la era uma obrigação na prerrogativa dos intelectuais em instituí-la, até porque, conscientemente, ninguém pode supor a existência de um Campus Universitário sem uma Biblioteca.

Nesse ponto do processo de constituição do CMRV, a Biblioteca foi montada em regime de urgência e precariamente, iniciando apenas com os livros doados anteriormente para a FAPI, pela Diretoria de um Curso de Língua Inglesa, do Instituto Brasil – Estados Unidos – IBEU (que havia encerrado suas atividades em Parnaíba), e, por oportuno, o acervo de livros da FAPI foi repassado ao CMRV, conforme as providências de um dos sócios do

IBEU, o Sr José Pinheiro Machado, que, também, era um dos representantes da FEP, mantenedora da Faculdade de Administração do Piauí

Lauro Correia, posteriormente, por conta do seu empenho, assumiu a função de Diretor do CMRV, na qual exerceu seu trabalho pelo período de onze anos consecutivos, e, hoje recorda que, quando o MEC exigiu a documentação da existência da Biblioteca, (ainda no início da criação do Curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração do Piauí, entre os anos de 1969/70), o Dr. José Pinheiro Machado, investiu com sua potencialidade na busca para encontrar a solução do problema, e apelou para o acervo da Biblioteca desativada, do IBEU, que estava sob sua custódia. Enfatiza, contudo, que além do acervo ser pequeno, de poucos exemplares, maioria dos livros não trazia conteúdos concernentes aos objetivos de conhecimento do Curso de Administração.

Sobre a forma como se constituiu a Biblioteca, o Professor José Néilson de Carvalho Pires é uma personagem dessa história inusitada: durante o processo de estruturação do primeiro curso superior de Parnaíba, e que lembrou, quando era entrevistado para essa pesquisa, referindo-se a quando ele próprio foi abordado por Lauro Correia informando-lhe que o MEC encaminhara à Secretaria da faculdade a notificação de uma denúncia sobre a existência precária da Biblioteca da faculdade. José Néilson lembrou, então, que “A maioria do acervo, certamente, não fazia justiça ao serviço oferecido pela faculdade”. De forma que, ao tempo em que se resolvia juridicamente a anulação da denúncia, uma campanha de doação foi lançada e prontamente correspondida: doações vieram de parnaibanos residentes na cidade e de fora dela. Assim a Biblioteca ganhou acervo próprio e firmou sua existência saltando sobre a situação de precariedade total. Esse fato José Néilson (2009) relembra, assim:

Lauro me disse o seguinte: “eu acabo de receber aqui, do Ministério, uma declaração, assinada, dizendo que nós temos uma biblioteca, sem ter. O juiz daqui é casado com uma prima legítima sua e o promotor é um cunhado seu. Então, vamos ver como é que nós vamos resolver isso”. Então, entrei primeiro na casa do meu cunhado. Conteí a história para ele. Ele disse: ‘Quantas pessoas da Parnaíba já foram presas porque já fizeram alguma coisa contra esse regime que está instalado pela ditadura? Você quer que eu seja preso também?’ Eu disse: Eu não! Mas enquanto você não me der essa declaração eu não saio de sua casa. Depois de meia hora... Diz o cunhado: - ‘Eu vou dar a declaração’. Mas faltava o juiz. Era o Doutor [...]; desses “cricris”, casado com uma prima minha. Eu conteí a história a ele. Ele (Juiz) se levantou, abriu a porta e disse mostrando a porta (faz os gestos): ‘Para fora da minha casa!’ Eu disse: não saio daqui, não. Ele disse: ‘Se retire ou eu chamo a polícia, porque uma declaração dessa eu não dou, porque se eu der essa declaração... Eu estou chamando a Polícia Federal para me prender na cadeia!’ A esposa dele entrou (faz o gesto, na sala) e perguntou: - ‘O que é que ele quer?’ E ela apontou para mim. Ele disse o que eu queria. Ela olha para ele e diz: ‘Prepare a declaração [...] (José Nelson faz o gesto de assinar) e assine e dê para ele’. Com esses dois (do judiciário) o assunto já havia sido resolvido (ENTREVISTA, 2009) (Grifo nosso).

É aceitável supor-se que as solicitações de declarações jurídicas da existência da Biblioteca foram obtidas das autoridades judiciárias competentes, porque o juiz e o promotor sabiam que o trabalho de reestruturação estava em andamento avançado e com boas respostas para a pronta regularização da deficiência estrutural denunciada. Sobre a história da Biblioteca, também, o Professor Renato Santos Júnior, ex-aluno, egresso da primeira turma e Professor do CMRV desde 1977 recorda que, “[...] a biblioteca da Faculdade, ela foi construída, toda de doações [...]. Na época não podiam dizer que era uma biblioteca excelente, não, era incipiente, como tudo que aconteceu lá” (SANTOS JÚNIOR, 2009).

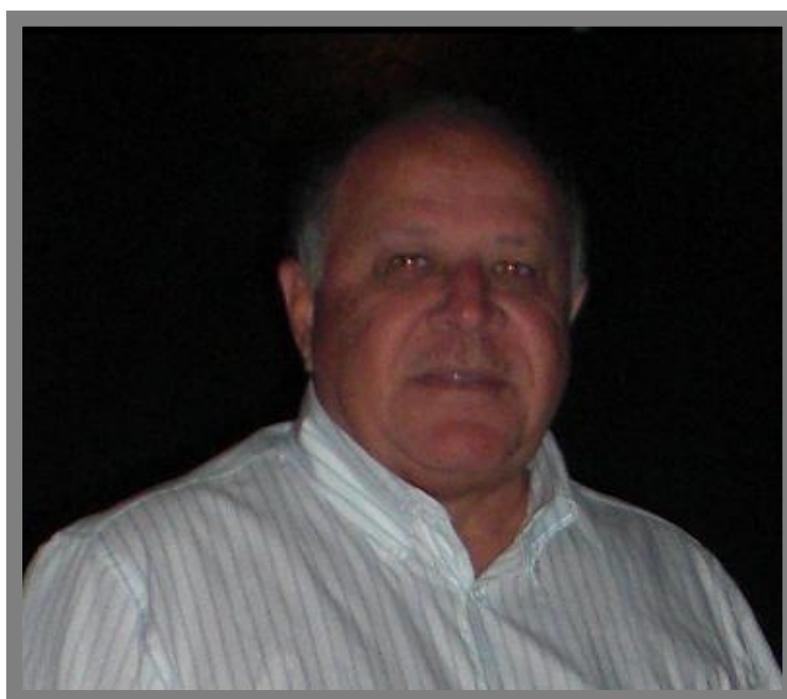


FIGURA 41: Retrato do ex-aluno e atual Professor do Curso de Administração do CMRV, Renato de Castro Santos Júnior, sujeito desta pesquisa.

Fonte: Acervo particular desse sujeito, cedido para esta Pesquisadora.

Entre os pioneiros da criação do Ensino Superior em Parnaíba, que foram entrevistados e se referiram à Biblioteca da Faculdade de Administração, que deu origem à do CMRV, encontra-se o servidor aposentado dessa Instituição, Sr. Antonio Alexandre Duarte, que também deu para esta pesquisa sua contribuição sobre esse assunto, oferecendo o seguinte relato:

[...] Então o Dr. Lauro foi atrás do Monsenhor Sampaio, e ele arranhou no Bispado, [...] duas salas: [...] uma para aula e outra para a biblioteca, uma bibliotecazinha recebida do IBEU, [...] duas salas. Uma para funcionar o primeiro ano da faculdade, e a outra para a biblioteca. Era onde era o “ninho”, era naquela biblioteca. Nós mandamos fazer uma mesa grande (ela ainda está por lá) e botamos naquela sala, e os professores faziam a “ciranda” em volta dela. Eu ficava na cabeça da mesa por ali. Meu Deus do Céu! (e, falando como se falasse consigo mesmo). Só visto! Era engraçado e constrangedor. A senhora sabe que sempre nas faculdades, até mesmo nas escolas primárias (Ensino Fundamental) têm uma sala para os professores, uma sala reservada só para eles. E outra para a biblioteca. Mas aqueles não. Eles ainda tinham de ficar comigo assistindo a palestra deles, ali do lado. Eu acho que eles se sentiam muito mal. Eu realmente... Eu não fazia parte, eu era Auxiliar de Administração. Ficava também um telefone de lado (mostra o lado direito) ramal para todo canto; central cheia de ramais. Eu recebia as correspondências, entregava para um, para outro, é, entregava para eles, naquela agonia. Era tudo no mesmo lugar (ANTONIO DUARTE, 2009).

Entre as dificuldades da instituição, inclusive, a falta de um acervo de livros compatível às necessidades das disciplinas, o Prof. Renato Santos Júnior, rememora: [...] “Recordo-me que todo o seu acervo bibliográfico era formado de doações [...] inclusive de parnaibanos residentes fora da cidade. [...] Estávamos iniciando” [...] (ENTREVISTA, 2009).

Percebe-se na fala do ex-aluno/professor Renato Santos que, consciente da importância de uma Biblioteca para a estrutura e funcionamento de um Curso Superior, em razão de “ser” também aluno, agora entende, e até justifica os esforços para mudar a precariedade da Biblioteca em riqueza de informações, no início e ao longo do funcionamento do CMRV. Isto, provavelmente, pelo sentimento de pertencimento que torna os indivíduos mais solidários, quando compreendem os momentos de dificuldade.

As precárias condições vividas no período de constituição da biblioteca do CMRV também foram lembradas pelo Prof. Adilson Farias de Castro que, como Renato Santos, foi aluno da primeira turma do Curso de Administração e depois Professor na UFPI, (estando, presentemente, em processo de aposentadoria do CMRV) e, por seu lado, compreende e justifica as condições iniciais do ensino em Parnaíba; reconhecendo a necessidade da Biblioteca na escola de Ensino Superior, e se expõe do seguinte modo:

De início era uma biblioteca muito acanhada, funcionando na Rua Duque de Caxias. Funcionava junto com a secretaria, inclusive essa biblioteca foi montada não com livros de Administração, mas com livros de inglês doados pelo IBEU; era muito acanhada, pobre, fornecida pelo IBEU, talvez os livros não fossem todos de inglês, mas “livros formavam uma biblioteca!” (sorrir) (ADILSON CASTRO, ENTREVISTA, 2009).

Em consequência da necessidade de organização dos espaços físicos, a fim de facilitar a funcionalidade administrativa da FAPI, naquele primeiro momento, a Secretaria da Faculdade passou a funcionar em uma casa alugada, para poder atender aos alunos que a procuravam durante manhã e tarde. Naquele espaço reservado à Secretaria, passou a funcionar, também, a Biblioteca; e de lá se transferindo, em agosto de 1975, quando passou a funcionar em condições físicas mais adequadas, no mesmo prédio das salas de aulas. Em 1978, foi, enfim, instalada no local adequado, construído no CMRV, no cruzamento das Avenidas São Sebastião e Avenida Pinheiro Machado.

Outra lembrança expressiva sobre a Biblioteca é a da Professora Maria Dilma Brito, que assim recorda: "uma das grandes dificuldades no início da criação do CMRV era uma Biblioteca, para atender a necessidade do curso". A Prof^a Dilma relembra como foi importante a solidariedade dos professores naquele período, pois facilitavam, diminuindo as dificuldades dos alunos, através da construção de apostilas e emprestando livros de suas próprias bibliotecas.

Muitos dos sujeitos desta pesquisa, quando entrevistados narraram que, por onde eles andavam, sempre buscavam encontrar doadores de livros para ampliarem o acervo da Biblioteca da FAUFPI. Está registrado em Ata da Congregação que, no início do ano de 1972, durante os procedimentos de constituição dos processos de reconhecimento de curso, o Professor Carlos Alberto Teixeira, docente da instituição, em viagem a serviço para conhecer os Currículos das Faculdades de Administração de Minas Gerais e da Fundação Getúlio Vargas, em São Paulo, recebeu a título de doação sessenta exemplares de livros para complementar o acervo da Biblioteca. Na mesma ata consta que estes livros que vieram para compor o acervo bibliográfico terminaram por ser distribuídos entre os professores das disciplinas, na condição de empréstimo, para que os professores pudessem elaborar suas aulas e fornecer aos alunos subsídios para pesquisa. Além do que, os livros ficando com os professores, inclusive, ficavam mais próximos dos alunos.

Em março de 1972, a UFPI encaminhou à FAUFPI a primeira remessa de livros, um montante de noventa e três exemplares, os quais, depois de relacionados no cadastro da Biblioteca, foram distribuídos aos professores (como empréstimos), para facilitar a atividade pedagógica.

Em agosto de 1972, deram-se início aos procedimentos organizacionais da Biblioteca, e a primeira medida foi constituição e aprovação do seu Regimento, pela

Congregação, o qual foi composto por cinco capítulos e vinte e dois artigos, cuja forma legal foi firmada mediante a Resolução nº 02, de 16-8-1972.

Talvez essas dificuldades iniciais tenham estimulado ou provocado as denúncias ocorridas junto ao Ministério Público, de que a Faculdade afirmava que “tinha uma Biblioteca sem ter”, o que forçou a equipe dirigente tomar determinadas atitudes de correções, mesmo que não pareceram tão padronizadas, mas, quem sabe, Maquiavel pudesse explicar, quando estava ensinando o “Príncipe” a governar, na medida em que afirmava que “os fins justificam os meios”. Nesse caso, a pretensão era que, quando os Fiscais do Conselho Federal de Educação (CFE) chegassem para fiscalizar os ordenamentos exigidos pelo MEC encontrassem as coisas de fato organizadas, e entre elas, “uma biblioteca”. Talvez concordando com Maquiavel é que o Professor Adilson Farias de Castro tenha dado o seguinte depoimento:

A fiscalização do MEC vinha procurar biblioteca aqui. Existia uma biblioteca (risos). Quando a fiscalização do MEC vinha já estava apoiada pela CNI, onde participou o Prof. José Orlando Ferreira que vinha encaminhado por João Paulo dos Reis Velloso, que nessa época era Conselheiro de uma Secretaria do MEC (ENTREVISTA, 2009).

Relativamente, para quem sabe, o fato da provável denúncia, junto ao Ministério Público, encontraria uma justificativa no relato do Prof. Mariano Soares, que parece concordar com o pensamento de Adilson Castro (2009):

Antes, a secretaria funcionava junto com a biblioteca à Rua Duque de Caxias, onde antes funcionou uma Biblioteca e depois um Cartório. Ainda hoje existe esse prédio, ainda é bem conservado. Funcionou naquela época com dificuldades e as dificuldades eram muitas. Quando nós mudamos para cá, a Biblioteca passou a funcionar aqui também. Depois o bloco onde ela funciona foi construído. Agora, com a ampliação, ela está sendo melhorada. Mas, voltando à história do começo, quando o MEC veio fazer a fiscalização para reconhecimento do nosso primeiro curso, os fiscais pediram para ver o acervo da biblioteca, que era insuficiente. Eu fui chamado para fazer a arrumação do acervo num final de semana. Ele não era tão grande, pois deu para eu fazer no final de semana. Isso foi meio constrangedor, porque eles exigiam um acervo maior para o curso ser reconhecido. Tinha que ter certo número mínimo de livros. À nossa biblioteca, o acervo maior foi doado por um curso de inglês. Livros de inglês, as obras todas eram de inglês. Na véspera dessa história, quer dizer dessa fiscalização, vieram de (automóvel) Aero Willes livros de Teresina para cá. Outro fato que me chama atenção: É que foi num dia de domingo. É bem possível que tenha havido a denúncia de que a nossa biblioteca era precária, pois eu me recorde que um dia de domingo eu estava comemorando o término de nossas férias (eu fazia o segundo grau). Estávamos na casa de uma pessoa amiga, num domingo, e foram me buscar lá. Tiraram-me de lá e me trouxeram de lá para cá, não fui nem para casa, já fiquei aqui até de madrugada para trabalhar, exatamente em cima desses livros que tinham vindo de Teresina. O prof. Camilo mandou me buscar lá. O motorista foi me buscar. Estavam me chamando para vir arrumar os

livros que vieram da UFPI em Teresina. Naquela época, eu era Escriturário I, e aqui não tinha Bibliotecário, depois dessa arrumação foi que veio uma bibliotecária pra cá. Professora, eu vou usar uma expressão que eu costumo usar com relação à história do CMRV, quando se fala da criação do Campus. Aqui foi criado passando por cima de pau e pedra; foi passando por cima de normas, só para a senhora ter uma idéia.

O Professor Israel José Nunes Correia, Professor desde 1979, ex-Diretor do CMRV, também fala da situação em que a Biblioteca foi criada, e da sua própria dificuldade, enfrentada enquanto professor iniciante, naquela década. Porém, esta vivência dificultosa, assumida e enfrentada, parece que lhe deu uma posição muito particular de perceber o processo de criação da Biblioteca, no que diz respeito à fiscalização do MEC, e, então, deu o seguinte depoimento:

A Biblioteca era realmente incipiente [...] à época talvez tivesse uns 2.000 a 2.500 volumes; e uma boa parte dela foi doada, inclusive. Mas o Dr. Reis Velloso havia conseguido alocar verbas para que esse Campus nascesse. [...] e para a biblioteca. Embora não tivesse uma biblioteca compatível, mas o MEC já estaria impressionado pela estrutura que estava aqui, que hoje se não é grande coisa, na época eram prédios extremamente modernos, e prédios até melhores do que os famosos “barracões de Teresina”, que eram simplesmente construídos de tijolos aparentes, ferro e cobertura de amianto. Aqui não! Os prédios já nasceram com estrutura de concreto armado; a coisa impactava! Embora sem uma biblioteca, à época, os prédios eram impactantes. [...] Eu lembro que, quando eu cheguei em 1979, as minhas primeiras aulas, de 1979, eu tirava dinheiro do meu bolso para comprar livros e doava para a biblioteca, porque você indicava um texto, mas não tinha ainda na Biblioteca para os alunos poderem pesquisar. Então eu comprava cinco volumes e doava para a biblioteca (LAURO CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Quanto à prática de doação de livro para a composição do acervo da Biblioteca, foi uma prática adotada desde a origem da própria criação do Ensino Superior em Parnaíba, conforme se constata facilmente nos anais da história da cultura e do ensino nessa cidade. No final do ano de 1975, o parnaibano Newton Leite, funcionário do Banco do Brasil S/A, radicado na cidade de São Paulo, através de carta, externou pretensão de doar livros para o CMRV. Na oportunidade, sugeriu que os professores encaminhassem as relações de tipos de livros escolhidos e respectivos autores, para que fosse concretizado o seu desejo. Sabe-se que diversas foram às manifestações de Newton Leite no sentido de contribuir para aumentar o acervo da Biblioteca. Tanto que consta em Ata da Congregação pedido de Manifestação de Louvor para esse cidadão, por essa benfeitoria para o engrandecimento da cidade.

Le Goff (1989), tratando sobre as cidades, reflete que são as representações do povo da cidade que os constroem como cidadãos, conseqüentemente constroem a identidade

nacional, a qual é formada e transformada no interior da representação do povo. E Parnaíba, enquanto cidade e enquanto povo manifestava o desejo coletivo de construir a sua própria identidade. Assim, com esse valor de cidadania, parece que existia parte significativa da sua população, que se dispunha verdadeiramente a participar no investimento da Biblioteca para a cidade, funcionando no CMRV.

A Professora Ivana Ibiapina, atualmente professora do Centro de Ciências da Educação (CCE) e do Programa de Pós Graduação em Educação PPGEd, do Campus Petrônio Portella, da UFPI, iniciou suas atividades de Professora na UFPI/CMRV, em 1992, lecionando no Curso de Ciências Econômicas, mas em certo período, a Prof^ª Ivana Ibiapina esteve acumulando os diferentes papéis: o de Professora do Curso de Economia e o de aluna do Curso de Pedagogia, lá no CMRV. Como aluna recorda as dificuldades de se apropriar de boas leituras, pelo fato do acervo da Biblioteca, à época, ser “fraco”. Situação abrandada graças à preocupação dos professores com a qualidade do seu trabalho e aprimoramento dos métodos de ensino. A falta de livros para pesquisa era uma lacuna que ia sendo, na medida do possível, preenchida com a boa vontade daqueles professores em disponibilizar os próprios recursos. Então, a Prof^ª Ivana Ibiapina recorda como segue a realidade da época:

[...] O corpo docente, nessa época, no Curso de Pedagogia, era muito pequeno, mas eram professores muito preocupados com a nossa formação. Emprstavam livros de suas bibliotecas particulares para ampliar as nossas leituras. Aqueles professores, eles sempre tinham muitos livros, e emprstavam [...] (ENTREVISTA, 2009).

De acordo com as informações de Ronaldo Marques (2009) e de provas nos registros constantes nos relatórios da Diretoria de Projetos e Obras da UFPI (DIPRO), o projeto do espaço para a Biblioteca do CMRV, a “Biblioteca Setorial”, foi feito em 1976 e seu plano de construção foi descrito por Ronaldo Marques (ENTREVISTA, 2009) do seguinte modo:

Um projeto completo, incluindo arquitetura, cálculo e instalações para uma Biblioteca Setorial a ser construída no Campus Ministro Reis Veloso em Parnaíba, contendo as seguintes instalações: salas para administração, aquisição, catalogação, livros raros, depósito, duas salas para leitura individual, duas salas para leitura em grupo, sala para atendimento e empréstimo, sala para restauração, copa e sanitários.

Em janeiro de 1979, aproveitando as festividades solenes de Colação de Grau da 7ª turma do Curso de Administração de Empresas, a Biblioteca Setorial foi inaugurada recebendo o nome de “Cândido Athayde”. A homenagem foi aprovada em reunião da Congregação, como reconhecimento aos feitos do homenageado, na luta para implantação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba, pontuando de maneira singular a História e Memória do CMRV, conforme sempre rememora esse fato, o seu parceiro, Lauro Correia (2009).



FIGURA 42: Retrato da sala de estudo da Biblioteca Setorial Cândido Athayde, antes da reforma/ampliação do CMRV (2009).

Fonte: Arquivo do CMRV.

Nessa mesma oportunidade, o Ministro do Planejamento, João Paulo dos Reis Velloso descerrou uma placa comemorativa, em sua homenagem; recebeu das mãos do diretor do Campus, Lauro Andrade Correia, um álbum com “fotografias coloridas” que contavam a trajetória do CMRV até aquela data; e das mãos do Reitor José Camillo da Silveira Filho o título de Doutor Honoris Causa (LIVRO DE OCORRÊNCIA, Nº 02; 1979).

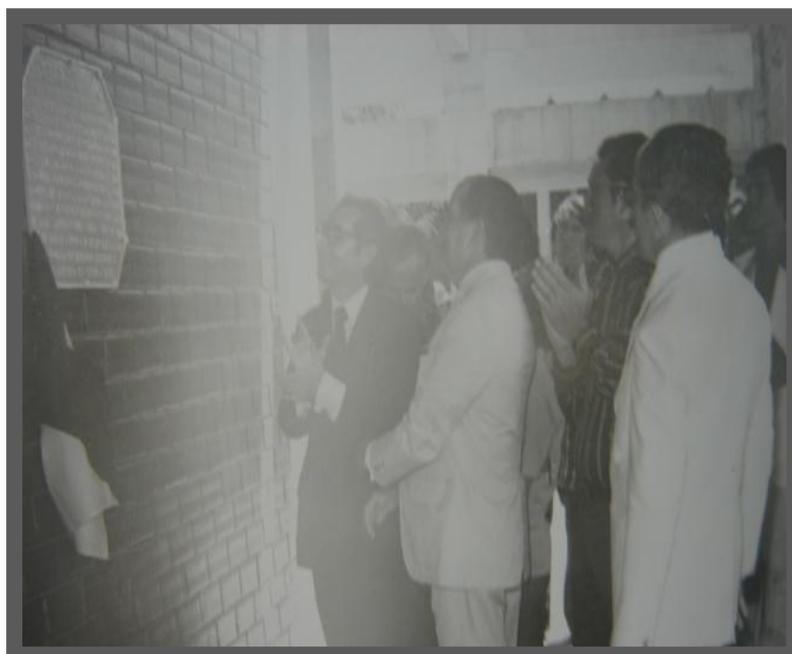


FIGURA 43: Retrato da solenidade de descerramento da Placa em homenagem a Reis Velloso pelos feitos por Parnaíba, UFPI/CMRV.
Fonte: Acervo do CMRV cedido para esta Pesquisadora.



FIGURA 44: Retrato do Ministro Reis Velloso recebendo o “Álbum com fotografias coloridas”.

Fonte: Arquivo do CMRV, cedido para esta Pesquisadora.

Estes eventos (Colação de Grau, Inauguração da Biblioteca “Cândido Athayde” e Homenagem ao Ministro Reis Velloso) encerraram mais uma fase na constituição da estrutura do CMRV, e o período de ascensão dessa IES prosseguiu, amparado em novos movimentos progressistas, como os da capacitação e do enquadramento de professores, que passaram a ser pauta de defesa da Congregação, visando agora fortalecer mais ainda o papel do CMRV, como formador de mão-de-obra especializada, formando profissionais, para servir à sociedade em seus muitos níveis de demanda no campo da cultura e da economia.



CAPÍTULO III
**PROFESSORES: situação funcional e ação
participativa da congregação**

CAPÍTULO 3

PROFESSORES: situação funcional e ação participativa da congregação

O Estado do Piauí, no Século XX, embora apresentando alguns descompassos com os níveis de desempenho no contexto mundial e nacional, abriu seu horizonte para o Século XXI com novas performances de crescimento na educação e cultura do seu povo; e os empreendedores de Parnaíba, especialmente, esforçaram-se muito para manter sua cidade nesse processo de abertura para o desenvolvimento avançado, usando toda a competência empresarial e depositando a confiança necessária para tornar possíveis de obter os investimentos em educação, para acelerarem o processo de crescimento da economia, em função da qualificação de mão-de-obra profissional para as atividades do comércio e da indústria e, para atendimento eficaz dessa demanda, foram empenhados esforços e dinheiro, especialmente, na capacitação de professores.

3.1 Os primeiros professores do CMRV/UFPI

Consoantes relatos de precursores do ensino superior em Parnaíba (professores, ex-professores, ex-alunos, funcionários e ex-funcionários do CMRV), os primeiros professores que ministraram aulas no primeiro curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), praticaram sem receberem pagamentos durante os dois primeiros anos de existência do curso.

Um dos idealizadores do projeto de criação da FAPI, Lauro Andrade Correia, recordou durante entrevista (2009), assim. “Os professores não recebiam vencimentos. Dois anos de trabalho de graça. Certamente, alguns acreditando que, no futuro, o quadro pudesse se modificar”. Na verdade, os professores pioneiros do CMRV construíram uma expectativa de futuro onde aquelas condições de trabalho haveriam de, um dia, mudar, como de fato, anos depois mudou.

O Prof. Israel José Nunes Correia, filho de Lauro Correia, conta que, à época, era adolescente e presenciava conversas familiares em sua casa, nas horas de almoço e jantar, e, também, assistia às frequentes reuniões realizadas em sua residência, para tratar sobre os assuntos da Faculdade. Israel Correia disse, ainda, que observava as “agruras e as venturas” desse projeto. Com essas palavras ele queria traduzir as suas impressões acerca do que ouvira de seu pai e daquele grupo de homens representantes da cidade, futuros professores. E, durante o relato das suas reminiscências, pede para dar um detalhe que compartilha do “orgulho parnaibano”: “[...] você já deve ter ouvido falar o que todos repetem com orgulho: é o fato dos pioneiros do ensino superior em Parnaíba terem trabalhado de graça uns dois anos. Trabalharam de graça!” (ENTREVISTA, 2009). As recordações de Israel Correia sugerem pensar Parnaíba, como Halbwachs (1990, p.34), classifica uma “comunidade afetiva”, fazendo com que a memória coletiva possa subsistir ao tempo, manifestando-se em cada nova geração e para cada nova geração.

Fato curioso, para não dizer coincidente ao dos professores da Faculdade de Administração de Parnaíba, ocorria em Teresina, durante o processo de criação das faculdades de Direito e a Católica de Filosofia, pois segundo Passos (2003 p. 232), “a atividade docente era apenas uma atividade prestimosa, da qual recebiam pouco ou nenhuma remuneração [...] ou era complemento aos rendimentos auferidos em outras atividades profissionais”.

Mas um fato relevante foi que, pelos idos do final dos anos de 1960, as poucas faculdades existentes no Piauí eram todas estabelecidas somente em Teresina, e para a montagem dos seus quadros de professores, no que diz respeito à qualificação de docentes, acontecia, talvez, como na maioria dos Estados brasileiros, pinçando seus professores entre grupos de homens representantes da cidade, por indicação pessoal ou recomendação política. Além do que, a maior parte dos professores diplomados do Piauí residia na Capital, onde se contava com muitos candidatos, embora sem curso de magistério, mas reunindo condições intelectuais para executarem, pelo menos, os requisitos mínimos da função docente.

Nesse período dos anos 1960, como exceção, existia no Piauí apenas um único Professor licenciado e era o Prof. José Néilson de Carvalho Pires, residente em Parnaíba, com formação em Licenciatura Plena em Educação Física, pela Universidade do Brasil, posteriormente denominada Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Este professor, que por coincidência ou ironia do destino, logo após a federalização da FAPI, onde estava lotado, foi transferido para a UFPI em Teresina, no Campus da Ininga (Campus Ministro

Petrônio Portella). No livro de Atas da Congregação consta registrado que o referido professor foi transferido de Parnaíba para Teresina “a pedido”. Todavia, pelo relato do Prof. Lauro Correia, isso ocorreu foi por “querelas políticas”. No entanto, com outra visão de análise, o Prof. Adilson Farias de Castro interpreta que esta ocorrência seria uma estratégia, para que ficasse uma pessoa de Parnaíba próxima do local onde entrariam os recursos para a construção do CMRV. Mas o próprio Prof. José Nelson explicou da seguinte maneira:

Em 1972, fui transferido para a Universidade, em Teresina, para atender às exigências do MEC, no sentido de instalar o setor de Educação Física, visto que no Piauí, o único professor de Educação Física, formado por Escola Superior de Educação Física, era eu [...] e eu já havia sido sabatinado pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) (JOSÉ NÉLSON, ENTREVISTA, 2009).

De certo que, como contou em entrevista o Dr. Lauro Correia, a montagem do primeiro quadro de professores, para ministrar aulas na recém criada Faculdade de Administração do Piauí, ocorreu com grandes dificuldades. Por um lado, a mantenedora (FEP) não possuía recursos que pudessem honrar compromissos financeiros com os professores, e, por outro lado havia a falta de credibilidade de grande parte da população e havia ainda a carência de capital humano qualificado e disponível para a empreitada na cidade, isto é, havia Advogados, Médicos, Economistas, Engenheiros, mas não havia Administradores de ofício, e mesmo se encontrando alguns nessa categoria de pessoas, a maioria não estava propensa a colaborar, nem tão pouco investir na ideia para o futuro. Nesse clima de incerteza e quase total desinteresse do público-alvo foi realizado o trabalho de recrutamento de professores para a FAPI. E sobre como os primeiros professores foram recrutados, Lauro Correia recordou da seguinte maneira:

Eram recrutados da elite empresarial da cidade. Porque na cidade havia uma elite empresarial. Toda cidade tem uma, é óbvio. [...] O fato é que o recrutamento era esse. Fomos, aos principais empresários da cidade, perguntando qual era a disciplina que eles estavam aptos a lecionar. Você está apto a lecionar? Diretrizes Administrativas? (ENTREVISTA, 2009).

Aqueles poucos que acataram a experiência de ser professor tinham a perspectiva da existência de possibilidades de mudança política no Estado, isto é, alimentavam-se na esperança de que no Governo Estadual, algum dia, assumisse um partido que tivesse

afinidade com o corpo dirigente da faculdade, e maciços investimentos estruturais do poder público viessem a ser aplicados na interiorização da Educação e expansão do Ensino de Nível Superior, considerando que, caso dependessem somente do Governo Federal, teriam apoio assegurado, pois, politicamente estavam bem assistidos, haja vista contarem com boas relações junto ao Ministério do Planejamento, e, por ser o Ministro João Paulo dos Reis Velloso um parnaibano amante da sua terra natal e que gozava de livre trânsito no meio político Federal, acorriam para Parnaíba alguns favorecimentos da União.

Contudo, já vivenciando a esperada federalização da Faculdade de Administração, fazendo-a, então, parte integrante da UFPI, surgiu em um novo contexto uma mudança na expectativa dos professores, pois esperavam que, a partir da nova estrutura organizacional da FAPI, conquistada com a sua federalização, a situação fosse tomar outra dimensão, ou seja, que eles, os professores, deixassem de ser “voluntários” e passassem para o status de “professor efetivo”, ou pelo menos assumissem o status de “professor contratado”, uma vez que o desejo que todos eles tinham era manter algum vínculo mais significativo e definitivo com a nascente Universidade. No entanto, o que ocorreu foi um arrastado e repetido processo de formação do quadro funcional, sem uma clara definição de efetivação profissional, como era usual naquela época. Mas, de alguma forma, não conformados apenas com a federalização da faculdade, ainda dentro do ano de 1971, o corpo docente iniciou o processo de reorganização do trabalho e, para isso, uma das primeiras ações nesse sentido foi criar a entidade “Congregação”, órgão colegiado, administrativo, deliberativo e normativo em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração universitária, composto pelo diretor da Faculdade, representantes docentes, representante discente e de uma representação técnica com membros da própria instituição.

Na primeira reunião da Congregação já se tratou de vários assuntos importantes e entre esses foram abordados: a redação do Regimento Interno e a formação do Ciclo Básico de Estudos. O evento foi realizado em 15-9-1971, na Secretaria da Faculdade, situada na Rua Duque de Caxias, nº 768, prédio da antiga residência do empresário Poncion Rodrigues, que se tornou, temporariamente, parte física estrutural da FAPI, quando esta funcionava ainda de maneira atípica, com as salas de aulas localizadas no Colégio cedido pela Diocese local, e a Secretaria, juntamente com a Biblioteca, nesse outro espaço, muito afastado do prédio onde as aulas eram ministradas.

A segunda reunião da Congregação foi de caráter extraordinário e os congregados trataram de vários temas, entre eles o Enquadramento de Pessoal Docente e Administrativo.

Sobre esse assunto, o Diretor da Faculdade, Cândido Almeida Athayde, leu para os congregados um Memorando, encaminhado pelo Magnífico Reitor Hécio Ulhôa Saraiva (este procedente da Universidade de Brasília, veio a pedido do Governador do Estado, Dr. Alberto Tavares Silva, a fim de implantar a novel UFPI), informando que, no novo quadro de professores seriam adotadas modificações no regime de trabalho de 12 horas semanais, passando para 24 horas e, no caso de Dedicção Exclusiva (DE), para 44 horas semanais. Ressalta-se que, o Art. 34 da Lei nº. 5.540 estabelecia que as Universidades deveriam, progressivamente, e na medida dos seus interesses e de suas possibilidades, estenderem aos seus docentes o Regime de Dedicção Exclusiva às atividades de ensino e pesquisa. Esta Lei nº. 5.540, estabelecida em 28-11-1968, teve por finalidade fixar normas de organização e funcionamento do Ensino Superior e sua articulação com o Ensino Médio, e deu outras providências. Entretanto, com a nova Lei 9.394, que regulamenta a Educação Brasileira desde 1996, a Lei 5.540, que dava preferência ao regime de Dedicção Exclusiva, foi revogada.

Todavia, ainda sobre a política de governo ofertada para os professores, relativa ao Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva (Lei nº. 5.540/68), Fávero (1991), tendo por base o Relatório Meira Mattos, concluiu que, de modo geral, esse regime não oferecia atrativo para os professores optarem ou se interessassem pelas ofertas, pois esse regime não apresentava solução para os problemas da remuneração dos professores, pedagogos e/ou pesquisadores, porque os acréscimos de numerários para os que trabalhavam nesse regime integral, não alcançavam, nem aproximadamente, o ordenado considerado padrão. Os rendimentos, diz a autora, eram considerados insignificantes e, dessa forma, incentivavam esses profissionais a continuarem exercendo qualquer outra atividade no setor privado ou em outro ramo de atividade remunerada, para complementar a renda mensal, e não aderir ao plano do governo.

No caso particular dos professores da FAPI, após esta Faculdade ser incorporada/federalizada pela UFPI, embora eles desejassem manter vínculo empregatício com a Instituição, ao mesmo tempo entendiam que o próprio vínculo não oferecia quaisquer que fossem as garantias de estabilidade, pois os Regimes TI, DE, não combinavam com os projetos daqueles professores, uma vez que a maioria deles já tinha situação empregatícia e/ou atividades remuneradas definidas: eram empresários, trabalhadores autônomos, profissionais liberais, diretores graduados de empresas, cujas ocupações solicitavam suas presenças constantes, nos respectivos locais de trabalho. Desse modo, esses profissionais, certamente, não percebiam vantagens em aumentar carga horária de trabalho como professor, ou renunciar

a uma das atividades que exercia fora da Faculdade, para assumirem obrigações sem remuneração ou com recompensa financeira insignificante, além do que, à época, a UFPI não estava oferecendo nenhuma proposta de estabilidade, pois até aquele momento não havia uma decisão confiável sobre uma condição futura para professores, lotados na FAUFPI.

Na verdade, um dado mais relevante é que a instalação de um Sub-Campus da UFPI em Parnaíba trazia implícita a expectativa de mudar a situação do ensino superior no Estado do Piauí. Em Parnaíba, como eram poucos os profissionais diplomados, residentes na cidade, com idéias de progresso e que acreditavam que a cidade poderia ter um curso superior, foi decidido criar um “curso de formação”, por meio do qual pudessem esses todos conhecer as metodologias aplicadas e se prontificar para ensinar o quê, para quem e quando, conforme o avanço da Faculdade de Administração, no gradativo processo de constituição da Universidade Federal do Piauí. Sobre esse assunto, Lauro Correia comenta, afirmando:

Os professores que foram lecionar na primeira Faculdade de Administração do Piauí foram Engenheiros, Advogados [...] Eu Engenheiro e Advogado; o Cândido era Médico; o Zé Machado (José Pinheiro Machado) era Advogado. Eu [...] fui para coordenar e animar (faz o gesto, de mãos para cima) os outros. E todos foram. Todos fizeram o curso. Aqueles que estavam sendo selecionado pelo professor José Orlando, que nessa altura veio aqui em Parnaíba. Nessas alturas, eu já tinha trazido de Fortaleza todo o quadro de disciplinas, para poder, junto com o professor José Orlando, identificar entre os possíveis, prováveis, aqueles que dariam certo para ministrar as disciplinas. Alguns foram rejeitados pelo MEC. Dois foram rejeitados. Foi um trabalho criterioso, cuidadoso. Foi distribuído assim: este se encaixa nessa matéria, esse não... Este professor se encaixa nessa disciplina, esse para essa. Procurando observar como cada um se relacionava com as matérias que foram trabalhadas (ENTREVISTA, 2009).

A história e a memória repetem que este formato de seleção de pessoal estendeu-se até o final da década de 1980. Nessas circunstâncias, foi montado o quadro de professores, tanto da FAPI, abrigada no CMRV, como das outras faculdades do Piauí, notadamente em Teresina e, certamente, em todos os Estados do território brasileiro usava-se a mesma praxe. Com a promulgação da nova Constituição Federal (CF) de 1988, ficou determinado, através de Lei, que a investidura nos cargos públicos ocorreria somente mediante concurso público, de provas e títulos, conforme a natureza e a complexidade do cargo ou função.

Luís Bello (1980), ao narrar reflexões de Alberto Tavares e Silva, na obra “Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga: 373 anos de Pedagogia no Brasil”, relembra que um dos motivos da escolha do Reitor Hércio Ulhôa Saraiva, para implantar a UFPI, era para que não houvesse ingerência política. De acordo com a entrevista fornecida por Alberto Silva a Bello

(1980), após a exoneração de Hécio Saraiva, a UFPI configurou-se em um “cabide de emprego” (p.512).

Entretanto, a FAPI, quando da federalização pela UFPI já existia há dois anos e havia constituído um quadro de professores, para que a faculdade pudesse vir a funcionar. E em razão do trabalho que esses professores pioneiros realizaram na história da educação em Parnaíba, foi montada uma galeria de fotos, com “Dezesseis Professores” profissionais, que foram aceitos pelo MEC para o exercício da função. Eles foram os primeiros da primeira Faculdade de Administração do Piauí. Assim, homenageados, seus nomes e seus trabalhos se mantêm vivos na história e memória do CMRV.

Os registros sobre os “Dezesseis Professores” podem ser enfatizados, conforme a interpretação dos conceitos de Le Goff (2005), como documentos históricos que propriamente resultaram da montagem do historiador da época e da sociedade que os produziram, ainda que em silêncio, pois o que fica é o testemunho. O documento é o monumento.

A Figura a seguir, representa o “monumento” titulado “Professores Fundadores”, em homenagem aos pioneiros do Ensino Superior em Parnaíba.



FIGURA 45: Galeria dos 16 Professores Fundadores – Sala dos Professores – Prédio do CMRV. Da esquerda para a direita, 1ª Linha: Cândido de Almeida Athayde, Lauro Andrade Correia, José PinheiroMachado, Mons. Antonio Monteiro Sampaio; 2ª linha da direita para a esquerda: Humberto de Paula Castro, Benedito Raimundo Alves Pereira, José Emiliano Paes Landin Filho, Walter de Carvalho Miranda; 3ª linha da esquerda para a direita: Antonio Emílio de Araújo Seligmann, Francisco de Assis Cajubá de Brito, Marc Theophile Jacob, Leônidas de Castro Melo Sobrinho; 4ª linha da esquerda para a direita: Israel Broder, Carlos Alberto Teixeira, Antonio Thomaz da Costa Filho, Carlos Henrique Pires de Athayde e Carlos Alberto Teixeira.

Fonte: Acervo do CMRV cedido para esta Pesquisadora.

E no Quadro a seguir, lê-se a relação constando formação, nomes e função dos respectivos primeiros docentes fundadores da FAPI, autorizados pelo CFE.

Quadro 03 - Fundadores/Corpo Docente aceitos pelo CFE/ (1969).

Formação	Fundadores/docentes	Função
Médico	Cândido de Almeida Athayde	Diretor/professor
Engenheiro	Lauro Andrade Correia	Professor
Teólogo	Mons. Antonio Monteiro Sampaio	Professor
Engenheiro	Antonio Emílio de A. Seligman	Professor
Engenheiro	Humberto de Paula Castro	Professor
Engenheiro	Benedito Raimundo Alves Pereira	Professor
Advogado	José Pinheiro Machado	Professor
Advogado	Carlos Alberto Teixeira	Professor
Advogado	Walter de Carvalho Miranda	Professor
Advogado	José Emiliano Paes Landim Filho	Professor
Advogado	Francisco de Assis Cajubá de Brito	Professor
Advogado	Marc Theophile Jacob	Professor
Advogado	Leônidas de Castro Melo Sobrinho	Professor
Advogado	Israel Broder	Professor
Economista	Antonio Thomaz da Costa Filho	Professor
Farmacêutico	Carlos Henrique Pires de Athayde	Professor
Total		16

Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

E, para melhor apreciação e análise qualitativa e quantitativa da composição do Corpo Docente, formado pelos fundadores do CMRV, apresentam-se a seguir, os dados estatísticos demonstrando os resultados em percentuais do mapeamento da distribuição de docentes, por área de formação acadêmica e, nesse sentido, representa o esforço em estabelecer uma qualidade de intelecto, para esse grupo de professores fundadores do CMRV que, a duras penas, dedicaram-se para manter-se em um projeto de vida atípico no trabalho, uma vez que os dados revelam a existência de profissionais ocupando salas de aulas em diferentes áreas de ensino e práticas das ciências, fazendo o papel de professores. Entretanto, ao aderirem ao movimento da nova categoria profissional, a de ser professor, sabiam que, a partir de então, estariam realizando atividades fora da prática de sua formação profissional, considerando a natureza de suas próprias formaturas acadêmicas. Mesmo assim seguiam buscando novas experiências no dinamismo profissional da categoria de Professor, uma vez

que, por força das circunstâncias, estavam decididos a contribuir para um futuro melhor para todos na sociedade.

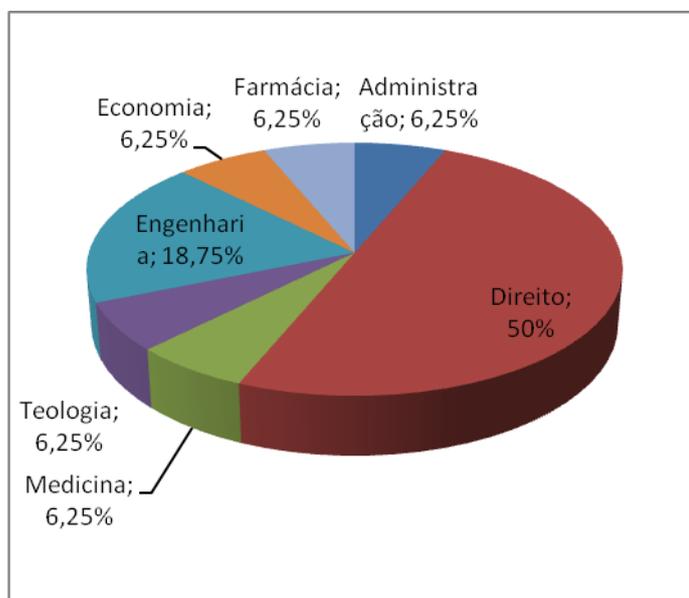


FIGURA 46 – Estrutura qualitativa e quantitativa da composição do Corpo Docente de fundadores do CMRV.
Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

Cada um dos profissionais citados na categoria de Professor era um polivalente: Cândido Almeida Athayde, além de Médico, entre outras atividades foi Presidente da Federação Nacional da Indústria no Piauí (FNI); Lauro Andrade Correia, Engenheiro Químico, Advogado, Diretor da Indústria Morais S/A; Monsenhor Antônio Monteiro Sampaio, Teólogo, exercia as várias responsabilidades de gestão da Diocese de Parnaíba; José Pinheiro Machado, Advogado e, também, Empresário no setor de Revendedor de Automóveis; Antônio Emílio de Araújo Seligman, Engenheiro, atuante em várias obras; Marc Theophile Jacob, Advogado, Comerciante do setor de exportação; Humberto de Paula Castro, Engenheiro e Comandante do Exército, em Parnaíba; Leônidas de Castro Melo Sobrinho, Advogado; Antônio Thomaz da Costa Filho, Economista; Israel Broder, Economista; Walter de Carvalho Miranda, Advogado; José Emiliano Paes Landim Filho, Juiz de Direito da Comarca de Parnaíba; Benedito Raimundo Alves Pereira, Engenheiro; Carlos Henrique Pires de Athayde, Farmacêutico.

E, dessa forma, todos os professores que aceitaram a convocação deram suas parcelas de contribuição de, pelo menos, “dois anos de trabalho, sem remuneração”. Há de se considerar, ainda, que aos professores eram exigidos rigor nos horários de aulas, e somente com o Diretor foi acertado concessão da Reitoria, para cumprir um horário de trabalho flexível, em função da complexidade do trabalho de direção da Faculdade exigir a presença do Diretor em horários diferenciados, inclusive fora do tempo de expediente normal. Lembrando esta fase inicial da trajetória do CMRV, Lauro Correia narra o seguinte:

O primeiro reitor da UFPI foi o Dr. Hécio Ulhôa Saraiva. Ele queria me convidar para ser diretor, e eu disse: ‘Magnífico me sinto honrado com o seu convite, mas tenho motivos que me fazem declinar, tenho outros afazeres que tomam o meu tempo’. Mas o Reitor então me disse: ‘Preciso de um Diretor que tenha competência e não necessariamente obrigação para trabalhar com horário regular’. Eu aceitei, e lá passei onze anos (ENTREVISTA, 2009).

Assim, foi à substituição do Diretor anterior, Cândido Almeida Athayde, que havia pedido exoneração do cargo alegando incompatibilidade de tempo para o exercício da função. Lauro Correia, então, aceitando o convite do Reitor, combinou que os contatos mantidos entre Diretoria e Reitoria seriam, preferencialmente, nos horários do turno da noite.

Na gestão do Diretor Lauro Correia, a Congregação foi muito atuante no processo de enquadramento dos professores do CMRV. Na reunião mensal, realizada em outubro do ano de 1971, o assunto sobre enquadramento de pessoal foi retomado. O Memorando de nº. 147/71, de 19-10-71, de emissão da Reitoria da UFPI, instruía que, para o processo de enquadramento, os professores deveriam preencher formulários específicos. Porém, além de não disporem dos referidos formulários, os candidatos de Parnaíba necessitavam, também, conhecer o teor da Resolução nº. 15/71, que regulamentava a questão de contratação de professores para a UFPI, conforme normatizam os seus Artigos 1º [que institui o Quadro de Professores, com Tabela Salarial definida no Anexo], e o Artigo 4º, com o seguinte teor: “A distribuição dos docentes no quadro de Professores Colaboradores será processada através de Ato do Reitor, ouvida a direção da Unidade de ensino respectiva e condicionada à existência de vagas”. Na oportunidade, ficou acertado que o professor José Néilson de Carvalho Pires, por ter uma viagem rápida prevista para a Capital, prontificou-se para trazer a citada Resolução, e assim, essa parte do problema se resolveria.

Porém, mesmo de posse dos formulários específicos e do conhecimento do teor da Resolução nº 15/71, os professores ainda não providenciaram de imediato a documentação necessária, referente ao possível processo de enquadramento. Fato que chamou a atenção do Diretor da FAUFPI, visto que, um Quadro de Professores era necessário, inclusive, para ser anexado ao processo de Reconhecimento do Curso, então em andamento, junto ao Conselho Federal de Educação (CFE).

Em 3-11-71, a Congregação reuniu-se outra vez em sessão especial para tratar sobre o enquadramento dos professores e preenchimentos dos formulários específicos sobre esse enquadramento, os quais seriam encaminhados à Reitoria. Entretanto, com o conhecimento do teor da Resolução 15/71, somente o Mons. Antônio Sampaio optou pelo regime de trabalho em Tempo Integral, pois o restante optou pelo regime de 24 horas semanais. Na reunião de 22-12-72, o grupo da FAUFPI foi notificado que, de acordo com o Parecer do Reitor sobre o processo de Enquadramento, a classificação dos referidos professores no processo de Enquadramento, como Professores Colaboradores, não foi aceita.

Em maio de 1972, o Diretor Lauro Correia reuniu-se com os congregados para prestar contas sobre o entendimento mantido com o Reitor Hécio Saraiva acerca do caso em andamento: Enquadramento dos Professores, para o Quadro de Professores Colaboradores da UFPI, e sobre o qual se pronunciou com base na decisão do Reitor, da seguinte maneira:

O critério adotado para classificação dos Professores no Quadro de Colaboradores da UFPI faz-se pelo Curriculum Vitae de cada professor e que, no máximo, os professores da FAUFPI poderão atingir o segundo grau (colaborador II), porque, a partir do nível III era necessário que o professor tivesse desde Cursos de Pós-Graduação até Doutorado no exterior (REUNIÃO, 25-5-72).

Diante da indecisão do grupo em providenciar a documentação para o processo de enquadramento, o Diretor da FAUFPI, Lauro Correia, solicitou que eles dedicassem “um pouco de atenção para o caso, porque os documentos eram necessários para o processo de reconhecimento do curso, que estava em andamento” (CORREIA, ENTREVISTA, 2009). Os professores prometeram estudar o caso e na próxima reunião se posicionariam.

Embora interessados em manter o novo status de “professor universitário”, ao mesmo tempo, os professores não se sentiam atraídos para a questão de aderirem ao sistema empregatício do “Regime de Tempo Integral”, principalmente pela baixa remuneração. O

argumento de interpretação do Professor Antônio de Pádua Emérito, sobre essa problemática, é o de atribuir que, “aqueles professores não exerciam a docência como profissão, mas como ‘bico’. Todos... ou tinham bons empregos ou eram empregadores de Parnaíba” (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

No olhar de Passos (2003), a partir de 1977, houve preferência pelo Regime TI em relação ao Regime DE, justificada pelo motivo: de os professores da UFPI continuarem desenvolvendo outras atividades fora do ambiente da Universidade. Fávero (1991) cita o Art.37 da Lei 5.540/68, destacando que a contratação no Magistério Superior seria mediante Contrato de Trabalho, modelo aplicado conforme a legislação trabalhista, mas, desse modo, o sistema TI acarretaria complicações mediante a acumulação dos empregos, especialmente porque, fora da Universidade era onde (eles, professores), na verdade, originavam as maiores receitas para a manutenção de suas despesas pessoais e domésticas. Sem contar que, segundo o discurso do Reitor Hércio Ulhôa Saraiva, o número de contratos nem sempre dependia da “vontade do Reitor” contratar, mas dos recursos destinados à manutenção da própria Instituição.

Naquele período, as forças políticas e dirigentes concentravam-se mais na realização de obras de infraestrutura da Universidade. O quadro de professor continuava sem muita atenção, e, por conta disso, os professores assumiam um volume maior de trabalho do que o suportável, em longo prazo, afetando o resultado final do trabalho de ensino nos cursos.

Em Parnaíba, além do agravante de a maioria dos docentes não pertencer à área de concentração do curso, aconteceu situação de um professor ser contratado para ministrar a disciplina “Administração da Produção”, em um período, e lecionar Inglês no seguinte. O fato está registrado na Ata da reunião da Congregação realizada em 2-3-72, transcrito como segue: “o Diretor, Professor Lauro Correia tornou público a autorização dada verbalmente pelo Reitor para contratar um professor para ministrar a disciplina Administração da Produção, e no segundo semestre a disciplina Inglês, do Primeiro Ciclo Geral de Estudos (ICGE)”. O fato exposto retrata como eram grandes as dificuldades de recursos humanos e como se destacava o agravante da escassez de mão-de-obra especializada para atender as especificidades do curso, juntamente com as necessidades preparatórias de indivíduos para o mercado de trabalho, tendo, então, os estudantes de acomodar-se com um orientador profissional que concordasse em desenvolver uma prática tão distante da preparação acadêmica na qual se formara.

Esta dificuldade de alocar professores da área de concentração do curso referenciado foi recordada pela ex-aluna vestibulanda de Administração de Empresas, do ano de 1975, Alzir Vieira, a qual, quando entrevistada, declarou: “não pense que as coisas lá eram fáceis. Não eram não. Na minha época, tinham somente dois professores de Matemática e eram Engenheiros!... Aquele Curso existiu, porque o Dr. Lauro era muito influente e queria um curso superior para Parnaíba. Tudo era muito difícil” (ALZIR VIEIRA, ENTREVISTA, 2009). As palavras de recordação proferidas pela ex-aluna Alzir Vieira, são como uma extensão do que falou, também, a ex-aluna, e agora Professora Maria Dilma Brito quando, anteriormente, sobre o mesmo assunto assim se expressou: “sou da turma que entrou em 1972. Inicialmente éramos 32 alunos. Em 1975, quando concluímos, fomos apenas sete: Benedita Carvalho, Teresinha Veras, Helena Esmeraldo, Luzia Teresa, Verônica Rios, Edilberto Veras e eu, mas ainda me lembro das nossas dificuldades [...]” (ENTREVISTA, 2009). Maria Dilma Brito atribuiu para essas dificuldades manifestadas nos primeiros anos do Curso de Administração de Empresas em Parnaíba, pelo menos dois motivos: 1) porque a maioria dos alunos era originária do Curso Pedagógico (Ensino Médio); e, 2) porque no caso da disciplina Matemática eram somente dois professores (formados em Engenharia). E, concluiu: “não tinham didática, sabiam muita matemática, mas não sabiam como ensinar” (BRITO, ENTREVISTA, 2009). Sabe-se, também, que muitos alunos transferiam-se para outras universidades, por motivos pessoais (profissionais).

A questão enquadramento de professores tornou-se um processo que merecia urgência na definição, mas por razões que não justificaram totalmente, a ação de finalizar esse processo careceu de longa duração, até chegar a um acordo. E foi, provavelmente, pensando pela lógica da real necessidade de qualificação dos docentes, que o Reitor Hécio Uilhôa Saraiva, emitiu a Resolução n.º. 15/71, porque no seu entendimento, não concordava que um professor de Universidade ministrasse aulas fora de sua área de estudo, e este foi o quadro que ele encontrou, não somente em Parnaíba, mas também, em Teresina. O Ato baixado pelo Reitor, a princípio, anulou totalmente todos os enquadramentos feitos anteriormente, de todos os professores da Universidade.

Rememorando a trajetória de instalação da UFPI, Ronaldo Marques, Arquiteto, integrante da equipe da UNB, que veio para implantação da UFPI e posteriormente foi lotado nesta IES, deu a seguinte declaração:

O primeiro embate grande entre a equipe que veio de fora e os docentes das ex-faculdades ocorreu, porque o Reitor não aceitava que os professores sem titulação tivessem sido ‘promovidos’ a titular no ato da Criação da UFPI, em 1968. Desembargadores e Juizes eram Professores Titulares, mas sem titulação. Isso começou a minar a situação do Hécio [...] A situação lá de Parnaíba não era diferente no que diz respeito à titulação (ENTREVISTA, 2009).

Uma das discussões-chave durante a implantação da UFPI em Parnaíba foi o assunto Enquadramento de Professores, que teve duração contando desde a federalização da FAPI, em 1971 até em torno de 1975, quando finalmente o projeto foi concretizado. Em 3-11-71, a Congregação se reuniu especialmente para tratar sobre esta pauta. Após leitura e discussão da Resolução 15/71, entre os congregados, somente o Mons. Antônio Sampaio optou pelo regime de trabalho em tempo integral. O restante optou pelo regime de 24 horas semanais. Nessa reunião, os formulários foram preenchidos e encaminhados à Reitoria.

Sobre as normas de enquadramento de professores da UFPI, o Professor Antônio de Pádua Emérito apresentou as suas reminiscências, relativas ao período em que ingressou como professor da UFPI, Campus da Ininga (embora a sua ascensão não se tenha configurado aos mesmos moldes da situação dos professores da FAUFPI, à época), a essência dos fatores condicionantes para seu ingresso na UFPI foram especialmente considerados, conforme ele próprio relata:

Eu [...] tinha uma bolsa de estudos pela antiga faculdade de filosofia; essa bolsa foi concedida através de convênio entre a faculdade e a SUDENE. Como Colaborador I [...] concluí meu curso de graduação em Recife (PE) em 1970. No começo de 73 eu vim a Teresina [...] e o então Reitor, Professor Hécio transformou a minha bolsa num contrato como professor. Àquela época nós tínhamos o quadro de Professor Definitivo e o de Colaborador. Eu fui admitido. [...] Chegando aqui como eu já havia concluído todos os meus créditos de mestrado (faltava somente a dissertação), então o Prof. Hécio transformou meu contrato de Colaborador para Colaborador III (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

Segundo os registros em Atas da Congregação, aqueles professores não enquadrados na função receberam explicação do Magnífico Reitor sobre o assunto, e permaneceram desenvolvendo as suas atividades, talvez na expectativa de pelo menos manterem a faculdade ativa, o que era o objetivo primeiro e ainda está presente no imaginário das pessoas de Parnaíba: pois todas ao serem perguntados sobre o assunto, hoje, repetem que - os professores trabalharam dois anos de graça - o ensino superior aqui foi assim. Esta foi a realidade “dada a ler” pelos parnaibanos, como diria Chartier (1990).

O Professor Antônio Emérito recorda, então, que, quando a UFPI foi constituída, muitos dos professores da Faculdade de Odontologia e de Direito foram enquadrados como titulares, sem possuírem titulação. Sobre os radicados em Parnaíba, o Prof^o Emérito explicou do seguinte modo: ”Os de lá, embora sem título, foram enquadrados legalmente, pois, à época, uma Regulamentação do MEC previa que, no caso de professores fundadores de curso, eles tornar-se-iam automaticamente Professores Titulares. Isso foi o que aconteceu com professores do curso de Odontologia”, em Teresina (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

A forma de o Reitor Hécio gerir a coisa pública pode ser que não conviesse com os métodos habituais, à época, quando os empregos nas entidades públicas, muitas vezes, ocorriam por indicação. Na UFPI esse Reitor passou a exigir um currículo compatível. E essa foi a forma de, como por exemplo, o Professor Antônio de Pádua Emérito se investir no cargo de professor dessa IES.

Entretanto, tanto o Arquiteto Ronaldo Marques quanto o Professor Antônio de Pádua Emérito, assim como o antigo servidor aposentado Antônio Alexandre Duarte, cada um observou o Reitor Hécio Ulhôa Saraiva e construiu de suas observações um perfil comum do gestor. Embora lhes reconhecendo competência, por outra parte opinam: “parece que a função do cargo lhe investiu de autoritarismo”, pois Emérito mesmo reconhecendo a importância das realizações administrativas do Magnífico Reitor, reflete que ele foi injusto para com o grupo de Parnaíba, e assim analisa:

[...] Você não pode chegar e destruir todo um trabalho realizado (comentário acerca da falta de titulação dos parnaibanos). Ele (Hécio) tinha feito doutorado no exterior e primava pela qualidade. Mas lá em Parnaíba aqueles caras, aqueles senhores, criaram com muita boa vontade, criaram o curso para fazer certo: manter os jovens na cidade porque muitos deles não podiam sair. Eles fizeram com a melhor das boas vontades. E quando você cria uma faculdade com esse objetivo, uma instituição para melhorar a cultura do lugar, isso deve ser reconhecido (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

Em relação a essa ação considerada injusta para com o grupo de Parnaíba, Ferro (1982, p 71) afirma que, na sociedade brasileira, “do ponto de vista político, a educação é importante e prioritária [...] em busca de uma efetiva justiça social” e a intenção daquele grupo, sem dúvida, foi de fato a construção dessa justiça.

No contexto deste tema há de sempre ser lembrado como relevante entre as principais preocupações da Reitoria da UFPI e do corpo docente, registrado em Atas da Congregação, o assunto Enquadramento de Professores e a busca de solução do problema sobre o Regime de Trabalho de 24 horas semanais, onde se encontrava professor trabalhando com carga horária de 24 horas, sendo remunerado apenas na base de 12 horas semanais.

Em setembro de 1972, Hélcio Saraiva visitou Parnaíba pela primeira vez, juntamente com o Diretor Administrativo da UFPI, Dr. Benjamin Fiúza Neto. Entre os assuntos em pauta estava justamente a questão do Enquadramento de Professores, e foi solicitado aos professores cópias de Curriculum Vitae, para dar continuidade ao processo de enquadramento. A falta desses documentos inviabilizava também o processo de reconhecimento da Faculdade. Na reunião, o Reitor comunicou que no ano de 1973 seria aberta a “Livre-Docência¹⁵”, que se destinava especialmente, aos professores que estivessem, há mais de 10 anos, na Profissão de Professor, e cinco anos, no Magistério Superior até o ano de 1969. Informação que deixou cada vez mais distante a possibilidade dos membros do grupo de Parnaíba se tornar professores efetivos da Entidade, porque nenhum deles se enquadrava no perfil proposto, pois todos iniciaram a carreira de magistério no ano de 1969, trabalhando voluntariamente na FAPI.

Em maio de 1973, o assunto Enquadramento voltou à mesa de discussão na Congregação. O procedimento solicitado pela Reitoria à Diretoria do CMRV, mais uma vez, foi o pedido de curriculum vitae, dos professores, via correspondência tipo Ofício. Nesta reunião também apreciaram até as tabelas de pagamento e foi lido um ofício encaminhado pelo Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras (CCHL), Prof. José Camilo da Silveira Filho, com a relação dos Professores com Salários Especiais, no valor de CR\$ 1.380,00 (um mil, trezentos e oitenta cruzeiros). Em 22-2-74, a questão enquadramento veio à tona novamente, quase um semestre depois. Desta vez os professores deveriam assinar o requerimento de enquadramento e anexarem os seus currículos devidamente comprovados para serem remetidos para a Reitoria em regime de urgência, conforme Of. 03/74 de 16-2-74, do Diretor do CCHL/ UFPI.

¹⁵ Título concedido por IES no Brasil através de concurso público, aberto, desde 11-9-1976. Concurso restrito a portadores de título de Doutor, mas que justifique qualidade superior na docência e na pesquisa. O candidato além das provas que se submeterá, provas escritas e didática, também deve desenvolver uma tese monográfica ou cumulativa sobre um tema acadêmico, a qual deverá perante uma banca examinadora. Anterior à lei que a regula, a livre-docência era aberta a qualquer professor da instituição; após à Lei somente aos doutores, da instituição ou de fora dela. (REVISTA DOCÊNCIA, 2009).

Em 05-3-74, o fato relevante foi que Hécio Ulhôa Saraiva foi exonerado do cargo de Reitor, pela Portaria nº 94, publicada no DOU, em termos do Art. 14, Parágrafo Primeiro do Estatuto da UFPI, e assume em seu lugar o Vice-Reitor, Mariano Gayoso Castelo Branco, até 15-03-74, quando assume a função de Reitor Pró-Tempore o Prof. José Camilo da Silveira Filho (permanecendo até o ano de 1983).

Em agosto de 1974, nova notícia: o enquadramento não passaria daquele mês. Mas foi somente em 13-9-74 através da Resolução nº27 de 23-8-74, que o Diretor da FAUFPI, Lauro Correia, deu ciência aos companheiros sobre o processo de enquadramento, dizendo que, segundo informações do pessoal da UFPI, essa Resolução beneficiava inclusive e especialmente os professores da FAUFPI.

Na reunião de 4-12-1975 tratou-se sobre a questão de Acumulação de Cargos. Os professores deveriam fazer opção de trabalho. Deveriam encaminhar para a UFPI os formulários sobre acumulação de cargos devidamente preenchidos, anexados aos Atestados de Vida e Residência e Idoneidade Moral para, posteriormente, serem entregues à comissão. Como razão para agilizar os trâmites do processo, Lauro Correia providenciou, junto à Delegacia de Polícia local, todos os atestados de idoneidade, para que a documentação fosse logo enviada, com urgência, no malote que seguia para Teresina (CORREIA, ENTREVISTA).

De acordo com as informações prestadas pelo Reitor Camilo Filho ao Professor Lauro Correia, os professores e o corpo administrativo da UFPI teriam um aumento em seus vencimentos, na ordem de 20 %, ainda naquele mês (era março de 1975). Em agosto de 1976, o Pró-Reitor em visita ao Campus conversou com os professores, na reunião da Congregação, sobre incentivos trabalhistas, incluindo mudança de Professor Colaborador para Professor Efetivo e mudança de regime TP-20 para TP-40.

Estava, finalmente, consolidado o enquadramento dos professores da FAUFPI, embrião do CMRV, provavelmente, graças à nova gestão da UFPI, que mantinha boas relações políticas e de amizade com os visionários da Parnaíba, fato que culminou com a consolidação do quadro docente daquela instituição, pelas evidências de oficialização da profissionalização dos primeiros professores no CMRV.

3.2 Proposta curricular do CMRV

Sobre currículo pode-se dizer, em sentido restrito, que se refere ao projeto que orienta as atividades escolares, define suas intenções e proporciona orientações no que concerne a ação dos professores responsáveis por sua execução (COLL, 1987). No currículo, encontra-se a orientação acerca do que ensinar como ensinar e, quando ensinar. O currículo, portanto, revela uma concepção de mundo, de educação, explicitando o modelo de sujeito que a sociedade necessita em cada contexto histórico e se configura como guia orientador do professor, pois norteia a sua prática em diferentes nuances de informação e formação. Contribuindo para reflexões a respeito dessa temática, Petitat (1994) reconhece que a sociedade produz a escola e, ao mesmo tempo, a escola produz a sociedade. Neste sentido, confirmando o pensamento de Petitat (1994), Grillo (1991) afirma que um currículo é dependente de um projeto de homem que uma sociedade deseja em um determinado tempo e em um determinado contexto.

A partir do exposto, comporta analisar o currículo no âmbito do curso de Administração. Porque o currículo do Curso de Administração da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), depois de transcorrido o processo de integralização/incorporação/federalização pela UFPI, embora seguindo as orientações do Parecer nº 307/66 do CFE, que normatizou o primeiro Currículo Mínimo do Curso de Administração do Brasil, adotado, à época, por essa faculdade, teve de se adequar às diretrizes da UFPI, e que, a priori, foi a mesma adoção do Primeiro Ciclo Geral de Estudos (ICGE), o Sistema de Créditos e Matrícula por Disciplinas.

Então, para afirmar a concepção do seu modelo de currículo, a primeira sugestão da UFPI para a direção da FAUFPI foi a adoção do ICGE, que correspondia ao do ano básico da Reforma Universitária de 1968, iniciando na primeira série, como um ciclo de estudos comuns às faculdades da mesma área do conhecimento humano. Por exemplo, área de Ciências Humanas e Letras: Direito, Administração, Filosofia e Técnico em Desenvolvimento. Conforme a opção deste modelo, cumprindo o primeiro ano de curso, o aluno podia escolher entre as faculdades da mesma área, qual a de sua preferência para frequentar. De acordo com registros de Atas da Congregação, o ICGE compunha-se de dois núcleos, um comum e outro diversificado, sendo que no primeiro núcleo todos os alunos eram obrigados a cursar e, no segundo ficava a critério da opção do candidato (ATA DA

CONGREGAÇÃO, 1972). Sobre a adoção do Sistema de Crédito, Silva Filho (2007) expõe o assunto do seguinte modo:

As disciplinas teóricas ou práticas são independentes, organicamente relacionadas (algumas podem se constituir em pré-requisitos de outras), cada uma correspondendo a um determinado número de créditos ou horas-aulas semanais que, quando somados, deverão integralizar o número de créditos exigidos para a conclusão do curso (SILVA FILHO, 2007, p.43).

De acordo com o regulamento da Lei 5.540/68, a vantagem desse sistema seria a flexibilidade na formação do aluno, uma vez que havia o compartilhamento das disciplinas comuns a vários cursos, podendo o estudante se matricular conforme a disponibilidade do horário das disciplinas ofertado pela instituição, que oferecesse mais de um curso. Não era o caso da FAUFPI, à época, que oferecia apenas um. Talvez a pretensão de flexibilidade dessa Lei pudesse ser correspondida na sua expectativa, caso cada curso oferecesse a disciplina do bloco comum. Na realidade, ao invés de cada curso oferecer a sua respectiva disciplina, ofertava uma disciplina, com vagas limitadas para serem preenchidas e serem cursadas pelos alunos dos vários cursos. Certamente o número da oferta sempre se constituía sendo menor que a demanda.

Quanto às matrículas, essas até então eram feitas por séries, mas após a inovação as matrículas se davam por disciplinas, onde cada disciplina tinha um número de crédito fixado pela Reitoria da UFPI. O aluno concluía o ICGE em três períodos, com um mínimo de vinte e quatro ou máximo de quarenta créditos; e cada crédito compreendia quinze horas aulas, expositivas, ou trinta horas de aulas práticas (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1972). Entretanto, de acordo com os fatos rememorados por Lauro Correia e acima narrados neste documento, a Proposta Curricular da FAPI (posteriormente FAUFPI), foi constituída tendo por base, especialmente, a proposta da Faculdade Cearense de Administração, formada por trinta e duas disciplinas.

Conforme as lembranças de Lauro Correia, e, também, as informações registradas nos documentos acessados nos arquivos do CMRV, a FAUFPI, desde a federalização, vivenciou uma constante luta em busca de adequar o currículo à proposta da UFPI, porque vislumbrava oferecer, através do currículo, a possibilidade de ofertar demanda de capital humano, de forma que pudesse justificar a luta pela criação do primeiro Curso Superior de Administração do Piauí, no litoral piauiense.

Além do que, pensar o currículo como instrumento orientador da prática profissional, reflete-se, certamente, no sentido de se querer saber “que sociedade se deseja projetar”. Sendo assim, rememoremos Petitat (1994), sobre modelo de sociedade e de escola, e também Fávero (2000, p. 97), quando trata do assunto, dizendo que a “Reforma Universitária foi aprovada durante o Regime Militar, cuja implantação teve início sob a égide do AI-5 e do Decreto-Lei Nº 477 de 26.02.1969”, que definiu as infrações disciplinares praticadas por professores, alunos, funcionários ou empregados de estabelecimentos de ensino públicos ou particulares. Portanto, foi esse o modelo de sociedade que se estabeleceu na nação por determinado período de tempo, influenciando a elaboração de currículos.

Consoante as lembranças de Lauro Correia (2009), para a organização da Proposta Curricular da FAPI, a alternativa foi utilizar a proposta de algumas faculdades do Nordeste, em especial a cearense. Após a sua federalização, a FAPI/FAUFPI, a UFPI buscou adequar essa faculdade, assim como ela própria quis, às normas impostas pela Lei nº. 5.540/68, que resultou dos estudos do Grupo de Trabalho instituído para essa finalidade.

Então, de acordo com os registros encontrados nos arquivos do CMRV, o primeiro Currículo da primeira Faculdade de Parnaíba foi organizado para ser executado em quatro anos e tinha como base quatro ramos das ciências: Direito, Economia, Filosofia e Engenharia, estudadas em oito semestres fechados. Computando o total de trinta e duas disciplinas, que permaneceu desde a criação da Faculdade, em 1969, até o ano letivo de 1972, período em que a UFPI iniciou os procedimentos para a reformulação do currículo dos cursos por ela administrados. O quadro a seguir demonstra a estrutura da proposta curricular que vigorou de 1969 a 1972.

Quadro 04- Primeira Proposta Curricular do Curso de Administração de Empresas (1969-1972) distribuído por semestre

Continua

Primeiro ano		Segundo ano	
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Ciência Política	Instituição de Direito Público	Teoria Econômica I	Teoria Econômica II
Teoria Geral da Administração	Instituição do Direito Privado	Estatística Aplicada	Finanças Públicas
Matemática I	Matemática II	Legislação Tributária	Historiam Econômica Geral do Brasil
Psicologia Aplicada à Administração	Sociologia Aplicada à Administração	Legislação Social	Relações Públicas e Humanas

Continuação

Terceiro ano		Quarto ano	
1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre
Administração de Empresas	Administração de Produção	Instituições Financeiras	Programação Projeto
Organização e Métodos I	Organização e Métodos II	Contabilidade de Custos	Administração Financeira e Orçamento
Teoria e Prática de Pesquisa	Administração	Comunicação	Economia Brasileira
Contabilidade Gral	Administração de Vendas	Administração Pessoal	Administração de Materiais

Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

A partir de 1973 a UFPI iniciou os procedimentos para a padronização do currículo em todos os cursos sob a sua jurisdição, a fim de adequar-se às normas da legislação determinada pela Lei 5.540/68, que regeu a nova configuração da estrutura organizacional da Universidade Brasileira.

A primeira Proposta de Currículo Mínimo do Curso de Administração, em sua essência, procurou agrupar matérias de cultura geral e matérias instrumentais. As de cultura geral, com a finalidade de agrupar o reconhecimento sistemático dos fatos e condições institucionais em que se inseria o fenômeno administrativo. As instrumentais surgiram para oferecer os modelos e técnicas de natureza conceitual ou operacional, além das matérias de formação profissional. Assim, de acordo com o Parecer 307 de 8-7-1966, o currículo mínimo do curso de Administração se constituiu pelas seguintes matérias: Matemática, Estatística, Contabilidade, Teoria Econômica, Economia Brasileira, Psicologia Aplicada à Administração, Sociologia Aplicada à Administração, Instituição de Direito Público e Privado (incluindo Noções de Ética Administrativa), Legislação Social, Legislação Tributária, Teoria Geral da Administração, Administração Financeira e Orçamentária, Administração de Pessoal e Administração de Material. Além dessas matérias, tornava-se obrigatório o Direito Administrativo, ou Administração de Produção e Administração de Vendas, fazendo possível ao aluno cursar uma disciplina e depois outra, conforme sua opção. Os alunos na conclusão do curso deveriam realizar um estágio supervisionado de seis meses para obter o diploma (PARECER N°. 307/66).

Embora as mudanças ocorridas de fato se dessem no ano de 1973, as primeiras negociações tiveram início em 1971, período em que a UFPI iniciou as primeiras tentativas

para a implantação do sistema de Ciclo Básico, no Curso de Administração da FAUFPI. A discussão foi registrada na Ata da reunião da Congregação realizada no dia 15-9-1971, pela fala do Professor Marc Theofhile Jacob, que considerava relevante o assunto, por se converter na possibilidade da inserção da FAUFPI, de direito e de fato, “dentro do espírito universitário para que a faculdade se integrasse cada vez mais à UFPI” (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1971). O Professor Marc Jacob entendia que não bastava a Faculdade estar incorporada/integralizada/federalizada para “ser”, mas para tanto, analisava que deveria agir dentro do espírito da Universidade, participativamente, como parte dela. Então no seu entendimento, a FAUFPI acatando as deliberações da UFPI, seria o primeiro passo para firmar seu objetivo. O pensamento de Marc Jacob concorda com a opinião do Professor Antônio de Pádua Emérito, cujos relatos são parte dessa pesquisa e, lembrando sobre o ICGE, Emérito deu o seguinte depoimento.

A faculdade lá, aquela instituição, foi criada independentemente; [...] ela tinha plena autonomia para elaboração de currículo, porém com a criação da UFPI e a ela se agregar, e como tal, ela tinha que se enquadrar com o que estava sendo estabelecido. Não havia outro jeito. Ela tinha mesmo era que se enquadrar (ANTONIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

É certo que havia uma necessidade prática de adoção do currículo da UFPI, pela FAUFPI, uma vez que, com a incorporação/integralização/federalização não havia mais a FAPI, doravante era FAUFPI, e sendo assim, nada mais justo e legal que ela seguisse o sistema adotado pela mantenedora.

O Ciclo Básico ou Primeiro Ciclo, conforme Fávero, (1977), criado por sugestão do Grupo de Trabalho, para repensar a Reforma Universitária, foi referendado no Decreto lei nº 464/69 Art. 5º:

Nas instituições de ensino superior que mantenham diversas modalidades de habilitação, os estudos profissionais de graduação serão precedidos de um primeiro ciclo, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, com as seguintes funções:

- a) recuperação de insuficiências evidenciadas pelo concurso vestibular na formação dos alunos;
- b) orientação para a escolha da carreira;
- c) realização de estudos básicos para ciclos ulteriores (FÁVERO, 1977, p. 77).

Assim, o Diretor da FAUFPI, Cândido Almeida Athayde, na perspectiva de integrar-se cada vez mais à UFPI e atendendo as orientações oriundas desta IES, levou para o conhecimento dos professores, na reunião da Congregação, o assunto sobre o que vinha a ser o Ciclo Básico, que de acordo com as informações do Diretor do Centro Ciências Humanas e Letras (CCHL), registradas em Ata da Congregação, o Ciclo Básico constava de certo número de disciplinas comuns a várias faculdades do ramo das Ciências Humanas. Além do que, fazia parte da nova organização curricular, estabelecida pela Lei 5.540/68, que regulamentou a Reforma Universitária brasileira. Nessa perspectiva, o Diretor Cândido Athayde autorizou a criação de uma comissão formada pelos professores Roberto Broder, Lauro Andrade Correia e pelo Monsenhor Antonio Monteiro Sampaio, com a finalidade de elaborar um anteprojeto para selecionar as disciplinas que formariam o Ciclo Básico da FAUFPI.

Sobre a implantação do ICGE, o Prof. Antônio Emérito (2009) recorda que, quando iniciou suas atividades de professor na UFPI, o ICGE já havia sido implantado no Campus da Ininga, mas que na verdade o “objetivo primordial do ICGE era suprir as deficiências de estudos do segundo grau, isto estava claramente escrito no documento do ICGE”. (ENTREVISTA, 2009). A recordação do Prof. Emérito corresponde ao inciso “a” do Decreto Lei nº 464/69 do Art. 5º, referido por Fávero (1977).

Neste contexto, o Prof. Lauro Andrade Correia solicitou que a equipe designada para a referida tarefa destinasse cuidadosa atenção às propostas de currículo mínimo das Faculdades de Administração, Direito e Filosofia existentes no país, e, especial consideração, também, aos currículos das Escolas de Administração. Por outro lado, o Prof. Marc Theophile Jacob sugeriu que os trabalhos da comissão de estudo da Proposta Curricular fosse dividida em duas partes. Uma encarregada pela proposta de Ciclo Básico e a outra pela organização das disciplinas Mínimas e Optativas que compunham a Proposta Curricular (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1971).

A partir de 1972, esse assunto tornou-se quase que rotineiro nas discussões da Congregação, vindo à tona com a nomenclatura “I Ciclo Geral do Estudo (ICGE)”, que correspondia ao Ciclo Básico, na Reforma Universitária. A sugestão da UFPI era que a FAUFPI deveria iniciar na primeira série, como ciclo comum às Faculdades da mesma área do conhecimento, como já mencionamos anteriormente.

Ao completar o Primeiro Ciclo, o aluno poderia escolher entre as faculdades da mesma área, a qual delas cursar. Todavia, em Parnaíba existia somente um curso, Administração de Empresas e deveria seguir às normas estabelecidas pela mantenedora, que

por sua parte, também, estava cuidando para se organizar conforme as normas configuradas pelo MEC, principalmente porque ela própria estava em processo de implantação.

De acordo com as instruções da UFPI, o ICGE organizava-se em dois núcleos: Um considerado Núcleo Comum, o qual se organizava conforme todas as Faculdades da mesma área. Todos os alunos eram obrigados a cursar integralmente esse núcleo. O segundo, denominado Diversificado, era formado pelas disciplinas específicas do curso da Faculdade, na qual o optante era aluno. Nesse núcleo, o aluno optava por quais disciplinas complementares deveria cursar.

Juntamente com a implantação do ICGE, a FAUFPI teve que adotar outras inovações para se adequar à nova realidade, após a Federalização. Dentre elas, especialmente foi a adoção do Sistema de Crédito. Nesse sistema, as disciplinas deixaram de ser distribuídas por série, passando a ser por crédito. Cada disciplina tinha um número de crédito fixado pela Reitoria. Ficava estabelecido por antecedência que o aluno, para concluir o ICGE, deveria ter cursado no mínimo três períodos e acumulado vinte e quatro créditos, compreendendo quinze horas aulas expositivas ou trinta horas aulas práticas.

Para esclarecer e colaborar na execução dos procedimentos da construção da Proposta, os professores da UFPI/Teresina, José Camilo da Silveira Filho e Carlos Alberto Batista, visitaram a FAUFPI no dia 4-3-72 para fornecerem mais detalhes sobre o ICGE e, também, sobre a Reforma Universitária que a UFPI estava implantando no Piauí. No encontro, o professor Carlos Alberto Batista apresentou a estrutura do Ciclo e o seu funcionamento em todo o corpo da UFPI, inclusive como deveria ser a aplicação na FAUFPI.

No modelo do ICGE, composto de disciplinas obrigatórias e optativas, e entre estas os alunos podiam escolher, além das obrigatórias, duas, uma, ou nenhuma das eletivas. Na reunião mensal da Congregação, realizada em 24-3-72, foram levantadas questões acerca dos Planos de Ensino, dos Programas das Disciplinas do Núcleo Comum e do Núcleo Diversificado. O Diretor da Faculdade, à época, Prof. Lauro Correia solicitou aos professores de modo geral, que enviassem os seus Planos de Ensino, a fim de, posteriormente serem apreciados pela Congregação. E, às equipes de estudos do ICGE entregou os programas das disciplinas encaminhadas pela Reitoria da UFPI, que solicitava empenho na realização das tarefas, inclusive porque a FAUFPI estava em processo de reconhecimento junto ao MEC, e um dos documentos necessários para os procedimentos legais era a existência da Proposta Curricular. (ATA DA CONGREGAÇÃO).

Durante o ano de 1972, a Diretoria da FAUFPI, através da Congregação, trabalhou em cima da Proposta de Currículo. Em meados do mês de maio, o assunto girou em torno de notas de avaliações dos alunos, que a partir daquele ano, as conferidas no ICGE foram correspondentes as menções: de 0 (zero) a 5 (cinco), que correspondiam, respectivamente, a Nulo; Mau; Insuficiente; Suficiente; Bom e Pleno. De conformidade com os registros das Atas da Congregação, aquele período se caracterizou pela estruturação da Faculdade, a fim de se adequar à UFPI e ao sistema determinado pelo MEC. Parece que os professores tinham muitas dificuldades em construir os Planos de Ensino. Essa conclusão deveu-se pela quantidade de vezes registrada em Ata da Congregação, que o Diretor solicitava aos professores para comporem os relatórios, sendo, assim, o assunto postergado. Entretanto, o Diretor parece que muito pacientemente, motivava e buscava apresentar justificativas para que os professores compreendessem a necessidade de se desenvolver um trabalho de forma organizada, planejado. Por exemplo: está registrado em ata que nesse episódio Lauro Correia tentou argumentar sobre a urgência da avaliação dos Planos para o primeiro semestre, uma vez que o período estava se finalizando. Era dia 14-6-72, quando o segundo semestre apontava sem que as avaliações do primeiro semestre tivessem sido realizadas. Considerando-se que os seus resultados revelavam-se importantes para que a instituição pudesse reformular ou criar novas estratégias, e que pudessem garantir suporte para realizar, com maiores expectativas de êxito, as ações futuras, a fim de se obterem resultados mais eficazes.

Além do que não se podia deixar de considerar que, à época, a instituição estava em processo de constituição de seus planos curriculares. Certamente que, quanto mais eficientes fossem os procedimentos, mais adequada seria a execução dos trabalhos, uma vez que, com os planos construídos, supõem-se, fossem otimizados esses trabalhos, tanto em conteúdos como em estrutura. Então, devido às dificuldades para apresentação dos Planos, foi constituída uma Coordenação de Plano de Ensino, composta por um Coordenador e de dois Sub-Coordenadores. Assim, nesse mesmo ano de 1972, a FAUFPI passou a ofertar duas Propostas Curriculares. Uma correspondendo ao Regime Seriado e a outra do ICGE.

Por conta da nova configuração curricular, houve necessidade de sugerir aos professores aumento da carga horária, que passaria de 12 para 24 horas aulas, e dedicação exclusiva para 44 horas-aulas, isto é, por conta do processo de organização da Proposta Curricular, a Faculdade necessitava mais duas e quatro horas semanais de trabalho, que foram adicionadas às regulares e usadas respectivamente nos Regime Seriado e no ICGE. Além da necessidade do trabalho dos professores, em decorrência da mudança da Proposta Curricular,

a Instituição necessitava dos professores na atividade de Supervisão e Estágio de Alunos e nas atividades de Supervisão de Pesquisa. Sobre essa atividade, e em consequência, também, das dificuldades acarretadas durante o processo de organização dos procedimentos da estrutura da Proposta, as provas do ICGE, por força do tempo limitado, os professores não exigiram trabalho de pesquisa. Como Proposta de Avaliação, foram feitas quatro provas escritas, especialmente para atender a exigência mínima de quatro notas, durante o semestre.

Conforme relato de Lauro Correia, esta decisão foi levada a termo nos dois períodos letivos. Além do mais, nesse período, foram canceladas e acrescentadas disciplinas em caráter emergencial. Na realidade, havia duas propostas de Currículo, uma de Currículo Mínimo e outra, de Currículo Ideal. Mas, devido à urgência no tratamento da necessidade, nos dois períodos letivos do exercício de 1973, ocorreram cancelamentos e acréscimos de disciplinas, em caráter de emergência, com o intuito de construir uma Proposta Curricular que atendesse aos requisitos estabelecidos pela UFPI e adequada ao Curso de Administração. Assim, no Primeiro Período/73, a proposta foi de acordo com o quadro seguinte:

Quadro 05: Proposta Curricular do Curso de Administração - Primeiro Período/73.

Mantidas	Canceladas	Acrescidas
Estatística	Teoria Econômica I	Teoria Geral da Administração
Legislação Tributária	Relações Públicas e Humanas	Psicologia Aplicada à Administração

Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

E no segundo período a movimentação ocorreu no sentido de acréscimos, transferência e manutenção de disciplinas, conforme o quadro abaixo.

Quadro 06 – Proposta Curricular do Curso de Administração - Segundo Período/73.

Mantidas	Transferidas p/ 3ª Série	Acrescidas
Legislação Social	Finanças Públicas	Matemática II
Teoria Econômica		Sociologia Aplicada à Administração

Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

No início de 1973, a Congregação deliberou sobre questões referentes às Disciplinas Correlatas do ICGE, para a primeira e segunda série, do Regime Seriado, e para decidir sobre quais as disciplinas que deveriam integrar o currículo do ano em curso, o Diretor Lauro Correia distribuiu entre os congregados um trabalho organizado por ele próprio, intitulado “Estudo Comparativo das Disciplinas do ICGE, com as disciplinas das primeiras e segundas séries do Regime Regular”. Esse trabalho havia sido apreciado em reunião por alguns diretores de Faculdade de Administração dos Estados do Nordeste, e que, conforme Lauro Correia, aqueles diretores o consideraram valioso.

Na reunião mensal do mês de julho de 1973, ao tratar sobre Currículo, para o ano de 1974, foi lançado pelo Diretor Lauro Correia, uma nova Proposta de Currículo Pleno, que deveria entrar em vigor em 1974. Para a estruturação da nova Proposta, foram levados em consideração dois aspectos: pré-requisito e redistribuição de disciplinas. A proposta curricular deveria ser analisada pelos professores, a fim de que eles pudessem sugerir modificações e criação de disciplinas técnicas. As discussões resultaram na proposta de extinção de três disciplinas: Administração de Empresas, Chefia Administrativa e Finanças Públicas, compensadas pela criação da disciplina Diretriz Administrativas; e a reestruturação da disciplina Relações Públicas e Humanas. Por um lado, o que levou ao processo de extinção das referidas disciplinas foi o fato de elas não constarem no Currículo Mínimo, nem nos currículos das Faculdades de Administração do Estado do Ceará (FACE) e da Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo esta última, desde a sua criação, tomada como padrão de qualidade para as escolas de Administração do Brasil.

Quanto ao currículo da FACE, este havia servido de modelo para a construção da primeira Proposta Curricular da Faculdade de Parnaíba. Além desses motivos, foi declarado que a denominação da disciplina “Administração de Empresas” soava inadequada, uma vez que representava o próprio nome do Curso. Outro motivo citado para a extinção das disciplinas “Administração de Empresas” e “Chefia Administrativa” foi porque os seus programas eram coincidentes.

A disciplina “Finanças Públicas”, por seu lado, teve a alegação de que ela pertencia ao currículo do Curso de Administração Pública e não do Curso de Administração de Empresas. Quanto à nova disciplina criada, “Diretrizes Administrativas”, que substituiu a extinta “Administração de Empresas”, esta integrava o elenco dos currículos das faculdades analisadas, EACE e FGV. A disciplina Relações Públicas e Humanas substituiu a disciplina

Chefia Administrativa. Essas deliberações entraram em vigor a partir do segundo semestre de 1973. O quadro a seguir sintetiza como ficou estruturado o novo currículo para o segundo semestre de 1973 e para o ano seguinte, 1974.

Quadro 07: Estrutura do Currículo Pleno, em vigor, a partir do 2º Semestre/1973.

Extinta	Nova	Restaurada
Administração de Empresa	Diretrizes Administrativas	Relações Públicas e Humanas
Chefia Administrativa		
Finanças Públicas		

Fonte: Pesquisa realizada pela pesquisadora junto a documentos do CMRV.

Em Parnaíba, por conta de ocorrências no início do ano de 1973, como o afastamento do Professor Israel Broder, por motivo de mudança de domicílio para Salvador (na ocasião, o Diretor da Faculdade, Lauro Correia solicitou dos congregados um voto de louvor ao Professor Fundador, pelos relevantes serviços por ele prestados desde a criação da Faculdade em Parnaíba até aquela data), e o acidente que vitimou e afastou temporariamente o professor José Emiliano Paes Landim Filho, quatro disciplinas ficaram sem professores. Em função dessas circunstâncias, foi comunicado através do Ofício de nº. 91/73 de 7-3-73, pelo Diretor da FAUFPI, ao Diretor do CCHL, da UFPI, para que aquela IES tomasse ciência dos fatos que geraram a situação de vacância e adotasse as providências cabíveis. As disciplinas vagas foram: Introdução à Sociologia, Introdução à Administração, Contabilidade de Custos e Administração de Pessoal. Na tentativa de conduzir o curso da melhor forma possível administrou-se a situação e as vagas foram regularizadas no segundo semestre/73, de maneira, ainda, contingencial: O Professor José Emiliano Paes Landim Filho assumiu a disciplina Introdução à Sociologia, mas deixou de lecionar a disciplina Administração de Pessoal. O Prof. Marc Theophile Jacob passou a ministrar a disciplina Introdução à Administração e não lecionou, como estava previsto, a disciplina Administração de Material. Quanto à disciplina Administração de Pessoal, esta, juntamente com a disciplina Instituições Financeiras foram lecionadas pelo professor Carlos Henrique Pires de Ataíde. (ATA DA CONGREGAÇÃO).

Embora a Direção do CMRV tenha realizado esses ajustes, ficaram vagas, no segundo semestre/73, as duas disciplinas: Contabilidade de Custos e Administração de Material. O assunto vacância de disciplinas continuou relevante nas discussões da Congregação, até ao final aprovarem uma proposta, que foi encaminhada ao Diretor do

CCHL, cujo conteúdo solicitava atenção e aceite daquela proposta pela direção daquele Centro, a fim de aproveitar dois professores do curso de Administração que deveriam lecionar as duas citadas disciplinas, com a colaboração e participação de Professores Auxiliares ou de Auxiliares de Ensino que deveriam ser escolhidos dentre Técnicos de Administração, formados na cidade, cujos nomes deveriam ser encaminhados e aceitos pela Coordenadoria, adreferendum do Diretor do CCHL. Nessas condições, de pronto os professores Onofre Martins de Sousa Filho e Roberto Broder aceitaram a idéia e assumiram as disciplinas Contabilidade de Custos e Administração de Material, respectivamente. (ATA DA CONGREGAÇÃO).

Nesses primeiros anos, a FAUFPI resistiu a muitas dificuldades, e, provavelmente essas dificuldades ocorreram em decorrência do modo pelo qual a FAUFPI foi criada. Entretanto, todas as dificuldades parecem diluir-se no contexto do desejo maior: no “sonho” de percorrer a vida da cidade e vê-la progredir na vontade de querer ser, de querer ter algo conquistado com seu próprio esforço. Desse modo, a busca constante de crescer, desenvolver-se, parece que se tornou mais saborosa, haja vista os problemas surgirem e serem solucionados, um após outro.

Segundo Israel Correia (2009), a trajetória do CMRV, desde o início da criação da Faculdade de Administração do Piauí, da qual originou a FAUFPI e por causa dela houve a possibilidade de criação do CMRV, de lá para cá, houve “idas e vindas”. Mas nesse embate Adilson Farias de Castro (2009) diz que estava presente o “mérito criado pela determinação de um pequeno grupo envolvido em combater as possíveis dificuldades, quem sabe, pelos prestigiosos caminhos da amizade política”. Ainda que, se este foi o meio encontrado para atingir ao fim proposto, na verdade, não parece haver demérito algum. Os fatos foram ocorrendo e se modificando de acordo como foram exigindo ações subsequentes.

Após dois anos de funcionamento e no emaranhado da aplicação da Lei 5.540/68 nas universidades brasileiras, a FAPI, federalizada, necessitava adequar-se ao movimento interno e à nova estrutura organizacional da UFPI, sua mantenedora, a partir da assimilação da Proposta Curricular dessa Instituição. Além das adequações para manter acordos legais, naturalmente necessárias a fim de sustentar a unidade como partícipe nas atividades da UFPI, a FAUFPI ainda contava com as imediatas responsabilidades assumidas perante a sociedade parnaibana, de estar produzindo condições para que os sujeitos adquirissem habilidades e competências para atender os novos mercados emergentes. Na FAUFPI, os reflexos eram bem maiores, uma vez que a cidade, à época, apresentava muitas dificuldades, pois há décadas o

apogeu econômico havia entrado em decadência, sendo este motivo, certamente, um dos principais fatores que levou parte da sociedade parnaibana trabalhar para que a cidade voltasse a ter estabilidade no mercado (CORREIA, 2009).

No início de 1974, os Programas das Disciplinas Matemática I e II do Curso de Administração foram revisados à luz dos Programas dessas mesmas disciplinas que compunham os Currículos das Faculdades de Administração das cidades de Recife-PE, de Fortaleza-CE, de São Luís-MA, de Varginha-MG e “Cândido Mendes”-RJ. Os professores que ministravam estas disciplinas (dois Engenheiros) foram convocados para estudar os programas das disciplinas e, ao mesmo tempo, verificar a conveniência de se incluir a disciplina Matemática Financeira na composição da Proposta de Currículo da FAUFPI.

Não bastassem as dificuldades enfrentadas durante o processo de organização da Proposta Curricular do curso de Administração, foi também necessário criar um procedimento de unificação das disciplinas Matemática I e II, imprescindível para fortalecer o funcionamento do Curso. Então, no início de 1974, os professores que ministravam estas disciplinas foram convocados para revisarem os respectivos programas, além dos procedimentos metodológicos. Esse estudo serviu, também, para somar como parte da documentação necessária para composição do projeto para reconhecimento da FAUFPI, junto ao CFE.

Na análise dos fluxogramas foi tomada em consideração a proposição da conveniência de se criar a disciplina Matemática Financeira. As primeiras análises voltadas para os programas das Disciplinas resultaram em um relatório, que declarava que as disciplinas deveriam ter seu programa. Todavia, pelas declarações registradas em Ata da Congregação, parece que os dois professores que ministravam essas disciplinas tinham elaborado cada programa específico para as respectivas disciplinas. Esta verificação foi importante, porque resultou inclusive na unificação da programação oficial para as disciplinas do curso.

Mas a FAUFPI insistiu buscando definição sobre o currículo das disciplinas Matemática I e Matemática II, focando na necessidade de elaborar um programa para constituir a disciplina Matemática Financeira. A proposta seria a migração de conteúdos das duas Matemáticas I e II para a nova disciplina, Matemática Financeira.

De acordo com a Ata da Congregação, o Professor Antônio de Pádua Emérito, lotado no Campus da Ininga, foi designado pela UFPI para participar de encontro em Parnaíba, com os professores das disciplinas Matemática I e II, a fim de analisarem juntos os programas das

referidas disciplinas e delas constituírem a disciplina Matemática Financeira. Perguntamos ao Prof. Emérito o que efetivamente motivou o seu deslocamento a Parnaíba para se reunir com aqueles professores e ele deu o seguinte depoimento:

Quando eu fui chamado para ir lá para Parnaíba não ficou claro para mim, nem sequer eu notei indício, que eles tivessem orientação diferente, os dois professores (quanto à programação). Talvez houvesse uma maneira, digamos assim, orientação diferente, de um, e de outro. Talvez houvesse do ponto de vista didático pedagógico da abordagem das questões, um mais rigoroso que o outro. Mas o que estava marcado lá era um grande índice de reprovação (ANTONIO EMÉRITO, 2009).

Entretanto, de acordo com os Relatórios de Atividades e das Atas da Congregação, as sucessivas reprovações eram atribuídas ao baixo nível de ensino do Segundo Grau, à época (atual Ensino Médio). Porém, o Prof. Antonio Emérito não tem a mesma opinião. Para ele, a causa do excesso de reprovações era em consequência da origem acadêmica dos professores que ministravam as disciplinas. E assim resgata das suas lembranças o seguinte depoimento:

Penso que esse índice possa ser atribuído a origem acadêmica dos professores. Porque o professor Seligmann, saudosa memória, e Benedito são oriundos da escola de engenharia e, à época, como todos os professores, se tinha o seguinte: a preocupação maior era com o conteúdo [...] e não com a parte didática; e a própria escola de engenharia se tem que, quanto maior o índice de reprovação mais se tem respeito pela disciplina [...] acho que na tentativa de minimizar esse problema é que eu fui chamado para poder conciliar e ajeitar, talvez, sob a alegativa de equivalência de programas, o de lá com o daqui. Lá tinha Administração e aqui Economia e o programa que era oferecido, na verdade, os conteúdos eram muito rebuscados, e [...] Matemática não era pensada como meio, mas como fim. Isso realmente distorcia um pouco. Os alunos estudavam lá muito Matemática, é verdade; as provas eram recheadas de questões bem elaboradas, mas o que eu me lembro, a ideia seria a que hoje prescindem os programas: você toma os temas do curso específico e esse por sua vez, chama os conteúdos que você acha que sejam relevantes e não o contrário, em que você ponha o que você acha que é importante, e eventualmente, dá o exemplo. Eu me lembro de ter ido lá e eles foram muito receptivos comigo, mas lá estava marcado porque havia um alto índice de reprovação (ANTONIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

Então, conforme a argumentação do Prof. Antônio Emérito, que parece convicto de suas reflexões, pode-se atribuir que o problema que ele percebeu era de natureza da didática do curso, porque se não fosse, como é que se explicaria Antônio Emérito indicar os Professores José Flamarion Moura e Deocleciano Guedes, para ministrarem essas disciplinas no período especial em Parnaíba? O argumento apresentado pelos professores lotados em Parnaíba era que, as dificuldades apresentadas eram inerentes à natureza da própria disciplina.

E sem contar que a finalidade do item “a” do Art. 5º do Decreto Lei nº. 464/69, instituído pelo Grupo de Trabalho no propósito de repensar a Reforma Universitária visava à recuperação das deficiências do Ensino do 2º. Grau, o Prof. Emérito continua refletindo e trazendo à tona questões silenciadas há tanto tempo, e continua afirmando que a causa mesmo era a questão da natureza da formação dos professores:

Eu me lembro: isso tem trinta e poucos anos. É o seguinte: a minha ida, o meu deslocamento, foi por conta dessa questão: alto índice de reprovação, porque havia uma coisa dispare, lá e aqui, e mais por conta desse alto grau de reprovação que acontecia lá. Porque, quando você fala de outras disciplinas, as pessoas de uma ou outra maneira têm certo conhecimento e podem ter uma sustentação, mas como Matemática tem um conhecimento muito específico os professores, geralmente quando colocam esses conhecimentos específicos nas discussões, as pessoas silenciam porque elas não têm como argumentar. Então se perguntava, argumentava-se, que era por conta da dificuldade da própria disciplina, o que não é verdade, não é bem verdade (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

A declaração de Antônio Emérito é similar ao das ex-alunas Alzir Vieira (2009) e de Dilma Brito (2009), que atribuem as dificuldades iniciais dos cursos no CMRV, à “formação dos professores e à conseqüente falta de didática”.

Uma das vantagens que o Prof. Antônio Emérito encontrou em Parnaíba foi a capacidade de liderança de Lauro Correia, à medida que, sensatamente, persistia em contemporizar, harmonicamente, pensadores com interesses diferentes na condução das atividades da UFPI em Parnaíba. Uma das maneiras de liderança conciliadora que Lauro Correia encontrou foi solicitar a colaboração de alguém de Teresina para tentar solucionar a questão. Esta pessoa, por indicação, foi o Prof. Antônio Emérito e, segundo este, o encontro entre ele e os professores Seligmann e Benedito, em Parnaíba, aconteceu com tranquilidade, porque se valeu da experiência profissional e amenizou os procedimentos iniciais, entendendo que, quem vai de um lugar para outro, para às vezes ser obrigado a tomar decisões, os que recebem ficam “com o pé atrás”, na expectativa de que, se vão propor mudanças, na maior das vezes as pessoas resistem ao novo” (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009). Então, nesse caso, o argumento utilizado por Emérito era que a finalidade do trabalho padronizado era para melhoria do Curso e para “o aluno: se ele fizesse aqui poderia receber o crédito lá, e reciprocamente. Então em nome de todas essas coisas, se chegou à época a creditar uma definição, em termo de programa. O que não se poderia era interferir dentro do assunto no curso” (ANTÔNIO EMÉRITO, ENTREVISTA, 2009).

Assim, em consequência da urgência em providenciar a documentação normativa solicitada pelo MEC, a solução foi encontrada na parceria FAUFPI-UFPI, através de solicitação feita pelo Diretor Lauro Correia. A resposta veio representada pelo professor Antonio de Pádua Emérito, que se deslocou a Parnaíba e, em conjunto com os professores das disciplinas, analisaram os programas, e apresentaram um relatório com o seguinte teor:

Achamos os programas já existentes perfeitamente aceitáveis e ademais bastantes próximos dos programas do mesmo Curso ministrado em outras Universidades. O programa da disciplina Matemática I, integrante do CGE e já tendo sofrido profundas modificações, não suficientemente capaz de servir como suporte para a disciplina Matemática II. Todos os programas das disciplinas de Matemática foram reestruturados e os programas de Matemática I e Matemática II, aqui existentes, diferem visivelmente dos constantes na nova orientação. Em virtude de todas essas considerações, achamos por bem apresentar as seguintes sugestões: 1) - Adoção de novo Programa de Matemática I; 2) - Como medida de complementação da disciplina Matemática I, como pré-requisito, criar-se uma nova disciplina denominada Matemática I-“A”, com 30 horas aulas, tendo caráter obrigatório. 3) - Denominar a disciplina Matemática II aqui existente, de Matemática II-“A”. 4) - Pleitear a implantação de monitorias nas disciplinas de Matemática, Parnaíba 21-04-1975. (ATA DA CONGREGAÇÃO, Fl. 66 V).

Pela exposição do resultado do estudo, no que diz respeito às disciplinas Matemática I e Matemática II, o assunto estava (parece) que resolvido, por aquela época.

Em meado do primeiro semestre de 1974, o Coordenador do Curso, Lauro Correia comunicou aos demais professores que o Prof. José Néilson havia retornado a Parnaíba, de um período passado na UFPI/Ininga, por motivo de transferência, na qual esteve lotado pelo período de dois anos. O Prof. José Néilson, a partir de agosto/74, retornaria às suas atividades de Professor de Educação Física, em Parnaíba. E, de acordo com Portaria emitida pela Reitoria, as aulas de Educação Física reiniciariam logo no segundo semestre/74.

No final do ano de 1974, o Diretor Lauro Correia manteve entendimento com o Dr. Herbert Lago, Diretor do CCHL/UFPI, ao qual expôs a necessidade de realizar modificação geral nos currículos das disciplinas dos cursos da UFPI, em geral. E ainda nesse final de ano letivo, Lauro Correia notificou à Reitoria da UFPI que as disciplinas Introdução à Sociologia, Instituições do Direito Público estavam sem professores, e a Sub-Coordenadoria do Curso de Estudos Brasileiros (CEB) estava sem o Sub-Coordenador. Então na FAUFPI, outra vez foi feito um “arranjo” de redistribuição de disciplinas para os professores. Assim, o Prof^o. Walter de Carvalho Miranda trocou a disciplina Comunicação, que estava ministrando, pela

disciplina Instituição do Direito Público. O Prof^o. José Anchieta Mendes de Oliveira passou a ministrar as disciplinas Comunicação e Introdução à Sociologia. O prof^o. José Néilson, de Educação Física, passou também a assumir a função de Sub-Coordenador do Curso de Estudos Brasileiros (CEB) (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1974).

O Novo Currículo, para o ano de 1975, apresentava modificações inclusive de carga horária uma vez que, algumas disciplinas tiveram suas cargas horárias diminuídas de 90 horas aulas para 60 horas aulas. Durante esse ano, a questão currículo continuou sendo levada a termo de discussões, pois parece que o processo ainda estava em fase de definição de estruturação, para que houvesse uma Proposta Curricular que refletisse a natureza da própria necessidade do Curso de Administração, e que o conhecimento aplicado atendesse as peculiaridades locais, sem perder de vista as determinações de natureza global.

O entendimento mantido entre a Assessoria de Planejamento da UFPI e a Coordenação da FAUFPI, acerca das alterações nos créditos e cargas horárias das disciplinas, tratava, também, inclusive, de uma disciplina nova – Pesquisa Mercadológica, – que era para ser implantada a partir de 1975; além do que, talvez, no ano de 1976, houvesse nova modificação, com a possibilidade de deslocamento de disciplinas de um período para outro. (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1975).

Do acordo sustentado entre o Diretor da Faculdade, Lauro Correia e o Assessor de Planejamento da UFPI, Prof. Herbert Brandão Lago, a previsão foi de que, pelo menos, quatro disciplinas seriam alteradas. Entretanto, a Assessoria de Planejamento solicitou que os professores cujas disciplinas sofreram redução de carga-horária, elaborassem um novo programa, para as respectivas disciplinas e dispusessem para aquela assessoria, para posterior análise (ATA ADA CONGREGAÇÃO).

Uma situação preocupante, observada nos relatórios dos arquivos do CMRV, era a dificuldade de trabalho enfrentada pelo Diretor dessa instituição, diante do comportamento de postergação das ações dos professores e da necessidade da construção dos programas das disciplinas, desde a federalização da FAPI pela UFPI, e passou a ser exigida a elaboração da Proposta Curricular. Registraram-se constantes solicitações do diretor para que os professores apresentassem os seus programas de disciplinas. Este assunto foi pauta constante, especialmente no início e final de períodos letivos. Este fato é ainda mais evidente no caso das disciplinas que, de algum modo, sofreram alterações (ATA DA CONGREGAÇÃO).

Em dezembro de 1978, a Congregação reuniu-se para tratar sobre o período Especial referente a 1979. O CMRV ofereceu as disciplinas: Contabilidade Geral, Francês, Matemática

I, Matemática II e Português. Nesse mesmo ano ocorreu outra novidade: A fim de melhorar a qualidade na distribuição das disciplinas, os professores foram distribuídos conforme a sua área de ensino. Desse modo, foi feita uma exposição sobre as disposições professor/área, através de mapa demonstrativo das disciplinas e as suas áreas de aplicação, e a formação dos respectivos professores, conforme demonstrativo no Mapa das Disciplinas, como segue:

Quadro 08: Demonstrativo das disciplinas/áreas de aplicação/formação dos professores.

Administração de Empresa	Administração de Empresa
<ul style="list-style-type: none"> • Adilson Farias de Castro • Israel José Nunes Correia • Maria do Perpétuo Socorro P. de Sousa • Onofre Martins de Sousa Filho • Renato de Castro Santos Júnior 	<ul style="list-style-type: none"> • Alcenor R. C. Filho • Carlos Alberto Teixeira • Lauro A. Correia • Leônidas de C. M. Filho
Filosofia/Letras	Filosofia/Letras
<ul style="list-style-type: none"> • Antônio Monteiro Sampaio • Cândido de Almeida Athayde • Eduardo Ferreira de Oliveira • Irene Maria Cordeiro • José de Anchieta M. Oliveira 	<ul style="list-style-type: none"> • Francisco de Assis R. da Costa • Mac Dobles F. Nascimento • Rinaldo de P. Brito Filho
Matemática/Estatística	Ciências Econômicas
<ul style="list-style-type: none"> • Antônio Emílio A. Seligmn • Apurian Leal Braga • Benedito Raimundo A. Pereira • Roberto Broder 	<ul style="list-style-type: none"> • Antônio Laécio M. de Freitas • Anísio Almeida N. Neto • Getúlio Piauiense L. Gonçalves • Maria do Socorro. G. Correia
EPB/E. Física	Economia
<ul style="list-style-type: none"> • José Nelson de Carvalho Pires 	<ul style="list-style-type: none"> • Antônio Thomaz da C. Filho • Carlos Henrique P. Ataíde • Francisco de Assis C. Brito

Fonte: Ata da Congregação

Após a distribuição dos professores por área de ensino, a medida seguinte foi estruturar, totalmente, a Proposta Curricular do CMRV, sob o Sistema de Crédito, uma vez que, durante esse período de tempo, o curso de Administração, em particular, teve concomitantemente dois currículos. Talvez se possa nomear esse período de “período de adaptação”. Nos anos de 1983 e 1984, o Currículo de Disciplinas foi estruturado conforme o quadro a seguir:

Quadro 09: Currículo de Disciplinas do Curso de Administração de Empresas, CMRV-1983/4.

Continua				
Código	Disciplinas	C/H	Crédito	Prerrequisito
	NÚCLEO COMUM			
700-500	Matemática I	60	2.1.0	-
700-600	Int. à Met. Científica	60	4.0.0	-
700-700	Português I	60	4.0.0	-
700-710	Francês I	60	4.0.0	-
700-720	Inglês I	60	4.0.0	-
	NUCLEARES			
700-100	Introdução à Administração	60	4.0.0	-
700-200	Introdução à Economia	60	4.0.0	-
700-801	Introdução à Sociologia	60	4.0.0	-
Código	Disciplina	C/H	Credito	Prerrequisito
	CURRÍCULO MINIMO			
700-020	Psicologia Aplicada à Administração	60	4.0.0	700-100
700-102	Teoria Geral da Administração	90	4.0.0	700-100
700-105	Administração de Vendas	90	4.0.0	700-102
700-110	Administração de Pessoal	90	4.0.0	700-102
700-112	Administração de Material	90	6.0.0	700-102
700-114	Administração Financeira e Orçamentária	90	6.0.0	700-203
700-116	Administração da Produção	90	6.0.0	700-102
700-203	Teoria Econômica	90	6.0.0	700-200
700-237	Economia Brasileira	60	6.0.0	700-203
700-300	Introdução à Contabilidade	90	6.0.0	-
700-410	Elementos do Direito Público	60	4.0.0	-
700-411	Elementos do Direito Privado	60	4.0.0	700-410
700-420	Legislação Social	60	4.0.0	-
700-420	Legislação Tributária	60	4.0.0	-
700-430	Matemática II	90	6.0.0	700-500
700-523	Estatística Aplicada à Administração	90	6.0.0	-
700-802	Soc. Aplicada à Administração	60	4.0.0	700-801
	COMPL. OBRIGATORIAS			
700-001	Estudo dos Probl. Brasileiros I	30	1.0.0	700-001
700-002	Estudo dos Probl. Brasileiros II	30	1.0.0	-
				-
700-010	Prática Desportiva I	30	0.1.0	
700-011	Prática Desportiva II	30	0.1.0	
700-012	Prática Desportiva III	30	0.1.0	
700-013	Prática Desportiva IV	30	0.1.0	
700-021	Organização e Métodos I	60	4.0.0	700-102
700-122	Organização e Métodos II	60	4.0.0	700-121
700-140	Diretrizes Administrativas	90	6.0.0	700-105

Continuação

700-324	Contabilidade Custos	90	6.0.0	700-110
700-610	Teoria e Prática de Pesquisa	90	6.0.0	700-112
700-620	Pesq. Mercadológica	90	6.0.0	700-114
700-730	Comunicação	60	4.0.0	700-300
700-902	Estágio Supervisionado	270	0.0.6	700-600
				700-105
				700-110
				700-112
				700-114
	COMPLEMENTARES OPTATIVAS			
700-030	Relações Públicas e Humanas	60	4.0.0	700.020
700-231	Programas e Projetos	90	6.0.0	-
700-251	Introdução à Ciências do Direito	60	4.0.0	-
700-265	Instituições Financeiras	60	4.0.0	-
	Noções de Processamento de Dados			
	Direito Administrativo			

Fonte: Documentos do CMRV e Revista Dialogus.V.2, nº 2, Parnaíba. 1995. (p. 93-95).

Esse currículo definia três critérios para o aluno habilitar-se em Administração de Empresas: 1) concretizar um total de 173 créditos, equivalentes à carga horária de 2.820 horas, integralizando um mínimo de três anos e meio, média de quatro e máximo de sete anos; 2) o aluno deveria cumprir um mínimo de dez créditos em disciplinas optativas, equivalente ao total de 150 horas; e 3) o aluno poderia iniciar o estágio supervisionado a partir do sexto ano do Curso.

A partir de 1984, a UFPI definitivamente implantou o “Sistema de Crédito” no CMRV. E o currículo do Curso de Administração a partir de 1984 foi apresentado da seguinte forma:

Quadro 10: Currículo do Curso de Administração após 1984.

Continua

Ciclo Geral de Estudos/Primeiro Período – 1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Francês Instrumental Básico	4.0.0	60
Inglês Instrumental Básico	4.0.0	60
Introdução à Metodologia Científica	4.0.0	60
Introdução à Ciência Política	4.0.0	60
Introdução à Sociologia	4.0.0	60
Matemática I	2.1.0	60

Continuação

Terceiro Período/Primeiro Período Letivo/1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Teoria Geral da Administração	6.0.0	90
Matemática II	6.0.0	90
Instituição do Direito Privado	4.0.0	60
Legislação Tributária	4.0.0	60
Quarto Período/Segundo Período Letivo/1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Teoria Econômica	6.0.0	90
Psicologia Aplicada à Administração	6.0.0	60
Sociologia Aplicada à Administração	6.0.0	60
Estatística Aplicada à Administração	6.0.0	90
Legislação Social	4.0.0	60
Quinto Período/Primeiro Período Letivo/1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Organização e Método I	4.0.0	60
Teoria e Prática de Pesquisa	6.0.0	90
Introdução à Contabilidade	6.0.0	90
Relações Públicas e Humanas (Op)	4.0.0	60
Economia Brasileira	4.0.0	60
Sexto Período/Segundo Período Letivo/1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Organização e Método II	4.0.0	60
Administração Financeira e Orçamento	6.0.0	90
Administração de Pessoal	6.0.0	90
Administração de Material	6.0.0	90
Sétimo Período/ Primeiro Período Letivo/1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Administração da Produção	6.0.0	90
Administração de Vendas	6.0.0	90
Instituições Financeiras	4.0.0	60
Contabilidade de Custos	6.0.0	90
Oitavo Período/ Segundo Período Letivo/1984		
Disciplinas	Crédito	Carga Horária
Comunicação	4.0.0	90
Programação e Projetos	6.0.0	90
Pesquisa Mercadológica	6.0.0	60
Diretrizes Administrativas	6.0.0	90

Fonte: Arquivos do CMRV.

Nesta matriz curricular, o aluno seria considerado habilitado seguindo os mesmos pré-requisitos da proposta anterior. Até o final desta pesquisa, o CMRV vem adotando a matriz curricular para o Curso de Administração, reformulado em 1997, baseado na

Resolução nº 02/1993 do Conselho Federal de Educação. O Curso está fundamentado no sistema de crédito e a carga horária está distribuída do seguinte modo, segundo informações do Departamento de Ciências da Administração e Informática do CMRV:

Quadro 11: Distribuição dos Créditos da Matriz Curricular do Curso de Administração reformulada em 1997, conforme a Resolução nº. 02/1993.

CARACTERÍSTICA	QUANT. C/H	TOTAL H/A
Formação Geral	10 X 60	600
Formação Profissional	20 X 60	1.200
Complementar Obrigatória	9 X 60	540
Complementar Optativa	6 X 60	360
Estágio I e II	300	300
Total Geral		3.000

Fonte: Arquivo do CMRV.

3.3 Outras atividades executadas pela FAUFPI, no CMRV

Focada cada vez mais nas intenções de revestir de importância a expansão da cultura acadêmica e profissional e, assim, firmar-se como parte integrante da UFPI, a FAUFPI no ano de 1975 acolheu a iniciativa do Reitor, Prof. Camilo Filho, de instalar os cursos Parcelados de Curta Duração, conveniados entre a UFPI e a Secretaria de Educação do Piauí (SEDUC), com a finalidade de qualificar professores para a demanda de serviços da Rede Estadual de Educação. A primeira menção sobre o assunto ocorreu em março daquele ano de 1975, quando Lauro Correia apresentou aos membros da Congregação o Edital nº 01/75, que anunciava o assunto sobre “Curso de Curta Duração” e que já havia sido veiculado na imprensa local, no Jornal “Norte do Piauí”, editado em Parnaíba, quando comunicava a abertura de inscrição para o Concurso Vestibular de “Novos Cursos” a serem ministrados pela UFPI em Parnaíba.

O Prof. Antônio de Pádua Emérito recorda que as aulas dos “Cursos Novos” deveriam iniciar ainda no primeiro período do ano letivo de 1975, logo após a realização do respectivo Concurso Vestibular. O período escolar corresponderia aos meses de maio, junho e julho. Assim o Edital foi divulgado. Nesse processo, inicialmente foram ofertados três novos cursos, todos de Curta Duração: Letras, Estudos Sociais e Pedagogia, que ofertava duas

habilitações: Administração e Supervisão. Esses cursos funcionaram no período de 1975 a 1978. Posteriormente, os graduados puderam realizar a plenificação de seus cursos com o aproveitamento dos créditos das disciplinas cursadas no Curso Parcelado de Curta Duração. Esse sistema de oferta de Curso Superior de Curta Duração, que aconteceu apenas nesse período de 1975-1978, foi suspenso até a década de 2000, quando este sistema de ensino voltou a ser aplicado, de forma renovada, e o CMRV, adequando-se ao novo modelo de funcionamento, realizou parcerias com as Prefeituras da região Norte do Estado, que se interessaram pelo projeto e dessa maneira o CMRV voltou a ofertar Cursos Parcelados, assegurando, também, Licenciatura Plena, para os Cursos Parcelados realizados nos períodos de férias.

Os trâmites burocráticos para a realização das inscrições, para o vestibular dos Cursos Parcelados de Curta Duração tomaram forma por todo o mês de abril, com abertura do processo logo nos primeiros dias do mês. Conta-se que, no dia 7-4-75, Lauro Correia queixava-se, ansiosamente, sobre o número de inscritos, porque o considerava abaixo das expectativas. Realmente, as inscrições dos vestibulandos, ao final, se configuraram menores que a quantidade esperada. Infelizmente.

O desinteresse do público-alvo, registrado pela baixa procura de inscrições, para esse vestibular, despertou constrangimento, pois a oferta de Cursos de Nível Superior se justificava pelo menos, por três motivos: 1) era uma oportunidade que possibilitava àqueles que não possuíam recursos financeiros para, à época, fazerem um curso superior, visto que, para essa demanda, candidatos de Parnaíba não podiam dirigir-se às cidades de Sobral e Fortaleza, no Ceará, e nem para a Capital, Teresina. Dessa forma como a situação econômica se apresentava, uma boa aceitação justificaria o empenho dos mentores de criar os novos cursos superiores em Parnaíba, uma vez que o discurso sempre foi “a dívida para com a juventude menos favorecida em prosseguir seus estudos”; 2) O crescimento cultural e a ascensão pessoal de mais professores com curso superior, no aspecto social e financeiro, pois, pela graduação, os professores conquistariam aumento de seus salários e maior reconhecimento público, e, 3) em nível de conhecimento ampliado, ofertaria ensino de melhor qualidade para a demanda de professores qualificados, conforme a missão do acordo UFPI/SEDUC/FAUFPI.

Dentro da sua rotina de trabalho, o Diretor Lauro Correia emitiu um Aviso, o de nº 09/75, solicitando empenho de todos que faziam a FAUFPI na divulgação do evento e que também se dedicassem na maior amplitude do caso. Porém, mesmo considerando o empenho dos professores e funcionários do corpo acadêmico, e ainda considerando a existência de

numerosos professores em Parnaíba, vinculados à Rede Estadual, com potencial, e esperando oportunidade para se qualificar, o número de inscritos não chegou a 140 candidatos, ao se encerrarem as inscrições no dia 10-4-75, como prova a apresentação abaixo, retirada do Livro de Ocorrências do CMRV/1975:

Quadro 12: Cursos de Curta Duração realizados no CMRV/UFPI período 1975/77.

Curso	Oferta	Demanda
Estudos Sociais	30	48
Letras	30	45
Pedagogia Administração	30	28
Pedagogia Supervisão	30	17
Total	120	138

Fonte: Livro de Ocorrência CMRV/UFPI

Conforme Lauro Carreia, o Vestibular dos Novos Cursos aconteceu no período de 18 a 21-4-1975. O Livro de Ocorrência do CMRV registra aquele vestibular, como tantos outros. Na abertura desse vestibular, especialmente, estiveram presentes o Reitor Camilo Filho, o Presidente da COPEVE, à época, Prof. Francisco Machado Lopes, os professores, Creso Jenuíno de Oliveira, José de Anchieta da Silva e Antônio de Pádua Emérito.

O Prof. Emérito além da missão de trabalhar na aplicação do vestibular, também participou de Grupo de Estudos sobre os Programas das disciplinas Matemática I e II, juntamente com os professores da FAUFPI, que ministravam as respectivas disciplinas, professores Antônio Emílio de Araújo Seligmann e Benedito Raimundo Alves Pereira, respectivamente, a fim de verificar até que ponto os programas divergiam das necessidades de um programa de Matemática para um Curso de Administração.

Por seu lado Camilo Filho, além de observar os trabalhos do vestibular, aproveitou a oportunidade para inspecionar as obras de construção da UFPI, futuras instalações do CMRV.

As aulas dos Novos Cursos tiveram início no dia 26-5-1975, com a Aula Inaugural no Colégio Estadual “Lima Rebelo” (CELR), local que a partir de então se transformaria também em espaço escolar da UFPI. Desse modo, a partir dessa data a UFPI em Parnaíba funcionaria do seguinte modo: as aulas do Curso de Administração na Rua Capitão Claro, Colégio São Luís Gonzaga; a Secretaria e a Biblioteca na Rua Duque de Caxias e os novos cursos, no CELR.

De acordo com o Relatório do Plano Estadual 77/80, a intenção da UFPI, desde sua instalação, foi fazer parcerias e, à época, conforme informado no relatório da própria UFPI, o processo estava dando continuidade aos convênios com a SEDUC, para atender às necessidades da Reforma de Ensino de 1º Grau no Estado do Piauí, ofertando cursos de Curta Duração para os seus docentes.

Na oportunidade da apresentação do novo projeto da UFPI, para instalar os novos cursos em Parnaíba, o Diretor da Faculdade, Prof. Lauro Correia, esclareceu aos professores do Curso de Administração que, conforme acerto com a Reitoria, a preferência para lecionar nos referidos cursos seria um quadro de professores formado com os do Curso de Administração, desde que as disciplinas escolhidas fizessem parte dos seus currículos (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1975; PLANO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO, 77/80). Entretanto, como já explicitado durante essa narrativa construída a partir da “memória, da recordação” (AUGÉ, 1998), e dos documentos/monumentos (LE GOFF, 2005); o Quadro de Professores constituído para ministrar aulas no Curso de Administração não correspondia, em nível de qualificação, ao mínimo necessário para o referido Curso, quanto mais para os cursos de formação de professores para o exercício pleno do magistério em todas as disciplinas do currículo dos cursos de 1º Grau (quinta a oitava série, à época) e técnicos de nível médio.

Todavia, além desses professores do Curso de Administração, conforme o que ficou decidido pela direção da Faculdade que, para ministrar aulas, fossem de conformidade com respectivos currículos, consta em atas e, também, nos relatos das recordações de Lauro Correia e do Prof. Mariano Soares, que Parnaíba acolheu professores da UFPI/Teresina, especialmente para ministrar aulas nesses Cursos, os quais figuram em lista nominal registrada em Ata da Congregação, conforme segue:

Quadro 13: Professores da UFPI/Teresina quem ministraram aulas no Curso de Curta Duração Período (1975 a 1977).

Continua	
NOME	DATA DA VINDA
Maria de O. Lima (Lindamir) e Maria Carmem Consuelo Nagen	09/07/75
Luis Pires de Freitas e Cassimiro Távora Ramos	09/12/75
Maria Cecília Silva	02/01/76
Vânia Teles Veras	05/02/76
Maria do Carmo Teixeira Veloso	10/03/76
Maria Amélia Azevedo Ribeiro	16/07/76

Continuação

Elizabeth Gomes Nogueira	04/08/76
Geraldo Almeida Borges	16/08/76
José Flamarion Moura do Vale e José Reis Pereira	
Ivonete Cardoso Basílio da Silva e Maria Lúcia da Paz Oliveira,	
Maria do Socorro Rodrigues de Sá,	06/07/77
Isabel dos Santos Araújo e Maria Salomé Oliveira Cabral	11/07/77

Fontes: Documentos do CMRV/UFPI

3.3.1 Criação e ampliação de cursos no CMRV

Após a transferência das partes tangíveis que compunham a FAUFPI, para o CMRV, ocorreu a criação dos dois cursos de bacharelado (curso de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis). Entretanto o CMRV passou a enfrentar inúmeras dificuldades, obrigando a equipe dirigente, segundo Lauro Correia, a buscar melhores caminhos, para que os trabalhos fossem desenvolvidos de forma mais eficiente e eficaz; e dentro desse movimento operacional, os dirigentes realizavam, através das técnicas de administração, práticas de motivação com o corpo docente, para despertar neles maior interesse pelo trabalho, a fim de dar melhor qualificação profissional ao desempenho do trabalho em equipe. Nessa perspectiva buscaram realizar o Curso de Esquema I em convênio com os Centros de Estudos Técnicos do Nordeste (CETENE), Centro Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal e Formação Profissional (CENAFOR) e a UFPI, sempre investindo na construção de um quadro de professores de melhor qualidade (ENTREVISTA, 2009).

O Curso Esquema I nasceu com o advento da Lei 5.692/71 e através dela se tornou exigência legal a habilitação de professores, para o exercício do magistério, em todas as disciplinas do currículo dos cursos técnicos de nível médio. Dessa forma, o MEC e o antigo CFE, reconhecendo essa dificuldade, autorizaram, através da Portaria 432 de 19-7-71, a formação de professores para as disciplinas especiais do Currículo, através dos cursos denominados Esquema I e Esquema II, respectivamente para portadores de diploma de curso superior e portadores de diploma de cursos técnicos de nível médio. Em Parnaíba, esse Curso ocorreu em março de 1977, em convênio com a SEDUC, a UFPI e o CETENE (PORTARIA, 432/71; LIVRO DE OCORRÊNCIA, 1973/78).

3.3.2 A estruturação do estágio supervisionado

A questão Estágio Supervisionado de Aluno chegou ao seu tempo e foi encarada e sistematicamente resolvida pela equipe-tarefa depois de muito estudo sobre o assunto. Neste caso o aluno deve ser assistido e receber o estágio supervisionado, na conclusão do seu curso, como uma luz tomada na verdade de que o homem necessariamente passa pelo processo de humanização para ser humano de atitudes e ações reflexivas, as quais possam ser alcançadas na abstração de conhecimentos, mediante o encontro com outros sujeitos; e, no caso, como já se trata de processo de formação acadêmica, qualquer que seja o curso de graduação, o graduando necessita refletir amplamente teorias e práticas, de outros sujeitos, sobre o exercício pleno da sua futura profissão, tomando como um recurso de cognição, para clarear propósitos e discernir o futuro humanamente. Neste primeiro plano têm-se as oportunidades oferecidas nas Propostas Curriculares, com a nomenclatura de “Estágio Supervisionado de Curso”.

Pensando na condição de colocar mais cedo os conhecimentos teóricos dos estudantes de cursos de graduação, em confronto com a realidade prática no mundo do cotidiano, o americano Donald Shön, amparado em seus estudos filosóficos e tendo por base Dewey, propôs que a formação profissional passasse por uma nova prática, onde o estudante não mais se deparasse com a dicotomia teoria e prática. No seu ponto de vista, a formação profissional deve ser

Baseada numa epistemologia da prática, ou seja, na valorização da prática profissional como momento de construção de conhecimento, através da reflexão, análise e problematização desta, e o conhecimento do conhecimento do tácito presente nas soluções que os profissionais encontram em ato (SHÖN *apud* PIMENTA, 2002, p.19).

Segundo o pensamento de Shön, o conhecimento tácito não é suficiente, uma vez que frente às novas situações, as quais excedem as rotinas, elas solicitam novas soluções. Dessa forma, sugere Shön que, quanto mais cedo o estudante se deparar com situações novas, mais eles criam novas estratégias para solução de situações similares.

Na opinião de Pimenta (2002), Shön oportuniza através dos seus estudos uma valorização da prática-reflexiva na formação dos profissionais, uma vez que entende que somente assim os profissionais passem a construir um cabedal de possibilidades que possam ser utilizadas em situações reais similares.

A UFPI, conforme registros em Ata da Congregação do CMRV, até meados do ano de 1972, não possuía uma legislação que regulamentasse a execução de estágio. Entretanto, um dos aspectos da proposta curricular de curso superior contempla uma parte prática em que o aluno deve realizar junto ao seu futuro campo de trabalho (PIMENTA, 2005). Mas, talvez considerando as circunstâncias dos acontecimentos (a criação de novos cursos, a construção final da proposta curricular, a formação e enquadramento dos professores, as definições da federalização da FAPI e das ações de alta motivação de atividade, os Estágios Supervisionados dos universitários da FAUFPI deveriam ser executados concomitantemente, quando, à época, a própria UFPI estava, também, em processo de implantação de novos cursos, sem contar que, dentre os cursos criados, o Curso de Administração não foi contemplado para ser implantado também na Capital.

Então se percebe que, enquanto organizavam e cumpriam o organograma da UFPI em Teresina, em Parnaíba, também, necessitavam dos mesmos procedimentos. Há a eventualidade de se pensar que o grande volume de procedimentos executados ao mesmo tempo, para não atrasar o cronograma elaborado para o exercício de 1972, tenha acumulado motivos, para que o último ano da primeira turma de Administração tenha chegado ao meado do último ano do curso, sem que a FAUFPI tivesse pronta uma legislação que regulamentasse o Estágio Supervisionado de Alunos. E mais uma vez, a contribuição veio da faculdade de Administração do Ceará, cuja documentação foi encaminhada ao Chefe de Gabinete do Reitor da UFPI, Professor José Camilo da Silveira Filho.

Desse modo, enquanto outros procedimentos eram tomados em Teresina, em Parnaíba, a Diretoria buscava encontrar estratégias a fim de colocar no mercado de trabalho os alunos formandos, para efetivação da parte prática do currículo escolar. E a medida tomada foi buscar parcerias e fazer convênio. Vale lembrar que, à época, Parnaíba não apresentava grandes possibilidades de empregos, como assim consta registrado em Ata da Congregação e, também, que após a documentação procedente da Faculdade do Ceará ter sido encaminhada à Reitoria, o professor Roberto Broder, da FAUFPI e também Diretor do Instituto Evaldo Lodi (IEL-PI) apresentou a possibilidade de firmar convênio entre o órgão, do qual ele era diretor e a UFPI, e por decisão conjunta definiriam sobre estágio, e onde o estagiário, além de realizar

a parte prática do curso, receberia uma bolsa de trabalho. Assim foi celebrado, em 14-06-1972, o convênio entre o IEL-PI e a UFPI. Diante da concordância dos congregados pelo andamento dos trabalhos, a Congregação baixou a Resolução nº 01, que Regulamentava o Estágio dos Alunos e nomeava uma Coordenadoria de Estágio e Acompanhamentos (CEA), a qual era composta de três membros: um Coordenador e dois Subcoordenadores, e respectivamente convocava para essas funções os Professores Onofre Martins de Sousa Filho e Roberto Broder e Marc Theofhile Jacob.

No mês de agosto daquele reativo ano de 1972, o Coordenador de Estágio, Professor Onofre Martins apresentou os primeiros despachos sobre pedidos de dispensa de estágio de cinco alunos. Cada um apresentando motivos particulares de cada caso, mas também motivos em comum, citando-se, por exemplo, como semelhantes que, todos consideravam que haviam desenvolvido atividades que correspondiam às voltadas para a atividade de estágio, sem contar o tempo de duração, que ultrapassavam ao tempo determinado pela Resolução nº01.

Em julho de 1973, o Coordenador de Estágio apresentou preocupação acerca de providências para locação dos Estagiários em determinadas empresas na cidade, tarefa não tão fácil de executar, talvez pela própria cultura de gerir negócios dos comerciantes da Parnaíba, uma vez que a maioria representava empresas familiares, com a centralização dos poderes de comando da empresa fixada entre os membros da família proprietária. Essas providências, buscadas sob várias circunstâncias, vislumbravam uma contradição: uns empreendedores pensando em lutar para formar uma categoria qualificada – para aplicar a ciência e aumentar a produtividade e, outros, conservadores tradicionalistas, expressando o “medo” de colocar a própria ciência no interior do próprio negócio. Porque uma coisa seria o “dono” aperfeiçoar-se e gerir, outra coisa, certamente muito diferente, seria a colocação de pessoas que não tinham vivência na empresa familiar e “queriam opinar, sem sequer ser empregados”. (Mas será que empregados opinavam?).

Em fevereiro de 1975, foi feita uma proposta de emendas ao Regulamento de Estágios com inclusão de dois itens e modificações em outros. Foi incluído (na íntegra) o seguinte item 3.5: “É vedado o estágio do aluno em Empresa ou instituição a qual ele seja ligado por laços de parentesco próximo com membro da direção da mesma”. Item 3.6: “É vedado o estágio de aluno em empresa ou instituição de pequeno porte”. A redação do item 8.9 foi a seguinte: “Apresentar relatórios mensais e finais de estágios; será permitida a entrega dos mesmos, improrrogavelmente, no decorrer dos meses seguintes às épocas de suas elaborações. A não entrega no prazo, prejudicará o mês correspondente de estágio”. Todas

estas modificações foram aprovadas por unanimidade pelos congregados (ATA DA CONGREGAÇÃO, 1975).

Em maio de 1975, após a aprovação das emendas e modificações do Regulamento de Estágio de Alunos, o Coordenador da FAUFPI levou para ser apreciado pela equipe da Congregação um requerimento de um aluno que solicitou à Faculdade o aproveitamento de Relatório de Estágio, o qual havia sido indeferido em fins de abril/75, pelo CEA, assinado pelo Professor Onofre. Lido o teor do requerimento, em seguida foi lido o despacho do Coordenador, redigido como segue:

1).O aluno está cursando o 4º ano do Curso de Administração de Empresas; 2).Seu plano de Estágio está de 01 de março de 1975. A Empresa apresentada para estágio foi a firma individual Paulo Sales Ltda, de sua propriedade; 3). Em 19 de fevereiro de 1975, em Reunião da Congregação, ficou deliberado a inclusão no Regulamento de Estágios e Regulamentos os seguintes itens: 3.5. É vedado o estágio do aluno em Empresa ou instituição a qual ele seja ligado por laços de parentesco próximo com membro da direção da mesma; 3.6. É vedado o Estágio de aluno em Empresa ou instituição de pequeno porte. 4. Em 17 de abril de 1975 foi feita a comunicação ao Senhor Sebastião Paulo Sales da não aprovação do seu plano de Estágio e baseia-se no fato de ser aplicado os itens 3.5 e 3.6 do Regulamento de Estágio, referidos nesta informação do item 3, ao presente caso.

Depois de discutido o problema, ficou mantido o parecer do Coordenador do CEA. O despacho do Coordenador foi acatado pelos membros da Congregação, pois estava embasado nas diretrizes regulamentadas.

Outrora, em 1972, no início da constituição da Regulamentação do Estágio, houve um caso semelhante, entretanto, o texto do Regulamento ainda era original, não havia sofrido emendas, sem contar que, à época, ainda ocorria o tempo escasso para que os alunos o dispusessem para a efetivação do Estágio, sem contar com a dificuldade de encontrar locais para alocação da demanda de estagiários.

Em outubro de 1975, após a retomada das atividades da disciplina Educação Física, ficou definida, através de decisão ad referendum, aceitação de estágio obrigatório na base de três horas por dia, para efeito de complementação na dispensa da disciplina Educação Física.

Em junho de 1979, as preocupações acerca das questões que envolviam Estágio Supervisionado vislumbravam que se definisse a situação, não mais em termo de um curso, o Curso de Administração, mas na questão que demandava um estudo maior; em termo regulamentares de Estágio para os Cursos do CMRV. Neste momento, já existiam três cursos:

Administração de Empresas, Ciências Econômicas e o Curso de Ciências Contábeis, sendo os dois últimos implantados em 1976, instalando-se já nas edificações do CMRV. Para tratar sobre o assunto, o Professor Edson de Castro Lima, da UFPI, visitou o CMRV para tratar em particular sobre o Estágio no Curso de Ciências Contábeis, uma vez que o regulamento do Curso em Teresina estava em fase de organização e não havia sido definido um tempo para a execução do estágio, embora estivesse sendo previsto um prazo de 135 horas.

Considerando a problemática pendente no Curso de Administração, em face do estágio ser realizado num prazo de seis meses, com carga-horária de 270 horas, a sugestão foi que se alterasse o estágio do Curso de Administração para o prazo mínimo de quatro meses, mas que fosse preservada a carga-horária de 270 horas.

No final de 1979, a questão Estágio Curricular tomou ânimo e foi entregue aos professores Onofre Martins e Getúlio Piauiense.

No interstício de 1983 a 1987, a UFPI foi gerida por três Reitores: João Ribeiro de Oliveira, Lineu da Costa Araújo e José Nathan Portela Nunes. Nesse espaço de tempo, no CMRV, realizava-se o período da primeira gestão do Professor Israel José Nunes Correia. Em 1983, segundo o próprio Israel Correia, ocorreram fatos novos. Um deles foi a primeira eleição para os cargos de Diretor e Vice-Diretor do Campus, pelo voto universal, seguida logo da segunda experiência de votação livre, com a eleição para o cargo de Coordenadores de Cursos. O Diretor eleito foi Israel Correia; e ele relata, agora, que ao assumir aquela função tinha apenas 32 anos de idade. Vislumbrando a sua trajetória junto ao CMRV, ao assumir esse cargo, considera que era bastante jovem, tanto para a função do cargo como em idade, mas que, mesmo assim, a experiência foi enriquecedora. Experiência que, posteriormente, aos 42 anos veio se repetir, também através do voto. Pelo mesmo modo, viveu a experiência da reeleição, que lhe valeu a recondução ao cargo majoritário do CMRV, ostentando a maturidade de seus 46 anos.

Na primeira gestão de Israel Correia foi criado o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, outro “sonho” acalentado pelos parnaibanos, que havia se estendido numa longa espera contada em treze anos. A criação do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia/Magistério foi para formar professores com a finalidade de atender, com maior qualidade, ao mercado de trabalho de ensino de 1º Grau, e, também, aos cursos de formação de professores de ensino do 2º, na escola Normal. Outro fato que Israel Correia considera notável em sua gestão foi a realização de Concurso Público para Professores, oferecendo

quatro vagas. Notável, diz, “porque àquela época o acesso aos cargos públicos, inclusive de professor, infelizmente ainda ocorria sem a realização de concurso” (ENTREVISTA, 2009).

3.4 Estrutura organizacional do CMRV

No contexto da organização estrutural da UFPI e para fins administrativos, o CMRV, a partir de 1992, foi equiparado à categoria de Centro. E, a partir do ano de 1997 criaram quatro departamentos, que, segundo Israel Correia (2009), o funcionamento se processa de forma racional e satisfatória devido à existência de órgãos como os a seguir discriminados:

Quadro 14: Estrutura organizacional do CMRV a partir de 1992.

ÓRGÃO/QUANTIDADE	FUNÇÃO
Congregação 01	Consultivo/ Deliberativo
Coordenadorias 10	Deliberativos/Executivo-Técnicos
Secretaria administrativa 01	Técnico
Biblioteca 01	Técnico
Sub Unidade Orçamentária 01	Técnico
Núcleos de Apoio Pedagógico 02	Técnico

Fonte: Relatório anual do CMRV.

De acordo com o Relatório de Gestão apresentado por Israel Correia, no final do seu mandato, em março/87, o CMRV apresentava um quadro de Capital Humano na ordem de 76 funcionários, dividido em Corpo Docente e Corpo Técnico. O primeiro composto por 40 professores: 2 mestres, 1 em doutoramento; 20 especialistas, 4 cursando mestrado; 18 graduados. Desse quadro, 12 trabalham sob regime de tempo parcial (vinte horas); 40 em tempo integral e apenas 1 com dedicação exclusiva. Cinco professores no final de 1987 estavam afastados. Três para efeito de qualificação, sendo dois em nível de Pós-Graduação strictu sensu e um para cursar Especialização.

Até 1986, o Campus de Parnaíba não possuía Laboratórios e esta situação se justificava pelo fato de a natureza dos cursos não exigirem esse tipo de aparato logístico. Entretanto, em torno desse período intensificavam-se as reivindicações para a implantação de

um Escritório-Modelo de Contabilidade, visto que o Curso de Ciências Contábeis havia sido criado há cerca de dez anos e a criação de um Escritório funcionaria como um Laboratório para a prática dos alunos. Israel Correia aprova que a existência de um microcomputador, já em funcionamento, era uma peça importante para a funcionalidade do escritório. Mas evidencia um problema ocorrido no período de sua primeira gestão e que foi registrado no relatório anual do ano de 1986; foi quanto à questão das vagas ociosas ofertadas pela UFPI para o CMRV, pois das cem vagas ofertadas pela UFPI para os quatro cursos existentes no CMRV, delas foram preenchidas apenas quarenta e uma vagas. No seu olhar esse resultado é gerado pela baixa qualidade do ensino oferecido em nível de Segundo Grau, atual Ensino Médio. Quanto aos números de alunos graduados, não chegou a 70 alunos, distribuídos em três Cursos dos quatro existentes, porque o Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia somente no ano de 1987 saiu a primeira turma de graduados.

No contexto da Pesquisa e Pós-Graduação, durante o decurso de 1986 o CMRV/UFPI não chegou a ofertar nem cursos de Aperfeiçoamentos nem de Especialização. Contudo, a Pesquisa nesse período apresentou resultado com aceitável índice de aproveitamento, principalmente no contexto do segmento Artesanato, realizado em parceria com a Fundação Delta do Rio Parnaíba (FDELTA). O resultado do desenvolvimento desse trabalho proporcionou um trabalho monográfico com o título “Perfil e Problemática do Litoral Piauiense”, de autoria do Mestre Professor Francisco Pereira da Silva Filho.

Com o esforço e as providências para atender atividades extracurriculares durante o ano de 1986, o CMRV conseguiu autorização da Reitoria da UFPI, para realizar Concursos Públicos a fim de complementar o quadro de Professores, em regime de TP-20, os quais foram realizados no ano de 1987. A oferta foi de quatro vagas para Professores em regime de T-20 sendo duas vagas para o curso de Ciências Contábeis, uma para Ciências Econômicas e uma vaga para o Curso de Pedagogia.

Apesar do ceticismo de grande parte do povo parnaibano, em relação à implantação do Ensino Superior na sua cidade, a Faculdade de Administração da Universidade Federal do Piauí - FAUFPI, na década de 1970, já despertava o interesse de estudantes de outras cidades do Piauí e de outros Estados brasileiros para seu vestibular, os quais se dirigiam em massa para estudar nesta Faculdade em Parnaíba. Os relatos dos professores Mariano Bento Soares, Lauro Correia e Adilson Farias de Castro, entre outros, dão conta de que, por ali passaram estudantes das cidades piauienses circunvizinhas e das capitais: Fortaleza (CE), Belo Horizonte (MG) e Teresina (PI).

Nesse período dos anos 70 a direção da FAUFPI concentrava muitos esforços para obter recursos, a fim de dar continuidade ao processo efetivo da infra-estrutura que seriam as instalações do CMRV. À época se repetiam as mesmas práticas vividas nos primeiros anos da República, quando a rede de ensino era precária e escassa, obrigando o movimento migratório de estudantes de uma localidade para outra, para encontrar bases para seu futuro, através de novos conhecimentos e ensino de nível superior. Esta era uma prática comum, talvez, pela maioria da estudiantada brasileira que procurava dar prosseguimento aos estudos. (FERRO, 1996).

E, conforme informações registradas no Livro de Ocorrências do CMRV, outra forma de afluência de estudantes universitários para estudar em Parnaíba era através de pedido de transferência de cursos, de outras faculdades dos Estados do Nordeste. Entretanto, observa-se que essas transferências sempre ocorriam de cursos de Pedagogia para os outros Cursos existentes em Parnaíba (Administração, Contábeis e Economia); nunca ao contrário (LIVRO DE OCORRÊNCIA).

E, dentre o cabedal de dificuldades, talvez as condições financeiras fosse um dos maiores empecilhos para a maioria das famílias educarem seus filhos, uma vez que não possuíam recursos mínimos necessários, que garantissem custeio da estadia dos filhos nas cidades que ofereciam melhores condições de ensino. Situação não tão diferenciada dos dias atuais no Brasil inteiro.

Recorda-se que a prática de transferências de jovens e até mesmo de crianças muito pequenas, para locais urbanos que dispusessem de escolarização, são realidades que a historiografia da Educação dá conta. Ferro (1996), refletindo acerca da História da Educação no Piauí na Primeira República, trata sobre o assunto. Entretanto essa situação não foi privilégio somente de Parnaíba e do Piauí, em sua totalidade, mas uma questão da educação nacional brasileira.

Havia, contudo, aqueles estudantes que se aventuravam a avanços mais altos, mesmo sem condições financeiras. Outros permaneciam em seus locais de origem, procurando colocação para estudar e trabalhar. Como eram os casos dos estudantes pobres de Parnaíba e cidades próximas que, já na década de 1960, recorriam à escola “Caixeiral”, à Escola Normal ou ao Colégio “Lima Rebelo”, sublimando sonhos, preparando-se para o exercício profissional, através de outras atividades escolares, quando não podiam alcançar, com suas condições, as universidades que lhes fariam “doutores”. O Prof. Mariano Soares traz a informação de que “os formados na Escola Normal ou União Caixeiral, os melhores que

saíam dessas duas escolas iam dar aulas, saíam para abraçar a carreira do magistério” (ENTREVISTA, 2009).

Porém, de alguma forma a ascensão representava literalmente um sentimento de força para manter motivado esse ideal de ter formação superior, até se completar a implantação da FAUFPI, como de fato viu-se acontecer. Após a entrada em operações da FAUFPI, várias obras de contingências foram realizadas, para facilitar a vida do estudante emigrante; e entre essas obras destaca-se a Residência Universitária, que em seu sentido mais comum, é entendida como sinônimo de “casa”. Essas Casas existiam em algumas cidades brasileiras, à época, mas, como atualmente, nem sempre foram ou são suficientes para a demanda de estudantes que necessitam e recorrem a essas residências de acolhimento e “associação” de estudantes, carentes de recursos financeiros.

Em Parnaíba, a existência de uma “Casa”, certamente, facilitaria a vida do estudante carente. Entretanto, mesmo com a procura crescente pelos cursos superiores em Parnaíba, somente foi instalada uma Residência Universitária no ano de 1983, através de locação de um imóvel para essa finalidade. Perguntado sobre a Residência Universitária do CMRV, o Prof. Mariano Soares disse o seguinte:

Para facilitar a vida do estudante de fora, o CMRV mantém uma casa, a “Casa Universitária”. Há muito tempo existe esta prática, que acomodava um pouco, mas não chegavam a dez moradores, apesar de que, nós sempre tivemos gente de fora. No meu tempo de estudante nós tínhamos colegas de Brasília, São Paulo, do Rio de Janeiro, por exemplo. Mas em pequeno número (ENTREVISTA, 2009).

O Prof. Mariano Soares foi aluno da terceira turma do Curso de Ciências Contábeis do CMRV (1978-83). Recorda que, somente em 1996 foi instalada a segunda Residência Universitária.

Atualmente, a Casa acomoda trinta e oito estudantes, sendo a maioria procedente de Teresina. Mas, segundo os alunos ali residentes, a procura é muito grande. “Se houvesse espaço poderia acomodar mais estudantes carentes”, disse em entrevista (2009) a estudante Valdelânia Brito, uma das residentes na casa desde 2007.

De acordo com a análise dos estudantes, a UFPI foi obrigada a alugar uma casa maior para acomodar mais alunos. Isto ocorreu em consequência do aumento na quantidade de cursos, a partir de 2007. O aumento considerável atribuído ao CMRV foi devido ao projeto

de expansão da interiorização da Universidade Brasileira, ao qual a UFPI aderiu e que está realmente promovendo oportunidade para que a universidade cresça o seu horizonte para o interior, Em Parnaíba, o crescimento foi notado a partir de 2006.

Na visita realizada, durante esta pesquisa, à Residência Universitária, em Parnaíba, para conhecer as condições físicas e ter uma noção mais clara da funcionalidade da “Casa do Estudante” do CMRV, lá foram encontrados alguns estudantes, os quais, ao serem solicitados a falar sobre a sua vivência na Casa, dois deles (Marcos Antônio e Valdelânia Brito) se mostraram dispostos a externar suas impressões.

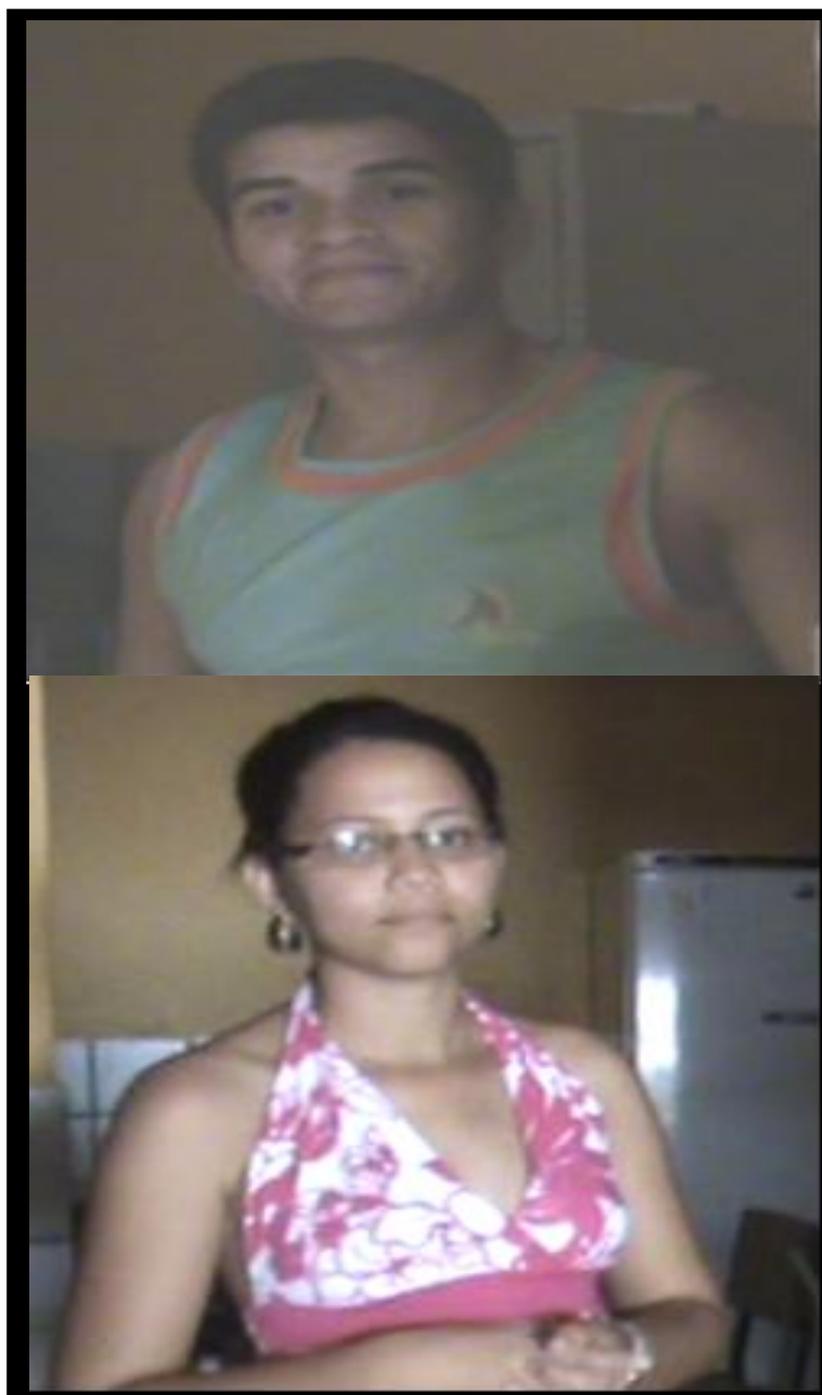


FIGURA 47/48: Retrato dos alunos residentes na Casa Universitária do CMRV, 2009.

Fonte: Acervo particular da Pesquisadora

.O primeiro a falar foi Marcos Antônio, 22 anos, natural de Teresina, estudante de Fisioterapia, e vive na Residência Universitária desde 2007: disse-nos que a Casa que dá abrigo aos trinta e oito estudantes está dividida em duas alas: a feminina e a masculina. E que

o CMRV, além da moradia, oferece uma funcionária, cozinheira, que faz a alimentação no local. O aparato logístico para o ambiente de estudo é constituído de mesas, cadeiras e dois microcomputadores.

Perguntando aos estudantes encontrados na casa (por ocasião da visita desta pesquisadora), como foi que eles souberam desse abrigo para estudantes, como conseguiram vaga no alojamento e, como é conviver no mesmo ambiente, inclusive homens e mulheres juntos, Marcos Antônio novamente foi o primeiro a manifestar-se respondendo do seguinte modo:

Fiquei sabendo que a Casa existe há tempos, mas não sei desde quando. Antes a universidade pagava o aluguel, água e luz e a gente (estudante) se virava com o resto. A partir de 2006 é que ela montou esta casa e assumiu a administração. Esta casa oferece para nós o apoio que nós precisamos. Temos o apoio até de uma Assistente Social que nos acompanha dando apoio, inclusive para monitorar os nossos resultados, questão das nossas notas (ENTREVISTA, 2009).

“A gestão da Casa está sob a orientação de uma Assistente Social.” O que Marcos Antonio relata faz parte de uma das finalidades da Casa Universitária: dar orientação assistida de convivência em grupo e acompanhar o processo de ensino e aprendizagem do aluno, observando os resultados das avaliações e, também, no que diz respeito ao impacto do afastamento familiar. Nesse aspecto, observamos que houve um avanço substancial quanto à preocupação com esses entes, humanos, afastados muito cedo do aconchego familiar; embora, comparativamente, no início do século XX no Brasil e, talvez, no resto do mundo, muitos jovens deixavam os familiares até com menos idade que os deste tempo hodierno.

Para a aluna Valdelânia Brito, viver na Casa, além de estar seguro, viver nela é um aprendizado:

[...] Na casa nós aprendemos muitas coisas, uma delas, que eu acho importante, é aprendermos a conviver com os outros jovens muito diferentes da gente. Eu considero importante para a própria vida. Viver junto, respeitar a individualidade do outro. Nós Vivemos na mesma casa, mas em alas diferentes (ENTREVISTA, 2009).

A Assistente Social além de acompanhar o convívio dos moradores na Casa e a orientar a relação familiar, em função do distanciamento de morada paternal, ela monitora os

resultados das avaliações curriculares dos jovens residentes. Sobre essa posição de responsabilidade, a estudante Valdelânia Brito disse que a Assistente Social é muito cuidadosa, cuida de equilibrar as emoções, monitorando a situação distância familiar, a fim de que a vida que levam estes jovens não venha a repercutir em baixo rendimento acadêmico. Desse modo, complementa Marcos Antônio: – “Ela sempre acompanha para ver como nós estamos. Monitora esses dois lados: universitário e a distância da nossa família, para que nosso afastamento das famílias, as distâncias não se tornem prejudiciais aos nossos rendimentos escolares” (ENTREVISTA, 2009).

Mas segundo a opinião dos alunos, Marcos Antônio e Valdelânia Brito, a ampliação do CMRV está gerando grandes expectativas para a estudantada. Uma delas é que estão construindo o Restaurante Universitário (RU) e assim reflete Valdelânia:

A construção do RU eu acho que vai melhorar muito, não só para nós, que vivemos aqui na Casa, mas para os alunos daqui mesmo, que tem casa aqui e têm pouco dinheiro, mas dependem de transporte, porque um dos critérios para conseguir uma vaga para morar na casa do estudante é para quem não é de Parnaíba. O que se tem até agora é uma cantina (construção da década de 1970), onde o aluno tem que comprar lanche lá, ou então comer fora, que é caro para um estudante, mesmo tendo família aqui. Mas com a ampliação (CMRV) ele (aluno) vai ter sua refeição com baixo custo, pagando somente uma taxa. Os alunos estão animados. E ainda tem o aluno que não é daqui, mas não comporta nos critérios e aí tem que pagar moradia, e com o RU funcionando as despesas deles com certeza vai diminuir e vai ser bom para todo mundo. (ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 49: Cantina do CMRV.

Fonte: Acervo particular da Pesquisadora.

Valdelânia Brito é de Teresina, cursa Licenciatura em Biologia. Vive na Casa do Estudante há dois anos. Esta casa maior, segundo a sua informação e do Prof. Mariano Soares, foi locada recentemente, porque aumentou a quantidade de alunos residentes. Valdelânia Brito diz que foram as circunstâncias que a fizeram deixar sua casa e familiares porque, embora em Teresina tenha o curso de Biologia nas duas Universidades Públicas, ela não conseguiu êxito nesses vestibulares e por isso diz: “a casa atende às minhas necessidades, porque em Teresina, que é onde vive minha família, eu não consegui passar, lá onde eu tenho casa. Eu passei foi aqui”. (ENTREVISTA, 2009).

Atualmente os moradores da “Casa” em Parnaíba pertencem a cursos bem diversificados, entretanto a maioria é do curso de Fisioterapia e isso é curioso, pois a FAUFPI ao instalar-se com o Curso de Administração de Empresas no CMRV, em 1975, logo em seguida abriu neste Campus os Cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas e treze anos depois da instalação dessa IES, na Cidade, foi a vez do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, habilitação para o Magistério, como disse, significativo, inclusive, para a região Norte do Estado. Então, por que a Casa hospeda em sua maioria estudantes de Fisioterapia? A resposta para esta pergunta não foi buscada agora, porque a questão está fora do objeto da presente pesquisa, que pretende, especialmente, resgatar a história e memória do CMRV/UFPI.

Para Certeau (2003), o CMRV se configurou numa indicação de estabilidade para o Ensino Superior em Parnaíba, pois a FAUFPI transformou o lugar CMRV em “lugar praticado” (p. 202), modificado em espaços abertos para construção de novos movimentos culturais, gerando novos modelos de produção, pelo poder transformador do conhecimento aprendido sistematicamente.

Uma das práticas para apreensão sistemática de conhecimentos foi a implantação de mais dois Cursos Superiores, logo que o Curso de Administração mudou-se das ruas do centro de Parnaíba para as novas instalações no CMRV, início do segundo semestre de 1975. Os procedimentos em prol da criação de novos cursos iniciaram-se, priorizando-se o Curso de Ciências Contábeis e Atuariais. Para pleitear por esse objetivo, o Coordenador do Curso de Administração de Empresa, provavelmente orientado e autorizado pela Reitoria da UFPI, divulgou Portaria nº 16 datada de 2-6-1975, que designava a constituição de um Grupo-Tarefa, a fim de estudar a viabilidade da criação do referido Curso. O Grupo foi formado pelos Professores: Onofre Martins de Sousa Filho (Administrador), Getúlio Piauiense Lages Gonçalves (Economista), Maria José Ferreira de Sousa (Contadora), Joaquim Carvalho

(Contador), Raimundo Nonato de Siqueira (Contador) e Alcenor Rodrigues Candeira Filho (Advogado).

Sabe-se, entretanto, pelas memórias do arquivo vivo da comunidade acadêmica de Parnaíba, que os Congregados iniciaram os procedimentos estratégicos para criação do novo curso, antes mesmo que ocorresse a transferência da FAUFPI (que funcionava, conforme já foi informado, em locais separados, no centro da cidade), para as dependências do CMRV. Assim, ao iniciar-se o segundo período letivo nos espaços do CMRV, em agosto de 1975, o Grupo-Tarefa pôde acompanhar com mais eficiência o andamento da proposta para a criação de novos Cursos.

O resultado dos muitos esforços concentrados gerou um resultado além do esperado, pois, junto ao curso solicitado, foi aprovado, também, o curso de Ciências Econômicas. Desse modo, os dois cursos de Bacharelados: Ciências Contábeis e o de Ciências Econômicas iniciaram em 1976. Todavia os Registros de Cursos datam de 16-10-1981, através da Portaria do Ministério da Educação nº 85, publicada no Diário Oficial da União em 20-1-1981, página 1.214. Embora a Primeira Turma tenha iniciado em 1976 e a Colação de Grau da mesma tenha ocorrido em 9-9-1980. Mas é norma do MEC somente reconhecer e registrar o curso após a colação de grau da primeira turma.

Para a criação dos novos cursos de graduação profissional em Parnaíba, foi feita uma pesquisa para medir esta perspectiva junto à população parnaibana. Foi sugerido na pesquisa opção entre três cursos: Ciências Contábeis, Ciências Econômicas e Pedagogia. A população consultada optou, primeiramente, pelo curso de Ciências Contábeis e depois pelo curso de Ciências Econômicas, ficando em terceiro nesta escala, de preferência, o curso de Pedagogia. Os dois primeiros cursos foram implantados logo em 1976, e somente na década de 1980 a população de Parnaíba dirigiu o olhar com maior profundidade para o Curso de Pedagogia, magistério, formação de professor. Referindo-se à época da realização da pesquisa, o Prof. Lauro Correia recorda assim: “apesar do nome do Curso de Pedagogia ter sido pensado, lembrado, a sugestão não foi aceita. Veio depois Pedagogia, somente depois”. (ENTREVISTA, 2009). O primeiro Currículo do Curso de Ciências Contábeis da CMRV/UFPI era formado, considerando as disciplinas distribuídas numa carga horária de 2.700 horas aulas, para um período ideal de cinco anos e máximo de oito anos.



Figura 50: Fluxograma de Ciências Contábeis
Fonte: Coordenação do Curso do CMRV

Este enquadramento por disciplina manteve o desempenho do Curso até o ano de 1993. A partir de 1994, o CMRV/UFPI atendendo à solicitação do CFE, através da Portaria de nº 03 de 5-10-1992, que fixou os conteúdos e duração mínima do referido curso, a fim de que pudesse o segmento de ensino superior acompanhar o equacionamento político, econômico e financeiro adotado no país, no contexto global e que, após a implantação do Curso de Ciências Contábeis na UFPI, essas mudanças, que afetaram profundamente as organizações governamentais e privadas, modificaram, também, o pensamento do Conselho e este chegou à conclusão de que o currículo em prática estava apresentando deficiências, dificultando a formação das demandas. E, por outro lado, a própria CMRV/UFPI, ciente da urgente necessidade de reformulação, além do que, entendendo que a razão primeira do Curso de Ciências Contábeis que é preparar e oferecer capital humano para atender às necessidades das empresas, acatou a orientação do CFE.

Desse modo, foi desenvolvido um projeto de pesquisa que atendesse às orientações do CFE, fazendo com que a formação acadêmica do CMRV/UFPI possibilitasse ao profissional Contabilista apreender habilidades e competências que pudessem atender às necessidades do mercado regional, sem, no entanto, perder de vista o mercado global.

Para alcançar esse objetivo, a referida pesquisa consultou pessoas de três segmentos da sociedade: empresários da cidade, alunos egressos e alunos matriculados no Curso (48 ex-

alunos, 44 alunos e 75 empresas). O resultado da análise apontou a conveniência de se organizar um currículo mais voltado para o aproveitamento prático dos conhecimentos, com uma carga-horária passando de 2.700 horas, anterior, para 3.480 horas, atuais. O novo currículo implantava 400 horas de prática de Laboratório; com três categorias distintas de formação (Formação Geral Humanística e Social, Formação Profissional Básica e Específica e Formação Complementar Instrumental), pelas quais os alunos devem passar, fazendo prática, correspondendo a 16%, 68% e 16% da carga horária de cada categoria de formação do curso, respectivamente (SOUZA SILVA, 1995).

O Prof. Mariano Soares recorda dos primeiros tempos e das dificuldades de ampliar o quadro de professores:

Na primeira turma, não tínhamos professores específico da área do curso. Mas já dos Cursos de Ciências Econômicas e de Ciências Contábeis já tínhamos professores formados em áreas específicas, condizentes com as necessidades dos cursos. Foram trazidos de Fortaleza, por exemplo, os professores Reinaldo, Mac Doublé, entre outros. O professor Assis Costa, parnaibano residente no Rio de Janeiro, retornou e nunca mais voltou. O Mac Doublé chegou a ser diretor do Campus. Com ele veio o pessoal de Economia. E outros daqui passaram a lecionar (ENTREVISTA, 2009).

Comparativamente, esta citação da realidade dos novos cursos é a mesma narrada pelos ex-alunos das primeiras turmas do Curso de Administração, conforme, por exemplo, o teor da expressão colocada por Adilson Castro, ex-aluno daquela primeira turma, que afirmou o seguinte: “Não tive um professor formado em Administração; o Lauro Correia era um administrador amparado na Lei de 1964” (ENTREVISTA, 2009).

Quadro 15: Relação dos Docentes do Curso de Ciências Contábeis do CMRV/UFPI/2009

NOME	GRATUAÇÃO	TITULAÇÃO
Alcenor Rodrigues Candeira Filho	Ciências Contábeis	Graduado
Álvaro José Ribeiro Caldas	Ciências Contábeis	Especialista
Antonio Carlos Vilarinho Barbosa	Ciências Contábeis	Mestre
Ely Bezerra	Ciências Contábeis	Especialista
Francisco de Assis Rodrigues da Costa	Ciências Contábeis	Especialista
Marco Antonio de Sousa Correia	Ciências Contábeis	Especialista
Maria Rosana de Jesus Tribuzi	Ciências Contábeis	Mestra
Raimunda Costa Cantuária	Ciências Contábeis	Mestra
Rogério Ferreira dos Santos	Ciências Contábeis	Mestre
Rossália Maria de Sousa Silva	Ciências Contábeis	Mestra
Salvina Lopes Lima Veras	Ciências Contábeis	Especialista
Total		11

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV

O Curso de Ciências Econômicas foi implantado juntamente com o de Ciências Contábeis e, em consequência das mudanças por que o país passou, principalmente durante o processo de substituição de importação de bens de consumo, a rápida urbanização e o predomínio das atividades econômicas urbanas; a abertura de novas frentes e o deslocamento da fronteira humana e econômica, e todas as mudanças provocadas pelo acelerado movimento das relações globais, levou o MEC a fixar os mínimos conteúdos e a duração a serem observadas no Curso de Ciências Econômicas. Considerando que o currículo deste curso era o que estava em vigor para alunos que ingressaram até o ano de 1984. Então o CMRV, consciente de suas responsabilidades frente ao que vinha ocorrendo no Brasil globalmente, resolveu reestruturar o Currículo deste Curso. A partir do início do segundo semestre de 1996, o Curso de Ciências Econômicas do CMRV apresentou um novo Currículo.

Quadro 16: Relação dos Docentes do Curso de Ciências Econômicas do CMRV/UFPI

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Ângela Maria Martins Bacelar	Ciências Econômicas	Mestra
Anísio Almeida Neves Neto	Ciências Econômicas	Especialista
Antonio Laécio Melo de Freitas	Ciências Econômicas	Mestre
Aracy Alves de Araújo	Ciências Econômicas	Mestre
Ariosto de Oliveira Lima	Ciências Econômicas	Especialista
Cynthia Diniz Machado Martins de Sousa	Ciências Econômicas	Especialista
Heliana Mary da Silva	Ciências Econômicas	Mestra
José Duarte Baluz	Ciências Econômicas	Especialista
José João Siqueira de Araújo	Ciências Econômicas	Especialista
Lívio Ribeiro dos Santos Neto	Ciências Econômicas	Especialista
Maria Helena Cortez de Melo Pires	Ciências Econômicas	Mestra
Vera Beatriz Martins Bacelar	Ciências Econômicas	Mestra
Total		12

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV

De acordo com Ronaldo Pinto Marques, um Curso de Pedagogia, embora tenha constado na intenção dos idealizadores teresinenses nos primórdios da criação da UFPI, não estava incluído no projeto dos comerciantes e intelectuais representantes da FEP, para a implantação do Ensino Superior em Parnaíba, cuja pretensão inicial foi criar um Curso de Ciências Econômicas. Declinando dessa possibilidade, voltaram-se as decisões para criação do primeiro Curso de Administração do Piauí (1969), que representou o ponto de partida para a criação do CMRV e fundamentação básica para toda a trajetória da história de vida desse Campus.

O Prof. Mariano Soares recorda que, à época da criação dos cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Econômicas foi realizado pesquisa, para saber quais as expectativas da população a respeito de novos cursos para serem criados pela UFPI no CMRV, e que o resultado da pesquisa apontaria as tendências de mercado para a utilização dos cursos instalados, ressaltando-se que o curso de Pedagogia, também, fez parte no processo dessa pesquisa. As recordações do Prof. Mariano Soares, manifestando sua passagem profissional no CMRV, foram narradas do seguinte modo:

Eu comecei a trabalhar no início do ano de 1975, como Escriturário I. A Secretaria funcionava lá na Rua Duque de Caxias. Eu lembro que para a criação dos novos cursos, antes de 1976, nós só tínhamos aqui em Parnaíba somente um curso superior, era o Curso de Administração de Empresas. Naquela época, foi feita uma pesquisa apresentando os três cursos e o pessoal optou primeiramente pelos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, depois é que o Curso de Pedagogia foi criado, e

apesar do pedido ter sido feito junto com o dos outros, não fomos atendidos. Veio depois Pedagogia, somente depois (ENTREVISTA, 2009).

O relato do Prof. Mariano Soares corrobora com o projeto da elite empresarial e intelectual de produzir capital humano para a demanda de trabalho produtivo. Mas naquela época surgiram lideranças que investiram esforços para que o curso de Pedagogia fosse criado no CMRV. Professores como Maria Cristina de Moraes Souza Oliveira, Manoel Jaime Filho e Francisco Filho são algumas dessas personalidades no campo da educação que investiram esforços a fim de exigir das autoridades a criação de curso de habilitação em Pedagogia em nível superior, para formar demanda exigida pela Lei 5692/71, que vigorava naquele momento, para atuarem nas séries de 1^a a 4^a e nas Escolas Normais, formação de professor. A Prof^a Maria Cristina, líder do movimento, deu o seguinte depoimento acerca de sua atuação, para a Prof^a a Sônia Nascimento (2007):

[...] A partir dos anos 80, começamos a nos preocupar, como profissionais, com a formação dos professores já que a nova Lei de ensino de 1971 exigia habilitação em nível superior aos profissionais, da educação, para atuarem da 5^a série em diante. [...] Mas eram incessantes os pedidos para que a UFPI, através do CMRV, disponibilizasse cursos na área de educação. [...] Liderei um grupo que elaborou um projeto inicial com o Prof. Francisco Filho e o Prof. Jaime, para conseguirmos a atenção das autoridades para os anseios justos da classe do magistério em Parnaíba (CRISTINA *apud* NASCIMENTO, 2007, p.35).

Embora sendo exigência legal, o curso de Pedagogia existia somente no Campus de Teresina, ainda que, em Parnaíba, o CMRV dispusesse de salas ociosas, no turno da tarde, conforme relatou, nesta pesquisa, o Prof. Manoel Jaime Filho, depoente, também, da Professora Sônia Nascimento (2007). De certo que, na década de 1980, pelo menos três condições básicas justificavam o empenho dispensado para que o Curso de Pedagogia fosse criado em Parnaíba: 1) a exigência legal; 2) a existência de local para instalação do curso; e, 3) a existência de uma demanda ociosa de pessoal com potencial para profissionalizar-se e de professores com interesse em qualificar-se, mesmo que, em 1975, tenham funcionado os Cursos de Curta Duração em Letras, em Estudos Sociais e o de Pedagogia (Administração e Supervisão), conveniados com a Secretaria de Educação do Estado do Piauí, com o intuito de qualificar alguns professores vinculados à Rede Estadual de Ensino do Piauí. Essa ação, todavia, não representou uma suficiência para o que, à época, de fato se queria chegar, uma

vez que, nem mesmo a demanda total da Rede Estadual foi contemplada. Além do que eram cursos ofertados apenas em Regime Especial e, mesmo assim, funcionou apenas um ciclo; como rememora o Prof. Mariano Soares, “Foi uma turma... Foi somente uma turma, depois paralisou” (MARIANO, ENTREVISTA, 2009).

Praticamente, o Curso de Pedagogia permaneceu defendido no ideário de alguns poucos intelectuais da cidade, que compreendiam a importância de um curso dessa qualidade, para atender às aspirações de professores e alunos desejosos por dar continuidade aos estudos na área de educação. Com o transcorrer dos anos, aquilo que existia sob o aspecto de desejo, para uma representação de intelectuais transformou-se em estado de necessidade e assim tomou forma, para a comunidade parnaibana, pois na cidade havia carência de professores habilitados e qualificados, para atender no magistério do Ensino Fundamental e na Escola Normal. Porque os poucos professores com Licenciatura da cidade, para se graduar deslocavam-se para a Capital, Teresina, ou para cidades de outros Estados. Segundo as informações de Maria Cristina, a direção tomada por esses parnaibanos geralmente eram as cidades de Fortaleza e Sobral no Ceará e em nosso Estado do Piauí, era Teresina.

Ora, um Curso de Pedagogia na cidade de Parnaíba, certamente, evitaria que a juventude professoral voltada para o interesse na formação pedagógica, emigrasse para outros campos de cultura, em busca do saber técnico-profissional; mesmo aqueles possuidores de maiores recursos financeiros, pois aqueles com poucos recursos permaneciam sem se qualificar em nível superior. Sem contar que, muitas vezes, aqueles jovens que conseguiam estabelecer-se nas cidades, para estudar, após a conclusão do curso, empregavam-se e não retornavam para Parnaíba.

A história e memória do CMRV guardam esses acontecimentos se repetindo no teor das primeiras conversas acerca da criação do primeiro Curso Superior de Administração do Piauí (em Parnaíba, por volta do final da década de 1950 até o final da de 1960), abrangendo as idéias para fixar os jovens na sua localização de origem, até estes dias, e fatos persistem apontando o problema, sem apresentar uma solução plausível, embora o discurso sobre a questão da “dívida com a sociedade” continue com a mesma forma de resgate: o Ensino Superior. À época, a idéia era formar contingente para suprir o mercado de trabalho imbuído de novos métodos de produção e novas tecnologias. No momento, mais presentemente, o discurso declinou para a formação de professores e para melhorar a qualidade de ensino na cidade.

Mas, as persistências daqueles professores investidos da clareza da responsabilidade social, tendo à frente o Prof. Lauro Correia, à época, Diretor do Campus, que através de exposição de motivos, colocaram renovadas solicitações junto ao Reitor, Prof. Camilo Filho (assim como junto aos Reitores, João Ribeiro e Lineu Araújo), e que em julho de 1984, na gestão de Israel Correia vislumbraram os resultados dos esforços investidos, uma vez que seus projetos foram estabelecidos na prática e, enfim, a UFPI criou no CMRV, o curso de Licenciatura Plena em Pedagogia com Habilitação para o Magistério. Então, mesmo após essa longa espera, o Curso de Pedagogia foi aprovado pelo Conselho Universitário, cuja primeira turma iniciou em 1985, com o primeiro vestibular. E a proposta curricular do curso foi estruturada em blocos semestrais de disciplinas. Cada bloco tinha em média cinco disciplinas, combinando disciplinas de caráter mais teórico e geral com disciplinas de caráter técnico e específico, compreendendo um total de 2.760 horas distribuídas em três categorias, distinguindo-se, disciplinas obrigatórias, disciplinas optativas (oferecidas conforme o interesse do aluno) e disciplinas eletivas (ofertadas em qualquer curso da UFPI) e o estágio Supervisionado.

Com a conclusão da carga horária, o aluno de Pedagogia habilitava-se a exercer a docência de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental e a docência nas disciplinas pedagógicas nas Escolas Normais. No quadro a seguir, pode-se vislumbrar a primeira proposta curricular do Curso de Pedagogia do CMRV/UFPI:

Quadro 17: Transcrição da primeira Proposta Curricular do curso de Pedagogia do CMRV até 1996.

Continua

1º PERÍODO (BLOCO I)			
Disciplina	Crédito	C/H	Prerrequisito
- Português I	4.00	60	-
- Língua Estrangeira (Inglês ou Francês)	4.00	60	-
- Matemática I	4.00	60	-
- Introdução à Educação	3.00	45	-
- Filosofia da Educação	5.00	75	.-
2º PERÍODO (BLOCO II)			
Disciplina	Crédito	C/H	Prerrequisito
- Português II	4.00	60	- Português I
- Conhecimento de Aritmética e Geometria	4.00	75	-
- Int. à Metodologia Científica	5.00	60	Matemática I
- Psicologia da Educação I	4.00	75	-
- História da Educação I		60	-

Continuação

3º PERÍODO (BLOCO III)			
Disciplina	Crédito	C/H	Prerrequisito
- Com. e Expressão em Língua Nacional I	5.00	75	-
- Estatística Aplicada à Educação	5.00	75	Matemática I
- Educação Brasileira	4.00	60	-
- Psicologia da Educação II	4.00	60	
- Economia da Educação I	4.00	60	Psic. da Educação
4º PERÍODO (BLOCO IV)			
Disciplinas	Crédito	C/H	Prerrequisito
- Com. e Expressão em Língua Nacional II	5.00	75	C. Exp em L Nacional I
- Estudos Sociais I	4.00	60	Int. à Met.Científica
- Métodos e Técnicas da Pesquisa Pedagógica	5.00	75	-
- Biologia da Educação	3.00	45	-
-Planejamento da Educação	4.00	60	
5º PERÍODO (BLOCO V)			
Disciplinas	Crédito	C/H	Prerrequisito
- Literatura Infantil	4.00	60	-
- Estudos Sociais II	4.00	60	-Estudos Sociais I
-Sociologia da Educação I	4.00	60	-
- Estrutura e Func. do Ensino de 1º e 2º graus	5.00	75	-
-Disciplina (s) optativa (s)		60	-
6º PERÍODO (BLOCO VI)			
Disciplinas	Créditos	C/H	Prerrequisito
- Arte – Educação	3.0.0	45	-
- Ciências I	4.0.0	60	-
- Sociologia da Educação II	4.0.0	60	-Soc. da Educação
- Currículos e Programas	5.0.0	75	Est. Func. do Ens. de 1º/2º graus
7º PERÍODO (BLOCO VII)			
Disciplinas	Créditos	C/H	Prerrequisito
- Metodologia da Alfabetização	4.0.0	60	-
- Recreação e Jogos	4.0.0	60	-
- Ciências II	4.0.0	60	-Ciências I
- Psicologia Social	4.0.0	60	-Psic. da Educ.II
- Didática I	5.0.0	75	-
- Recursos Audiovisuais	2.0.0	30	-
8º PERÍODO (BLOCO VIII)			
Disciplinas	Créditos	C/H	Prerrequisito
- Metodologia do Ensino I	4.0.0	60	-
- Metodologia do Ensino II	4.0.0	60	-
- Metodologia do Ensino III	4.0.0	60	-
- Psicodinâmica das Relações Humanas	3.0.0	45	-
- Avaliação da Aprendizagem	5.0.0	75	-

Continuação

9º PERÍODO (BLOCO IX)			
Disciplinas	Créditos	C/H	Prerrequisito
- Estágio Supervisionado em Disciplinas - Pedagógicas e Áreas de Estudos de 1º Grau	7.00	315	-Conclusão do 8º Período.

Fonte: Coordenação do Curso de Pedagogia do CMRV/UFPI.

Ao relatar sobre a própria experiência nesse curso de Pedagogia, a ex-aluna e, agora, Professora, Ivana Ibiapina, fez o seguinte resgate da memória e sua história, no Curso de Pedagogia e no CMRV:

Cursei Pedagogia, mas eu já era professora do CMRV. Quando fui investida no cargo de Professora no Curso de Economia, em 1992, ao assumir as disciplinas percebi uma nova situação. Deparei-me com uma realidade diferente da por mim vivenciada. Eram pessoas adultas, para ministrar disciplinas muito teóricas. Embora, inicialmente eu tenha ficado com a disciplina Introdução à Metodologia Científica, pois a disciplina Teoria Clássica era muito teórica e eu achei que precisaria de mais competências do que as que eu já havia construído, enquanto trabalhava no ensino médio, na minha profissão. Por isso, eu fui atrás de estudar, procurar um curso que pudesse me ajudar com leituras, com aprofundamentos mais teóricos, metodologia, para me ajudar nessa carreira que eu havia escolhido que era de ser professora (ENTREVISTA, 2009).

As lembranças da Prof^a Ivana Ibiapina mostram a importância de um Curso de Pedagogia, formação para o Magistério, seja ele voltado para qual seja o nível de Ensino. E trazendo essa importância para a vida da cidade, certamente Parnaíba teve muito a lucrar com o investimento na qualidade do ensino.

Em 1988, para suprir a necessidade dos alunos do curso de Pedagogia, montaram um Projeto Educacional, que de certo modo fosse útil aos funcionários e professores do CMRV, e mediante pesquisa foi criada uma Escola de Aplicação. Esta escola nasceu com o propósito de favorecer aos alunos do curso de Pedagogia, com uma plataforma onde eles pudessem realizar os seus estágios de final de Curso e como laboratório de pesquisa e experiências pedagógicas trabalhando com os filhos dos Professores e Funcionários, bem como as crianças da comunidade nas imediações do Campus, oferecendo-lhes uma escola pública de boa qualidade (MARIA CRISTINA, 1995).

A Prof^a Francimar Brito, refletindo sobre os objetivos da Escola de Aplicação, diz que superou as expectativas iniciais; uma vez que a sua finalidade era apoiar somente os filhos dos servidores do Campus, em matéria de reforço escolar. Nesse critério, há concordância entre o seu ponto de vista e o da Prof^a Ivana Ibiapina, pois, segundo a mesma, nesse primeiro momento de criação da Escola de Aplicação, certamente que foi aceito pelos funcionários e Professores do CMRV a prestação de serviço de apoio social. E para a Prof^a Francimar Brito, com a superação das expectativas, com a abertura do serviço para a comunidade quem ganhou foi a cidade, que ganhou mais uma escola de qualidade. Na atualidade, a Escola de Aplicação atende uma expressiva demanda de alunos de 1^a a 4^a séries do Ensino Fundamental, especialmente aqueles que residem nas imediações do Campus (FRANCIMAR *apud* NASCIMENTO, 2007).

Sobre os serviços prestados pela Escola de Aplicação, a Prof^a Ivana Ibiapina disse o seguinte:

[...] Eu acompanhei uma parte da luta da Professora Maria Cristina Moraes Sousa para implantar a escola de Aplicação. Participei como aluna, nesse movimento. A Escola de Aplicação começou como escolinha de deveres, onde os alunos de Pedagogia ajudavam nos deveres das Escolas Regulares. Depois, em parceria com a Prefeitura, com muita luta da professora Cristina Moraes Sousa e outros professores do Curso fizeram dela uma escola regular. A Escola de Aplicação foi muito vantajosa para os alunos do Curso de Pedagogia. A nossa habilitação era de 1^a a 4^a série e para a formação de professores da Escola Normal. Então, a escola de Aplicação era muito importante para os alunos fazerem os projetos práticos com os alunos. E os alunos de primeira à quarta (acho que começou primeiro com a primeira série e depois a segunda...). E, depois ela foi ampliando até ficar Ensino Fundamental de primeira a quarta série. Desse modo, os alunos da Pedagogia saíam para o outro turno para fazer a aplicação; fazer os seus projetos, projetos de pesquisa, extensão e o Estágio Supervisionado que, nesse período era feito na Escola de Aplicação e na Escola Normal; porque eram duas habilitações, de 1^a a 4^a e Formação de Professores. Alguns funcionários técnicos administrativos colocaram os filhos na escola de Aplicação, acredito que os docentes não. Eles não iam tirar os filhos das escolas particulares para colocar em escola de Aplicação. Acredito que serviu mais para as famílias dos arredores. Para os técnicos e docentes; não acredito que filhos de professores... Não! Foram mais os filhos dos técnicos administrativos (ENTREVISTA, 2009).

Pelo relato da Prof^a. Ivana Ibiapina, a intenção dos idealizadores para a criação da Escola de Aplicação, em parte, não foi alcançada, no que se refere à prestação de serviço aos funcionários e professores do CMRV; talvez porque esses servidores ainda que pertencessem à categoria intelectual, não acreditassem nos bons propósitos da Escola de Aplicação e, por outro lado, pareceu não crerem no próprio produto da casa.

A apreciação da Prof^a. Ivana Ibiapina merece atenção e remete ao pensamento sobre qual tipo de formação de professores as universidades estão dando. O depoimento da Professora Ivana Ibiapina revela de alguma forma o pouco crédito que a escola pública brasileira vem tendo há décadas, sendo assim, necessário se faz repensar as práticas de formação nas universidades, a fim de que se possa acreditar e valorizar no que ela produz.

Embora existisse demanda de professores na cidade que desejassem prosseguir com seus estudos no campo pedagógico, nos anos que antecederam, proximamente, o ano de 1976, os jovens estudantes, que terminavam o Segundo Grau, principalmente, os formados na Escola Normal, iniciaram as campanhas em prol da criação do Curso de Pedagogia.

Atualmente o currículo do Curso de Pedagogia está em processo de avaliação, visando adequar-se, conforme a tecnologia em vigor, a fim de continuar formando profissionais qualificados e preparados para o mercado de trabalho. De sua criação ao atual momento passou por reformas, seguindo as diretrizes legais. Assim, alterou a sua denominação e habilitações, bem como a carga horária. Desse modo, o Curso de Pedagogia, do CMRV, modalidade Licenciatura Plena, abrange duas áreas de formação: uma denominada Docência – referente aos anos Iniciais do Ensino Fundamental (1^a a 4^a séries), e, a outra, Gestão Educacional. Ambas as modalidades têm a duração ideal de quatro anos e meio, e a projeção máxima de sete anos para uma carga horária de 3.015 horas e 201 créditos, acrescidos de 200 horas aulas de atividades acadêmico-científico-cultural, totalizando 3.215 horas.

Com o processo de departamentalização ocorrido em 1997, esse curso passou a pertencer ao Departamento de Ciências Sociais, da Educação e Desporto cuja Chefia, hoje, se encontra sob a responsabilidade da Professora Especialista Maria Agerzimília Costa e sob a Coordenação da Professora Mestre Maria do Perpétua Socorro Beserra Soares.

Quadro 18: Professores do Curso de Pedagogia do CMRV dezembro/2008

DOCENTE	TITULAÇÃO
Belina Augusta de Oliveira	Especialista em Educação
Elieide Nascimento Silva	Mestra em Educação
Francisco Iweltman Vasconcelos Mendes	Mestre em Educação
Geraldo Costa Filho	Mestre em Sociologia
José Maria Alves de Araújo	Mestre em Psicologia
Luciana Matias Cavalcante	Doutora em Educação Brasileira
Magna Coeli Sousa Silva Galas	Mestra em Educação Brasileira
Maria Agerzimília Costa	Especialista
Maria José Albuquerque da Silva	Doutora em Educação Brasileira
Maria Patrícia Freitas de Lemos	Doutoranda em Educação
Maria Perpétua do Socorro Beserra Soares	Mestra em Educação
Maria Rejane Lima Brandim	Mestra em Educação
Marly Macedo Queiroz	Mestra em Educação
Francimar Aragão Brito	Especialista
Manoel Jaime Filho	Especialista
Maria Cristina de Moraes Souza Oliveira	Especialista
Rosalina Rodália Aragão Costa	Especialista

Fonte: Pesquisa realizada em fontes primárias do Curso de Pedagogia do CMRV.

3.5 Equiparação do CMRV à categoria de Centro e a participação no Conselho Diretor da UFPI

No final de 1992, para fins administrativos, o CMRV foi equiparado à categoria de Centro, usufruindo dessa forma de todos os benefícios estruturais e operacionais que esta equiparação representa, isto é, direitos de participação nos Conselhos de Administração, Universitário e de Ensino, Pesquisa e Extensão, através do seu Diretor e de professores, eleitos. Vale lembrar, entretanto, que no ato de constituição da UFPI, (1971) através da integralização/incorporação das faculdades, a Faculdade de Parnaíba, representada pela FEP, na pessoa de seu representante, o Diretor, Professor Cândido Almeida Athayde passou a fazer parte da Administração da FUFPI, conforme as diretrizes do Regimento Geral, que determinava que o Conselho Diretor fosse constituído de “oito membros todos nomeados pelo Presidente da República [...] (inciso V) e, um (1) indicado pela Fundação Educacional de Parnaíba [...]”. Mas, na Resolução nº 049/82, o Reitor da UFPI, no uso de suas atribuições e

tendo em vista a decisão do Conselho Diretor da FUFPI, em reunião de 19-4-82, definiu que o Conselho Diretor, a partir daquela data, seria constituído “de sete (7) membros titulares e sete (7) suplentes, escolhidos dentre pessoas de ilibada reputação e notória competência, e nomeados pelo Presidente da República”. A mudança da composição do Conselho Diretor criado em 1971 e o de 1982, pode ser apreciada a seguir:

Quadro 19: Composição do Conselho Diretor da FUFPI e participação de representante da FEP

CONSELHO DIRETOR	
1971- 8 MEMBROS nomeados pelo Presidente da República	1982 – 7 MEMBROS nomeados pelo Presidente da República
2 livre escolha do Presidente da república	3 livre escolha do Presidente da República
1 indicado pelo MEC	1 indicado pelo MEC
2 indicados pelo Governo do Estado	1 indicados pelo Governo do Estado
2 indicados pela Sociedade Piauiense de Cultura	1 indicados pela Sociedade Piauiense de Cultura
1 indicado pela Fundação Educacional de Parnaíba	1 indicado pela Fundação Educacional de Parnaíba

Fonte: Certidão de Constituição da FUFPI/1971; Resolução nº 04/82.

Observa-se que houve um aumento do número de participantes da área do Governo Federal, nas decisões da FUFPI.

Em 1995, a Congregação do CMRV aprova o Regimento do CMRV e no ano seguinte este documento foi aprovado pelo Conselho Universitário. E em março de 1997, após esse processo de organização, implantam-se os Departamentos e Coordenadorias de Extensão, Pesquisa e Planejamento. Concretiza-se, portanto, a materialidade da organização estrutural.

O Conselho Diretor da Fundação Universidade Federal do Piauí, no ato da criação da FUFPI, foi formado por oito membros, todos nomeados pelo Presidente e foram escolhidos dentre as pessoas de comprovada reputação e notória competência profissional, cuja norma seria que a Presidência da República teria liberdade de escolher dois representantes; o governo do Estado também dois; o MEC escolheria um representante; a sociedade Piauiense de Cultura escolheria um representante e, por fim, a Fundação Educacional da Parnaíba escolheria, também, um representante. Cada representante e respectivo suplente não teriam direito a remuneração, entretanto poderiam receber “jeton” de presença à sessão.

Com estas formas de inserção no ambiente da burocracia e da política educacional desenvolvida no País, o CMRV consolidou sua posição natural entre as mais respeitadas IES e abriu sua visão para o horizonte da expansão científica e tecnológica do Século XXI.



CAPÍTULO IV
CMRV NO SÉCULO XXI E PROCESSO
EXPANSIONISTA DA UFPI

CAPÍTULO 4

CMRV NO SÉCULO XXI E PROCESSO EXPANSIONISTA DA UFPI

Este Capítulo trata sobre as ações administrativas organizacionais dos poderes públicos, relacionadas com as atividades da UFPI e, também, algumas memórias sobre atitudes individuais, que se fizeram peculiares no trabalho da construção do ensino superior, na cidade de Parnaíba, e que, também, vinculam a presença do CMRV ao Século XXI como vitrine do processo expansionista da UFPI, considerando o desenvolvimento, projetado e executado por essa IES, para o CMRV, na perspectiva de atender às necessidades globais, advindas do novo mundo tecnológico, que exige a apreensão de novos conhecimentos e novas práticas de produtividade, as quais remetem à utilização das experiências constituídas no final do Século XX e que, neste início do Século XXI, já demonstram a positividade prevista para os resultados desejados.

4.1 Passos iniciais do processo expansionista do CMRV

A UFPI investiu na proposta do Governo Federal, que pretende expandir o Ensino Superior brasileiro. E, para esta finalidade, elaborou o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), à luz das recomendações do CNE e que, aprovado pelo Conselho Universitário, a partir de 2005, esta IES estreou seu processo expansionista e estabeleceu, assim, compromisso com o MEC, pelo período de cinco anos, a contar de 2005, para desenvolver ações monitoradas, que resultem na consolidação e expansão do Ensino Superior no Estado do Piauí; garantindo a prática do direito constitucional. Neste contexto, configura-se, também, a efetivação de um dos objetivos do Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que prevê dotar as universidades federais de condições necessárias, para ampliar o acesso e garantir a permanência do alunado, na educação superior, cuja meta é prover a educação superior para,

pelo menos, 30% dos estudantes, na faixa etária de 18 a 24 anos, até o final dos próximos dez anos.

O Reuni é um canal do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) do governo federal, que, com ele, pretende, entre outras coisas, reduzir a taxa de evasão nas universidades federais, aumentar o número de vagas nessas instituições e promover modificações nas estruturas acadêmicas. No Acordo de Metas assinado em Brasília, a questão da evasão e da relação professor/aluno são duas das principais condições a serem cumpridas para que as universidades tenham acesso ao dinheiro investido. Segundo Arquimedes Ciloni, presidente da Andifes (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior), o aumento dessa relação, proposto no Reuni, é compatível com a capacidade das instituições federais. Mas, se por um lado há entusiasmo por parte do Governo Federal quanto à aplicabilidade do REUNI, por outro existem aqueles que não têm grandes expectativas, de longo prazo. Para Cristóvam Buarque e Paulo Renato Souza (2008), esse projeto não resolverá o problema do acesso ao Ensino Superior no longo prazo. Segundo os ex-ministros da Educação, o governo só resolverá o problema do acesso ao Ensino Superior quando trabalhar na educação de base. Não consideram este projeto suficiente para transformar a educação da maneira necessária para a evolução do País.

Desse modo Buarque (2008) opina que, mesmo que o Reuni apresente-se como um bom projeto atualmente, daqui a dez anos, o Ensino Superior brasileiro continuará atrasado em relação aos outros continentes e países que adotaram um novo modelo de universidade, que realmente trará uma transformação social como é o caso da Europa e dos Estados Unidos. Embora, o Reuni crie medidas que pretendem organizar o trabalho das Ifes (Instituições Federais de Ensino Superior) na verdade deveria voltar os olhos para a educação como um todo para promover uma verdadeira transformação.

Todavia, Ciloni (2008) garante que o Reuni acabará por beneficiar o Ensino Básico e Médio. Diz que com esta reforma as universidades federais estarão mais aptas para formar mais alunos e mais professores, conseqüentemente, os governos municipais, estaduais e federais terão mais mão de obra qualificada a sua disposição, para recuperar o ensino público básico, pensa Ciloni, para ele o impacto que a expansão terá em termos de retorno para a sociedade é outra questão importante.

No ponto de vista de Paulo Renato Souza, ex- chefe do MEC, no governo de Fernando Henrique Cardoso, o Governo Federal deve estar atento às mudanças do cenário global no

quesito educação. Em sua opinião, se o governo federal não prestar atenção às mudanças apontadas por este cenário, certamente ficará para trás. Afirma que, a verdadeira transformação social, a partir de um novo modelo de universidade, este modelo deveria ser debatido com o mercado, pois sem flexibilização na regulamentação das profissões e do perfil do profissional exigido pelo mercado, transformar os currículos das universidades com modelos em ciclos não seria o suficiente. Desse modo, segundo o ponto de vista de Renato Souza é necessário que os objetivos estejam vinculados aos fatos para que promovam uma transformação desta natureza. Neste caso, sem esta visão de monitoramento de mercado ficaremos para trás, diz (SOUZA, 2008).



FIGURA 51: Retrato da Placa de adesão da UFPI/CMRV ao REUNI, 2007.

Fonte: Acervo da pesquisadora

O CMRV, dentro desse plano de expansão, como parte integrante e conforme o PDI, da UFPI, teve o seguinte histórico da evolução de sua oferta de cursos: o número de quatro cursos ofertados até 2005 aumentou para sete, em 2006 e, para onze, em 2007. Esse significativo crescimento promoveu satisfação à demanda reprimida da educação em Parnaíba e regiões circunvizinhas. Por isso, é que o Senhor Francisco Carvalho (Funcionário da UFPI/CMRV), cidadão comum, aventa-se a dizer que, hoje, em Parnaíba, mesmo nos bairros mais pobres, se encontram universitários do CMRV:

Hoje em Parnaíba, onde você for você encontra um estudante da Universidade. Essa expansão foi ótima; se você chegar até lá no bairro Piauí, você encontra um estudante de Administração, de Biologia, de Engenharia de Pesca... Tem para todo lado. Eu mesmo vou me aposentar e vou deixar dois filhos meus, estudando aqui. Eles fizeram a Segunda Etapa do PSIU¹⁶ e foram bem. Onde é que antes se podia pensar nisso? (FRANCISCO CARVALHO, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 52: Retrato do Senhor Francisco de Assis da Rocha Carvalho, funcionário do CMRV/UFPI, sujeito desta pesquisa.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Ao se refletir sobre a forma de se expressar do Senhor Francisco Carvalho, percebe-se que o processo expansionista do CMRV/UFPI trouxe a probabilidade de aumentar a auto-estima das minorias parnaibanas e estas, atualmente, se visualizam nessa possibilidade de, também, ter acesso ao ensino superior. Por conseguinte, procurando saber do Prof. Mariano Soares o porquê de o referido bairro Piauí ter sido citado com ênfase, pelo Senhor Francisco Carvalho, o Professor declara que o “bairro Piauí é um dos bairros mais miseráveis da cidade de Parnaíba” (MARIANO SOARES, ENTREVISTA, 2009).

¹⁶ PSIU é a sigla de Programa Seriado de Ingresso na Universidade.

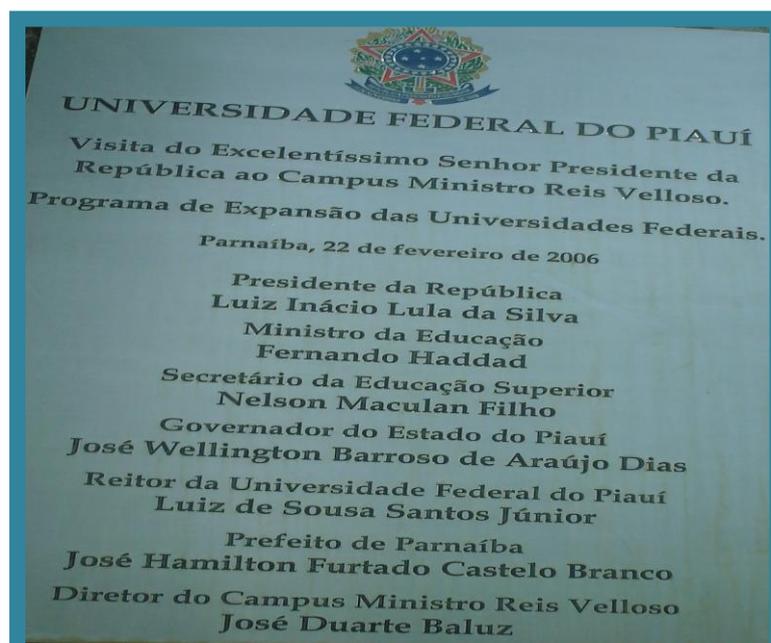


FIGURA 53: Retrato da placa que marcou a visita do Excelentíssimo Senhor Presidente da República por ocasião da adesão da UFPI/CMRV ao REUNI, 02-2006.

Fonte: Acervo da pesquisadora

E o Prof. Adilson Farias de Castro (Entrevista, 2009), referindo-se a esse mesmo assunto, disse que, para a ampliação do CMRV, além do Projeto do Governo Federal, também foi conveniente o apoio político do Governador do Piauí, José Wellington Barros de Araújo Dias e do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, para que Parnaíba fosse beneficiada por esse empreendimento da UFPI:

A expansão do CMRV está sendo uma beleza! [...] Sempre destaquei as duas figuras: Lula e Wellington Dias [...]. O governador deu uma de político; recebeu uma verba grande do Presidente da República. Você sabe que, tanto no Estado como na cidade, o prefeito e o governador têm peso forte; então, essa verba foi dividida para a expansão em Parnaíba, para Floriano e, também, para Bom Jesus, (risos). Aí todos saíram ganhando. Foi uma jogada política (ADILSON CASTRO, ENTREVISTA, 2009).

4.2 A criação de novos cursos e as expectativas de futuro dos parnaibanos

A expansão deliberada pela UFPI, para si mesma e os órgãos do seu conglomerado, acelerou especialmente o projeto de ampliação para o CMRV, que, beneficiado, implantou novos cursos e com eles promoveu ainda mais a elevação da autoestima da população de Parnaíba. Assim, em 2006, foram criados no CMRV os cursos de Licenciatura em Biologia e os de Bacharelado, em Engenharia de Pesca e em Turismo, cada um ofertando, inicialmente, cinquenta vagas. E, para garantir suporte pedagógico e logístico, foram contratados, de imediato, 30 novos professores e 15 servidores técnicos administrativos. No ano seguinte, em 2007, foram criados os Bacharelados em Biomedicina, Fisioterapia e Psicologia; e mais o curso de Licenciatura Plena em Matemática¹⁷, cada um com oferta de cem vagas. Neste ano, houve um aumento de 100% do número de vagas, para os cursos criados no ano de 2006, que saltaram de 50 para 100 vagas cada um. Atualmente, em 2009, onze cursos estão em pleno funcionamento no CMRV, cumprindo sua carga horária de acordo com o Projeto Político Pedagógico, de cada curso, conforme informação do Diretor atual, Prof. José Duarte Baluz.

Referindo-se ao crescimento do CMRV, o Prof. Lauro Andrade Correia acredita que esses cursos chegaram ao período apropriado. No seu ponto de vista, Parnaíba fez certo ao optar em criar, primeiramente, o curso de Administração de Empresas, que retrata a própria tendência da cidade para progresso. Agora a cidade está pronta e o CMRV também, e assim o Professor Lauro Correia pronuncia:

Cada curso foi seguindo as demandas da região e as facilidades em instalá-lo, porque uma cidade que inicia com o primeiro curso superior e a mesma instituição querer colocar logo o curso de medicina parece-me que não é adequado. O curso de Medicina deve ser precedido como está sendo, em Parnaíba: com o curso de Biologia e os que vieram agora, de Biomédica e o de Fisioterapia. Então, quando vier o de Medicina, que já foi autorizado, ao invés de ser sete tem oito autorizados. Ele (medicina) já vem com a base, com os cursos básicos na área de ciências médicas, é o correto. Criar-

¹⁷ O Curso de Licenciatura Plena em Matemática, da UFPI, foi constituído no ano de 1973, junto com o curso de Física. Ambos criados, através de convênios firmados entre a SUDENE e a Faculdade Católica de Filosofia, Ciências e Letras (FAFI), no início dos anos de 1970. Com a incorporação da FAFI à recém fundada UFPI, os cursos por ela mantidos, também foram incorporados. Em 1975, a UFPI implantou o Curso de Ciências em conformidade com a Resolução 30/74 do CFE, com habilitações em Matemática, Física, Química e Biologia, e assim desativou as Licenciaturas específicas.

se o de medicina, primeiro deve vir outros cursos da mesma área de ciências médicas: Odontologia, Fisioterapia, Biologia; aí, depois o de Medicina (LAURO CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Outra informação relevante foi passada pelo Prof^o Mariano Bento Soares (2009), quando esclareceu que, para a criação desses cursos, foi realizada uma pesquisa junto a alguns segmentos da sociedade parnaibana, para identificar o potencial de mercado e se havia projeções futuras para a economia da cidade:

[...] Na expansão, esses cursos que foram pedidos foram depois de realização de pesquisa para saber quais as expectativas da comunidade. Com a pesquisa, ficamos sabendo o desejo dos segmentos da sociedade. Visitamos as escolas, convocamos estudantes, políticos; aplicamos questionários, tudo dentro das normas de pesquisa. Não foi feito a ‘dente de cachorro’, não. Esses cursos, que foram instalados, foram com base nos resultados dessa pesquisa. O resultado foi levado para a Congregação. As preferências da população foram o resultado (MARIANO SOARES, ENTREVISTA, 2009).

O Prof. José Duarte Baluz, por sua vez, confirmou o depoimento do Prof. Mariano Soares, assegurando que a sociedade parnaibana em relação à pesquisa foi “bastante receptiva”. Além do mais, afirma José Baluz (2009), “há muito tempo a sociedade de Parnaíba vinha cobrando a expansão do CMRV, e com a criação dos novos cursos [...] o número de vagas do PSIU Geral evoluiu de 205 vagas, antes da expansão, para 910” (ENTREVISTA, 2009).

Em um espaço de tempo de dois anos, 2006 a 2008, a UFPI, para garantir a qualidade dos resultados projetados, contratou 60 novos professores e cerca de 40 servidores técnico-administrativos. José Baluz (2009) avalia como positivas as perspectivas para a cidade, considerando que, com a instalação dos sete novos cursos aconteceu um incremento de cerca de 200% do corpo discente, até o ano de 2008. Desse modo, podemos crer que, a partir da expansão do CMRV, Parnaíba está tomando outra dimensão de crescimento, através da descoberta de novos caminhos que levam ao futuro, tendo como ponto de partida os novos investimentos, ofertados pelos canais de intelectos produzidos pelos cursos do CMRV, que captam e refletem os potenciais das riquezas materiais da cidade.

Por isso, a importância do CMRV como suporte para o desenvolvimento dos campos de trabalho em Parnaíba, visualizado pela extensão da UFPI nesse investimento expansionista, pelo qual a Universidade está realizando obras e projetos culturais, que estão atraindo pessoas e junto com elas novos investimentos vão sendo agregados à economia da cidade, por novos e vários segmentos de produção, emprego e renda. Então, parece que hoje os parnaibanos

percebem o Ensino Superior na cidade com nova desenvoltura. Dizem até que a cidade, com a expansão da UFPI, transfigurou-se. Para o Prof. Renato de Castro Santos Júnior, as expectativas projetadas para a expansão do CMRV são:

[...] As melhores, porque ao lado da criação de novos cursos estão vindo professores mais capacitados: mestres e doutores; isso é importante para a credibilidade da nossa instituição, isto, considerando em um contexto micro. Mas, se consideramos em contexto macro, o que está acontecendo aqui representa o resgate de toda uma cultura econômica, social e ambiental, que se encontrava insulada, desde o início da década de 1970. Esse benefício transcende a cidade de Parnaíba, pois vai beneficiar o norte do Piauí, noroeste do Ceará e nordeste do Maranhão (RENATO SANTOS, ENTREVISTA, 2009).

Essa mudança na cidade, nas palavras do Senhor Francisco Carvalho foi confirmada assim...: “Professora, tudo aqui mudou” (avalia). E há de se ponderar que a mudança na cidade, no ponto de vista do Sr. Francisco Carvalho, é mais que merecida, pois ele recorda dizendo que “há quarenta anos, aqui não existia um filho de pobre formado [...]” (FRANCISCO CARVALHO, ENTREVISTA, 2009). Do mesmo modo, o Prof. Israel Correia (2009) compara o presente com o passado, quando diz que a juventude de Parnaíba, hoje, está na universidade; diferentemente daquela primeira turma do curso de Administração:

Se você pegar o nome das pessoas, dos formandos da Primeira Turma de Administração, nenhum deles você encontra formando com vinte e dois, vinte e três anos de idade. Todos tinham mais de trinta anos. Recuperaram o tempo perdido. [...] Hoje, não! Por onde você anda, encontra jovens no CMRV, mas você encontra os adultos também. As possibilidades aumentaram (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

O Diretor, Prof. José Baluz reconhece a importância do investimento trazido, a partir da interiorização e expansão da UFPI. Para ele, a interiorização da Universidade trouxe para Parnaíba “[...] uma ampliação do mercado de trabalho”, que se manifesta, não somente para os cargos de professor e de funcionário técnico, no Campus, mas para a cidade inteira, que está mudando o seu perfil cultural e, principalmente no setor econômico do comércio, seja no segmento da economia formal, seja na informal; e diz que a mudança já é expressiva pela chegada da nova comunidade, formada pelos novos professores, novos servidores e novos alunos, que formam o CMRV, após a expansão, aumentando a população urbana ativa da cidade. A esse respeito, o Prof. José Baluz, entusiasmado, comenta: “para se ter uma idéia, na

projeção para o final de 2010, o Campus contará com cerca de 5.000 alunos, que irão demandar todo tipo de serviço existente na cidade”. (ENTREVISTA, 2009). E o Prof. Israel Correia, expondo sobre a importância da expansão do CMRV/UFPI, para Parnaíba, a partir da visão do empresariado (a de outrora e a do novo empresário, estabelecido em Parnaíba), disse o seguinte:

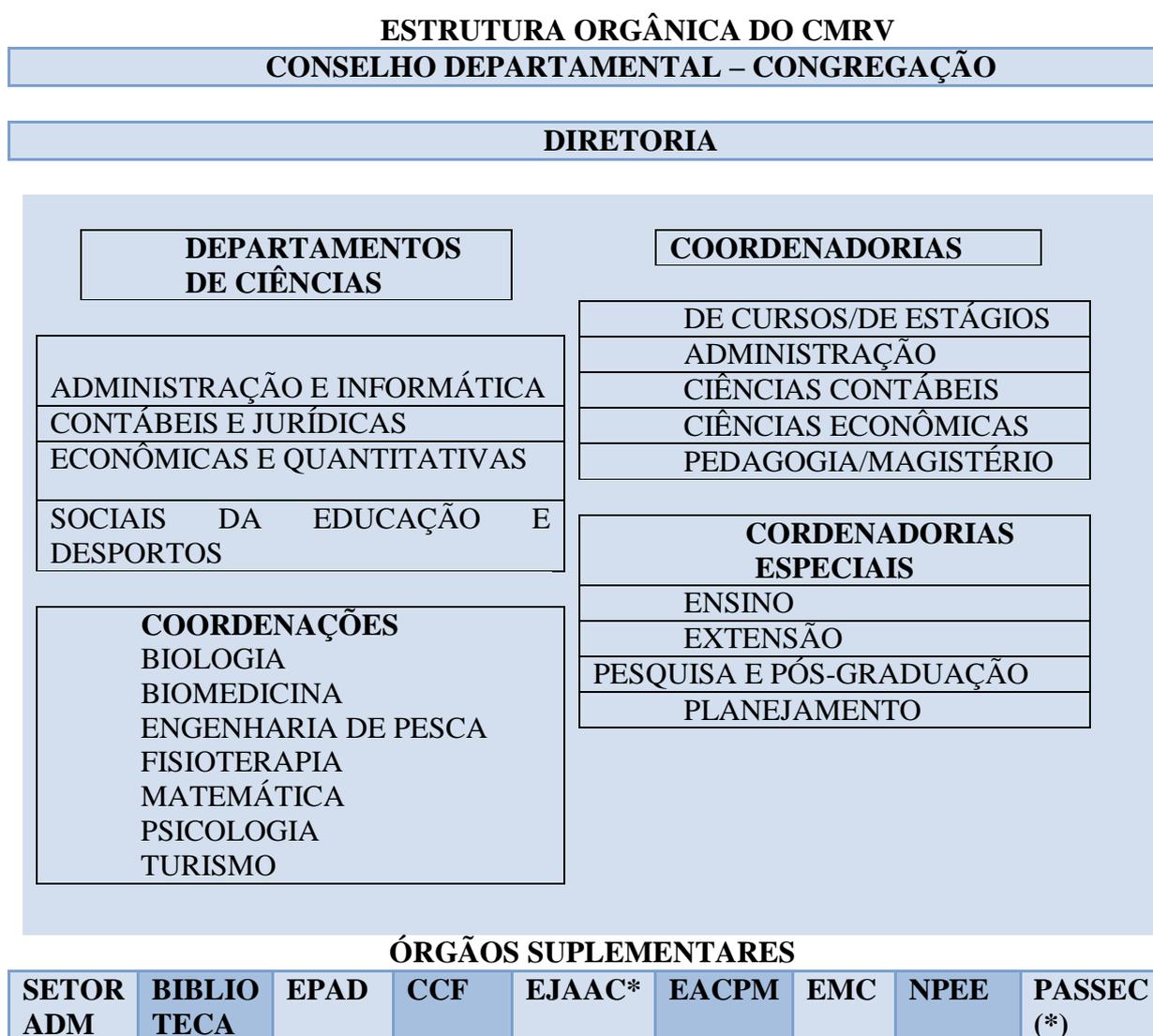
Olhe, em 1983 eu escrevi um artigo, mas somente consegui publicar posteriormente, em 1991; era um artigo sobre a diferença que o Campus ia fazer para a cidade. Eu já dizia naquele momento: o empresariado em Parnaíba talvez não estivesse atento para o valor que significava a mão-de-obra qualificada, que o Campus estava formando. Mas eu dizia que não tinha problema, porque 20 anos depois viriam se estabelecer em Parnaíba, empresários de outras cidades, os quais saberiam reconhecer essa qualificação. Se o empresariado local não despertasse para o valor desse capital intelectual (naquela época não se chamava capital intelectual), seguramente, novos empresários viriam estabelecer-se na cidade e saberiam valorizar essa mão-de-obra qualificada, como realmente está acontecendo hoje. Hoje, você pode considerar que Parnaíba sofreu uma invasão imperialista, porque as concessionárias de carro não são mais de legítimos parnaibanos. Hoje, são todas de capital externo, de teresinenses, cearenses, maranhenses, mas, enfim, estas pessoas estão recrutando essa mão-de-obra qualificada para atuar nas suas empresas. Então, se faltou sensibilidade do empresariado local, não vai faltar para o capital externo (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

4.3 A estrutura do CMRV

O CMRV foi se constituindo de forma lenta, porém organizada, a fim de se impor no ambiente cultural, no mercado de trabalho, e bem representar a UFPI, na cidade de Parnaíba. Dessa forma, em setembro de 1992, o CMRV foi equiparado a Centro e cinco anos depois, em março de 1997, por Ato da Reitoria (nº. 050/1997), passou a funcionar com uma estrutura departamentalizada, materializando-se, assim, estrutural e organizacionalmente. Esta estrutura permitiu criar, em seguida, quatro departamentos (Depto. de Ciências da Administração e Informática, Depto. De Ciências Contábeis e Jurídicas, Depto. De Ciências Econômicas e Quantitativas e Depto. de Ciências Sociais da Educação e Desportos). Mas, como os novos cursos foram criados com Coordenação própria, ou seja, não foram incorporados aos Departamentos do corpo orgânico existente, como era esperado por alguns docentes da instituição, o CMRV ganhou nova estrutura organizacional e implantou inovação na cultura administrativo-pedagógica. Tipo de reorganização que parece não ter agradado a alguns professores, os quais estão esperando acontecer, para depois opinar sobre os resultados.

A seguir, são apresentados alguns quadros, que contêm informações acerca da estrutura organizacional do CMRV, no que diz respeito à gestão, estrutura e funcionamento, qualidade dos docentes, e comparativo entre o primeiro e o atual quadro de professores; como também o quadro de funcionários técnico-administrativo, a evolução do contingente de alunos, de 1969 até o ano de 2008 e um quadro com a cronologia de acontecimentos que marcaram a trajetória da UFPI/CMRV, em Parnaíba, e a relação nominal dos diretores do CMRV, durante os quarenta anos da instalação do Ensino Superior em Parnaíba.

Quadro 20: Estrutura Orgânica do CMRV



(*) Tem personalidade jurídica.

LEGENDA: CPAD - Comissão Permanente de Avaliação Docente.

Fonte: Arquivo do CMRV.

Sobre este novo modelo de organograma adotado pela UFPI, para o CMRV, em que comporta um Coordenador para cuidar de tudo, no que diz respeito às ações do Curso, o Professor Israel Correia (2009) fez o seguinte relato:

Há um projeto antigo, para a universidade, de extinção dos departamentos. Não sei se a UFPI seria a primeira no Brasil a fazer isso. Se alguma universidade brasileira já fez isso, eu não sei. Não tenho essa informação. Mas é arriscado acabar com os departamentos e lançar tudo sobre as costas de um chefe de curso. Bem, nós, de certa forma, depois da ação do REUNI, nós estamos na gestão do Professor Luís dos Santos Júnior¹⁸, fazendo essa experiência na prática, porque os novos cursos não têm Departamentos. Eles têm um Chefe de Curso para cuidar de tudo. Eu não estou percebendo, vamos dizer assim, um entrave administrativo, que não permita que esta fórmula tenha sucesso. Agora, essa fórmula exigirá um gestor muito mais qualificado, que tenha a visão do departamento, que tenha a visão do antigo chefe de departamento e a visão do Coordenador, porque as duas coisas estão nas “costas” de uma única pessoa. Ocorre que eu acho que se torna difícil essa importação de professores de outro departamento, para fazer a oferta de disciplina a cada semestre. Se você pudesse de novo, ao tempo, ter uma estrutura por faculdades, como era antigamente, onde quem é “meu é meu” Se pudesse ter professores, seria mais interessante, do que a cada semestre se ter um professor importado de outro departamento. Pela estrutura de Coordenadoria não tem condições de se ter realmente (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Entende-se, então, que do ponto de vista do Professor Israel Correia (2009), para esta fórmula ter sucesso exige-se um gestor muito mais qualificado, que tenha uma visão holística da nova situação, onde o Coordenador deverá ter seguramente visão da competência do Chefe de Departamento e a percepção da fluidez do ambiente e, ao mesmo tempo, visão da coordenadoria e do seu fluxo, uma vez que as duas funções fundiram-se em uma só, representada em uma única pessoa: o Coordenador. No entanto, Israel Correia (2009), reconhece que é um passo razoável no sentido de gestão financeira, uma vez que, com esse redesenho, a instituição economiza recursos financeiros. Este é o lado positivo. Por outro lado, ele pensa que é necessário que o coordenador deva ser representado por uma pessoa polivalente, bem mais flexível do que os de quando o modelo era departamental. Israel Correia (2009) pensa que vai ser difícil se assumir uma coordenadoria dessa forma. Então, assim, dá o seu ponto de vista:

Nós poderíamos até pensar numa coisa mais americana. Nós poderíamos pensar em importar, por meio de concurso, para dentro da estrutura um Administrador e colocar na gerência do curso. Mas acontece que, você sabe o que é o espírito de corpo dentro da universidade. Eu não estou falando de

¹⁸ Luiz de Sousa Santos Júnior, Professor Doutor do Centro de Ciências da Natureza - Departamento de Química. À frente da direção da UFPI (2005-2008) e em seu segundo mandato (2009-2012).

corporativismo clássico, que nós não sejamos tão corporativistas que esse administrador não seja bem vindo. Mas eu estou dizendo que vai ser difícil para esse administrador ter esse espírito de corpo. Porque se esse administrador não der aula, ele vai saber que dói, mas não sabe como dói. Como se diz: eu sei que queima, mas não sei a intensidade da dor porque nunca botei meu dedo para queimar. Então, a dificuldade que eu vejo não é do corporativismo puro e simples da rejeição do administrador, mas da impossibilidade de se não der aula, se colocar nessa posição; a não ser que ele venha como ex-professor (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Assim como o Prof. Israel Correia (2009), o Prof. Mariano Soares (2009) visualiza também desvantagens. Contudo, opina que se a função for entregue a professores, e a eles garantir uma equipe qualificada para operacionalização das atividades, esse modelo poderá dar certo. Outra dificuldade, no que diz respeito à nova configuração, no ponto de vista destes professores, é quanto à composição do quadro de professores no ato de ofertar disciplinas, em todos os semestres, sendo os professores distribuídos por coordenadorias. Embora perceba dificuldade, mesmo assim o Prof. Israel Correia complementa: “[...] penso que, quanto menos nível melhor. Coordenadoria – Coordenador de Curso, penso que é politicamente mais correto [...] prefiro essa estrutura mais enxuta: o Coordenador de Curso, do que ter essa estrutura que tenha bifurcado essa dualidade entre Departamento e Coordenação [...]” (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

Assim, na observação de alguns professores, essa mudança na estrutura organizacional do CMRV, ao contrário de ser um avanço para eles, caracteriza-se como retrocesso. Para outros, entendem que, dependendo da equipe que compõe cada Coordenadoria, a organização poderá apresentar resultados mais eficientes, uma vez que as informações circulam mais rapidamente, sem intermediação. A opinião do Prof. Mariano Soares é expressa assim:

[...] Vantagem em funcionar com coordenação! Bem, a meu ver, é uma desvantagem. Aí haveria uma centralização de poder, se não houver essa separação (departamento, coordenação). Porque é muito clara a competência do Coordenador do Curso e do Chefe de Departamento. Eu penso que deveria permanecer departamento e não coordenação. Coordenação é um retrocesso. Além do que, vai ficar muito difícil montar um quadro de professores. Coordenação em Departamento é mais fácil, porque um Professor pode ministrar aulas em cursos de outros departamentos. É muito clara a competência do Coordenador e do Chefe de Departamento. Em minha opinião é melhor; é uma das vantagens (ENTREVISTA, 2009).

O Prof. Adilson Castro (2009) recorda, ainda, que, antes não tinha coordenação e nem departamentos: “penso que tanto faz um coordenador ou um chefe de departamento,

porque o que realmente importa é se tem uma equipe de funcionários suficiente e competente para dar suporte. Mudando-se a estrutura, tem que se oferecerem meios para se trabalhar” (ADILSON CASTRO, ENTREVISTA, 2009).

O Prof. Israel Correia (2009) também relembra esta fase, quando o CMRV foi departamentalizado, em 1997, e que o organograma comportava a Coordenação, pois a estrutura física do CMRV foi definida de forma que cada Departamento ficasse ao lado de sua respectiva Coordenadoria. Segundo este Professor, um layout dessa forma facilita o fluxo, para a solução de questões. E então, faz um convite:

Se você circular pelo Campus, você vai perceber que o Departamento está numa meia parede com a Coordenadoria do mesmo curso. A Coordenadoria está ao lado do seu Departamento, você não anda para resolver qualquer problema; não anda nem três metros, em três metros você está contatando com o colega, Chefe de Departamento, ou com a Coordenadoria para resolver problemas (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

O Prof. Israel Correia vê, também, a expansão com bastante otimismo. Considera que as coisas estão mudando para melhor. Em seu olhar, a chegada desses novos sete cursos foi fundamental, visto que alguns deles atendem à vocação da cidade, por exemplo, Engenharia de Pesca e Turismo. Por outro lado, considera que a infra-estrutura ainda atende às expectativas gerais e os espaços já vão tornar-se pequenos, para os projetos que Parnaíba tem em termo de futuro, enfim, explica-se:

Estou, particularmente, muito satisfeito com o andamento das coisas. Há quem se queixe da velocidade com que os equipamentos estão chegando. Eu acho que não. Eu acho que as pessoas hoje são muito ansiosas, muito apressadas. Eu acho que esse projeto esta andando no ritmo razoável, senão o ideal, mas, também, não deixa a desejar. Eu faço votos para que tudo corra bem e para que esses cursos consolidem a futura ‘Universidade do Delta’. Eu me orgulho de ter lutado pela democratização do Campus. Isso aí é uma bandeira, e eu quero terminar minha vida aqui (ISRAEL CORREIA, ENTREVISTA, 2009).

4.4 O projeto CMRV tem um paralelo

Mesmo com os propósitos e as atividades bem sucedidas do CMRV, o Prof. Israel Correia, assim como os Professores Adilson Castro, José Baluz, entre outros, têm mantido vivo o desejo de criação de uma Universidade para Parnaíba: a “Universidade do Delta”. Seria uma universidade independente. Esse projeto começou a ser idealizado em torno da década de 1960, enquanto cuidavam para a criação da primeira Faculdade de Administração do Piauí. E apesar de toda essa trajetória de luta para estabelecimentos do ensino superior em Parnaíba, a ideia de universidade independente continua latente no ideário de intelectuais parnaibanos. Justificando esse pensamento, o Prof. Adilson Castro se expressa (com um tom de voz desanimada): “essa expansão, talvez, tenha prejudicado a possibilidade de criação da nossa Universidade da Parnaíba. Isso que está acontecendo, enfraqueceu a possibilidade de criação da nossa universidade. Penso que ainda vai demorar muito,[...] porque a verba foi dividida entre os outros campi” (ADILSON CASTRO, ENTREVISTA, 2009).

Mas como Diretor atual do CMRV, o Prof. José Baluz (2009), diz que, hoje, este Campus já se tornou pequeno, para o projeto de Ensino Superior em Parnaíba e, então entende que a Universidade do Delta já pode ser criada. Segundo esse diretor, este desejo é também, da sociedade parnaibana, que está cobrando ação das autoridades. E José Baluz diz, ainda, que esse assunto deve agora ser lembrado, “assim como foi cobrado a criação da primeira faculdade. Hoje a sociedade está cobrando a transformação do Campus em Universidade [...]” (JOSÉ BALUZ, ENTREVISTA, 2009).

Além de estas personagens externarem “desejo” de uma universidade da Parnaíba, o Prof. José Néilson de Carvalho Pires também se manifesta em sua obra, “Por que Parnaíba Cidade Universitária”, fazendo uma retrospectiva sobre a história da educação da Parnaíba, para em seguida externar o mesmo desejo incubado, de Parnaíba ter sua própria Universidade Federal e inicia do seguinte modo:

Futura universidade Federal do Norte do Piauí – o intendente José Narciso da Rocha Filho, mandou contratar em São Paulo, Luís Galhanoni, para melhorar o ensino em Parnaíba, o atual reitor Luiz dos Santos Júnior, ao criar sete novos cursos, no Campus Reis Velloso e contratar novos professores, está preparando o Curso de Administração criado por Lauro Correia e Cândido Ataíde, para a instalação da futura Universidade do Norte do Piauí (JOSÉ NÉILSON, 2009, p. 55).

Parece que, nesse ponto, o Prof. José Nelson discorda do Prof. Adilson Castro, uma vez que na visão desse último, a iniciativa de criação dos novos cursos ficou quase impossível de acontecer. Do exposto, pode-se pensar e ousar dizer que o foco dos parnaibanos para o futuro da cidade é a transformação do CMRV na “Universidade do Delta”.

4.5 O capital humano atual do CMRV

Se acerca de quarenta anos atrás a Faculdade de Administração do Piauí, gênese da ampliação universitária da UFPI no Norte do Estado, montou um quadro de dezesseis professores (nas condições já narradas neste trabalho de pesquisa), atualmente o quadro mudou. Se, à época, para montar esse quadro foi a duras penas, tanto pela falta de credibilidade do público alvo, como pela própria carência de capital humano compatível com a necessidade da Faculdade, agora o CMRV apresenta um quadro bem diferente, bem qualificado, sem contar o interesse de cidadãos de todo o país em procurar o CMRV/UFPI, para trabalhar e residir em Parnaíba. Sobre essa procura, o Prof. Baluz (ENTREVISTA, 2009), diz: que Parnaíba “é o Brasil dentro do Brasil”, considerando que nesta cidade do Piauí existem professores de todas as regiões brasileiras.

Era dezesseis o número de professores no ensino superior em Parnaíba, no final da década de 1960. Quarenta anos depois da criação da primeira Faculdade (a FAPI), o CMRV deu um salto com esse número e alcançou o ápice atual de 108 professores, que apresentam a seguinte qualificação: 25 doutores, 67 mestres, 15 especialistas e 1 graduado. Em termos percentuais, isto quer dizer: 23,15% são doutores, 62,04% são mestres, 13,9% são especialistas e 0,92% são apenas graduados. A seguir, são oferecidos quadros com informações acerca da qualidade docente dos novos cursos e, na sequência, um gráfico com a representação geral de qualidade dos professores do CMRV, por ser considerado relevante conhecer a evolução qualitativa no espaço de quarenta anos da história do ensino superior da UFPI/CMRV.

Quadro 21: Relação dos Docentes do Curso de Biologia do CMRV/UFPI.

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Anna Carolina Toledo da Cunha Pereira	Biologia	Doutora
Antônio Alves Tavares	Biologia	Doutor
Carla Eiras	Biologia	Doutora
Eudes Ferreira Lima	Biologia	Doutor
Francilene Leonel Campos	Biologia	Doutora
Ivanilza Moreira de Andrade	Biologia	Doutora
Jesus Rodrigues Lemos	Biologia	Doutor
João Marcos de Góes	Biologia	Doutor
José Roberto de Sousa Leite	Biologia	Doutora
Maria Helena Alves	Biologia	Doutora
Total		10

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV.

Quadro 22: Relação dos Docentes do Curso de Biomedicina do CMRV/UFPI

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Ana Carolina Fonseca Lindoso Melo	Biomedicina	Doutora
Eleonidas Moura Mota	Biomedicina	Doutor
Fábio José Nascimento Mota	Biomedicina	Doutor
France Keiko Nascimento Yoshioka	Biomedicina	Doutor
Giovanny Rebouças Pinto	Biomedicina	Doutor
Ludmila Toltenko Nogueira	Biomedicina	Mestra
Renata Canalle	Biomedicina	Doutor
Total		07

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV

Quadro 23: Relação dos Docentes do Curso de Engenharia de Pesca do CMRV/UFPI.

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
André Prata Santiago	Eng.de Pesca	Mestre
Carla Suzy Freire Brito	Eng.de Pesca	Mestra
Evandro Rui Conde Marliere	Eng.de Pesca	Doutor
Hamilton Gondim Araripe	Eng.de Pesca	Mestre
Hellen Araújo Cavalcante de Oliveira	Eng.de Pesca	Mestre
Janaína de Araújo Sousa Santiago	Eng.de Pesca	Mestra
Leonardo Teixeira Sales	Eng.de Pesca	Mestre
Marcos Antônio Anacleto	Eng.de Pesca	Doutor
Renata Dourado Pinho	Eng.de Pesca	Mestra
Sérgio Henrique B. de Sousa Leal	Eng.de Pesca	Doutor
Waleska Ferreira de Albuquerque	Eng.de Pesca	Mestra
Total		11

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV.

Quadro 24: Relação dos Docentes do Curso de Fisioterapia do CMRV/UFPI

Alessandra Tanur Magalhães	Fisioterapia	Mestra
Daisy de Araújo Vilela	Fisioterapia	Especialista
Fuad Ahmad Hazime	Fisioterapia	Mestre
Glauco Lima Rodrigues	Fisioterapia	Mestre
José Carlos Tatmatsu Rocha	Fisioterapia	Mestre
Marcelo Coertjens	Fisioterapia	Mestre
Marcelo de Carvalho Filgueiras	Fisioterapia	Mestre
Marina Mônica Bahl	Fisioterapia	Mestra
Total		8

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV

Quadro 25: Relação dos Docentes do Curso de Matemática do CMRV/UFPI.

.NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Alexandro Marinho Oliveira	Matemática	Doutor
Daniel Lima Sousa	Matemática	Mestre
Francisco Carpegiani Medeiros Borges	Matemática	Mestre
Hemílio Fernandes Campos Coelho	Matemática	Mestre
Marcelo de Oliveira Rego	Matemática	Mestre
Marcelo Ferreira de Melo	Matemática	Mestre
Márcia Sekeff Budaruiche	Matemática	Mestra
Ricardo de Oliveira Mendes	Matemática	Mestre
Roberto Ramos das Neves	Matemática	Mestre
Total		09

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV.

Quadro 26: Relação dos Docentes do Curso de Psicologia do CMRV/UFPI.

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Algeless Milka P. M da Silva	Psicologia	Mestra
Denis Barros de Carvalho	Psicologia	Doutor
Demitri Carlos G. da Silva	Psicologia	Mestre
Fabiana Ribeiro Monteiro	Psicologia	Mestra
Joana Brito	Psicologia	Mestra
Liene Martha Leal	Psicologia	Mestra
Luciano Donizete da Silva	Psicologia	Doutor
Ludgleydson F. Araújo	Psicologia	Mestre
Nara Maria Fortes Diogo	Psicologia	Mestre
Ronaldo Tavaeira da Cruz	Psicologia	Doutor
Walter Firmo de O. Cruz	Psicologia	Mestre
Total		11

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV.

Quadro 27: Relação dos Docentes do Curso de Turismo do CMRV/UFPI

NOME	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO
Alexandro Teixeira Gomes	Turismo	Mestre
André Riani Costa Perinoto	Turismo	Mestre
Edvânia Gomes de Assis	Turismo	Mestra
Elizabete Sayuri Kushano	Turismo	Mestra
Luiz Antonio de Oliveira	Turismo	Doutor
Milena C. B. F. de O. Cruz	Turismo	Mestra
Shaiane Vargas da Silveira	Turismo	Mestra
Vânia Soares Barbosa	Turismo	Mestra
Vicente de Paula C. Borges	Turismo	Mestre
Walison Paulino de O. Costa	Turismo	Mestre
Total		10

Fonte: Departamento de pessoal do CMRV.

Os dados acima estão representados, a seguir, em termos percentuais, qualitativos, por curso, para melhor concisão das informações:

Quadro 28: Configuração qualitativa do quadro atual de Professores do CMRV/UFPI/2009.

CURSOS	DOCTORADO	MESTRADO	ESPECIALIZAÇÃO	GRADUADO
Administração	0%	87,5%	12%	0%
Biologia	100%	0	0%	0
Biomedicina	85,7%	14,29%	0%	0%
C.Contábeis	0%	45,45%	45,45%	9,1%
Economia	0%	50%	50%	0%
Eng.Pesca	27,28%	72,72%	0%	0%
Fisioterapia	0%	87,5%	12,5%	0%
Matemática	0%	100%	0%	0%
Pedagogia	15,38%	69,24%	15,38%	0%
Psicologia	27,28%	72,72%	0%	0%
Turismo	10%	90%	0%	0%

Fonte: Documentos fornecidos pelo Setor de Pessoal do CMRV/UFPI.

A mudança ocorreu, também, no que diz respeito às exigências de qualidade humana, para os Servidores, a partir do processo de seleção, pois de acordo com registros encontrados em livro de Atas da Congregação, durante a década de 1970 e início dos anos de 1980, os concursos públicos para preenchimento de vagas nos cargos técnicos, no CMRV, quando ocorriam, embora apresentando número representativo de candidatos de Parnaíba, os

resultados, entretanto, não eram positivos. Algumas vezes, o concurso foi realizado sem, contudo, nenhum candidato ter logrado êxito. Outras vezes, aconteceu de o número de vagas não ser preenchido. De qualquer forma, no início da década de 1990, o quadro de servidores técnico-administrativos registrava trinta e dois funcionários. Atualmente, atendendo às prerrogativas do projeto de expansão, o quadro de técnico-administrativos aumentou, de 32 para 61 servidores.

Consoante os relatórios de prestação de contas e depoimento do Diretor atual, José Baluz, houve um aumento de aproximadamente 305%, em relação ao Quadro de Pessoal da incipiente Faculdade de Administração do Piauí, em 1969, comparada à estrutura do CMRV/UFPI, hoje. E, comparando especificamente a década de 1990, a quantidade de servidores aumentou cerca de 100%, e, inclusive no item qualidade, haja vista o benefício da diversificação do capital humano. Neste contexto, o resultado esperado, certamente, é a otimização do serviço ofertado à população de Parnaíba e circunvizinhanças que procuram o CMRV/UFPI. Para uma melhor visualização desse quadro evolutivo, uma relação quantitativa de cargos/funções está a seguir discriminada:

Quadro 29: Configuração qualitativa do quadro atual dos funcionários técnicos administrativos do CMRV/UFPI/2009.

Continua

ATÉ 1992		ATÉ O FIM DESTA PESQUISA/2009	
CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE	CARGO/FUNÇÃO	QUANTIDADE
Administrador	01	Administrador	05
Analista de Sistema	00	Analista de Sistema	01
Aux. Administrativo	07	Aux. Administrativo	00
Assist. Administrativo	02	Assist. Administrativo	20
Assistente Social	00	Assistente Social	01
Auxiliar de Biblioteca	01	Auxiliar de Biblioteca	00
Bibliotecário	01	Bibliotecário	04
Biólogo	00	Biólogo	01
Contador	00	Contador	01
Economista	00	Economista	01
Aux. de Artes Gráficas	01	Aux. de Artes Gráficas	00
Eletricista	01	Eletricista	00
Fisioterapeuta	00	Fisioterapeuta	01
Motorista	01	Motorista	01
Odontólogo	00	Odontólogo	01
Op. de Máq. Copiadora	01	Op. de Máq. Copiadora	01
Recepcionista	01	Recepcionista	00

Continuação

Secret. Administrativa	01	Secret. Administrativa	01
Secret. de Cursos	01	Secret. de Cursos	01
Secret. Executiva	00	Secret. Executiva	01
Servente de Limpeza	02	Servente de Limpeza	02
Servente de Obras	00	Servente de Obras	01
Téc. Laboratório	00	Técnico Laboratório	05
Téc. em Agropecuária	00	Téc. em Agropecuária	01
Telefonista	01	Telefonista	01
Téc. Ass. Educacionais	01	Téc. Ass Educacionais	02
Téc.Tecnog.Informação	00	Téc.Tecnog.Informação	01
Vigilante	08	Vigilante	07
TOTAL	32		61

Fonte: Documentos fornecidos pelo Setor de Pessoal do CMRV/UFPI.

4.6 Número de Ingressantes via Vestibular, Por Curso, na UFPI/CMRV

Quadro30: Ingressante via vestibular, por curso, na UFPI/PARNAÍBA

Ano	Continua											
	Adm.	Bio.	Biom.	Cont.	Econ.	Eng. Pesca	Fisio.	Mat.	Ped.	Psi.	Tur.	Bach Teo.*
1969	23	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1970	22	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1971	29	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1972	32	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1973	30	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1975	30	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00	00
1976	27	00	00	20	11	00	00	00	00	00	00	00
1979	20	00	00	15	10	00	00	00	00	00	00	00
1989	26	00	00	30	21	00	00	00	00	00	00	00
1990	18	00	00	31	10	00	00	00	00	00	00	00
1991	24	00	00	14	04	00	00	00	00	00	00	00
1992	50	00	00	50	11	00	00	00	00	00	00	00
1993	40	00	00	41	30	00	00	00	12	00	00	00
1994	42	00	00	40	30	00	00	00	12	00	00	00
1995	40	00	00	40	30	00	00	00	15	00	00	00
1996	40	00	00	41	40	00	00	00	29	00	00	00
1997	40	00	00	40	37	00	00	00	26	00	00	00
1998	40	00	00	41	28	00	00	00	34	00	00	00
1999	51	00	00	46	36	00	00	00	32	00	00	00
2000	50	00	00	50	40	00	00	00	30	00	00	00
2001	55	00	00	55	50	00	00	00	45	00	00	00
2002	55	00	00	55	50	00	00	00	45	00	00	00
2003	55	00	00	55	50	00	00	00	45	00	00	50
2004	56	00	00	55	50	00	00	00	45	00	00	40
2005	55	00	00	55	50	00	00	00	45	00	00	30
2006	55	50	00	55	50	00	00	00	45	00	00	20

Continuação

2007	55	100	100	55	50	00	00	00	50	00	00	20
2008	55	100	100	80	40	00	00	00	50	00	00	30
2009	55	100	100	100	50	00	00	00	50	00	00	00
2010	55	100	100	100	50	00	00	00	50	00	00	00

Fonte: Coordenação de Estatística e Documentos de Ensino da UFPI/Teresina.

*Curso de Bacharelado em Teologia foi instituído em parceria com a Diocese de Parnaíba.

A intenção do quadro acima foi informar o número de vagas ofertadas e o aproveitamento dessas vagas, em Parnaíba, desde a federalização do Curso de Administração de Empresas da Faculdade de Administração do Piauí, até o ano de 2008. Entretanto, nem todos os dados necessários para responder essa intenção foram fornecidos pelas fontes oficiais. A pesquisa realizada em Parnaíba constatou que, os quantitativos relativos aos exercícios de 1974, 1977-78 e de 1980 a 1987, não constam nos arquivos de dados existentes, e sobre este fato, o Professor Algaci Lopes, Coordenador de Estatística e Documentos de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação da UFPI deu a seguinte explicação: “[...] gostaria de ressaltar que nem toda a tabela poderá ser preenchida a contento, pois a UFPI só passou a sistematizar os dados de 1989 para cá, e a COPEVE, detentora de tais informações só dispõe de estatísticas de vestibular de 2003 para cá [...]”. Portanto, os números referentes ao ano de 1979 referem-se ao resultado do segundo vestibular, ocorrido em julho daquele ano.

Referente ao aproveitamento no universo de vagas ofertadas pela UFPI, no período de 1989 a 2010, na quantidade de ingressantes geral e ingressantes na UFPI/CMRV, o Professor Algaci Lopes informou o que segue:

Quadro 31: Ingressante Geral da UFPI e o aproveitamento do CMRV.**Continua**

Ano	Ingressantes Geral	Ingressantes UFPI/CMRV
1989	1196	91
1990	1251	62
1991	1316	45
1992	1610	131
1993	1509	123
1994	1578	124
1995	1773	125
1996	1751	150
1997	1797	143
1998	1822	140
1999	1974	165

Continuação

2000	2229	170
2001	2471	205
2002	2760	205
2003	2650	255
2004	2421	245
2005	2535	235
2006	2839	375
2007	4685	910
2008	4521	955
2009	5445	955
2010	5856	955

Fonte: Coordenação de Estatística e Documentos de Ensino da UFPI.

4.7 Outras informações relevantes da história e memória do CMRV/UFPI

A Coordenação do Curso de Biologia do CMRV/UFPI está sendo exercida atualmente pela Professora Adjunta, Ivanilza Moreira de Andrade. Esta professora é uma das primeiras professoras investida no quadro da UFPI/CMRV, na fase de ampliação. Foi admitida no quadro, em torno do ano de 2006, quando o Curso de Biologia foi criado. A sua impressão acerca do processo de expansão é a que segue:

Eu cheguei ao CMRV, no início do processo de ampliação e expansão. [...] Eu considero esse projeto excelente para as universidades, pois como o próprio nome indica, expande, e dá oportunidade para que as universidades cresçam. E a estruturação dessas universidades para o interior, também é importante, porque dá oportunidade para que as universidades pequenas, especialmente, o caso CMRV, cresça e possa colocar novos cursos para o Estado e para o país, como um todo. Além de colocar à disposição do alunado a possibilidade de ter um curso superior (IVANILZA ANDRADE, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 55: Retrato da Profª Ivanilza, atual Coordenadora do Curso de Biologia do CMRV.

Fonte: Acervo particular desta Pesquisadora

Essa é a proposta do Plano do Governo Federal: colocar condições e possibilidades dos jovens possuírem um curso superior. Quando a Professora Ivanilza Andrade reflete a oportunidade de ampliar o acesso em termo de Brasil, corrobora com as declarações do Professor e atual Diretor José Baluz, sobre os projetos de Parnaíba para a educação superior, a partir do CMRV/UFPI, quando, então, ele declara que:

Você não cria um curso superior pensando apenas no mercado local ou regional, porque formamos cidadãos para o mundo, porque quem vai selecionar é o mercado. Se eu formar 50 economistas, o mercado é quem vai selecionar. Os melhores se firmam logo, logo. Se você me perguntar se Parnaíba poderia criar um curso de Astronomia, eu lhe diria que sim. (ENTREVISTA, JOSÉ BALUZ, 2009).

Desde 2005, o CMRV está em processo de ampliação, também, dos seus espaços físicos, a fim de se adequar para o recebimento do aumento da demanda resultante da expansão, visto que, a partir de 2007, o CMRV passou a receber 955 novos alunos/ano. Para tanto, foi desenhado um novo Plano-Diretor, cujo traçado consta aproveitamento dos espaços construídos, e nos espaços abertos foram projetadas construção de novas edificações.

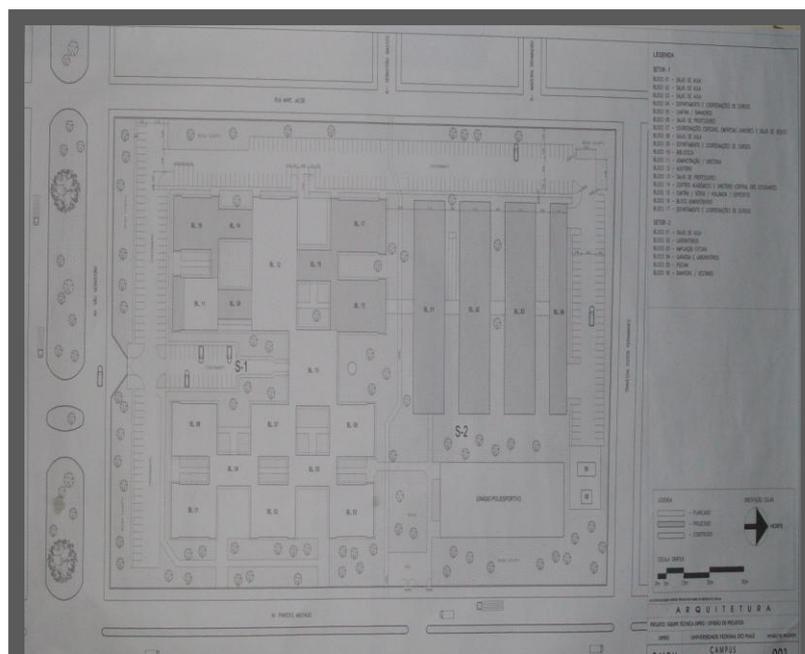


FIGURA 56: Plano Diretor Atual do CMRV.

Fonte: Fornecido pela DIPRO/UFPI, para a Pesquisadora

Então foram projetadas construção de salas de aula, salas para Coordenadorias e para Departamentos; laboratórios; restaurante e uma piscina.



FIGURA 57: Construção do Restaurante Universitário (RU) do CMRV

Fonte: Acervo particular da Pesquisadora

Os novos edifícios têm um novo layout, diferente dos primeiros blocos que formam a estrutura física do CMRV, cuja planta é baixa, em toda a sua estrutura. Os atuais são edifícios modernos, amplos, cujo conglomerado é formado por blocos de um e de dois pavimentos. Um dos blocos de dois pavimentos está previsto para acomodar os Laboratórios de Estudos e Pesquisas.



FIGURA 58: Retrato do Bloco onde estão instalados os laboratórios dos cursos do CMRV.

Fonte: Acervo particular da pesquisadora.

Os outros blocos para instalação e montagem das Salas de Aula, para instalação das Coordenadorias dos novos cursos, para a Diretoria e para os Departamentos pré-existentes.



FIGURA 59: Bloco em Construção, salas de aula – CMRV.
Fonte: Acervo da Pesquisadora.

O portão de acesso ao interior do CMRV também foi contemplado nessa reforma em cujo layout, inclusive contém uma guarita. Uma preocupação do layout nesse Plano-Diretor é a adaptação dos espaços para Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais.



FIGURA 60: Portão de Acesso do CMRV, do lado direito a Guarita, ainda em fase de construção.
Fonte: Acervo particular da pesquisadora

Quanto ao item reforma, foi recoberto, nesta ampliação, o teto da Biblioteca Setorial “Cândido Athayde” e o Auditório “José Camillo da Silveira Filho”. A Biblioteca, por exemplo, embora a área física não tenha sido ampliada, o espaço, internamente, para as acomodações de estantes, cadeiras e mesas estão sendo mais e melhor aproveitadas, com novo desenho, visando maior conforto e praticidade para os estudantes e funcionários. Tudo isto graças à re-configuração do layout. Nela estão sendo adaptadas salas para estudos em grupo, cabines para estudos individuais e a implantação da “Infoteca”, inclusive. Então, visando uma prestação de serviço mais eficiente para o corpo acadêmico, foi efetivada, segundo o Professor Israel Correia (2009), a catalogação do acervo atual de livros, que é para mais de 17 mil títulos, confirmado pelo Biblioteconomista Hernandez, responsável pela organização da Biblioteca.

O Auditório, que atualmente tem capacidade para acomodar 300 pessoas, também está passando por reformas e adaptações. Como a Biblioteca, o Auditório está recebendo melhoramentos no sentido de oferecer maior conforto interno aos seus usuários. Segundo o Prof. Adilson Castro (2009), o auditório do CMRV é um dos mais modernos do Norte do Estado.

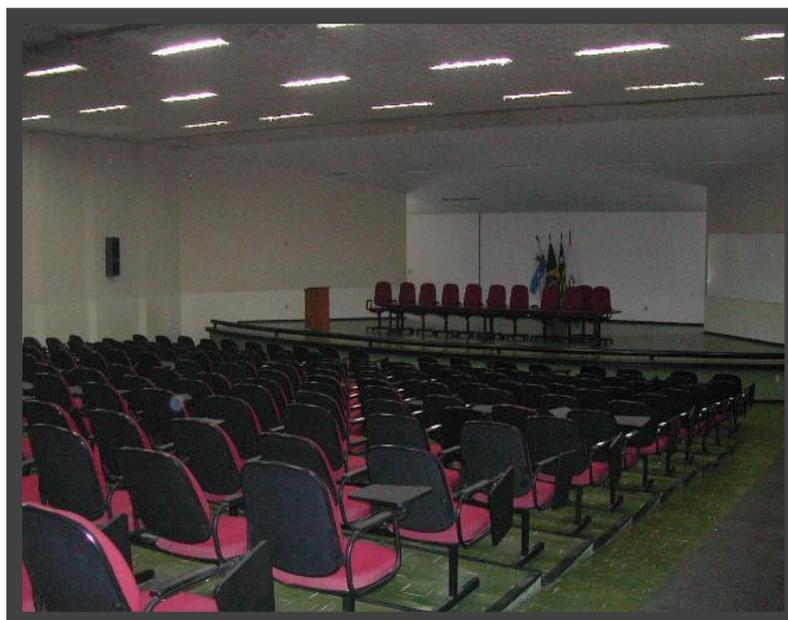


FIGURA 61: Retrato do Auditório do CMRV, antes da reforma, 2009.
Fonte: Acervo particular desta Pesquisadora.

Por sua vez, a Quadra Poliesportiva foi demolida e está sendo completamente refeita, visando maiores e melhores acomodações, tanto para o uso nas práticas desportivas do corpo discente, como para a comunidade em geral, uma vez que essa Quadra é o local preferido para sediar eventos esportivos, durante o ano letivo, na cidade de Parnaíba. Então se pode afirmar que todo esse melhoramento, sem dúvida, está acontecendo na perspectiva de corresponder ao atendimento das necessidades da comunidade acadêmica, como um todo.



FIGURA 62: Fachada da Quadra Poliesportiva do CMRV antes da demolição (2009).

Fonte: Acervo da pesquisadora

Apesar desse processo de ampliação dos espaços construídos e da edificação das novas instalações, para atender às expectativas mais gerais, no que diz respeito aos itens conforto e segurança, o Professor José Baluz considera e reafirma que: “hoje já se torna pequeno para o projeto de criação da nossa universidade em Parnaíba, pois poderíamos crescer muito mais; é um desejo latente da sociedade parnaibana, que já está nos cobrando, esse crescimento” (JOSÉ BALUZ, ENTREVISTA, 2009).

Neste momento, a satisfação dos parnaibanos está refletida nas falas, olhar e sorrisos das alunas que (após o processo de expansão) estão conseguindo realizar o “sonho” de adquirir um curso superior. As falas das alunas do Curso de Pedagogia, Período Especial

2009-1, refletem todo o desejo acalentado. A primeira a falar foi Tércia Maria Morais dos Santos, professora há 25 anos e, atualmente, trabalha na Escola “Tia Celeste”, ensino infantil, na zona rural de Parnaíba. Para esse trabalho de pesquisa, Tércia Santos deu o seguinte depoimento, sobre o projeto de expansão do CMRV:

Hoje eu estou realizando um sonho que eu considerava impossível e que, para mim, somente foi possível com a expansão do CMRV. Fiz vários vestibulares na UESPI, mas nunca consegui êxito [...] Para você ter uma ideia, nunca sequer fiquei nem em segunda chamada, nunca fui classificada. Então, para mim está sendo muito gratificante, realmente, estar cursando Pedagogia no CMRV, no Período Especial. Porque no período regular seria muito difícil realizar esse sonho. E, em uma faculdade particular seria impossível porque eu não teria como pagar. Muitas colegas minhas estão fazendo em faculdade particular. Mas o Prefeito comprou estas vagas e me apareceu esta oportunidade, agora, eu estou cursando na UFPI, que era um sonho muito mais distante. Estou aqui com muito orgulho e acredito que, se estou, é graças à interiorização da universidade. Meu maior desejo era estar aqui. Por isso, considero muito importante a interiorização e ampliação do ensino superior, pois somente assim, nós, professoras das cidades do interior e, que trabalhamos na zona rural podemos nos qualificar e realizar sonhos. E, para Parnaíba, com o quadro de professoras mais qualificado, a cidade só tem a ganhar, porque vai oferecer um ensino de mais qualidade para a população (TÉRCIA SANTOS, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 63: Retrato da aluna do Curso de Pedagogia do CMRV, Período Especial-Tércia Santos.

Fonte: Acervo particular desta Pesquisadora.

Então, se percebe na fala de Tércia Santos satisfação pela conquista alcançada: uma vaga para realização do tão sonhado curso superior, embora que essa conquista tenha somente acontecido após 25 anos de trabalho no magistério, tempo que ela conquistou o direito, mas a satisfação salta-lhe aos olhos. Do mesmo modo, a Professora Glóris Maria da Silva, outra aluna-professora do município de Parnaíba; que em julho de 2009 cursava o Segundo Período Especial, também, de Pedagogia e que assim se expressou:

[...] Adoro a UFPI. Esta ampliação é tudo de bom. Eu, por exemplo, estou realizando um sonho antigo, aqui tudo é novo para mim, pois eu já havia feito vários vestibulares da Estadual (UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ), mas nunca havia dado certo. Depois, essa ampliação veio facilitar pra nós. Isso é muito importante para a nossa cidade e para outras professoras das cidades de perto daqui, pois muitas, assim como eu, não haviam tido oportunidade de fazer um curso superior, e essa condição, está dando oportunidade para nós nos qualificarmos. O que falta agora é elas lutarem para conseguirem que as prefeituras façam convênios com UFPI, para também realizarem os seus sonhos, porque eu acredito que este, não é um sonho somente meu (GLÓRIS MARIA, ENTREVISTA, 2009).



FIGURA 64: Retrato da aluna do Curso de Pedagogia do CMRV, Período Especial - Glóris Maria.

Fonte: Acervo particular desta Pesquisadora

Além dos Cursos que funcionam em período Especial, de acordo com as informações do Diretor atual, Professor José Baluz (2009), o CMRV, está oferecendo Cursos de Especialização nas áreas de Matemática, Metodologia do Ensino Superior, Administração de Pequenas e Médias Empresas, Psicopedagogia, Gestão de Negócios, Organizações Educacionais.

O CMRV/UFPI, nesse início de século XXI, tem demonstrado mudanças qualitativas em todos os segmentos da instituição, para se adequar ao processo de progresso de Parnaíba, quer seja na qualidade dos docentes, quer seja na qualidade dos funcionários técnicos administrativos, que ultimamente compõem o corpo pedagógico e administrativo dessa IES, quer seja, ainda, no contexto de aproveitamento do número de vagas, disponibilizadas pela UFPI, para aquele SubCampus formar profissionais. Pode-se dizer, agora, cinquenta anos após os primeiros movimentos em prol da criação do ensino superior, em Parnaíba, que os parnaibanos vislumbram um novo olhar para o ensino superior mantido pela UFPI/CMRV. Talvez, porque, finalmente, a ideia dos pioneiros da educação em Parnaíba (de implantar o ensino superior para as camadas menos favorecidas economicamente), tenha sido dada a ler agora, pelo público-alvo dessa demanda. Além dessa nova percepção, os parnaibanos querem mais, uma vez que consideram o CMRV pequeno para os projetos que têm para os seus municípios; por isso pensam e projetam a criação, ou transformação do CMRV, na Universidade Federal do Delta e a transfiguração da Parnaíba em “Cidade Universitária”, guardando na História e Memória o Campus Ministro Reis Velloso (CMRV)/UFPI como a base inspiradora desta ideia.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A narrativa apresentada é uma tessitura de alguns pontos considerados importantes, na rede de informações, sobre a existência do Campus Ministro Reis Velloso (UFPI): História e memória, sem a pretensão de se esgotar o assunto sobre esta IES e os procedimentos de como se deu a implantação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba, no Piauí, considerando a premissa de que é impossível apresentar-se um estudo acabado, em sua totalidade, uma vez que a história é dinâmica a cada lugar e tempo presente, e depende do olhar do pesquisador sobre a visão das novas questões que são solicitadas. Entretanto, tentou-se responder às questões que nortearam este estudo, durante o trabalho de pesquisa. Por outro lado, este trabalho se apresenta, também, como uma possibilidade de novos questionamentos, pois o passado resistirá sempre a novas indagações (dependendo do olhar do pesquisador), como ensina Burke (1992).

Como referência teórico-metodológica, a Nova História Cultural permitiu que, neste trabalho, além da utilização das fontes bibliográficas, explorasse as documentais, orais (depoimentos) e iconográficas, as quais trouxeram enriquecimento ao estudo sistematizado dos fatos e dados da pesquisa proposta.

O CMRV/UFPI teve como ponto de partida o movimento de um pequeno grupo de comerciantes e intelectuais radicados em Parnaíba, que iniciou em torno da década de 1960, e resultou na criação da Faculdade de Administração do Piauí (FAPI), a qual foi pioneira no estabelecimento do estudo da Administração Superior, no Estado do Piauí; concretizado com o processo da incorporação/integralização e federalização dessa FAPI pela UFPI. Foi um grupo de trabalho coeso e politicamente estratégico que se empenhou, para que a UFPI (em Teresina) alocasse investimentos para consolidar o projeto e construir o Campus Ministro Reis Velloso, em Parnaíba, primeiro SubCampus da UFPI, fora do contexto da Capital do Piauí.

A partir de 6 de agosto de 1975, o Curso de Administração de Empresas da Universidade Federal do Piauí passou a funcionar nos espaços do CMRV. Daí por diante, novas estratégias foram pensadas para consolidar a ideia de estabelecimento do Ensino Superior em Parnaíba, as quais determinaram a criação de mais dois cursos, em 1976. E, na década de 1980, foi a vez da criação e implantação do curso de Pedagogia/Magistério, para

formar professores e atender a demanda solicitada pela Lei 5.692/71. Certamente que as bases do ensino superior em Parnaíba estavam consolidadas.

Entretanto, para atingir esse estado de conforto, o Ensino Superior em Parnaíba, nos anos iniciais, talvez como a própria educação do Piauí, atravessou dificuldades entre as quais a falta de recursos financeiros, de professores qualificados, prédio próprio para funcionamento e até uma proposta curricular. Mas todas estas dificuldades, à época, no período considerado neste estudo, não fizeram os idealizadores do projeto de Ensino Superior na Cidade (Parnaíba) esmorecer. Algumas dessas dificuldades foram relatadas nas entrevistas e ressaltadas pelos depoentes, ao longo desta pesquisa, como: a falta de credibilidade da população dos municípios, no projeto em foco (O apoio do governo, por exemplo). Por outro lado, foi construído, em longo prazo, um orgulho coletivo: os primeiros professores trabalharam de graça por dois anos.

Muitas lembranças estão guardadas na memória desses sujeitos: o trabalho coletivo, a luta por um ideal, o passo a passo para a consolidação do Ensino Superior na cidade. Os sujeitos envolvidos recordam que, embora os primeiros professores não se apresentassem como figuras imponentes do quadro ideal, para ministrar aulas no primeiro curso superior, em Parnaíba, eles se doaram, de forma que o curso se apresentasse, perante a sociedade, como possibilidade de bem representar a Instituição de Nível Superior, além do que era o que de melhor Parnaíba dispunha, à época, para colaborar com a empreitada.

A importância do CMRV para a educação do Piauí transcende as fronteiras da região Norte do Estado, uma vez que a procura pelos cursos desse SubCampus vem dos municípios de várias regiões piauienses, além do que, muitos são os jovens de outros estados da federação que têm buscado os caminhos de Parnaíba, em busca do saber técnico-científico.

Um fato marcante no ideário parnaibano, atualmente, é querer a transformação do CMRV na Universidade Federal do Delta, por considerarem que esse Campus, no presente, já se torna pequeno para as necessidades de Parnaíba.

O esforço despendido na construção deste trabalho foi bastante proveitoso, porque veio oportunizar uma incursão na história da educação brasileira e, em particular, na história do Ensino Superior no Piauí e de como se processou a Educação Superior no município piauiense de Parnaíba. Que outros olhares levados por esforços semelhantes deem prosseguimento a esta pesquisa, considerando que o que aqui foi narrado não esgotou as fontes, apenas instigou novos olhares, porque o CMRV/UFPI foi e permanece sendo um lugar de grandes narrativas para serem contadas sobre a história da educação piauiense. Vale a

pena, também, enveredar-se por este segmento de pesquisa. Como autora deste trabalho, sinto-me satisfeita por acreditar ter contribuído para o acréscimo do Projeto “Memória da UFPI – Vários Olhares”, colocando para apreciação neste contexto de estudo da educação como fator de desenvolvimento sustentável das sociedades, o Campus Ministro Reis Velloso: História e Memória.



REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

A – BIBLIOGRÁFICAS E DOCUMENTAIS

ALBERTI, V. **Manuel de História Oral**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2005.

AZEVEDO, F. de. **A cultura brasileira**. 5. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1976.

ABREU, I. Gonçalves de; NUNES, M. Célis Portella. Vilas e cidades do Piauí. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI. 1995. p. 83 - 111.

BANDEIRA, M. Inês de Vasconcelos. **Liceu Piauiense (1845-1970): desvendando aspectos de sua história e memória**. Teresina – Piauí. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. 161 f.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução: Luis Antero Reto e Augusto Pinheiro. 4. ed. Lisboa: Edições 70, LTDA, 2009.

BARROS, J. D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Petrópolis, Vozes, 2004.

BELLO, L. **Da Serra da Ibiapaba ao Campus da Ininga (373 anos de Pedagogia no Piauí)**. Teresina, s.d., vol. II (mimeo.). 1980 data presumida.

BENACOSTA, M. Levy Albino. **História da educação e espaço escolar**. (Org.) São Paulo: Cortez. 2005.

BLOCH, M. **Apologia da história: ou o ofício de historiador**. Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.

BONFIM, W. Luis de Sousa. Formação política. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI. 1995. p. 41 – 54.

BRITO, I. Sousa. **História da educação no Piauí**. Teresina: EDUFPI, 1996.

BUARQUE, C. **Entrevista concedida**. Disponível em <<http://www.universia.com.br/materia>> Acesso em: 22 Jun. 2010.

BUFFA, E. História e filosofia das instituições escolares. In: ARAÚJO, José Carlos Sousa; GATTI JÚNIOR, Décio. (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002, p. 25-38. 129

BURKE, P. (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNESP. 1992.

_____. História como memória social. In: **Variedades de história cultural**. Rio de Janeiro: Civilizações brasileira. 2000.

_____. **O que é história cultural**. Tradução de: Sérgio Góes de Paula. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2005.

CAMPOS, A. Olive. **A educação superior no Brasil**. Disponível em <<http://www.dp.gov.br/down/oad/textdo>>. Acesso em: 06 dez. 2008.

CARDOSO, M. de Sá. **O Centro de Tecnologia da UFPI: trajetória histórica**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. 147 f.

CERTEAU, M. de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Florense Universitária, 2002.

_____. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Tradução: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

CHARTIER, R. **A história cultura: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CORREIA, L. Andrade. Ensino universitário em Parnaíba. In: **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba: 1995. p. 106 – 109.

_____. L. de Andrade. **Entrevista concedida à acadêmica Ivonete Samuel Aguiar**. Parnaíba: 2006.

CUNHA, L. Antônio. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

DEMerval, S. [et al]. **História e história da educação**. (Orgs.). 3. ed. Campinas. São Paulo: Autores Associados: HISTEDBR. 2006.

DURKHEIM, E. **Evolução pedagógica**. Tradução: Bruno Charles Magne. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ELIAS, N. **Processo civilizador**. Tradução: Ruy Jungmann. Revisão e representação: Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994, v2.

FÁVERO, M. de Lourdes. **A universidade em busca da identidade**. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Universidade do Brasil: das origens à construção**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000, v.1.

FERREIRA, M. de Moraes. **História, tempo presente e história oral**. Disponível em: <www.revistatopoi.org/numero_anteriores/topoi05/topoi5a13.pdf>. Acessado em: 16 jan. 2009.

FERRO, L. Borges. **Educação e saúde: o ensino odontológico no Piauí. - história memória e realidade**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2005. 147 f.

FERRO, M. do Amparo Borges **Literatura escolar e história da educação: cotidiano, ideário e práticas pedagógicas**. São Paulo, 2000. 280. f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. **Educação e sociedade no Piauí republicano**. Teresina: Júnior, 1996.

_____. Prioridade nacional. In: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB). **Estudos e debates**. Brasília: 1995. V.6. p. 60 - 108.

GATTI JÚNIOR, D. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos Souza; D. Gatti Júnior. (Orgs.). **Novos temas em história da educação brasileira: instituições escolares e educação na imprensa**. Campinas, São Paulo: Autores Associados; Uberlândia, Minas Gerais: EDUFU, 2002. P. 3 – 24.

GIL, A. Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HILSDORF, M. Lúcia Spedo. **O aparecimento da escola moderna**: uma história ilustrada. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

_____. **História da educação brasileira**. São Paulo: Pioneira, 2003.

JACOB, M. Theophile. A pequena e brava família Jacob. In: ARAÚJO, M. Balduino de; EUGÊNIO, J. Kennedy. **Gente de longe**: histórias e memórias. Teresina: Halley, 2006. p. 273 – 334.

LAKATOS, E. Maria e MARCONI, Marina Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1996.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão [et al]. 5 ed. Campinas. São Paulo: UNICAMP, 2005.

_____. Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Por amor às cidades**: conversações com Jean Lebrun. Tradução: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora da UNESP, 1998.

LOPES, E. Maria Teixeira; GALVÃO, A. Maria de Oliveira. **História da educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LOPES, A. de Pádua de Carvalho. Luz, progresso e expansão intelectual: a elite comercial exportadora de Parnaíba e o lugar da educação no desenvolvimento do Piauí. In: BRANCO, E. de Alencar Castelo; NASCIMENTO, F. Alcides do; PINHEIRO, A. Paz. (Orgs.). **Histórias**: cultura, sociedade, cidades. Recife: Bagaço, 2005, p. 61 – 70.

MAGALHÃES, J. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

_____. Contributo para a história das instituições educativas – entre a memória e o arquivo. In: FERNANDES, Rogério; _____. (orgs.). **Para a história do ensino liceal em Portugal** – Actas dos Colóquios do I Centenário da Reforma de Jaime Moniz (1894-1895). Braga: Universidade do Minho, 1999, p. 63-77.

_____. A história das instituições educacionais em perspectiva. In: GATTI JÚNIOR, Décio; INÁCIO FILHO, Geraldo (orgs.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005, p. 91-103.

MAUAD, A. Maria. Fotografia e História: possibilidades de análise. In: CIAVATTA, Maria; ALVESA, Nilda (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo: Cortez, 2004.

MELO, A. Maurení Vaz Verçosa de. **Os Alicerces da educação superior no Piauí: avaliação das experiências das faculdades de direito e católica de filosofia (1930 – 1970)**. 2006. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2006.

MENDES, F. Formação econômica. In: SANTANA, R. N. Monteiro de (Org.). **Piauí: formação, desenvolvimento, perspectivas**. Teresina: FUNDAPI. 1995. p. 55 – 81.

MENDES, I. **Parnaíba educação e sociedade: da colonização ao fim do Estado Novo**. Parnaíba: SIEART, 2007.

MEIHY, J. Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5 ed. Revista e ampliada. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

NASCIMENTO, F. de Assis de Sousa. **Educação Franciscana: História e memória da experiência educativa em Parnaíba 1949-1964**. Teresina: Sieart Gráfica e editora. 2008.

NASCIMENTO, M. Isabel. [et al] (Orgs.) Campinas, SP: Autores Associados: HISTEDBR; Sorocaba, 2007.

NASCIMENTO, S. Maria Santos. **Cruzando olhares, refletindo e dialogando: O projeto formativo do curso de Pedagogia do CMRV/UFPI – Parnaíba – Piauí**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2007. 162 f.

OLIVEIRA. M. Cristina de Moraes Souza. In: **Almanaque da Parnaíba**. Parnaíba: Sieart, 1999, p. 60-64.

PASSOS, G. de Oliveira. **A UFPI e suas marcas de nascenças, conformação da Reforma Universitária de 1968 à sociedade piauiense**. 2003. 350 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília. Brasília. 2003.

PETITAT, A. **A produção da escola/ reprodução da sociedade**: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente. Tradução: Eunice Gruman. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

PEREIRA, A. Sampaio. **Velhas escolas** – grandes mestres. Teresina: COMEPI, 1996.

PIRES, J. Nelson de Carvalho. **Simplicio Dias da Silva**: seu nascimento até sua morte. Parnaíba: Sieart. 2008.

POLLAK, M. **Memória, esquecimento e silêncio**. Rio de Janeiro. Vol. 2, n. 3, 1989, p. 315. Rio de Janeiro. CPDOC/Vértice. Estudos Históricos. Disponível em: <http://www.icarabe.org/curso/curso2009_historias_or>. Acessado em: 16 jan. 2009.

PRESTE, M. Luci de Mesquita. **A pesquisa e a construção do conhecimento científico**: do planejamento aos textos, da escola à academia. 3. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Rêspel. 2005.

RIBEIRO, M. Luiza Santos. **História da educação brasileira**: a organização escolar. 16 ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

RICHARDSON, J. Roberto. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROUSSO, H. “A memória não é mais o que era”. In: AMADO, Janaina. & FERREIRA, Marieta. (Coords.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SALES, G. A Universidade do Piauí. In: **Almanaque da Parnaíba**. 1965.

SANTOS, A. Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 6. ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

SAVIANI, D. Instituições escolares no Brasil conceitos e reconstituição histórica. In: **Instituições escolares no Brasil**: conceitos e reconstrução histórica.

SOUZA, M. Cecília Cortez Chistiano de. **A memória e a escola**. Bragança Paulista: EDUSF, 2004.

VASCONCELOS, E. Mourão. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

SILVA FILHO, F. Pereira da. **Curso de administração da UFPI**: história e mercado de trabalho do administrador. Teresina: EDUFPI, 2007.

SOUZA, P. R. **Entrevista concedida**. Disponível em <<http://www.universia.com.br/materia>> Acesso em: 22 Jun. 2010.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

B – ENTREVISTAS

BALUZ, J. Duarte. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

BRITO, M. Dilma. **Entrevista** [març. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CASTRO, A. Farias. **Entrevista** [jul. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

DUARTE, A. Alexandre. **Entrevista** [jun. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

EMÉRITO, A. de Pádua. **Entrevista** [jul. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CORREIA, I. Nunes. **Entrevista** [jun. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

CORREIA, L. Andrade. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

MARQUES, R. Pinto. **Entrevista** [jul. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

PIRES, J. Néilson de Carvalho. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

SANTOS, M. Bento. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

SANTOS JÚNIOR, R. de Castro. **Entrevista** [jan. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

VIEIRA, A. Lopes **Entrevista** [mai. 2009] concedida à pesquisadora Francisca das Chagas Lopes Campos para realização de Dissertação de Mestrado.

C – LEIS E OUTROS DOCUMENTOS

BRASIL. Lei n 5.528. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Universidade Federal do Piauí e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: 14/11/1968.

BRASIL. Poder legislativo: Senado Federal: **Discursos Senador Chagas Rodrigues**. Brasília. DF. 1992. PODER LEGISLATIVO

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ. **Plano Diretor**: CMRV. 1971.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Cartório Bezerra. **Escritura publica de compra e venda**. L. nº. 31. Fls. 188/191. Parnaíba – Piauí. Jan. 1974.

_____. Certidão. **Registro de Constituição da UFPI**. L. A – 4. Nº. 390. Teresina – Piauí. 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – **Ata de instalação da Fundação Universidade Federal do Piauí**. Teresina: 1971.

_____. **Ato da Reitoria** nº 1123/81

_____. **Ato da Reitoria** nº 364/76.

_____. **Ato da Reitoria nº 125/74.**

_____. **Histórico.** Disponível em: <<http://www.ufpi.br/parnaíba/index1.php?pg=274>>. Acesso em: 7 de dez. 2008.

_____. **CMRV. Livro de Atas da Congregação:** 15-09-1971. – 01-11-79 Parnaíba Piauí. 100f.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades.** 2002. Parnaíba. 14f.

_____. **CMRV Relatório de Atividades.** 2001. Parnaíba. 15f.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades.** 2000. 18f.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades.** 1999. 15f. 22f.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades.** 1998.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades.** 1992/1997. 12f.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades:** 1996. Parnaíba – Piauí. 11f.

_____. **CMRV. Relatório de Atividades:** 1986. Parnaíba - Piauí. 34f.

_____. **CMRV. Livro de Ocorrências 1:** 11-10. 73 a 31-07-78. 1973. Parnaíba Piauí. 100f.

_____. **CMRV. Livro de Ocorrências 2:** 08 – 78 – 10-1980. 100f.

_____. **CMRV. Regimento do CMRV.** 30f.

_____. **Resolução nº. 22/01.** Conselho Universitário da UFPI.

_____. **Resolução nº. 011/97.** Conselho Universitário da UFPI.

_____. **Resolução n. 018/96.** Aprova o regimento do Campus “Ministro Reis Veloso”.
Teresina: 1996.

_____. **Resolução nº. 15/71.**

_____. **Relatório.** Diretoria de Projetos e Obras: Dez anos de atividades 1971 a 1971. 19



APÊNDICES

APÊNDICE A

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO
Av. S. Sebastião, 2819. B.Reis Velloso, Parnaíba, Piauí, Brasil, CEP 64.202.020
Telefones: (86) 3323 5270/3323 5274

TERMO DE CONCORDÂNCIA

Através do presente instrumento o Campus Ministro Reis Velloso (CMRVUFPI), Parnaíba (PI) entra em concordância na realização do projeto de pesquisa intitulado: **CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (CMRV/UFPI): HISTÓRIA E MEMÓRIA.**

A pesquisa tem como metodologia a História Oral que possibilita captar registros de acontecimentos e de fatos da história em um dado contexto histórico; ouvir relatos de pessoas que vivenciaram ou vivenciam a história, neste projeto, a do CMRV/UFPI. A coleta de dados será realizada através de entrevista semestralizada, gravada e/ou escrita conforme a disponibilidade dos sujeitos da pesquisa; utilizam-se documentos escritos oficiais (atas, leis, decretos, pareceres, etc) que notificam cada movimento das etapas a serem realizadas. Serão utilizadas as possíveis possibilidades garantidas pela história oral de agentes que viveram e vivem o cotidiano de criação do CMRV/UFPI através da implantação/incorporação do Curso de Administração do Piauí da cidade de Parnaíba.

Sendo que a pesquisadora, Francisca das Chagas Lopes Campos, orientanda da Prof^a Dr^a Maria do Amparo Borges Ferro, membro do programa de Pós-Graduação em Educação/Mestrado em Educação/UFPI, ficará responsável pela utilização devida dos dados/informações disponibilizados; comprometendo-se com a divulgação e publicação dos resultados da pesquisa, concomitante informando a instituição de realização desta e colocando-se à disposição para esclarecimentos adicionais. Haverá uma devolução dos recursos finais da pesquisa à Instituição na forma de dissertação.

Parnaíba, 09 de setembro de 2009.

José Duarte Baluz
Diretor do CMRV/UFPI

APÊNDICE B

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO (CCE)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO (PPGEd)

Teresina, ____ de _____ 2009.

Prezado (a) Senhor (a),

REF.: APRESENTAÇÃO (faz)

Vimos, por meio desta, apresentar **FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS**, aluna da Universidade Federal do Piauí (UFPI) do Centro de Ciências da Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação- PPGEd, que está realizando uma pesquisa intitulada “HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO”, voltada para a elaboração de Dissertação de Mestrado sob a orientação da **Profa. Dra. MARIA DO AMPARO BORGES FERRO**, cujo objetivo geral é reconstituir a História e a Memória do CMRV, revendo a sua trajetória, desde 1968, com a criação da Faculdade de Administração do Piauí, até o ano 2008.

Do exposto prezaríamos contar com a prestimosa colaboração no que lhe for sugerido, para uma entrevista, que poderá ser realizada em local e horário pré-estabelecidos, entre V.Sa. e a mestrandia.

Documentos e/ou quaisquer materiais e/ou objetos que venham a ser emprestados para contribuir com o trabalho proposto, serão devolvidos imediatamente, no mesmo estado da forma original.

Na certeza da sua valiosa participação, agradecemos antecipadamente, colocando-nos à sua disposição para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

Atenciosamente

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTA

O PRESENTE ROTEIRO É DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DO “CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO”, (CMRV), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI) EM PARNAÍBA (PI), REALIZADA PELA ALUNA **FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS**, DA UFPI, DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd – PARA FINS DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, SOB A ORIENTAÇÃO DA **PROF^a Dr^a MARIA DO AMPARO BORGES FERRO**.

QUESTIONAMENTO

1. QUANTO À MOVIMENTAÇÃO (LUTA) PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR EM PARNAÍBA:

1.1 Considerando os esforços e interesses de empresários e intelectuais parnaibanos na luta para a criação do Ensino Superior, o que de mais relevante aconteceu ou contribuiu para a criação do CMRV, em Parnaíba?

1.2 Que problemas ou dificuldades surgiram e mereceram grande atenção no início da criação do CMRV?

1.3 Que pessoas, mais se destacaram nesse movimento (luta), para implantação do Ensino Superior em Parnaíba?

1.4 Algum município da Região Norte do Piauí tomou parte nesse movimento da criação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba?

1.5 Que outras informações podem rememorar o movimento (luta) da criação do Ensino Superior em Parnaíba, até culminar com a construção do CMRV?

2. QUANTO À CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CMRV:

2.1 Como descreveria o impacto que a sociedade parnaibana sentiu com a criação do CMRV?

2.2 Como os professores, no começo do funcionamento do CMRV eram recrutados, selecionados e contratados?

2.3 Como descreveria o perfil dos professores que constituíram os primeiros Quadros de Docentes do CMRV?

2.4 Que cursos compunham o CMRV e como se organizou a estrutura desses cursos, no início do funcionamento da CMRV?

2.5 Que outras lembranças de memória podem-se apresentar para descrever a Memória e História da criação e implantação do CMRV?

3. QUANTO À REALIDADE ATUAL DO CMRV:

3.1 Desde quando trabalha no CMRV e qual sua principal atividade?

3.2 No seu ponto de vista qual a importância do CMRV para o âmbito do campo de trabalho de Parnaíba e para a extensão da Universidade Federal do Piauí?

3.3 Atualmente como estão organizados e estruturados os Cursos ministrados no CMRV?

3.4 O Curso de Administração de Empresa no qual foi aluno, que funcionava nas instalações do Ginásio “São Luiz Gonzaga”, o que representou a mudança desse curso para o novo espaço físico e cultural no CMRV?

4. QUANTO ÀS EXPECTATIVAS PUXADAS PELA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DO CMRV EM PARNAÍBA:

4.1 Quais as expectativas da sociedade parnaibana sobre o ensino superior do CMRV?

4.2 Os Cursos oferecidos no CMRV foram ou são os que estavam na expectativa da sociedade parnaibana?

4.3 O novo espaço, a edificação, as instalações atendem as expectativas gerais, para as finalidades da instituição em termos de conforto e segurança?

4.4 Que outras expectativas foram atendidas ou deixaram de ser, relacionadas ao Ensino Superior em Parnaíba?

4.5 Quais as expectativas futuras para o CMRV?

5 QUANTO AO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO CMRV:

5.1 Há quanto tempo trabalho no CMRV e quais Cargos e Funções exerceu, e em que período, respectivamente?

5.2 Que fatos interessantes ou pitorescos ocorreram no percurso da implantação do CMRV?

5.3 Como era a relação Diretoria x Coordenação x Professor x Aluno no início do funcionamento e na fase da implementação do projeto pedagógico de ensino no CMRV?

5.4 Como o aluno percebia especificamente a relação Professor x Aluno x Coordenador?

5.5 Como se dava a relação em termos de administração acadêmica da UFPI, entre o CMRV (Parnaíba) e Campus Petrônio Portela (Teresina)?

5.6 Quais as principais conseqüências da expansão que está acontecendo no CMRV nos últimos anos?

5.7 Que outras informações considera importantes para a reconstituição da História e Memória do CMRV?

APÊNDICE D

O PRESENTE ROTEIRO É DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DO “CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO”, (CMRV), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI) EM PARNAÍBA(PI), REALIZADA PELA ALUNA **FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS**, DA UFPI, DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd – PARA FINS DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, SOB A ORIENTAÇÃO DA **PROF^a Dr^a MARIA DO AMPARO BORGES FERRO**

QUESTIONAMENTO - (DIRECIONADO A PARCEIRO NA CRIAÇÃO DO CMRV)

1. QUANTO À MOVIMENTAÇÃO (LUTA) PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR EM PARNAÍBA:

1.1 Considerando os esforços e interesses de empresários e intelectuais parnaibanos na luta para a criação do Ensino Superior, o que de mais relevante aconteceu ou contribuiu para a criação do CMRV, em Parnaíba?

1.2 Que problemas ou dificuldades surgiram e mereceram grande atenção no início da criação do CMRV?

1.3 Que pessoas, mais se destacaram nesse movimento (luta), para implantação do Ensino Superior em Parnaíba?

4 Algum município da Região Norte do Piauí tomou parte nesse movimento da criação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba?

1.5 Que outras informações podem rememorar o movimento (luta) da criação do Ensino Superior em Parnaíba, até culminar com a construção do CMRV?

2. QUANTO À CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CMRV:

2.1 Como descreveria o impacto que a sociedade parnaibana sentiu com a criação do CMRV?

2.2 Como os professores, no começo do funcionamento do CMRV eram recrutados, selecionados e contratados?

2.3 Como descreveria o perfil dos professores que constituíram os primeiros Quadros de Docentes do CMRV?

2.4 Que Cursos compunham e como se organizou a estrutura desses cursos, no início do funcionamento do CMRS?

2.5 Que outras lembranças de memória podem-se apresentar para descrever a Memória e História da criação e implantação do CMRV?

3. QUANTO À REALIDADE ATUAL DO CMRV:

3.1 No seu ponto de vista qual a importância do CMRV para o âmbito do campo de trabalho de Parnaíba e para a extensão da Universidade Federal do Piauí?

4. QUANTO ÀS EXPECTATIVAS PUXADAS PELA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DO CMRV EM PARNAÍBA:

4.1 Quais as expectativas da sociedade parnaibana sobre o ensino superior do CMRV?

- 4.2 Os Cursos oferecidos no CMRV são os que estavam na expectativa da sociedade parnaibana?
- 4.3 O novo espaço, a edificação, as instalações atendem as expectativas gerais, para as finalidades da instituição em termos de conforto e segurança?
- 4.4 Que outras expectativas foram atendidas ou deixaram de ser, relacionadas ao Ensino Superior em Parnaíba?
- 4.5 Quais as expectativas futuras para o CMRV?

APÊNDICE E

O PRESENTE ROTEIRO É DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DO “CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO”, (CMRV), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI) EM PARNAÍBA(PI), REALIZADA PELA ALUNA **FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS**, DA UFPI, DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd – PARA FINS DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, SOB A ORIENTAÇÃO DA **PROF^a Dr^a MARIA DO AMPARO BORGES FERRO**

QUESTIONAMENTO - (DIRECIONADO A PROFESSOR E EX-PROFESSOR)

1. QUANTO À MOVIMENTAÇÃO (LUTA) PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR EM PARNAÍBA:

1.1 Considerando os esforços e interesses de empresários e intelectuais parnaibanos na luta para a criação do Ensino Superior, o que de mais relevante aconteceu ou contribuiu para a criação do CMRV, em Parnaíba?

1.2 Que problemas ou dificuldades surgiram e mereceram grande atenção no início da criação do CMRV?

1.3 Que pessoas, mais se destacaram nesse movimento (luta), para implantação do Ensino Superior em Parnaíba?

1.4 Alguns município da Região Norte do Piauí tomou parte nesse movimento da criação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba?

1.5 Que outras informações podem rememorar o movimento (luta) da criação do Ensino Superior em Parnaíba, até culminar com a construção do CMRV?

2. QUANTO A CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CMRV:

2.1 Como descreveria o impacto que a sociedade parnaibana sentiu com a criação do CMRV?

2.2 Como os professores, no começo do funcionamento do CMRV eram recrutados, selecionados e contratados?

2.3 Como descreveria o perfil dos professores que constituíram os primeiros Quadros de Docentes do CMRV?

2.4 Que cursos compunham e como se organizou a estrutura desses cursos, no início do funcionamento da CMRV?

2.5 Que outras lembranças de memória podem-se apresentar para descrever a Memória e História da criação e implantação do CMRV?

3. QUANTO À REALIDADE ATUAL DO CMRV:

3.1 Desde quando trabalha no CMRV e qual sua principal atividade?

3.2 No seu ponto de vista qual a importância do CMRV para o âmbito do campo de trabalho de Parnaíba e para a extensão da Universidade Federal do Piauí?

3.3 Atualmente como estão organizados e estruturados os Cursos ministrados no CMRV?

4. QUANTO ÀS EXPECTATIVAS PUXADAS PELA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DO CMRV EM PARNAÍBA:

4.1 Quais as expectativas da sociedade parnaibana sobre o ensino superior do CMRV?

4.2 Os Cursos oferecidos no CMRV são os que estavam na expectativa da sociedade parnaibana?

4.3 O novo espaço, a edificação, as instalações atendem as expectativas gerais, para as finalidades da instituição em termos de conforto e segurança?

4.4 Que outras expectativas foram atendidas ou deixaram de ser, relacionadas ao Ensino Superior em Parnaíba?

4.5 Quais as expectativas futuras para o CMRV?

R. Transformação do Campus em Universidade Pública Federal.

5. QUANTO AO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO CMRV:

5.1 Há quanto tempo trabalho no CMRV e quais Cargos e Funções exerceu, e em que período, respectivamente?

5.2 Que fatos interessantes ou pitorescos ocorreram no percurso da implantação do CMRV?

5.3 Como era a relação Diretoria x Coordenação x Professor x Aluno no início do funcionamento e na fase da implementação do projeto pedagógico de ensino no CMRV?

5.4 Como o aluno percebia especificamente a relação Professor x Aluno x Coordenador?

5.5 Como se dava a relação em termos de administração acadêmica da UFPI, entre o CMRV (Parnaíba) e Campus Petrônio Portela (Teresina)?

5.6 Quais as principais conseqüências da expansão que está acontecendo no CMRV nos últimos anos?

6.7 Que outras informações considera importante para reconstituição da História e Memória do CMRV?

APÊNDICE F

O PRESENTE ROTEIRO É DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DO “CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO”, (CMRV), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ(UFPI) EM PARNAÍBA(PI), REALIZADA PELA ALUNA FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS, DA UFPI, DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – ppged – PARA FINS DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, SOB A ORIENTAÇÃO DA prof^a Dr^a MARIA DO AMPARO BORGES FERRO

QUESTIONAMENTO - (DIRECIONADO A ALUNO E EX-ALUNO)

1 QUANTO À MOVIMENTAÇÃO (LUTA) PARA IMPLANTAÇÃO DO CURSO SUPERIOR EM PARNAIBA:

1.1 Algum município da Região Norte do Piauí tomou parte nesse movimento da criação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba?

1.2 Que outras informações podem rememorar o movimento (luta) da criação do Ensino Superior em Parnaíba, até culminar com a construção do CMRV?

2 QUANTO À CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CMRV

2.1 Como descreveria o impacto que a sociedade parnaibana sentiu com a criação do CMRV
Como descreveria o perfil dos professores que constituíram os primeiros Quadros de Docentes do CMRV?

2.3 Que cursos compunham e como se organizou a estrutura desses cursos, no início do funcionamento da CMRV?

2.4 Que outras lembranças de memória podem-se apresentar para descrever a Memória e História da criação e implantação do CMRV?

3. QUANTO À REALIDADE ATUAL DO CMRV:

3.1 No seu ponto de vista qual a importância do CMRV para o âmbito do campo de trabalho de Parnaíba e para a extensão da Universidade Federal do Piauí?

3.2 O Curso de Administração de Empresa no qual foi aluno, que funcionava nas instalações do Ginásio “São Luiz Gonzaga”, o que representou a mudança desse curso para o novo espaço físico e cultural no CMRV?

4. QUANTO ÀS EXPECTATIVAS PUXADAS PELA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DO CMRV EM PARNAÍBA:

4.1 Quais as expectativas da sociedade parnaibana sobre o ensino superior do CMRV?

4.2 Os Cursos oferecidos no CMRV foram ou são os que estavam na expectativa da sociedade parnaibana?

4.3 O novo espaço, a edificação, as instalações atendem as expectativas gerais, para as finalidades da instituição em termos de conforto e segurança?

4.4 Que outras expectativas foram atendidas ou deixaram de ser, relacionadas ao Ensino Superior em Parnaíba?

4.5 Quais as expectativas futuras para o CMRV?

5. QUANTO AO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO CMRV:

- 5.1 Que fatos interessantes ou pitorescos ocorreram no percurso da implantação do CMRV?
- 5.2 Como era a relação Diretoria x Coordenação x Professor x Aluno no início do funcionamento e na fase da implementação do projeto pedagógico de ensino no CMRV?
- 5.3 Como o aluno percebia especificamente a relação Professor x Aluno x Coordenador?
- 5.4 Quais as principais conseqüências da expansão que está acontecendo no CMRV nos últimos anos?
- 5.5 Que outras informações considera importante para reconstituição da Historia e Memória do CMRV?

APÊNDICE G

O PRESENTE ROTEIRO É DESTINADO EXCLUSIVAMENTE PARA A PESQUISA SOBRE A HISTÓRIA E MEMÓRIA DO “CAMPUS MINISTRO REIS VELOSO”, (CMRV), DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ(UFPI) EM PARNAÍBA(PI), REALIZADA PELA ALUNA **FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS**, DA UFPI, DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGEd – PARA FINS DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, SOB A ORIENTAÇÃO DA **PROF^a Dr^a MARIA DO AMPARO BORGES FERRO**

QUESTIONAMENTO-(DIRECIONADO A FUNCIONÁRIO E EX-FUNCIONÁRIO) 1 – QUANTO À MOVIMENTAÇÃO (LUTA) PARA IMPLANTAÇÃO CURSO SUPERIOR EM PARNAIBA:

1.1 Alguns município da Região Norte do Piauí tomou parte nesse movimento da criação do Ensino Superior na cidade de Parnaíba?

1.2 Que outras informações podem rememorar o movimento (luta) da criação do Ensino Superior em Parnaíba, até culminar com a construção do CMRV?

2. QUANTO À CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CMRV:

2.1 Como descreveria o impacto que a sociedade parnaibana sentiu com a criação do CMRV?

2.2 Como os professores, no começo do funcionamento do CMRV eram recrutados, selecionados e contratados?

2.3 Como descreveria o perfil dos professores que constituíram os primeiros Quadros de Docentes do CMRV?

2.4 Que cursos compunham e como se organizou a estrutura desses cursos, no início do funcionamento da CMRV?

2.5 Que outras lembranças de memória podem-se apresentar para descrever a Memória e História da criação e implantação do CMRV?

3. QUANTO À REALIDADE ATUAL DO CMRV:

3.1 Desde quando trabalha no CMRV e qual sua principal atividade?

3.2 No seu ponto de vista qual a importância do CMRV para o âmbito do campo de trabalho de Parnaíba e para a extensão da Universidade Federal do Piauí?

3.3 Atualmente como estão organizados e estruturados os Cursos ministrados no CMRV?

4. QUANTO ÀS EXPECTATIVAS PUXADAS PELA CRIAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR E CRIAÇÃO DO CMRV EM PARNAÍBA:

4.1 Quais as expectativas da sociedade parnaibana sobre o ensino superior do CMRV?

4.2 Os Cursos oferecidos no CMRV foram ou são os que estavam na expectativa da sociedade parnaibana?

4.3 O novo espaço, a edificação, as instalações atendem as expectativas gerais, para as finalidades da instituição em termos de conforto e segurança?

4.4 Que outras expectativas foram atendidas ou deixaram de ser, relacionadas ao Ensino Superior em Parnaíba?

4.5 Quais as expectativas futuras para o CMRV?

5. QUANTO AO DESENVOLVIMENTO E CRESCIMENTO DO CMRV:

- 5.2 Que fatos interessantes ou pitorescos ocorreram no percurso da implantação do CMRV?
- 5.3 Como era a relação Diretoria x Coordenação x Professor x Aluno no início do funcionamento e na fase da implementação do projeto pedagógico de ensino no CMRV?
- 5.4 Como o aluno percebia especificamente a relação Professor x Aluno x Coordenador?
- 5.5 Como se dava a relação em termos de administração acadêmica da UFPI, entre o CMRV (Parnaíba) e Campus Petrônio Portela (Teresina)?
- 5.6 Que outras informações considera importante para reconstituição da História e Memória do CMRV?



ANEXOS

ANEXO A

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MESTRANDA: Francisca das Chagas Lopes Campos

ORIENTADOR: Prof. Dra. Maria da Glória Barbosa Lima

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do projeto: CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (CMRV/UFPI): HISTÓRIA E MEMÓRIA.

Pesquisador responsável: Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferroa

Instituição/Departamento: Universidade Federal do Piauí/Centro de Ciências da Educação/PPGE

Telefone para contato (inclusive a cobrar): (86) 3233 5640/9929 0013

Pesquisadores participantes: Francisca das Chagas Lopes Campos

Telefones para contato: (86) 3233 5640/9929 0013

Prezado (a) aluno (a), você está sendo convidado a participar de uma pesquisa. A participação aqui solicitada é de caráter voluntário, e concede a você inteira liberdade de aceitar ou não. Para orientar a sua tomada de decisão apresentamos a seguir elementos da proposta de investigação e se ao final da leitura desse termo você ainda não se sentir esclarecido/a deverá solicitar das pesquisadoras as informações que julgarem necessárias. Em caso de aceite, ressaltamos a importância de sua assinatura no final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é do pesquisador responsável.

A pesquisa de que trata este convite intitula-se **CAMPUS MINISTRO REIS VELLOSO (CMRV/UFPI): HISTÓRIA E MEMÓRIA**; tem como objetivo geral reconstituir a História e a Memória do Campus Ministro Reis Velloso da Universidade (CMRV), a partir da criação da Faculdade de Administração do Piauí incorporada pela UFPI. A referida pesquisa realizar-se-á através de entrevistas semi-estruturadas por meio das quais os sujeitos da pesquisa, pelo resgate de suas memórias contarão a sua percepção a respeito de como se deu a história da criação do CMRV da UFPI, sendo este o instrumento fundamental para coleta dos dados necessários à constituição do estudo. Assim, sua participação na pesquisa incluirá participação nos encontros que serão previamente agendadas, a fim de colher as lembranças que fornecerão recurso para constituição dessa pesquisa.

É importante ressaltar que todas as informações prestadas, pelos sujeitos participantes da investigação, bem como as suas identidades somente serão publicadas com autorização por escritos dos mesmos. A menos que requerido por lei ou por sua solicitação, somente o pesquisado e o Comitê de Ética independente terão acesso a suas informações.

O período para coleta dos dados compreenderá os meses de outubro a novembro de 2009. Contudo, caso aceite participar da pesquisa, em qualquer momento desta poderá solicitar esclarecimentos que lhe sejam pertinentes. E, fica assegurado ainda que sua participação não lhe obrigue a custear despesas financeiras, assim como seu consentimento poderá ser retirado em qualquer momento da pesquisa.

Consentimento da participação da pessoa como sujeito

Eu, _____ RG: _____, CPF: _____,

fui suficientemente informado, pela pesquisadora FRANCISCA DAS CHAGAS LOPES CAMPOS a respeito da minha participação no processo e decidi em participar nesse estudo. Ficaram claros para mim quais são os propósitos do estudo, os procedimentos a serem

realizados, as garantias de confidencialidade e de esclarecimentos permanentes e, ainda que minha participação seja isenta de despesas.

Concordo voluntariamente em participar deste estudo e poderei retirar o meu consentimento a qualquer momento, antes ou durante o mesmo, sem penalidades ou prejuízo.

Teresina (PI), _____ de julho de 2009.

Nome e Assinatura do sujeito ou responsável: _____

Observações complementares

Se você tiver alguma consideração ou dúvida sobre a ética da pesquisa, entre em contato:
Comitê de Ética em Pesquisa – UFPI - Campus Universitário Ministro Petrônio Portella -
Bairro Ininga
Centro de Convivência L09 e 10 - CEP: 64.049-550 - Teresina - PI
tel.: (86) 3215-5734 - email: cep.ufpi@ufpi.br web: www.ufpi.br/cep

ANEXO B

OS SUJEITOS DA PESQUISA

Sobre os sujeitos que participaram e colaboraram para a conclusão deste trabalho/estudo, esses são apresentados através de relação nominal e enfatizados como verdadeiros partícipes da História e a Memória do CMRV. Enfatizamos, igualmente, as demonstrações de boa vontade e satisfação em contribuir com as suas participações. O critério escolhido para apresentação dos nomes desses sujeitos foi de ordem alfabética, a fim de deixar evidente a mesma ordem de importância para todos os valiosos colaboradores deste texto sobre a HISTÓRIA E MEMÓRIA DO CMRV, da UFPI, em Parnaíba.

- 01 – Adilson Farias de Castro – aluno da 1ª turma e professor do Curso de Administração do CMRV;
- 02 – Alzir Lopes Vieira – ex-aluna do Curso de Administração;
- 03 – Antonio Alexandre Duarte – Servidor Aposentado;
- 04 – Antonio de Pádua Emérito – Professor Aposentado da UFPI/Teresina
- 05 – Francisco de Assis da Rocha Carvalho – Servente de Limpeza;
- 06 – Glóris Maria – aluna do Curso de Pedagogia, Período especial 2009.1 (CMRV);
- 07 – Ivana Maria Lopes de Melo Ibiapina – ex-aluna e ex-Professora do Curso de Economia do CMRV;
- 8 – Ivanilza Moreira de Andrade – Coordenadora do Curso de Biologia do CMRV;
- 9 – Israel José Nunes Correia – ex-Diretor e Professor do Curso de Administração de Empresas do CMRV;
- 10 – José Duarte Baluz – atual Diretor e Professor do Curso de Ciências Econômicas;
- 11 – José Néilson da Carvalho Pires – ex-Professor do CMRV;
- 12 – Lauro Andrade Correia – ex-Diretor e um dos idealizadores do Ensino Superior em Parnaíba;
- 13 – Marcos Antonio – aluno do Curso de Fisioterapia do CMRV;
- 14 – Maria Dilma Pontes Brito – ex-aluna e professora do Curso de Administração de Empresas do CMRV;
- 15 – Mariano Bento Soares – ex-funcionário ex-Aluno e Professor Aposentado do CMRV;
- 16 – Renato de Castro dos Santos Júnior – aluno da 1ª turma e professor do Curso de Administração do CMRV;
- 17 – Ronaldo Pinto Marques – ex-Diretor da DIPRO/UFPI Arquiteto Remanescente;
- 18 – Tércia Maria Morais dos Santos – aluna do Curso de Pedagogia do Período especial 2009.1 (CMRV);
- 19 – Valdelania Brito – aluna do Curso de Biologia do CMRV.

ANEXO C

Cronograma de gestão (Diretor e Reitor)**Quadro 32:** Lista de Diretores e Reitores CMRV/UFPI e respectivo período de gestão.

PERÍODO	DIRETOR	REITOR DA UFPI
09-12-1968 a 25-02-1972	Cândido Almeida Athayde	Robert Wall de Carvalho Hélcio Ulhôa Saraiva
25-02-1972 a 06-09-1983	Lauro Andrade Correia	Hélcio Ulhôa Saraiva José Camillo da Silveira Filho
06-09-1983 a 16-03-1987	Israel Nunes Correia	João Ribeiro de Oliveira/Lineu da Costa Araújo/José Nathan P. Nunes
16-03-1987 a 19-09-1987	Manoel Jaime Filho	José Nathan Portela Nunes
15-09-1987 a 15-09-1991	Mac Doublé Fernandes Nascimento	José Nathan Portela Nunes
15-09-1992 a 09-01-1992	Getúlio Piauense Lages Gonçalves	Anfrísio Lobão/Charles Camilo da Silveira
10-01-1992 a 19-03-1997	Marco Antonio de Sousa Correia	Charles Camilo da Silveira
19-03-1997 a 20-03-2001	Israel Nunes Correia	Pedro Leopoldino Ferreira Filho
20-03-2001 a 01-09-2004	Israel Nunes Correia	Pedro Leopoldino Ferreira Filho
01-09-2004 a 01-11-2004	José Duarte Baluz	Pedro Leopoldino Ferreira Filho
1-11-2004 a 01-11-2008	José Duarte Baluz	Luiz dos Santos Júnior
01-11-2008 a 01-11-2012	José Duarte Baluz	Luiz dos Santos Júnior

Fonte: Documentos do CMRV/UFPI



FIGURA 54: Retratos dos Diretores da UFPI em Parnaíba desde a criação da FAPI/FAUFPI até os dias atuais (1968-2010). Da esquerda para a direita: Cândido Almeida Athayde, Lauro Andrade Correia, Israel José Nunes Correia, Manoel Jaime Filho, Mac Doublé Fernandes Nascimento, Marco Antonio de Sousa Correia, Israel Nunes Correia e José Duarte Baluz.

Fonte: Acervo da pesquisadora.

ANEXO D

Fatos relevantes da História e Memória da UFPI/CMRV**Quadro 33:** Cronologia de acontecimentos que marcaram a trajetória da UFPI/CMRV.

MÊS ANO	EVENTO
11/68	Instalação da Fundação Universidade Federal do Piauí
12/68	Diretor da Faculdade de Administração do Piauí: Cândido Almeida Athayde
01/69	Primeiro vestibular da Faculdade de Administração do Piauí
02/69	Autorização de funcionamento da FAPI-Parecer nº 57 do CFE
03/69	Instalação da Faculdade de Administração do Piauí
12/70	Autorização funcionamento da FAPI pelo CFE – Parecer nº. 900
01/71	Reitor: Robert Wall de Carvalho
03/71	Federalização e incorporação da FAPI pela UFPI
06/71	Reitor: Hércio Ulhôa Saraiva
10/71	Início das obras de construção dos 8 (oito) edifícios (blocos) do CMRV
02/72	Diretor do CMRV: Lauro Andrade Correia
03/74	Exoneração do Reitor Hércio Ulhôa Saraiva
03/74	Assume o Vice-Reitor, Mariano Gayoso Castelo Branco
1974/5	Construção e inauguração do Bloco José Pinheiro Machado
05/74	Reitor – “Pro-Tempore”: José Camillo da Silveira Filho
08/75	Instalação do campus universitário
08/75	Transferência do Curso de Administração de Empresas para as novas instalações
08/75	Convênio SEDUC (PI) cursos de curta duração: Letras, Estudos Sociais e Pedagogia*
03/76	Instalação dos cursos de Ciências Contábeis e Ciências Econômicas
00/77	Realização do curso Esquema I (convênio) CETENE/CENAFOR/UFPI
05/78	Inauguração da Biblioteca Setorial “Cândido Athayde”
02/78	Inauguração do Bloco Professor Camillo da Silveira Filho
07/78	Placa de Honra ao Mérito a Camillo Filho
02/79	Visita de João Paulo dos Reis Velloso – descerramento de Placa em sua homenagem.
08/80	Reitor: Lineu da Costa Araújo
01/81	Reconhecimento dos Cursos de Ciências Contábeis e de Ciências Econômicas
03/83	Reitor: João Ribeiro de Oliveira e Sousa
03/83	Primeiro Curso de Especialização em Administração Organizacional-UFPI/UFRS
09/83	Diretor do CMRV: Israel José Nunes Correia
06/84	Reitor: Mariano Gayoso Castelo Branco
11/84	Reitor: José Nathan Portella Nunes
07/84	Criação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia-Magistério
03/87	Diretor do CMRV: Manoel Jaime Filho
09/87	Diretor do CMRV: Mac Doublé F. Nascimento
11/88	Reitor: Anfrísio Neto Lobão Castelo Branco

09/91	Diretor do CMRV: Getúlio Piauiense Lages Gonçalves
01/92	Marco Antônio Soares Correia
02/92	Placa de Comemoração aos 20 anos da 1ª Turma de Administração
12/91	Reitor: Charles Carvalho Camillo da Silveira
11/92	Reitor: Charles Carvalho Camillo da Silveira
04/93	Inauguração do Bloco Professor Antonio Thomaz da Costa Filho
06/96	Inauguração do Auditório “José Camillo da Silveira Filho
11/96	Reitor: Pedro Leopoldino Ferreira Filho
03/97	Diretor do CMRV: Israel José Nunes Correia
08/98	Inauguração: Estacionamento; Calçadão de Contorno; Praça/Jardim e Calçada Interna
03/00	Reitor: Pedro Leopoldino Ferreira Filho
04/00	Inauguração do Bloco da Diretoria e Secretaria Administrativa
03/01	Diretor do CMRV: Israel José Nunes Correia
05/02	Inauguração do Muro de Proteção do CMRV
09/04	Diretor do CMRV: José Duarte Baluz
11/04	Reitor: Luiz de Sousa Santos Júnior
11/04	Diretor do CMRV: José Duarte Baluz
06/06	Lançamento da Pedra Fundamental da Ampliação do CMRV inserido no PROUNI
11/07	Expansão da CMRV-Programa de Expansão das Universidades Brasileiras
05/08	Reitor: Luiz de Sousa Santos Júnior
11/08	Diretor do CMRV: José Duarte Baluz

Fonte: Documentos fornecidos pela Secretaria do CMRV.

*Funcionou no período de 1975/1978, com plenificação posterior.